

Maria Blassioli Moraes

**A Ação Social Católica e a Luta Operária:  
a experiência dos jovens operários católicos em Santo André  
(1954-1964)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Augustin Wernet

São Paulo  
2003

## Apresentação

A ascensão de Luís Inácio Lula da Silva ao governo federal em 1º de janeiro de 2003 vislumbrou a possibilidade de abertura de espaço de atuação para as instituições civis que defendiam uma ação política e social em defesa dos mais desprivilegiados em nossa sociedade. Neste rol de instituições estão presentes setores da Igreja Católica que trazem uma tradição de luta ao lado dos trabalhadores rurais que exigem o direito do uso da terra para o plantio, ao lado das populações que tentam sobreviver nas cidades mesmo sem possuírem um teto e, por fim, atuam juntamente aos chamados excluídos da sociedade brasileira. Sacerdotes e leigos parecem confrontar, de certo modo, as orientações estabelecidas pelo Vaticano através do Papa João Paulo II, o qual procurou voltar a Igreja para uma prática mais preocupada com a espiritualidade do indivíduo do que com as questões sociais coletivas.

Não há dúvida de que décadas de trabalho relacionadas às questões sociais não poderiam desaparecer de uma hora para outra somente porque a orientação do Vaticano assim pretendeu, principalmente num país como o Brasil, tão repleto de desigualdades sociais e econômicas.

Quando observamos hoje, a presença imprescindível de sacerdotes em intensa atividade em defesa das questões sociais, percebemos como as práticas desenvolvidas a partir da década de 1950, e que se intensificaram nas de 1960 e de 1970, relativas à luta pelos pobres, realmente deitaram raízes profundas nas sociedades brasileira e latino-americana. Estas raízes provêm do programa da Ação Católica estimulada a partir do Papado de Pio XI (1922-1939), que incentivou a participação e a colaboração do leigo junto ao apostolado. Posteriormente, esta ação deixou de ser simplesmente uma colaboração para vir a tomar outro aspecto. Operários, trabalhadores rurais, estudantes e universitários católicos encontraram um espaço para atuar sobre seus problemas e utilizavam o método que estabelecia um processo de visualização do problema para em seguida julgá-lo e a partir daí agir sobre ele. O método ver, julgar e agir foi informalmente aplicado pelo episcopado no Concílio Vaticano II (1962-1965) e nas conferências episcopais de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Também fez parte da construção da Teologia da Libertação, idealizada por Gustavo Gutiérrez e por

Leonardo Boff, e da ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>1</sup> que se desenvolveram principalmente sob o estímulo da reunião de Medellín (1968).

Muitos leigos que começaram sua atividade política através dos movimentos da Ação Católica continuaram esta militância em outras organizações, como nas partidárias e nas sindicais, portanto são inegáveis os frutos que até hoje nascem e que se originaram daquelas experiências anteriores. A Igreja Católica mostra-se heterogênea contrariando o desejo do Vaticano de apresentar uma instituição monolítica.

Dentro deste contexto histórico, percebemos a atualidade do estudo ora apresentado. Procuramos analisar e discutir a prática de ação e de luta de um grupo de militantes de um movimento da Ação Católica, da Juventude Operária Católica (JOC), que atuou no município de Santo André, no ABC<sup>2</sup> paulista, em meados do século XX. Procuramos compreender as relações sociais destes jovens que eram trabalhadores nas fábricas da região e que, portanto, viam-se em relação constante com outras organizações do operariado e em meio aos problemas operários, com os quais inevitavelmente tinham que lidar, ao mesmo tempo em que recebiam as orientações da Igreja Católica para o tratamento de tais questões operárias. Desta forma, procuramos perceber os possíveis conflitos e aproximações dos militantes católicos juntamente à hierarquia da Igreja da qual recebiam as orientações, e também com os outros movimentos de operários com os quais se relacionavam, como os sindicatos e os partidos políticos.

---

<sup>1</sup> As CEBs se desenvolveram entre as comunidades urbanas e rurais nos anos de 1960 e tinham as paróquias como um núcleo irradiador e motivador da mobilização social em defesa de melhores condições de vida para as populações nas quais estavam inseridas. As comunidades eclesiais se orientavam pelo método ver-julgar e agir, difundido pela Ação Católica nas décadas anteriores. Ver Frei Betto. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

<sup>2</sup> ABC compreende sete municípios localizados no Estado de São Paulo: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá.

## Agradecimentos

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho nas diversas etapas da sua construção.

No Museu de Santo André, local que corresponde ao objeto da pesquisa, não somente encontrei uma rica documentação, mas também pude entrar em contato com antigos moradores e militantes de organizações operárias da região. Desta forma, sou imensamente grata a todos os seus funcionários e em especial à bibliotecária Márcia e à historiadora Suzana que são responsáveis também pela organização do Encontro de Pesquisadores que reúne no ambiente do Museu, em um dia no ano, um rico debate sobre trabalhos de pesquisa em desenvolvimento. É preciso também agradecer a atenção que recebi no Arquivo Metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva, na Central de Documentação e Informação Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC-PUC) e na Biblioteca Padre Lebrez da Sociedade Impulsionadora da Instrução - Convento dos Dominicanos.

Pensando nos antigos militantes, não poderia deixar de me referir às essenciais contribuições e auxílios de Philadelpho Braz e de Anastácio Brolezzi, o qual confiou a mim seu acervo pessoal que se refletiu na fonte principal para o trabalho. Este estudo não se constituiria caso não pudesse utilizá-lo, pois permanece a dificuldade em encontrar material produzido pelos sujeitos dos movimentos sociais.

Da Universidade de São Paulo, não posso deixar de citar os anos de trabalho desenvolvidos juntamente a professora Zilda Iokoi, período em que pude construir as primeiras aproximações ao tema Igreja Católica e laicato.

Aos professores que compuseram a Banca de Qualificação, Wilson do Nascimento Barbosa e Maria Aparecida de Aquino, agradeço as importantes e cuidadosas contribuições e críticas que muito ajudaram na construção do trabalho final.

Finalmente, sublinho a atenção e a paciência que o professor Augustin Wernet vêm dedicando às minhas questões e angústias. Sua tranquilidade torna o desenvolvimento do trabalho menos desgastante e mais prazeroso.

# SUMÁRIO

Lista de siglas	06
Lista de figuras	07
Resumo	09
Introdução	10
I O espaço geográfico e as primeiras experiências do militante	38
1.1 O bairro e a fábrica: a constituição do espaço do operário	38
1.2 A organização do movimento da JOC no ABC	47
1.2.1. Campanhas e programas anuais	72
1.2.2. Romaria para Aparecida	79
II A cristalização do movimento católico: conflitos e aproximações	85
2.1 Criação da Diocese no ABC (1954)	85
2.2 Relações com os padres e instâncias do clero	95
2.3 Questões de trabalho. Partidos, sindicatos e política local	108
2.4 Peregrinação jocista a Roma (1957)	125
III O Papado de João XXIII e as transformações na Igreja	135
3.1 Os militantes em passagem pelo movimento da JOC	136
3.2 A participação dos leigos nos processos eleitorais	138
3.3 A formação da Ação Católica Operária (ACO)	140
3.3.1 O Congresso Nacional da ACO em Recife (PE)	150
3.4 O “catolicismo atuante” de D. Jorge Marcos	154
3.4.1 A presença dos padres partidários do “catolicismo atuante”	162
3.5 Multiplicação dos movimentos grevistas	167
3.6 A Igreja diante do golpe militar de 1964	176
IV Conclusão	190
Fontes	199
Bibliografia	201

## LISTA DE SIGLAS

ABC	- Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Mauá
AC	- Ação Católica
ACB	- Ação Católica Brasileira
ACO	- Ação Católica Operária
AP	- Ação Popular
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
CEB	- Comunidade Eclesial de Base
CEDI	- Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEDIC	- Central de Documentação e Informação Prof. Casemiro dos Reis Filho
CEHILA	- Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina
CELAM	- Conselho Episcopal Latino-Americano
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina
CIPA	- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CMTC	- Companhia Municipal de Transporte Coletivo
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COC	- Círculo Operário Católico
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DAESP	- Divisão de Arquivos do Estado de São Paulo
DEOPS	- Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DRT	- Delegacia Regional do Trabalho
FAB	- Força Aérea Brasileira
FNT	- Frente Nacional do Trabalho
GAT	- Grupo de Ação de Trabalho
IAPI	- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
JAC	- Juventude Agrária Católica
JEC	- Juventude Estudantil Católica
JIC	- Juventude Independente Católica
JOC	- Juventude Operária Católica
JOCF	- Juventude Operária Católica Feminina
JT	- Jovem Trabalhador
JUC	- Juventude Universitária Católica
LEC	- Liga Eleitoral Católica
LOC	- Liga Operária Católica
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MDF	- Movimento em Defesa dos Favelados
MEB	- Movimento de Educação de Base
MMTC	- Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos
MOAC	- Movimento Operário da Ação Católica
MOP	- Movimento Operário Profissional
MOS	- Movimento de Orientação Sindical
MSD	- Movimento Sindical Democrático
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PDC	- Partido Democrata Cristão
PMSA	- Prefeitura Municipal de Santo André
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PST	- Partido Social Trabalhista
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
PUI	- Pacto de Unidade Intersindical
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	- Serviço Social da Indústria
SUDENE	- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TFP	- Tradição, Família e Propriedade
TRT	- Tribunal Regional do Trabalho
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
TST	- Tribunal Superior do Trabalho
UDN	- União Democrática Nacional

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Como Lançar uma Seção da JOC. Manual de orientação aos Jocistas publicado pelo Comitê nacional da JOC e JOCF, s/d. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 2 Como iniciar a JOC. Manual de orientação aos Jocistas publicado pelo Comitê nacional da JOC e JOCF, s/d. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 3 Para ser Jocista. Manual de orientação aos Jocistas publicado pelo Comitê nacional da JOC e JOCF, s/d. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 4 Romaria da Juventude Trabalhadora. Comitê da Federação de São Paulo JOC e JOCF, 6 de setembro de 1953. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 5 10 Anos de Experiência. Estudo sobre um movimento de Ação Católica. Montreal, São Paulo, Paris, Fides, 1947. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 6 Horas de lazer, jogos e divertimentos. Serviço de lazeres da JOC. Comitê nacional da JOC e JOCF, s/d. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 7 Jornal Construir, Agosto de 1957 – Publicação mensal da JOC. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 8 Em frente à casa de Mauá, em pé, da esquerda para a direita estão Félix, Liberato Manfrin, Marguerite Fievez, José Benedito da Silva e Durvalina Cipriani. Agachados estão Anastácio Brolezzi, Vicente Bevilacqua e Francisco Lemes da Silva. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 9 Grupo reunido em dia de estudo na casa de Mauá. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 10 Interior do dormitório da casa de estudos de Mauá. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 11 Militantes na primeira sede da JOC, na casa de Ana Gardezani (Santo André). Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 12 Time de futebol de militantes que usam uniforme com dístico da JOC. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 13 Delegação de jocistas brasileiros em Roma (1957). Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 14 Descontração de militantes e sacerdotes durante a viagem para Roma (1957). Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 15 Delegação de jocistas alemães no Vaticano (1957). Portavam bandeiras pretas em luto aos fatos ocorridos na II Guerra Mundial. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 16 No extrema direita, Anastácio Brolezzi, duas pessoas não identificadas e Edmea Carollo, Jocistas brasileiros na Bélgica na mesma viagem que os levou para Roma. Ao fundo, estátua simbolizando operário elevando o dístico da JOC. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 17 Jocistas junto a D. Jaime Câmara no navio que os levou para Roma. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 18 Primeira comunhão pascal celebrada por D. Jorge Marcos na Firestone (1956). Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.

- Figura 19 Trabalhadores reunidos em frente à Igreja na Praça do Carmo (Santo André) manifestando apoio ao Bispo D. Jorge Marcos. O ato reuniu operários da fábrica Ipiranguinha (1960). Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 20 Reunião de operários no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Artefatos de Borracha em discussão sobre a formação da Associação da mesma categoria (1956). Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 21 Flâmula comemorativa do I Congresso nacional da ACO, Recife, janeiro de 1965. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 22 Dístico da JOC. Símbolo mundial do Movimento Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.
- Figura 23 Trabalhadores reunidos na Igreja Nossa Senhora do Carmo (Santo André) em ato de apoio ao Bispo D. Jorge Marcos (1966). Coleção Associação Lar Menino Jesus, Museu de Santo André.
- Figura 24 Registro de reunião da JOC em uma das 16 cadernetas do militante Anastácio Brolezzi. Acervo Particular de Anastácio Brolezzi.



## Resumo

Nesta dissertação, analisamos as experiências de luta e de conflito desenvolvidos por um grupo da Ação Católica, a Juventude Operária Católica (JOC), entre os anos de 1954 a 1964 no município de Santo André, no ABC paulista. Observamos as relações daquele grupo com a hierarquia eclesiástica da diocese em que estavam inseridos e com outras organizações de operários com os quais se relacionavam.

Aquele momento apresentava um cenário mundial onde a União Soviética, comunista, e os Estados Unidos da América, capitalista, mostravam-se como grandes potências e procuravam marcar suas influências sobre as demais nações do mundo. No Brasil visualizávamos a participação do capital internacional na indústria e a expansão das tensões sociais na cidade e no campo. A Igreja Católica, no afã de evitar a expansão do comunismo e de reafirmar seu poder de influência na sociedade, pautou-se na Doutrina Social Católica e arregimentou a ação social do laicato através do programa da Ação Católica.

## Abstract

In this search, we analyze the experiences of fight and conflict developed by a group of the Action Catholic, the Juventude Operária Católica (Catholic Laborers Youth, JOC), among the years 1954 to 1964, in the city of Santo Andre, on ABC of São Paulo. We observed the relations of the group with the ecclesiastical hierarchy of the diocese where they were inserted and with others organizations of laborers with which they related.

That moment presented a world-wide scene where the Soviet Union, communist, and the United States of America, capitalist, revealed as great powers and looked for to mark its influences on the others nations of the world. In Brazil we visualized the participation of the international capital in the industry and the expansion of the social tensions in the city and the countryside. The Church Catholic, to prevent the expansion of the communism and to reaffirm its power of influence in the society, used the Social Doctrine Catholic and congregated the social action of the secular through the program of the Action Catholic.

## Introdução

### O pós-Segunda Guerra e as transformações na Igreja Católica

Finalizada a Segunda Guerra Mundial (1939 -1945), deflagrou-se um conflito não declarado entre as duas potências mundiais, os Estados Unidos da América e a ex-União Soviética. A Guerra Fria apresentou ao mundo a concorrência entre as nações capitalista e socialista, as quais procuravam exercer influências sobre as demais nações.

Nesta reorganização mundial, o governo brasileiro declarou-se simpático às questões defendidas pelos Estados Unidos, passando a sofrer a influência deste país. O desenvolvimento da indústria nacional empreendido pelos governos de Getúlio Vargas (1930 a 1945 e de 1951 a 1954), aos poucos cederia espaço a uma política de desenvolvimento industrial da qual participava o capital internacional. Entretanto, a política voltada à industrialização, e que se referia à substituição de importação, continuou a ser praticada mesmo depois de terminado o governo Vargas. Outra característica deste governo, e que foi emprestada por outros políticos, referiu-se à política populista<sup>3</sup>, que pautava a grande base de sustentação do governo no apoio da “massa”<sup>4</sup> trabalhadora. Esta estratégia política<sup>5</sup> permitiu ao governo exercer um controle das forças sociais através da institucionalização das organizações de classe e da concessão de antigas exigências da classe trabalhadora.

Neste contexto de desenvolvimento industrial em São Paulo, algumas regiões tornaram-se densamente industrializadas e urbanizadas. O ABC paulista, desde as primeiras décadas do século XX, assistiu à ocupação dos sítios e das chácaras por fábricas e, em consequência, chegavam migrantes em busca do trabalho. Instalaram-se

---

<sup>3</sup> A política populista teria entrado em colapso somente depois de finalizado o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e ao longo do governo de João Goulart, quando se exacerbou o conflito entre o nacionalismo que o populismo comportava e a expansão do capitalismo monopolista mundial no Brasil. MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política Populista no Brasil (1954-1964) In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, Tomo III, v.3, p. 259-294.

<sup>4</sup>Este termo, ainda muito empregado por estudiosos para designar a classe trabalhadora, apresenta uma homogeneização da mesma, tratando-a como una e, portanto, sugerindo uma maior facilidade para seu controle. Desta forma, preferimos não empregar este termo neste estudo. Aqui, “massa” foi utilizada para melhor demonstrar a proposta da política populista.

<sup>5</sup> Octavio Ianni definiu o populismo como estratégia política. In: IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

indústrias norte-americanas, francesas e inglesas e este processo estava de acordo com a política industrial empreendida pelo governo federal. Assim, a região ganhava importância em nível nacional. Apresentamos, no primeiro capítulo, as características urbanas do ABC, quando procuramos conhecer como era o lugar que os migrantes encontraram.

Terminada a ditadura do Estado Novo de Vargas (1937-1945) e iniciado o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), percebemos a edificação de importantes instituições que marcaram a influência norte-americana sobre as orientações aos problemas brasileiros. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão submetido à ONU e fundado em 1948, deu origem à “teoria da dependência”, enaltecida até em excesso. Essas idéias tiveram enorme alcance, mesmo no Brasil, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Os estudos cepalinos deram novo alcance à famosa controvérsia brasileira do desenvolvimento econômico e ao debate entre liberalismo clássico e protecionismo ou nacionalismo.”<sup>6</sup>

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), organizado em 1952, foi responsável pela aplicação de recursos que objetivavam o desenvolvimento de setores da economia. Esta instituição teve origem nas discussões promovidas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951), e que deu início a uma política de investimentos.

O governo de Kubitschek abriu definitivamente as portas da indústria brasileira aos investidores estrangeiros. Pautou sua política econômica no desenvolvimentismo, que teve como expressão o Programa de Metas composto por 31 metas que se referiam à energia, ao transporte, à alimentação, à indústria de base, à educação e à construção da nova capital, Brasília.

Não há dúvida de que a adoção dessa política corresponde também a outra determinação, externa, a da nova etapa de expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto dos países subdesenvolvidos, configurando a nova fase do imperialismo. (...) Mantendo uma autonomia relativa diante das forças sociais em conflito, o Estado redireciona a economia sem alterar essencialmente os padrões de funcionamento dos setores econômicos preexistentes, sem alterar a correlação de forças entre as classes dominantes, sem tocar no delicado equilíbrio de alianças e compromissos entre setores produtivos.<sup>7</sup>

Nas questões sociais, o governo abriu espaço para o alinhamento de forças entre diversos setores da sociedade brasileira: a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, originou-se dos esforços e

---

<sup>6</sup> IGLÊSIAS, Francisco. **Trajatória Política do Brasil 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.266.

<sup>7</sup> MARANHÃO, Ricardo.. op.cit, p.264.

discussões empreendidos por membros da Igreja Católica brasileira e do Governo Federal. A Igreja empenhou-se para colocar em prática as reformas sociais e debruçou-se sobre as gritantes diferenças sociais que, segundo ela, tornava miserável a população do nordeste e privilegiada a do sudeste e a das grandes cidades.

O contexto histórico do final da década de 50, em meio ao conflito das grandes potências capitalista e socialista, apresentou à sociedade do continente americano a possibilidade de abraçar uma política socialista. A Revolução Cubana (1959) motivou a busca pelo fortalecimento da propaganda anticomunista pelos grupos sociais que se opunham ao regime socialista então instaurado, como setores da força militar, da Igreja católica e da burguesia industrial. Outros importantes fatos deram-se neste momento, como a XX Conferência Mundial do Partido Comunista, realizado em Moscou (1956) e o lançamento do Sputnik (1957). Esta efervescência e os sucessos atingidos pelo inimigo pareciam causar pavor ao governo norte-americano, que em reação parecia aprofundar a propaganda anticomunista pelos países sob sua influência. Através do programa Aliança para o Progresso, criado por aquele governo, procurou-se destinar auxílio monetário às nações latino-americanas em desenvolvimento. Era mais um meio de garantir que esta região estaria afastada das propostas socialistas. Entretanto, após a confirmação da tomada de poder pelos militares no Brasil (1964), o programa foi praticamente abandonado.

Nesta luta contra o comunismo, a Igreja empreendeu suas forças e incentivou a multiplicação das dioceses nas regiões onde faltavam sacerdotes e onde havia a necessidade de sua instalação. Em 1954, foi criada a diocese do ABC sediada em Santo André e edificada em decorrência do alto número de habitantes, mas percebemos que a concentração dos trabalhadores e a expansão do partido comunista entre a população parecem ter influenciado a decisão do Vaticano. Para a nova diocese foi escolhido um bispo também novo, D. Jorge Marcos de Oliveira, que desenvolvia atividades com a Ação Católica masculina. Seus trabalhos estavam de acordo com o que pretendia a hierarquia da instituição. Ao procurar aproximar-se dos problemas dos operários, a Igreja objetivava, entre outros fins, bloquear a expansão do comunismo entre a classe e uma das estratégias era a recristianização da população operária.

Nas décadas de 1950 e de 1960, observamos no Brasil a expansão da esquerda, visualizada principalmente através da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que, mesmo na ilegalidade, os seus membros conseguiam agir entre os sindicatos e em outras organizações da classe trabalhadora. Alguns estudiosos atribuem esta

expansão às brechas apresentadas pelo controle social pretendido pelo populismo, entretanto, não se pode restringir toda a capacidade de ação da classe trabalhadora às determinações e vontades da elite política. Essencialmente nas áreas urbanas mais industrializadas e concentradoras de uma grande população operária, como no ABC, o Partido conseguiu angariar simpatias deste setor, e no curto período em que esteve na legalidade na década de 1940, entre 1945 a 1947, congregou forças para a sua base. Esta expansão teria assustado a elite política no poder, que acabou por minar seu futuro, levando de volta o partido à ilegalidade. Para tal, o governo Dutra pautou-se num dispositivo legal incluído na Constituição de 1946 e que designava que “os partidos antidemocráticos poderiam ser impedidos de participação aberta na política.”<sup>8</sup>

Nas eleições suplementares para o Congresso e nas estaduais realizadas em janeiro de 1947, o PCB demonstrou seu sucesso elegendo novos representantes e tendo sido considerado o quarto partido mais importante no país. Em Santo André, a expansão do partido parece ter sido proporcional ao crescimento do operariado local. Neste mesmo ano foram eleitos o prefeito, o vice-prefeito e 13 vereadores comunistas, embora estivessem sob a legenda do PST (Partido Social Trabalhista), devido à ilegalidade do outro partido. Ou seja, a ação do governo não foi suficiente para barrar a entrada destas pessoas no palco da política local e somente o impedimento da posse o seria, como de fato aconteceu em Santo André.

A propaganda anticomunista veiculada pelo governo, e que contava com o apoio de diversos setores e instituições da sociedade, como da Igreja Católica, procurava atingir todos os cidadãos e atribuía aos membros daquele partido a condição de inimigo da pátria e a de subversivo a serviço dos interesses soviéticos. Entretanto, não era somente o comunismo que na visão dos católicos ameaçava a expansão da religião. A difusão de outras religiões como o espiritismo, o protestantismo, o movimento maçônico e o próprio crescimento da sociedade urbana que se articulava em função da indústria, contribuiriam para o esvaziamento da Igreja.

Este cenário exigiu da instituição uma mudança em relação à sua política de relacionamento com o laicato. O Vaticano desde o final do século XIX, no Papado de Leão XIII, estabeleceu uma política de ação social na qual priorizou a participação do leigo e passou a estimular sua ação junto aos sacerdotes. Pio XI<sup>9</sup> (1922-1939), através da encíclica *Ubi Arcano Dei* (1922), chamou os leigos para se inserirem no programa da

---

<sup>8</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 93.

<sup>9</sup> Pio XI ficou conhecido como o papa da Ação Católica e dele D. Sebastião Leme recebeu um apelo para que iniciasse o movimento no Brasil. DALE, Frei Romeu (org.). **A Ação Católica Brasileira**. São Paulo: Loyola, 1985. Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil – 5.

Ação Católica. Este Papa definiu a Ação Católica como a participação dos leigos no apostolado hierárquico. Esta visão da hierarquia em relação aos leigos começaria a transformar-se durante o Papado de João XXIII (1958-1963), quando aconteceu um grande incentivo à ação do leigo, que na América Latina voltou seus trabalhos para as populações pobres e para diminuir as diferenças sociais. O Papa incentivou o envolvimento dos sacerdotes nas questões sociais e, por sua vez, possibilitou maior autonomia às organizações de leigos para que agissem nestas questões. Apresentamos no item seguinte uma breve síntese de como o laicato surgiu nas encíclicas.

O programa da Ação Católica Brasileira (ACB) foi oficializado em 1935, mas, mesmo antes de sua oficialização, estavam em ação no Brasil alguns núcleos da Juventude Feminina Católica (JFC) e em menor número, estava presente também a Juventude Católica Brasileira que reunia os rapazes com idade entre 14 e 30 anos. Para os adultos, os maiores de trinta anos e os casados de qualquer idade, havia a Homens da Ação Católica (HAC) e a Liga das Senhoras Católicas (LFAC). O Estatuto da ACB inspirado na Ação Católica Italiana ainda subdividia a Juventude Católica em Juventude Estudantil Católica (JEC), em Juventude Universitária Católica (JUC), e em Juventude Operária Católica (JOC), sendo que afirmava que futuramente, estas deveriam funcionar independentemente da Juventude Católica.<sup>10</sup>

A Ação Católica tinha como objetivo principal formar líderes católicos leigos para agirem em seu meio na recristianização da sociedade. Constava do Estatuto da ACB (1935):

- a) Como fim último, visa a AC, no dizer do Santo Padre Pio XI, ‘dilatar e consolidar o reino de Jesus Cristo’,
- b) Como fins próximos: a formação e o apostolado dos católicos leigos.”<sup>11</sup>

A estrutura que organizava os leigos segundo o sexo e a faixa etária inspirava-se no modelo italiano, entretanto na década de 1940, a ACB foi reformulada segundo o modelo francês e belga, que priorizava a divisão das organizações a partir do papel social do sujeito. Então, foram estimuladas a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC); num segundo momento somaram-se mais dois movimentos: a JAC – Juventude Agrária Católica para os jovens do campo e a JIC – Juventude Independente Católica que deveria reunir os jovens que não se encaixavam nas demais categorias. O Secretariado

---

<sup>10</sup> Ver DALE, Frei Romeu (org.). **A Ação Católica Brasileira...**

<sup>11</sup> Ibid. p. 27.

Nacional da Ação Católica, criado em 1947, coordenava e orientava as atividades dos leigos e a partir da formação da CNBB (1952), ficou submetido a este órgão.

As primeiras experiências da JOC surgiram na Europa e foram idealizadas pelo Padre belga León Joseph Cardijn na década de 1920. A Igreja Católica incorporou o movimento e o expandiu para outros continentes. No Brasil sua atividade data de final da década de 1930, entretanto, a oficialização nacional da JOC somente aconteceu em 1948, e nesta data comemora-se seu aniversário. Cardijn visitava os núcleos jocistas que se espalhavam pelo mundo; esteve no Brasil no ano da oficialização do movimento, assim como os dirigentes da JOC de outros países visitavam os jocistas latino-americanos. Havia um intercâmbio de experiências e uma identificação entre os movimentos dos diferentes continentes. Isto era possível porque a orientação sobre a estrutura do movimento partia de um único lugar, do Comitê Central, localizado na Bélgica.

No ABC, a Ação Católica teve início no final da década de 1940 e foi estimulada por D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta<sup>12</sup> que, em contato com uma Filha de Maria<sup>13</sup> e habitante de Santo André, pediu-lhe que iniciasse o movimento da JOC. Assim, a organização surgiu despregada da iniciativa dos operários, mas aos poucos começou a incorporar operários em números cada vez maiores.

A Igreja afirmava que os problemas sociais se resolveriam quando a sociedade vivesse sob a Doutrina Social Católica e era com o objetivo de expandi-la que incentivava a Ação Social Católica.

Ainda na região do ABC, visualizamos o crescente envolvimento do Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira (1954 -1975) com as questões trabalhistas. Ele parecia seguir os rumos especificados por João XXIII, quando pedia aos bispos para incentivarem a Ação Social Católica e para atuarem em relação às questões sociais. A partir do final da década de 1950, com o início do Papado de João XXIII, notamos os primeiros passos que levaram ao desenvolvimento da chamada Igreja progressista. A atuação de D. Jorge Marcos foi marcante para o ABC e seu envolvimento nas reivindicações dos trabalhadores rendeu-lhe o título de “bispo dos operários”.

---

<sup>12</sup> D. Carlos Carmelo V. Motta esteve à frente da Arquidiocese de São Paulo entre os anos de 1944 a 1964, quando foi transferido para Aparecida do Norte e afastado da presidência da CNBB. Em seu lugar, na Arquidiocese de São Paulo, veio D. Agnelo Rossi, que neste cargo permaneceu até 1970.

<sup>13</sup> Organização fundada pelos Jesuítas no final do século XVIII, a Pia União Filhas de Maria foi trazida ao Brasil um século depois. Realizavam cursos sobre a Doutrina Social Católica, sobre a realidade brasileira e o sindicalismo e procuravam reunir os fiéis e municia-los contra os inimigos da Igreja.

A ação dos leigos e dos sacerdotes em prol das questões sociais ganhava reforço por parte do clero. Na América Latina chegavam sacerdotes e auxílios monetários e com esta política, o Vaticano procurou precaver-se contra a possível eclosão de revoluções de inspiração comunista.

Como já afirmamos, o sucesso da Revolução Cubana parece ter motivado uma maior atenção do governo e do clero norte-americano e europeu aos países latino-americanos. Além da Aliança para o Progresso, outras instituições voltaram seus auxílios para o Brasil: em 1961 foi lançada a Caritas, financiada principalmente pela Alemanha Ocidental e pelos Estados Unidos da América e que tinha como objetivo a distribuição de alimentos e medicamentos. Naquele mesmo ano, através da Adveniat, a Alemanha repassava recursos para o Brasil; a Misericórdia, também alemã, auxiliava a Igreja brasileira. Os Estados Unidos, através da Comissão para a América Latina (CAL) criada em Roma em 1958, e da Conferência dos Bispos, agia pelas causas sociais brasileiras. O Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), fundado em 1955 e estabelecido em Bogotá (Colômbia), exerceria uma grande influência sobre o clero.

“Entre 1959 a 1963, enviou João XXIII um total de nove cartas aos bispos dos Estados Unidos e Canadá, seis ao episcopado alemão, duas aos bispos italianos, uma a cada um dos episcopados da Irlanda, França, Suíça, Espanha e Bélgica para chamar todas estas nações, com clero relativamente abundante, a uma ajuda mais intensa de padres para a América Latina”.<sup>14</sup>

Iniciado sob o papado de João XXIII, o Concílio Vaticano II (1962-1965), embora conduzido maciçamente pelo episcopado europeu, concedeu caminhos possíveis de diálogo e ação aos bispos da América Latina, que defendiam uma Igreja voltada aos problemas sociais das populações pobres. Isto significou, em consequência, a perda de espaço para associações católicas que tinham sua prioridade de ação na prestação de serviços, como era o caso da Congregação Mariana ou da Sociedade São Vicente de Paulo.

D. Jorge Marcos de Oliveira esteve presente nas sessões do Vaticano II, e as idéias lançadas pelo evento tiveram grande repercussão pelo ABC. Os antigos habitantes da região destacam a perplexidade e a admiração que o Bispo causou ao voltar de clergyman (camisa com o colarinho branco) para o Brasil, deixando de lado sua pomposa veste de Bispo. Para alguns o fato foi positivo, pois confirmava que o bispo estava aberto às transformações e mais, aquela ação refletia seu modo de pensar e agir

---

<sup>14</sup> BEOZZO, José O. **Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo.** Petrópolis, Vozes, 1993. p. 24.



sempre em defesa dos trabalhadores. Para outros, provavelmente aos católicos que pretendiam conservar as antigas tradições, aquele ato foi visto como o abandono dos costumes católicos.

Percebemos neste período, que se intensificou no ABC o conflito entre os católicos que defendiam as transformações no clero e apoiavam as reformas sociais e aqueles que pretendiam manter as tradições e a ordem estabelecida.

Três anos depois do fechamento do Concílio, realizou-se a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, quando os bispos, impulsionados pelas discussões e conclusões do Vaticano II, decidiram os rumos para a Igreja latino-americana que se voltaria para a ação pelos pobres e proclamava-se “a voz dos que não tem voz”. A partir daí, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) expandiram-se por todo o país e adotaram como método de ação o ver, julgar e agir, desenvolvido no movimento da Ação Católica.

Durante as décadas de 1950 e de 1960, na medida em que a sociedade se politizava, setores do clero acompanhavam e agilizavam este movimento. Como meio de desenvolver a economia de determinada região viu-se a necessidade de conscientizar seus habitantes em relação às causas de seus problemas e sobre as múltiplas possibilidades de resolvê-los. Neste sentido, começaram a atuar as escolas radiofônicas, através das quais não somente se praticava a alfabetização, mas também a conscientização. O Movimento de Educação de Base (MEB), incentivado pela Igreja nos primeiros anos da década de 1960, recebeu financiamento do governo Jânio Quadros.

Neste período, os grupos da Ação Católica passaram por uma profunda transformação, pois estavam cada vez mais próximos das questões políticas e, devido a isto, receberam críticas provindas dos grupos católicos mais conservadores e contrários a este envolvimento, o que resultou no desligamento de vários membros, principalmente depois de deflagrado o golpe de 1964. Ao contrário do que afirmou Damião Duque de Farias<sup>15</sup>, não acredito que se possa dizer que as transformações que aconteceram no movimento dos leigos católicos, no período acima explicitado, tenha resultado numa ruptura, uma vez que os militantes em atividade nas décadas de 1950 e de 1960 continuaram em ação depois de instaurado o golpe militar e que, principalmente,

---

<sup>15</sup> FARIAS, Damião Duque de. **Crise e Renovação Católica na cidade de São Paulo: Impasses do Progressismo e Permanências do Conservadorismo (1945-1975)**. São Paulo, 2002: Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.

transportaram muitos dos ideais e do método de ação que apreenderam na Ação Católica.

A JUC foi desligada da instituição católica e muitos membros passaram a preencher as fileiras da Ação Popular (AP). Outra organização que surgiu no início dos anos 60 foi a Ação Católica Operária (ACO), que reuniu membros, prioritariamente e anteriormente, pertencentes a JOC. A elaboração do semanário **Brasil, Urgente**, cuja redação e direção ficou sob a responsabilidade dos dominicanos e dos leigos católicos, expressou a crescente politização da sociedade brasileira, sendo que a proposta do jornal era a de apresentar ao leitor a discussão sobre fatos como greves e reivindicações, sobre a ação da Igreja no mundo e na América Latina e sobre a política nacional. Objetivava levar à população uma compreensão dos fatos, possibilitando uma leitura diferente daquela que a grande imprensa propunha aos seus leitores, a qual, muitas vezes, manipulava as informações e os entendimentos.<sup>16</sup>

Entretanto, o Estado de Segurança Nacional inaugurado pelo regime militar procurou conter a mobilização social dos leigos católicos e dos sacerdotes. Perseguidos pela polícia política, os militantes passaram a reunir-se clandestinamente; sedes de organizações leigas foram invadidas pela polícia e seus membros sofreram constante vigilância.

Apesar disso, foi notada a presença dos sacerdotes na luta pelos direitos humanos e pela liberdade de mobilização. D. Jorge Marcos, em 1966, esteve na Pontifícia Universidade Católica (PUC) em ato estudantil onde expressou seu apoio ao movimento e dois anos depois (1968), alguns meses antes da instauração do Ato Institucional nº 5, que expandiu os limites da censura e da repressão, o Bispo recebeu os alunos da PUC que estiveram presos nas dependências da polícia política. O encontro pretendia discutir a rearticulação do movimento estudantil. O Bispo também estaria presente no ato proposto pela União Nacional dos Estudantes (UNE), que celebraria o Dia Internacional contra a Ditadura e que ocorreria na Faculdade de

---

<sup>16</sup> D. Jorge Marcos de Oliveira (Bispo do ABC) participou das primeiras discussões que resultaram na elaboração do semanário e de sua elaboração e direção participou D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta (arcebispo da Arquidiocese de São Paulo) e o frei dominicano Carlos Josaphat. Ver ANTUNES, Maria Fernanda M. **O Projeto de Brasil da Esquerda Católica expresso no semanário Brasil, Urgente**. São Paulo, 1999, Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo e, BOTAS, Paulo Cesar. **A benção de Abril**. Petrópolis, Vozes, 1983.

Filosofia de São Bento, mas este não aconteceu por determinação do diretor da Faculdade e o edifício permaneceu fechado.<sup>17</sup>

A hierarquia conservadora da Igreja, por sua vez, deslocou os bispos mais engajados para regiões mais distantes dos centros de atividades política no país. D. Hélder Câmara foi transferido para a diocese de Olinda e Recife e deixou o cargo de secretário geral da CNBB. Por sua vez, alguns estados do Nordeste, como Pernambuco, passaram a abrigar maiores mobilizações e encontros de leigos, o que acabou contribuindo para a expansão dos mesmos. D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta, então Arcebispo de São Paulo, foi deslocado para Aparecida (SP) e em seu lugar entrou o conservador D. Agnelo Rossi. Entretanto, estes sujeitos e tantos outros da Igreja não frearam seu apoio e atuação direta na luta pela democracia e em defesa dos perseguidos pela polícia política. Contornando as malhas da repressão, continuaram agindo em defesa dos direitos humanos e das justas reivindicações da população brasileira.

#### A Doutrina Social Católica e o laicato

A Doutrina Católica refere-se ao conjunto de dogmas que procuram orientar a instituição Igreja Católica<sup>18</sup> e está em constante construção, uma vez que se transforma de acordo com as mudanças que acontecem no mundo ao qual faz parte. A Igreja Católica não somente sofre os reflexos das transformações como também participa destas.

A preocupação da Igreja com o aspecto social esteve sempre presente em sua orientação, embora não fosse explícita.<sup>19</sup> Entretanto, a Doutrina Social Católica ganhou maiores contornos na segunda metade do século XIX, no mundo que a própria Igreja denominava de moderno e que assistia à urbanização, à formação da classe operária em diversas regiões do mundo, ao enriquecimento da classe empresarial e à mudança dos valores morais. Será sobre problemas originados neste contexto que a Igreja irá discutir e propor formas de os resolver. Alguns documentos oficiais do clero

---

<sup>17</sup> Ver MORAES, Maria Blassioli. Movimentos Sociais e Processo de Urbanização In Iokoi, Zilda (org). **Diadema Nasceu no Grande ABC: História Retrospectiva da Cidade Vermelha**. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001. p.143-175.

<sup>18</sup> DOUTRINA In: BOBBIO, Norberto et al.. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. p. 381-382.

<sup>19</sup> Ver Pierre Bigo em **A Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969 e Fernando Bastos de Ávila, S.J. **Pequena Enciclopédia da Doutrina Social da Igreja**, São Paulo: Loyola, 1991.

influenciaram mais o envolvimento da instituição nas questões sociais e no desenvolvimento da atividade do laicato, como as encíclicas, que trataram destas questões. Portanto, pareceu imprescindível discorrer brevemente sobre elas e destacamos, a seguir, alguns pontos.

A encíclica *Rerum Novarum*, redigida e publicada durante o papado de Leão XIII (1878-1903) em 1891, foi responsável por abrir este espaço na Igreja, a qual deixou de lutar contra o mundo moderno, mas procurou se adaptar às transformações.<sup>20</sup> A encíclica trazia orientações ao relacionamento e ao lugar do leigo na Igreja e ressaltava a preocupação com a justiça social e, neste aspecto, dizia especificamente sobre a classe operária. Exigia da sociedade justiça para com o operariado que também teria direito, a partir do que recebia de seu salário, de adquirir bens e de acumular propriedade.

Esta Encíclica não apresentou somente a questão sobre a propriedade privada, considerada como um direito natural ao homem, mas trouxe apontamentos sobre a relação Igreja e classe operária, aprofundadas posteriormente pelo movimento da Ação Católica operária. O documento pedia pela união de todas as classes sociais para que se realizassem as reformas que deveriam resolver os problemas sociais no mundo. Ressaltava também que, sobretudo, a ação do operariado é que poderia mudar sua condição social.

“A sorte da classe operária, tal é a questão de que hoje se trata, será resolvida pela razão ou sem ela e não pode ser indiferente às nações que o seja dum modo ou de outro. Os operários cristãos resolvê-la-ão facilmente pela razão, se, unidos em sociedades e obedecendo a uma direção prudente, entrarem no caminho em que os seus antepassados encontraram o seu bem e o dos povos”.<sup>21</sup>

Estes aspectos que destacamos serão aprofundados e trazidos à tona pelo programa da Ação Católica, ou seja, o operário será responsabilizado pela sua promoção social que, por sua vez, se daria na prática conjunta de sua fé com o dogma católico e por meio do diálogo entre as classes sociais.

Outros pontos na Encíclica chamam-nos a atenção. Em relação ao Estado, determinava que este deveria proteger, através das leis, a propriedade de produção do

---

<sup>20</sup> Segundo Exequiel R. Gutierrez na obra **De Leão XIII a João Paulo II. Cem anos de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995, no Papado de Leão XIII, a Igreja Católica começou seu processo de reconciliação com o mundo moderno e, pedindo pela justiça social, passou a criticar a exploração do homem pelo homem, em busca do acúmulo desenfreado do capital.

<sup>21</sup> DE SANCTIS, Frei Antônio (org.). **Encíclicas e Documentos Sociais, da Rerum Novarum a Octagesima Adveniens. De Leão XIII, Pio XII, João XXIII, Concílio Vaticano II e Paulo VI**. São Paulo, LTr Editora Limitada, 1971. p.46

campo e a da cidade, mantendo-os afastados das agitações e das greves, mas deveria também dar proteção ao operário e garantir-lhe a habitação, o vestuário, enfim, as necessidades básicas, e que pudesse viver à custa do justo salário. O Estado reivindicado pela Igreja era um Estado paternalista.

Neste sentido, o operário deveria exigir o seu lugar na sociedade, mas por via das leis, da legalidade. “Ora o que torna uma nação próspera, são os costumes puros, as famílias fundadas sôbre bases de ordem e de moralidade, a prática da religião e o respeito da justiça, uma imposição moderada e uma repartição eqüitativa dos encargos públicos, o progresso da indústria e do comércio, uma agricultura florescente e outros elementos, se o há, do mesmo gênero; todas as coisas que se não podem aperfeiçoar, sem fazer subir outro tanto a vida e a felicidade dos cidadãos.”<sup>22</sup>

A classe operária também foi tema da Quadragésimo Anno, encíclica que explorava itens antes abordados por Leão XIII e por Pio X, entretanto, o documento trazia as preocupações com os problemas econômicos que tomaram grande vulto no período do entre guerras<sup>23</sup>. Elaborada durante o Papado de Pio XI (1922-1939) em 1931, orientava sobre como a classe deveria agir em seu meio. Sugeria, aos bispos, que incentivassem a sindicalização dos operários cristãos e que para a entrada destes nestas entidades, deveriam estar subsidiados por organizações católicas que os orientassem quanto a sua ação. Desta forma, os militantes cristãos estariam municiados para bem influenciarem o meio sindical a partir dos ensinamentos da Doutrina Católica. O documento sublinhou ainda que os católicos, ao passarem pela Ação Católica, estariam prontos para agir no meio sindical e em outras organizações da classe e era justamente para tal intento que estariam sendo formados.

Sobre a necessidade de salvação dos operários, a Encíclica ainda afirmou que o trabalho na fábrica poderia se tornar destrutível pelo fato de tomar muito o tempo do homem e de o afastar da vida religiosa, de tornar a mulher uma operária tirando-a das responsabilidades do lar e, neste sentido, ajudava a destruir o núcleo familiar. O mundo laico e hodierno corrompia o homem e somente a renovação do espírito cristão garantiria a restauração social.

Desta forma, Pio XI afirmou-se contrário aos conflitos entre as classes sociais frutificados a partir do individualismo liberal e também contra o abuso dos governos autoritários que se desenvolviam no período entre as grandes guerras mundiais.

---

<sup>22</sup> Ibid, p.30.

<sup>23</sup> Segundo Pierre Bigo, o problema econômico, nesta encíclica, tomou a atenção em lugar do problema operário que foi o foco de discussão da Rerum Novarum. Entretanto, a Ação Social Católica continuava a ser bastante incentivada. **A Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969. p. 60-61.

Outro tema que foi bastante introjetado pelos católicos na sociedade e que encontramos nos documentos oficiais da Igreja e também nas orientações para a Ação Católica foi o do anticomunismo. Prioritariamente discutido pela Encíclica *Divini Redemptoris* (1937), também elaborada no Papado de Pio XI, responsabilizou o desenvolvimento do laicismo e do liberalismo pela expansão do comunismo e do socialismo entre a sociedade, pois o enriquecimento desmedido de alguns e o conseqüente empobrecimento e a exploração de muitos teriam gerado a apreensão das idéias propagadas pelo comunismo entre os trabalhadores. Sobre os comunistas, a Igreja sublinhou a impossibilidade de os cristãos a eles aliarem-se, porque eram anticristãos, incentivavam o ódio entre as classes e propunham a propriedade coletiva, práticas que desorganizariam a ordem social e que iam contra a vontade divina.

Contra a expansão deste grupo que se dava em grande medida entre o meio operário e entre os jovens, a Igreja colocava a Ação Católica. Entretanto, procurou estabelecer que os primeiros a lutar pela justiça social que afastaria o comunismo seriam os sacerdotes, aos quais os leigos estariam submetidos. A Ação Católica era responsável pela difusão da ordem social cristã.

Veremos no próximo capítulo que a submissão dos leigos à hierarquia ficou comprometida devido ao próprio discurso veiculado pela Ação Católica que procurava dotar o leigo e sua classe de possibilidades de conquista de melhorias sociais.

A prática da caridade, que deveria estar presente na ação dos leigos, foi incentivada pela Igreja que por sua vez, exigia esta atividade das classes mais abastadas para com o operariado, contanto que não ocupasse a função do salário do trabalhador. Todas as ações dos católicos deveriam estar voltadas para o estabelecimento do bem comum no mundo e para tal estaria também a ação do leigo. Estabelecer o bem comum entre os povos seria uma garantia contra qualquer eminente movimento revolucionário.

Pio XII não publicou nenhuma encíclica social, mas proferiu seu discurso através das mensagens de rádio durante as festas de natal e de pentecostes e foi o primeiro a empregar o termo Doutrina Social Católica, acusando uma preocupação com as atualizações doutrinárias. Inicialmente, a orientação do Papa assemelhou-se mais ao de Pio XI, mas num segundo momento, pareceu voltar aos problemas de “mentalidade técnica”.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> BIGO, Pierre. Op. cit. p.62.

A Doutrina Social Católica sob o Papado de João XXIII experimentou um definitivo incentivo que a levou para todos os continentes do mundo. Tomou inspiração no trabalho realizado por Pio XI, mas também inovou ao abordar a justiça social no mundo.

Na *Mater et Magistra* o problema social não é mais somente o problema operário da *Rerum Novarum*, nem mesmo o problema econômico da *Quadragesimo Anno*. O ângulo da visão se alargou ainda mais nela: desenvolvem-se amplamente os problemas da agricultura e dos países subdesenvolvidos. A *Pacem in Terris* acrescentará, no domínio econômico-social, somente algumas importantes determinações, sendo outro seu objeto.<sup>25</sup>

Este Papa teria promovido o “aggiornamento” da Igreja, objetivando a atividade da evangelização.

Através da *Mater et Magistra* admitiu a convivência de diferentes formas de pensamento dentro da Igreja e possibilitou o diálogo entre católicos e não cristãos. Definiu o Bem Comum como as justas condições sociais que permitiriam o desenvolvimento integral da personalidade. Sob iniciativa de João XXIII e devido à continuidade dada por Paulo VI, aconteceu o Concílio Vaticano II (1962-1965) que em suas quatro sessões abrigou discussões e a aprovação de importantes documentos que se projetaram sobre a Doutrina Social. Dizem respeito à necessária solidariedade universal, ao direito a liberdade religiosa, à consciência dos problemas temporais que se desenvolvem em determinados períodos históricos e a que a Igreja também está inserida e sobre eles deve agir.

A orientação definida por João XXIII em suas encíclicas e nos documentos elaborados no Vaticano II parecem ter legitimado ações praticadas pela Igreja na América Latina e que se referiam à resolução dos problemas que envolviam as diferenças sociais e a miséria do homem. Portanto, os atos do Papa causaram grande impacto e entusiasmo aos que caminhavam por esta trilha.

As orientações lançadas pelas cartas encíclicas, as quais citamos algumas, estão presentes no programa da Ação Católica para a juventude operária e é o que poderemos constatar no primeiro capítulo, no qual tratamos da organização do movimento da JOC no município de Santo André, no ABC paulista. Segundo Pierre Bigo, o pensamento social cristão não está somente condicionado às orientações do magistério, mas refere-se também às experiências e reflexões de sacerdotes e de leigos.

---

<sup>25</sup> Id.

## O objeto e sua problematização

A motivação para a realização do presente estudo surgiu, principalmente, da necessidade de compreender como era possível que operários católicos, membros de um movimento formado e orientado segundo os interesses da hierarquia da Igreja, pudessem atuar pelos problemas de sua classe social. Para adentrarmos em tal entendimento, recorreremos às análises elaboradas por especialistas sendo, justamente, este debate bibliográfico o qual apresentamos a seguir.

A respeito da discussão sobre a Igreja Católica no Brasil, muitos são os estudos que exploram a relação da instituição com o Estado e a política, sendo que em menor número são as obras que cuidam da análise da participação do laicato. Certamente que os leigos ao se inserirem no corpo da Igreja através da participação em alguma organização ou associação, passavam a fazer parte da mesma. A estes era limitado o poder de decisão, mas em alguns períodos da história puderam usufruir maior poder de decidir sobre o andamento da organização em que atuavam. Frequentemente, os leigos recebem, dos estudiosos sobre o tema, uma posição secundária dentro do “teatro” católico. Para Márcio Moreira Alves<sup>26</sup> os leigos são figurantes, sendo que o papel de protagonista é atribuído aos bispos, aos padres e às outras instâncias desta escala hierárquica. É necessário esclarecer que este autor coloca este lugar a estes agentes porque apreendeu que no interior da Igreja os sacerdotes têm maior poder de decisão quanto ao encaminhamento da instituição. Este olhar parece colocar o leigo numa postura bastante submissa em relação às orientações da hierarquia. Em sua conclusão, Moreira Alves afirmou que a hierarquia católica sempre consegue conduzir a instituição conforme seu interesse e que pouco espaço de decisão fica à disposição dos leigos. Percebeu que não interessa à Igreja liderar manifestações de transformação da sociedade.

Ora, o autor escreveu seu estudo num período em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)<sup>27</sup> se proliferavam em diversas regiões do Brasil arregimentando as populações pobres em torno de discussões e ações sobre as melhorias de sua condição social. Este contexto parece ter criado expectativas em relação aos frutos que tal ação poderia atingir e às mudanças profundas que poderia vir a alcançar, embora Frei Betto

---

<sup>26</sup> ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

<sup>27</sup> Organizações de leigos que se cristalizaram entre as décadas de 1960 e de 1970. Edificaram-se em diversos bairros e paróquias no país, no espaço urbano e rural. Objetivavam buscar melhorias para as condições de vida das comunidades onde estavam inseridas.



tenha afirmado, no prefácio à obra de Moreira Alves, que “a Igreja não pode ser culpada daquilo que ela não se propõe nem ser acusada de não corresponder às expectativas que surgem na cabeça dos que só vêem um aspecto de sua atuação.”<sup>28</sup>

Entretanto, Frei Betto parece ter sugerido a existência de uma Igreja una, na qual as pessoas não poderiam criar expectativas diferentes das propostas pela mais alta hierarquia.

Moreira Alves afirmou que organizações como a JUC, que radicalizou sua ação política depois de 1964, foram substituídas pela JOC e pela ACO em relação à atividade junto ao laicato católico<sup>29</sup>. Esta tendência não se verificou no ABC, lugar em que a JUC não se projetou entre os jovens e onde a JOC apresentou crescente presença entre a classe operária a partir do final da década de 1940. A ACO, por sua vez, também não substituiu a JOC, pois a organização formada no ano de 1962 recebeu os ex-militantes da JOC que ao se casarem ou ao se tornarem adultos não podiam mais atuar na juventude operária. Assim, a ACO foi uma opção para aqueles militantes adultos que queriam dar uma continuidade à sua ação.<sup>30</sup>

Acredito que, justamente, os momentos na história os quais mais claramente nos permitem observar os leigos como protagonistas, são os de conflito com a hierarquia católica, pois são os momentos em que podemos perceber quais eram seus objetivos e interesses e em quais aspectos diferiam dos interesses da hierarquia. Não há dúvidas de que os jovens operários leigos, enquanto grupo com interesses coletivos compunham uma organização da Igreja, não porque eram dominados por uma elite eclesiástica que determinava todos os seus caminhos e objetivos, mas porque estavam naquele lugar em decorrência de interesses de classe que os levaram até lá. E se por um lado a Igreja tinha interesses políticos, sociais e econômicos que explicavam sua aproximação junto à classe operária, por outro, os militantes também tinham seus objetivos. Portanto, não podemos tratá-los simplesmente como dominados por uma elite eclesiástica que teria traçado todos os passos e conseqüências das ações dos leigos. Pensar os leigos como dominados leva-nos de antemão a dois equívocos: observar os leigos como grupo de interesses homogêneos e totalmente submisso aos interesses da instituição que os

---

<sup>28</sup> ALVES, Márcio M. op cit. p.14.

<sup>29</sup> Esta afirmação foi defendida também por Pablo Richard em seu estudo intitulado **Morte das Cristandades e nascimento da Igreja. Análise histórica e interpretação teológica da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1982. Segundo Richard, após o golpe militar de 1964, os militantes da JOC e da ACO substituíram os da JUC na procura de uma Igreja coerente com uma prática política revolucionária. Percebemos que nestes estudos falta uma análise mais profunda sobre o papel da ACO para que se possa construir uma compreensão desta organização, desatrelada da JOC.

<sup>30</sup> Sobre a participação dos militantes operários na JOC e na ACO no ABC, ver Heloisa Martins em **Igreja e Movimento Operário no ABC**. São Caetano do Sul: Hucitec /Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

orientava. Tratá-los desta forma dificulta a visualização das pluralidades de ações e interesses que compuseram o grupo. Também considerar a Igreja como dominadora pode levar-nos a outros equívocos, como o de supervalorizar suas estratégias de ação entre a sociedade.

No mesmo sentido que Márcio Moreira Alves, Thomas Bruneau<sup>31</sup> acentuou a ligação entre a hierarquia e os leigos, destacando o controle que a instituição continuamente exerceu sobre suas organizações. A análise de Bruneau apresenta uma Igreja monolítica em relação às orientações e objetivos, sendo que, somente após 1964 o autor percebe interesses conflitantes na instituição.

O autor não percebeu a presença da Ação Católica no espaço urbano antes da década de 1960, pois a Igreja não teria tido problemas com as ameaças políticas nas cidades. Por outro lado, acreditou que o sindicalismo rural e o movimento liderado no campo por Francisco Julião teriam chamado a atenção da Igreja, que prontamente procurou congregar esta população nas organizações da instituição, como a Juventude Agrária Católica (JAC). Destacou também que, somente depois do início daquela década, a Igreja, através da articulação do Movimento de Educação de Base (MEB), procurou trabalhar pela conscientização política das comunidades mais pobres por meio de métodos de alfabetização. E esta prática não foi aprovada por todo o clero, tendo provocado conflitos internos.

Segundo Thomas Bruneau “a necessidade de atuar no campo social levou a Igreja a perceber que o laicato tinha que ser mobilizado para ajudar. A ajuda foi concentrada principalmente num trabalho na zona rural através de programas de educação de base, de sindicalização, de cooperativas, etc.”<sup>32</sup>

Mas a Igreja, ao procurar congregar os leigos em movimentos, não pretendia simplesmente uma ajuda, mas mais do que isto parece que a instituição, ao perceber que estava perdendo seus fiéis, sentiu que eram estes que davam sustentação à mesma e perdê-los significava enfraquecer.

Confirmamos a teoria de Bruneau no que se refere a sua afirmação de que a Igreja procurou declarar-se como promotora, junto ao Estado e à sociedade, das mudanças sociais defendidas nos anos de 1950 e de 1960, porque percebeu a necessidade de elaborar meios de defesa contra a expansão de outras doutrinas e religiões, ao que o autor chamou de ameaças políticas. Assim, este novo papel

---

<sup>31</sup> BRUNEAU, Thomas.C. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

<sup>32</sup> Ibid. p.153.

assumido pela Igreja foi à forma que encontrou para tentar manter sua influência em meio à sociedade.

Percebemos que na região do ABC, a iniciativa de formar uma diocese local surgiu muito em detrimento do fortalecimento da organização sindical e da influência do partido comunista. Mas é necessário compreender as singularidades das outras instâncias do clero e no caso deste estudo, interessa apreender as especificidades do movimento de leigos e o que os atraía para a participação nos movimentos da Igreja.

Entretanto, como outros estudiosos confirmaram, a Igreja organizou a Ação Católica em suas determinadas especialidades onde percebia necessário arregimentá-las. O ABC assistiu à arregimentação da JOC no final da década de 1940, uma vez que a região abrigava grande número de operários, ao contrário do que afirmou Bruneau sobre a ausência da Ação Católica no espaço urbano.

Outros estudos proclamaram outro lugar para o laicato, numa tendência de apresentá-lo como menos submisso e como portador de maior autodeterminação, como estabeleceram as análises de Heloísa Martins, de Scott Mainwaring, de Pablo Richard e de Luiz Gonzaga de Souza Lima<sup>33</sup>.

Este último estudioso observou que a formação de um clero voltado às questões relativas ao mundo do trabalho e ao dos pobres durante os anos de 1950 e de 1960, ocorreu em decorrência do contexto social que favoreceu a participação dos trabalhadores na política, participação que crescia constantemente. Desta forma, setores da Igreja teriam acompanhado esta inserção dos trabalhadores e apoiavam-nos em suas lutas. Na análise de Souza Lima, chama-nos a atenção sua preocupação em sublinhar a diferença de interesses e de ações existentes entre os grupos de leigos da Ação Católica e o grupo dos bispos progressistas, uma vez que os primeiros traziam interesses concernentes aos problemas de sua classe social, enquanto os bispos portavam, prioritariamente, os objetivos propostos pela hierarquia. Entretanto, o estudioso destacou que o interesse dos bispos em primeiro plano não era o de recristianizar toda a sociedade e nem o de lutar contra o comunismo, mas tinham o sincero fim de ajudar as massas.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> MARTINS, Heloísa, **Igreja e Movimento Operário no ABC...**, RICHARD, Pablo. **Morte das Cristandades e nascimento da Igreja. Análise histórica e interpretação teológica da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1982 e, SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga de. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis:Vozes, 1979. MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>34</sup> Ao sublinhar a necessidade de observar os leigos como portadores de interesses de seu grupo social, Souza Lima faz uma crítica aos autores que observaram os movimentos de leigos somente como organizações controladas pelo clero. Padre Raimundo Caramuru de Barros em sua obra **Brasil: Uma Igreja em**

Certamente, os leigos da Ação Católica portavam seus interesses de classe e, aliás, estes militantes compunham também a classe trabalhadora<sup>35</sup> e não somente a classe média, como acreditou Souza Lima. Mas é preciso considerar que a Ação Católica Brasileira (ACB) foi organizada nos moldes do movimento surgido inicialmente na Itália e posteriormente segundo sua reestruturação sob o modelo da França e da Bélgica. No Brasil, a ACB foi impulsionada por alguns sacerdotes e intelectuais católicos durante a primeira metade do século XX, portanto não é possível analisar tal movimento e ação dos leigos sem levar em conta as orientações do clero.

O próprio autor, Souza Lima, afirmou que o que incentivou a ação do grupo progressista da Igreja foi a aproximação com a Doutrina Social Católica e com o desenvolvimentismo como ideologia da aliança das classes no poder. Foram as teorias construídas sobre estes alicerces que também orientaram as ações do laicato.

Souza Lima concluiu que é plenamente possível a participação de setores da Igreja na emancipação das classes dominadas, ao contrário do que afirmou Moreira Alves, para quem a hierarquia que dirige a instituição sempre a conduzirá segundo seus interesses, e não segundo os objetivos dos demais setores sociais.

Talvez a estes autores, a questão da pluralidade de pensamentos dentro da Igreja necessitasse estar mais presente, pois certamente os ajudaria a compreender a possibilidade de apoio às classes sociais desprivilegiadas. Scott Mainwaring, em seu estudo sobre a Igreja Católica e a política no Brasil, observou que a instituição não comportava um único interesse, mas diversos, uma vez que diferentes grupos ou modelos a compõem e cada um destes modelos, por sua vez, transporta mais de um interesse. Em sua análise Mainwaring localizou quatro modelos de Igreja, mas afirma que podem coexistir ainda outros, são estes: da neocristandade, a modernizadora, a reformista e a popular. O objetivo máximo que rege as ações destes modelos se refere à salvação das pessoas e à propagação da mensagem religiosa. Serão os objetivos chamados “instrumentais” que irão diferir em cada um dos modelos. Estes objetivos podem se relacionar à expansão institucional, à sua posição financeira sólida e à influência sobre o Estado ou a elite econômica e política.

---

**Renovação. A experiência brasileira em planejamento pastoral.** Petrópolis: Vozes, 1968, portava esta visão, ou seja, para este autor, a Ação Católica Brasileira (ACB) e os movimentos especializados de leigos como organizações de Igreja tinham como objetivo o aprofundamento e a renovação da vida cristã no qual contribuíam com o episcopado brasileiro. Para Thomas Bruneau, os movimentos da Ação Católica atuavam no sentido de afastar o que a Igreja considerava como ameaça política, com sua influência no meio social.

<sup>35</sup> Heloísa Martins. Op.cit. confirmou a composição operária da JOC no ABC.

A Igreja da neocristandade (1916-1955) teve como principal objetivo a cristianização da sociedade, “conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico.”<sup>36</sup> Para tanto, constituíram-se ações voltadas para a aproximação aos fiéis, através da Ação Católica. A Igreja foi ao encontro da classe média urbana, mas não estava atingindo a classe trabalhadora.

No período seguinte, entre 1955 a 1964, a Igreja reformista promoveu intensas transformações no interior da instituição, quando se comprometeu em melhorar os destinos dos seres no mundo, objetivando a justiça social. Mainwaring viu nas mudanças promovidas durante o Papado de João XXIII (1958-1962) e pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), a responsabilidade pela disseminação de práticas que estavam presentes entre a sociedade católica: “maior participação dos leigos, justiça social, maior sentido de comunidade, maior co-responsabilidade dentro da Igreja e relações de maior proximidade entre o clero e o povo...”<sup>37</sup>

Quatro tendências, segundo o autor, estavam presentes na Igreja brasileira no contexto dos anos de 1950 e de 1960. Havia a esquerda católica que apoiava as transformações na instituição e havia escolhido agir em defesa de melhorias para as populações pobres; o tradicionalista, que pedia pela manutenção da ordem clerical; e ainda os reformistas e os modernizadores conservadores. Estes dois últimos setores abrangiam a maioria dos católicos, e incentivavam mudanças na Igreja e o envolvimento desta nas questões sociais, porém os modernizadores conservadores pretendiam ver um catolicismo mais forte através da educação religiosa mais intensa e distante da esfera política.

Justamente, foi o modelo de Igreja popular ou progressista (1964-1973), o responsável na década de 1960 pelo importante papel que os leigos e a base ocuparam na transformação da Igreja brasileira e que nos anos seguintes dariam subsídios para a elaboração da teologia da Libertação. Segundo Mainwaring, “as primeiras comunidades de base, as primeiras discussões sobre pedagogia entre as classes populares, o trabalho pioneiro com os índios e a maior parte das outras transformações de importância na Igreja brasileira tiveram início nas bases.”<sup>38</sup> O autor afirmou que os Papados de Pio XI e de Pio XII determinaram uma maior aproximação dos sacerdotes aos leigos, entretanto, estes somente ganhariam alguma autonomia de ação a partir da

---

<sup>36</sup> MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil...* . p.45.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p.63.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p.28.

década de 1960 e com o apoio do setor progressista. Desta forma, Mainwaring, assim como outros autores, assistiu na ação das CEBs um importante passo para a obtenção desta autonomia.

Emprestamos de Scott Mainwaring a compreensão que o autor estabeleceu quanto aos diferentes setores que compunham a Igreja nos anos 50 e 60, e procuramos incorporá-lo em nossa observação sobre o clero no ABC. Entretanto, simplificamos esta estrutura, sendo que nos capítulos que seguem, referimo-nos a um setor conservador e ao progressista, pois estivemos diante da dificuldade de angariar maiores informações sobre a tendência de cada indivíduo ou grupo hierárquico. Sublinhamos que tal simplificação serviu aos limites dos objetivos deste estudo, mas que sabemos que na realidade existe a complexidade que apresenta maiores conflitos e diferenças entre os setores do clero. Como setor progressista, entendemos aquele que apoiava as transformações na instituição e havia escolhido agir em defesa de melhorias para as populações pobres; como conservador, percebemos os grupos definidos por Mainwaring como os tradicionalistas que pediam pela manutenção da ordem clerical e aos modernizadores conservadores que pretendiam ver um catolicismo mais forte através da educação religiosa mais intensa e distante da esfera política. Entretanto, os reformadores e os modernizadores conservadores admitiam algumas transformações na Igreja e algum envolvimento nas questões sociais.

A via para uma maior autonomia dos leigos estava presente desde meados da década de 1950 e foi conseqüência do próprio discurso da Ação Católica que responsabilizava o leigo pelas melhorias sociais, estimulando-o a agir em meio a sua classe social.

Como pudemos constatar na discussão sobre a Doutrina Social da Igreja no que se refere ao laicato, e como poderemos observar também através das orientações do programa da Ação Católica, percebemos que a orientação inicial da hierarquia católica para os leigos sofreu transformações quanto aos discursos e objetivos, pois foram incorporados pelos leigos e, ao fazer parte de sua realidade e experiências, tal orientação sofreu adaptações. Foi este caminho de apropriação e de adaptação da ação e do discurso que contribuiu para o ambiente em que foi possível elaborar a teologia da Libertação.

“Talvez a contribuição mais importante tenha sido a de desenvolver uma concepção de fé, um compromisso com a luta popular e práticas pedagógicas que serviam de modelo para outros movimentos. O nível de militância política e a rejeição da

religiosidade popular diferenciaram a JOC dos movimentos da Igreja da década de 70, mas, mesmo assim, a JOC influenciou suas reflexões teológicas e práticas pastorais.”<sup>39</sup> O método ver, julgar e agir<sup>40</sup>, aplicado pelos militantes jocistas e que incentivava a ação sobre os problemas da classe, parece ter sido a principal herança deixada para os posteriores movimentos de leigos.

Pablo Richard numa posição semelhante à de Scott Mainwaring, destacou o papel de organizações, como AP, ACO, JOC e JUC, na contribuição para a construção da Igreja popular, aquela em que os católicos leigos e sacerdotes têm como objetivo trabalhar junto às classes desprivilegiadas e pela sua libertação. Para Richard, a Igreja popular em construção entre final dos anos de 1960 e durante a década de 1970, poderia determinar o final da cristandade, modelo em crise na Igreja Católica desde meados dos anos de 1960 quando houve a desestruturação da política desenvolvimentista do governo federal.

Desta forma, a cristandade, definida como a relação existente entre a Igreja, o Estado e a classes dominantes, seria substituída pela sincera intenção dos sacerdotes em atuar na promoção dos pobres. Esta projeção é construída e desejada pelo autor que escreve num momento de intensa articulação da base católica no que se refere às exigências sociais. Entretanto, Richard confirmou a presença na Igreja de outros setores que procuravam estabelecer uma nova cristandade, ou seja, procuravam erigir novos contratos com o recente governo militar.

Mainwaring ainda contribuiu para a compreensão sobre a prática do laicato quando aprofundou sua análise num estudo sobre a Juventude Operária Católica<sup>41</sup>, sendo que este serviu de estímulo e como importante fonte de reflexão para outros estudos sobre este grupo de leigos. Walmir Muraro e Roberto Fabian<sup>42</sup> partiram dos caminhos trilhados por Scott Mainwaring.

Estes autores concordaram que numa primeira fase de existência da JOC (1947 a 1957), o movimento era pouco politizado e preocupava-se mais com a vida religiosa dos

---

<sup>39</sup> Ibid. p.158.

<sup>40</sup> Este método de análise dos problemas sociais foi efetivado pelos movimentos de Ação Católica e consistia na localização do problema, em sua discussão, análise e elaboração de hipóteses de como resolvê-lo e finalmente propunha a resolução deste problema pela ação dos cidadãos católicos. Este método foi empregado também pelos movimentos confessionais que surgiram nas décadas de 1960 e de 1970.

<sup>41</sup> MAINWARING, S. **A JOC e o surgimento da Igreja na base (1958-1970)**. Revista Eclesiástica Brasileira. V.43: 169, março de 1983.p. 29-92.

<sup>42</sup> FABIAN, Roberto. **JOC: da submissão à contestação**. São Paulo: 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica (PUC) e MURARO, Walmir Francisco. **A JOC: uma utopia operária**. São Paulo: 1983. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP) e do mesmo autor, **Juventude Operária Católica (JOC)**, São Paulo: col. Tudo é História. V.97. Brasiliense, 1985.

jovens, sendo que seu objetivo era pela cristianização dos mesmos. Seria somente numa segunda fase (1958 a 1961), que a JOC começaria a se envolver mais com questões políticas, pois sofria a influência da intensa politização pela qual passava a sociedade, além das mudanças pelas quais passava a instituição católica. Havia também a preocupação, segundo Mainwaring, com a estrutura e o crescimento do movimento. Seu fortalecimento pode verificar-se através de três importantes encontros que aconteceram em 1961: o II Congresso Mundial da JOC, o I Congresso Nacional dos Jovens Trabalhadores e o I Congresso Nacional de Jovens Empregadas Domésticas. Neste período são visualizados os conflitos iniciais entre hierarquia e leigos, uma vez que a prática e visão de fé da JOC teriam avançado mais do que a posição dominante da Igreja. A terceira e breve fase desenhada por Mainwaring (1962 a 1964) indicou o aprofundamento da politização nascida durante os anos anteriores e que se seguiu após o golpe militar de 1964.

Durante a segunda metade da década de 60, a visão política da JOC transformou-se num processo acelerado. Durante esse período, a JOC abandonou o reformismo e tornou-se um movimento abertamente anticapitalista. A visão jocista ainda se diferenciava da percepção da esquerda marxista e assumiu um compromisso com a mudança social radical como elemento da fé cristã. Essa visão de fé e as práticas pedagógicas desenvolvidas pela JOC fariam dela uma das mais importantes precursoras da Igreja popular.<sup>43</sup>

O ano de 1970 marcou a desarticulação completa do movimento jocista num processo que havia se intensificado em 1968 devido à repressão do governo militar e à falta de apoio suficiente do clero. Como apontou Walmir Francisco Muraro e Scott Mainwaring, sedes da JOC foram invadidas pela polícia política, militantes leigos e sacerdotes sofreram com a vigilância e foram presos. Os autores sublinharam uma crescente politização do movimento dos jovens operários.

Pablo Richard afirmou que neste processo de politização a JOC e a ACO não romperam com a Igreja porque compreenderam que o problema principal ao qual deveriam agir não era intra-eclesiástico, mas sócio-político e este aspecto do movimento foi interpretado pelo autor como o resultado de um amadurecimento político do grupo.

Mainwaring concluiu que a atuação dos jocistas acabou por ajudar a Igreja a compreender a classe operária, exercendo um efeito contrário ao que, inicialmente, a instituição pretendia com o movimento: levar a Igreja à classe operária. A renovada concepção de fé e o envolvimento nas lutas sociais frutificados no interior do movimento serviram de modelo para movimentos posteriores.

---

<sup>43</sup> MAINWARING, S. *Igreja Católica e Política no Brasil...* p.149.



Walmir Muraro em seu estudo sobre a Juventude Operária Católica no Brasil, também observou uma politização crescente dos leigos em seu meio social. Este autor, assim como Scott Mainwaring, percebeu o desenvolvimento do movimento dividindo-o em diferentes fases. A primeira fase que teria se estendido desde o ano de oficialização da JOC no Brasil em 1948 até o ano de 1958, foi um período marcado pela divulgação da organização e pelo recrutamento de militantes. O segundo período (1959 a 1964), teria sido a fase missionária, quando o movimento teria deixado os limites da paróquia, estendendo-se aos jovens nas fábricas e nos bairros. Nestes dois momentos, segundo Muraro, a JOC era muito clerical e pouco politizada, característica que se tornaria presente somente após 1964, com a instauração do regime militar no país. Portanto os anos que compreenderam de 1964 a 1970 designaram o período da ruptura, pois aí teria sobressaído a crítica dos jovens católicos à política do governo federal e em 1970 aconteceu o desmonte da organização que já caminhava com dificuldades em decorrência da repressão exercida pelo governo e pela falta de apoio da hierarquia da Igreja.

Para Muraro o movimento jocista traduziu-se como uma força capaz de transformar para melhor o mundo operário e foi um elemento impulsionador de inovações e de descobertas, tanto para os leigos quanto para os sacerdotes e bispos ligados ao movimento. A utopia operária que articulou o movimento, ou seja, o ideal de salvação da classe trabalhadora não teria sido somente um sonho de mudança, mas se mostrou como uma real possibilidade de mudança social.

O estudo de Heloísa Martins sobre a relação entre a Igreja Católica e o movimento operário no ABC paulista compreendeu os anos de 1954 a 1975, período em que D. Jorge Marcos de Oliveira exerceu seu bispado na região. A autora ressaltou o importante papel do laicato para o desenvolvimento dos movimentos sociais locais e para as transformações que ocorreram no interior da Igreja Católica, entretanto, percebemos que associou a atividade do laicato à presença do Bispo que atuava junto ao operariado, incentivando a articulação da classe e estando à frente de movimentos de reivindicação. Nesta percepção, mais uma vez, a prática dos leigos ficou submissa à atuação e presença de um membro da hierarquia eclesiástica.

Martins afirmou que no período entre 1954 e 1975, a Igreja no ABC sob a orientação da Diocese de Santo André sofreu uma reorientação institucional, passando de uma percepção de mundo conservadora para uma visão reformadora. A autora emprestou a teoria da reorientação institucional que Souza Lima lançou sobre a Igreja a

partir dos anos 30 do século XX, quando passou por reformas e aos poucos distanciou suas ações sociais das classes médias e as aproximou das classes “dominadas”<sup>44</sup>.

Em relação à atuação da Ação Católica e da juventude católica operária, Heloísa Martins observou um conflito freqüente entre a hierarquia da Igreja e os grupos de leigos, pois os militantes da JOC condenavam a intensa burocracia e os aspectos rituais da religião. Sobre as fases de desenvolvimento da JOC descritas por Walmir Muraro e por Mainwaring, Martins percebeu uma correspondência em relação ao movimento do ABC, principalmente em seus primeiros anos de existência, na década de 1940 e no início dos anos de 1950, quando a vida clerical era mais presente. Os anos seguintes demonstrariam militantes envolvidos nos problemas de sua classe.

... os movimentos da Igreja voltados para a classe operária, como a Juventude Operária e a Ação Católica Operária, foram beneficiados não só pela efetiva participação do bispo no movimento operário, como também pelo apoio dado para aqueles movimentos, nunca colocando obstáculos e dando toda a liberdade de trabalho aos militantes. A presença da Igreja, ajudando e atuando ao lado do movimento operário, significou, efetivamente, um avanço no tratamento da questão operária, trazendo para o interior da instituição uma nova visão da classe trabalhadora...<sup>45</sup>

Objetivamos neste estudo compreender e apreender as relações sociais estabelecidas entre o grupo de leigos da Igreja que militavam na Juventude Operária Católica (JOC) com a hierarquia da instituição e com outras organizações da classe operária, observando, seus limites e correspondências de ação, de interesses e de objetivos.

Para tal empreendimento foi necessário traçar um perfil dos militantes da JOC do ABC, pois conhecer o lugar em que habitavam e em qual ramo industrial trabalhavam facilitaria o entendimento sobre o rumo que o grupo percorreu. Pensamos que ao aprofundarmos nosso conhecimento sobre o grupo, entenderemos mais facilmente suas atividades e relações sociais e políticas.

A leitura da bibliografia sobre o assunto frutificou outras questões. Em relação à participação do Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira no movimento operário, pudemos questionar como teria se desenvolvido o apoio do Bispo ao movimento dos leigos, ao mesmo tempo em que se desenvolveram os conflitos entre a hierarquia e o laicato? Fazia-se necessário compreender de que forma aconteceu o apoio do Bispado aos leigos e qual era a relação do Bispo com os sacerdotes da região do ABC.

---

<sup>44</sup> Termo utilizado por SOUZA LIMA, Luiz G. de. **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

<sup>45</sup> MARTINS, Heloísa. **Igreja e Movimento Operário no ABC**. São Caetano do Sul: Hucitec /Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994..., p. 81 et seq.

Sobre as orientações da Igreja para o movimento da Ação Católica e como estas eram apreendidas pelos leigos surgiram outras questões: como poderiam assistir ao comunismo como um grande mal para a sociedade, se os militantes, por vezes, estiveram em contato com comunistas? Como os militantes agiriam confirmando que a Ação Católica era um meio de continuação do apostolado em meio à sociedade, se a própria Igreja também os incentivava a agir diante de um problema e não somente a discutir os problemas? Por fim, como poderiam estar fiéis aos interesses e propostas da Igreja - pertencente a um setor social ligado às estruturas que manipulam o poder - e, antes, esta mesma também agia no sentido de manipulá-lo e, ao mesmo tempo, pertencer a uma classe economicamente e politicamente desfavorecida?

Estas questões incentivaram-me a compreender como se deram estas relações sociais tão complexas e, por vezes, instáveis.

Estabelecemos a hipótese de que os militantes da JOC de Santo André, no período estudado (1954-1964), percebiam os valores e objetivos defendidos pela hierarquia da Igreja como distintos dos objetivos defendidos pelo operariado. Os militantes jocistas ao estarem inseridos nos problemas sociais de sua classe operária, percebiam suas prioridades de luta como diferentes das que recebiam a partir das orientações da hierarquia da Igreja que coordenava o movimento. Para os militantes, havia a separação entre o que era o movimento de Igreja, relacionado à espiritualidade e a cristianização, e o movimento operário, relacionado aos problemas da classe.

Neste aspecto, uma segunda hipótese é a de que o Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira teria agido no sentido de conciliar os interesses dos militantes operários com os da Igreja Católica, que orientava o movimento jocista no Brasil. Esta conciliação teria, então, impedido uma possível ruptura dos jocistas com a Igreja Católica e teria possibilitado a expansão do movimento operário dos católicos no ABC. Neste sentido, o apoio do Bispo teria sido circunstancial para o desenvolvimento da ação dos militantes junto ao movimento operário.

Ao analisar os documentos, estive atenta às relações e reflexões que os militantes desenvolviam em relação à hierarquia da Igreja e em relação aos outros movimentos da classe operária. Com esta apreensão foi possível compreender as aproximações e os conflitos que o grupo da JOC do ABC paulista desenvolveu com estes dois setores. Pudemos apreender onde puderam ou quando quiseram desenvolver suas atividades com autonomia. Para tal trabalhei, prioritariamente, com documentos produzidos pelos militantes e que se referem às correspondências, anotações em

agendas pessoais, resoluções e manifestos produzidos em congressos e em encontros. Confrontamos esta fonte de documentos com a produzida pela hierarquia católica e que traduzia em manuais e publicações as orientações aos movimentos da Ação Católica.

Tivemos acesso a documentos que pertencem a um antigo militante da JOC que atuou no ABC. Felizmente, esta documentação estava em boas condições e o acesso à ela foi-nos completamente disponibilizado. Este corpo documental permitiu o estudo sobre o movimento no ABC.

A Central de Documentação e Informação Professor Casemiro dos Reis Filho (CEDIC), localizado na Pontifícia Universidade Católica (PUC), possui um vasto acervo que reúne documentos produzidos por militantes e padres assistentes da JOC, porém o material referente ao ABC não seria suficiente para a realização do estudo.

Para a realização da pesquisa, pude apoiar-me também em material recolhido através de entrevistas que fiz com antigos militantes da Igreja e do movimento sindical. Estes depoimentos foram colhidos entre os anos de 2000 e 2001. No Museu de Santo André encontramos um acervo de entrevistas de grande valor, como a realizada por Heloísa Martins e Marita Bargas com o Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira e entrevistas concedidas por padres que atuaram na região do ABC. Estes são importantes instrumentos que nos permitiram conhecer as atividades e os objetivos dos sacerdotes que atuaram junto às populações pobres. Outra fonte encontrada no Museu e bastante utilizada foi a de jornais publicados no ABC entre as décadas de 1950 e de 1960. Analisamos diferentes jornais, pois as coleções estão incompletas.

O texto que resultou do estudo foi estruturado em três capítulos. No primeiro discorremos sobre a organização do espaço geográfico dos habitantes do ABC, sobre como estava constituído o espaço de trabalho e de moradia dos militantes católicos. Assim, como tratamos do início da organização da JOC na região, que aconteceu entre os últimos anos da década de 1940 e início dos anos 50, até o ano de 1954, quando foi edificada a diocese do ABC.

No capítulo seguinte discorremos sobre a reestruturação da Juventude Operária Católica durante a segunda metade da década de 1950 quando a partir de 1954, aconteceram a criação da diocese, a nomeação do primeiro bispo, D. Jorge Marcos de Oliveira (1954 -1975) e a criação da Federação da JOC. Faz parte deste capítulo, a análise da relação dos militantes católicos com a política local e com o Partido Comunista Brasileiro que apresentava uma forte presença na região, num período em

que a política populista ainda era a base de sustentação dos governos federal e estadual.

No terceiro capítulo, partimos do contexto que teve como pano de fundo as relações bastante estremecidas que se desenvolveram entre a potência capitalista e a comunista e que, na América Latina, transformou a ilha de Cuba, tomada pela revolução, num foco de discordância. A sociedade latino-americana, neste aspecto, deveria ser convencida de que o comunismo era um perigo real e que colocaria em risco a ordem social estabelecida e, para tal convencimento, a Igreja Católica participou ativamente. No ano de 1957, os jovens do mundo reuniram-se na praça São Pedro, no Vaticano, para ouvir as palavras de Pio XII. Do ABC participaram dois militantes, um rapaz representando a JOC masculina e uma moça representando o setor feminino. Este ato traduziu os esforços que a Igreja Católica empreendeu para garantir que estes jovens estivessem completamente afastados dos ideais socialistas, além de mostrar ao mundo que a Igreja portava força de influência social e, conseqüentemente, política.

João XXIII (1958-1965) incentivou a ação dos leigos no mundo, os quais adquiriram, aos poucos, maior autonomia diante da hierarquia. Os bispos foram chamados a abrir espaço aos leigos e a trabalharem a favor das questões sociais. Desta forma, existiu espaço para a expansão de um setor mais progressista dentro do clero e justamente no ABC o Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira compôs esta fileira. Desta forma, no terceiro capítulo traçamos a transformação pela qual passou a orientação da diocese do ABC, para a qual os militantes católicos operários tiveram importante participação. Desde os primeiros anos da década de 1960 notamos a presença dos padres-operários franceses atraídos para a região em decorrência de um trabalho da Igreja local junto às populações mais pobres. Percebemos que o Bispo, sensibilizado pelo apelo do Vaticano, mas também pela realidade vivida pelo operariado, foi envolvido pelas questões e pelos problemas apresentados pela população, o que o levou a atuar decisivamente em defesa desta.

## I O espaço geográfico e as primeiras experiências do militante

### 1.1 O bairro e a fábrica: a constituição do espaço do operário.

Durante os últimos anos do século XIX era possível perceber algumas fábricas no ABC. Uma paisagem que chamava a atenção pelas características do rural, lentamente cedia espaço às indústrias. Como se uma atraísse outra, muitas destas migravam de bairros antes industriais de São Paulo. Seus proprietários adquiriam novos terrenos por baixos valores e vendiam os da capital por um alto valor.

Estas indústrias estabeleceram-se, sobretudo, ao lado da Ferrovia São Paulo Railway (SPR)<sup>46</sup>, posteriormente chamada Estrada de Ferro Santos-Jundiaí<sup>47</sup>, onde usufruíam o transporte para as mercadorias até o porto de Santos e às proximidades dos centros comerciais de São Paulo.<sup>48</sup>

Na passagem dos séculos XIX para o XX, algumas grandes tecelagens como a Silva, Seabra & Cia, conhecida como Ipiranguinha (1885) e a Bergman, Kowarick & Cia (1899), edificaram vilas operárias na região do ABC. Neste período, os terrenos ainda não haviam se valorizado tanto e as indústrias precisavam atrair mão-de-obra, pois a existente na região era insuficiente. Para atraí-la, precisavam oferecer alguma condição de moradia. As ausências de transporte público, de pavimentação, de iluminação, de sistema de esgoto e de tratamento da água eram comuns e pouco atraentes aos futuros moradores, portanto, problemas referentes à habitação foram constantes na vida dos trabalhadores e motivadores de freqüentes reivindicações. A indústria Silva, Seabra & Cia, a Ipiranguinha, chegou a possuir quinhentas (500) casas que abrigaram seus

---

<sup>46</sup> Empreendida pelo Barão de Mauá e pela São Paulo Railway, a Estrada de Ferro Santos à Jundiaí teve sua construção iniciada em 1860. O primeiro trecho foi finalizado em 1864 e três anos depois a obra foi inaugurada. Entretanto, a linha sofreu duplicação somente em 1900.

<sup>47</sup> Em 1946 a Estrada de Ferro foi encampada pela União, deixando de ser concessão da Companhia Inglesa.

<sup>48</sup> MARTINS, José de Souza, **Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000. p.138.

operários e se localizavam nas proximidades da indústria, ainda que dispersas nos bairros ao redor.<sup>49</sup>

À medida que este lugar se tornava próprio à exploração imobiliária, devido a sua crescente procura, encarecia-se o metro quadrado e as indústrias abandonavam a opção pelas vilas e casa operárias.

Santo André foi ocupada por inúmeras indústrias do setor têxtil e de produtos de borracha, mas também um outro ramo estava instalado desde o início do século XX: as moveleiras como a Gianoglio & Filho e a Pezzolo e Cia. Neste período, Santo André estava à frente da região, hoje designada por São Bernardo do Campo, em relação ao número de estabelecimentos industriais e ao número de operários.<sup>50</sup> É preciso ressaltar que até o ano de 1945, Santo André compreendia toda a região hoje conhecida por ABC e somente a partir deste ano a cidade de São Bernardo do Campo foi anexada, e em seguida o foram também São Caetano do Sul (1948), Ribeirão Pires e Mauá (1953).

Alguns fatores foram responsáveis pelo destaque que a indústria de Santo André e de São Caetano adquiriu em relação à de São Bernardo a partir da década de 1930; segundo John French, as primeiras...

“... se caracterizam por um distanciamento cada vez maior entre os empregadores e seus operários com o crescimento de formas burocráticas e impessoais de administração que as modernas sociedades anônimas requerem. A indústria mecanizada em grande escala também fortaleceu a hierarquia interna da fábrica pela institucionalização de papéis muito diferentes atribuídos aos operários e à administração”.<sup>51</sup> Esta distância entre patrão e empregado contribuiu para explicar a representativa mobilização operária local.

Em 1908, estava instalada no centro da cidade a fábrica de tecidos Alfredo Flaquer e Cia., responsável pela produção de cobertores e colchas. Em 1943 ela foi adquirida pelo grupo Di Giorgi, originário de São Paulo que, transportando-a para Capuava, deu-lhe o nome de Fiação e Tecelagem Santo André.

A tecelagem Ipiranguinha, em pleno funcionamento, absorvia grande número de mão-de-obra da região. Esta indústria é destacada como a primeira fábrica têxtil<sup>52</sup> a se

---

<sup>49</sup> Depoimento de TSV, habitante de Santo André desde 1945 e membro de movimentos de leigos da Igreja Católica (Congregação Mariana e Sociedade de São Vicente de Paulo). Trabalhou na Ipiranguinha, quando foi responsável pela venda das casas pertencentes à empresa. Entrevista concedida em 07/02/2002.

<sup>50</sup> FRENCH, John D. **O ABC dos Operários. Conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950.** São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul/ Hucitec, 1995. p. 19.

<sup>51</sup> FRENCH., op.cit. p.47.

<sup>52</sup> Não se trata, aqui, como já discutiu José de Souza Martins, em **Subúrbio**, São Caetano do Sul/ São Paulo, Hucitec/ Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1992., de recompor a história local através dos

estabelecer em Santo André, à rua Coronel Alfredo Flaquer.<sup>53</sup> As tecelagens absorviam a força de trabalho das mulheres e das crianças, para as quais pagavam salários inferiores aos dos homens.

Entre as décadas de 1910 e 1920, diversos grupos instalaram-se no município, como a francesa Rhone-Poulenc, e foram responsáveis pela instalação da fábrica de produtos Químicos (1919), pela Rhodiaceta, fios sintéticos (1929) e pela Valisère (1934).

Outro ramo de produção que se abrigou na região foram as indústrias de metais e de armamentos. Algumas destas indústrias, dirigidas pela família Simonsen, estavam diretamente articuladas com o plano militarista brasileiro que, por sua vez, estava submetido às intervenções dos Estados Unidos da América.<sup>54</sup>

A partir do fim do século XIX, algumas empresas começaram a se interessar politicamente pela região. Um caso bem característico desta época é a presença da família Simonsen, brasileira, mas de origem inglesa. Era representada, na região, por Roberto e Wallace Simonsen (dono do Banco Noroeste), com forte envolvimento com as multinacionais, com o cartel do café dos Estados Unidos e com o exército. Disfarçadamente, nos anos 30 e, mais claramente, nos anos 40, transformaram o ABC em área de segurança nacional, sem qualquer decreto nesse sentido. Podemos perceber isso através das indústrias aqui instaladas, sobretudo da Laminação Nacional de Metais, que produzia armas. A Cerâmica São Caetano, nos anos 40, começou a produzir material refratário, o que permitiu a implantação de um grande projeto de fundo militarista, através da Companhia Siderúrgica Nacional. Não por acaso, Getúlio Vargas visitou pessoalmente essas duas fábricas aqui na região, sob o comendo da família Simonsen. O ABC, dessa maneira foi essencial como peça estratégica na montagem desse esquema militar.<sup>55</sup>

Destacaram-se também a Companhia Brasileira de Cartuchos (1926), fundada pela família Matarazzo e adquirida pela Cia. Dupont em 1936; a Fitchet – Schwartz – Hautmont (1923), de estruturas metálicas e cofres, instalada na avenida Industrial; a Laminação Nacional de Metais, empresa do grupo Pignatari que ensaiou a produção de aviões na Companhia Aeronáutica Paulista, em Utinga.

Na década de 30 outras indústrias escolheram Santo André: Fios Santo André, Fiação e tecelagem Begliomini & Filhos e Sociedade Industrial Tetracap. No setor de borracha, a Firestone construiu seu local de produção na avenida Queiroz dos Santos em 1940 e a Pirelli S.A. que estava na região desde 1929, inicialmente havia adquirido

---

pioneiros, ou seja, os primeiros governantes ou realizadores de obras que sejam importantes para o lugar. Ressaltar estes acontecimentos "inovadores" é algo bastante comum na história dos subúrbios, destes espaços geralmente descritos e estudados pelos moradores, pesquisadores e que, pela relação que têm com a região, lançam-se às pesquisas.

<sup>53</sup> **Santo André. Cidade e Imagens.** Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA), 1991.

<sup>54</sup> MARTINS, José de Souza. O populismo no Subúrbio: a história da política na região do ABC. In: **Anais do I Congresso de História da Região do ABC.** Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1990. p: 175-189.

<sup>55</sup>Ibid. p.182.



uma pequena fábrica de cabos de cobre, a Conac, localizada próximo à Ipiranguinha. Destacou-se, também, a estrutura do grupo General Electric -GE (1945), em Rio Grande da Serra; a Fábrica de Elevadores Otis (1951), na Avenida Antônio Cardoso, junto ao Vale do Tamanduateí; e a Atlantis Brasil Comércio e Indústria (1926), pertencente ao grupo inglês Reckitt & Colman, fabricantes de produtos de limpeza.<sup>56</sup>

Na década de 1920, a Empresa Imobiliária São Bernardo investiu no transporte de Bondes. O olhar destas empresas imobiliárias começava a mirar a valorização e a lucratividade que aqueles terrenos prometiam alcançar. O município, aos poucos, ganhava contornos que distinguiam os bairros operários daqueles habitados pelos donos das indústrias e seus altos funcionários, embora o número de bairros operários fosse superior.

Os primeiros grandes loteamentos de fazendas e sítios visando a ocupação urbana ocorreram na área localizada ao lado da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Estes terrenos, até a década de 1940, concentraram-se nas mãos de famílias tradicionais, de grupos industriais e, sobretudo passavam a pertencer às empresas de empreendimentos imobiliários. Percebendo a oportunidade de compra destas terras e prevendo sua futura valorização, o engenheiro Queiroz dos Santos, que trabalhou na construção da Estrada de Ferro, adquiriu terrenos nas proximidades da linha férrea e vendeu-os posteriormente. A rua que margeia a Estrada de Ferro recebeu seu nome, Queiroz dos Santos.

O ABC atraiu uma população de baixo poder aquisitivo que procurava se estabelecer nos quadros de empregados das indústrias. Eram trabalhadores agrícolas e muitos dos que vieram para o ABC haviam trabalhado nas fazendas de café do interior paulista. “As migrações da década de cinquenta foram, na verdade, complemento e fecho dos deslocamentos internos intensificados nos anos trinta, com a crise do café, procedentes, sobretudo do interior de São Paulo e que abasteceram as indústrias, especialmente do ABC, com a mão-de-obra barata liberada pela diminuição das áreas dedicadas à cafeicultura.”<sup>57</sup>

Geralmente, antes de chegar ao ABC, os migrantes passavam por outras cidades do estado e na tentativa de estabelecerem-se, construíam um caminho de experiências

---

<sup>56</sup> As informações sobre as indústrias na região do ABC e especificamente em Santo André foram observadas nas obras de Octaviano A. Gaiarsa, **Santo André. Ontem, hoje, Amanhã**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA), 1991 e em **Santo André. Cidade e Imagens**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA), 1991.

<sup>57</sup> MARTINS, José de S. **Sociabilidade do Homem Simples. Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000. p.126.

e dificuldades em busca de uma vida melhor. A oferta de emprego causou a fixação destas pessoas. Não era necessária experiência para ocupar os cargos oferecidos e, tanto para o escritório, quanto para o espaço da produção, as grandiosas placas em frente às fábricas apresentavam as vagas que atraíam os trabalhadores.<sup>58</sup> Já na segunda metade do século, os migrantes originaram-se, sobretudo, da região nordeste e do estado de Minas Gerais.<sup>59</sup>

Os loteamentos que nos anos de 1930, segundo determinação da prefeitura, deveriam ter entre 400 a 500 metros, alguns anos depois teriam seus espaços reduzidos pela metade. Segundo Octaviano Gaiarsa, estes terrenos eram retalhados pelos proprietários, via que facilitava sua venda, reduzindo seu preço. Multiplicavam-se as construções clandestinas não aprovadas pela prefeitura e, neste aspecto, algo que se constituiu como um grande problema foi a venda irregular dos terrenos.<sup>60</sup>

Entre os bairros mais antigos estão os que se formaram em decorrência da fábrica têxtil Ipiranguinha (o bairro na qual se localizava era conhecido por este mesmo nome), a Vila Assunção, a Vila Alzira, a Vila Flaquer, a Vila Dora, Santa Tereza, Itararé e Eldízia, surgidos entre as décadas de 1910 e 1920.

Os bairros Jardim, Campestre e Utinga foram locais de moradia dos funcionários mais bem pagos das fábricas. Os dois primeiros bairros estão localizados ao lado da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí e o terceiro bairro, Utinga, faz fronteira com São Paulo. Engenheiros e técnicos da Rhodia habitaram o bairro Jardim, no qual não tinham problemas com falta de luz, água e estradas de rodagens.

Percebe-se que uma fase de loteamentos dos terrenos, em Santo André, ocorreu também nas décadas de 1920 e 1930, acompanhando a demanda da população que chegava na região. Neste período surgiram a Vila Metalúrgica e a Vila Camilópolis. Junto a estas áreas estavam indústrias como a Alcan, a Laminação Nacional de Metais, a Quimbrasil, a Swift, a Brasilit e a Coral.

Vila Alpina, Santa Terezinha, Parque das Nações, Jardim Bela Vista, Vila Homero Thon, Vila Bastos, Vila Gilda e Vila Valparaíso tiveram loteamentos iniciados na década de 1920. Muitas propriedades apresentaram um lento e progressivo processo de ocupação, como o sítio Jaçatuba que deu origem à Vila Curuça na segunda metade dos anos 20, mas a totalidade de seu território seria loteada somente vinte e cinco anos depois.

---

<sup>58</sup> Depoimento de TSV, concedido em 07/02/2002.

<sup>59</sup> MARTINS, **Sociabilidade do Homem Simples...** op cit.

<sup>60</sup> GAIARSA. **Santo André, ontem...** loc cit.

Com o lento processo de ocupação destes terrenos, no princípio mesclavam-se ainda aspectos do mundo rural com os do urbano. Sítios conviviam próximos aos conjuntos de casas, mas aos poucos, os sítios e fazendas foram desaparecendo. A infra-estrutura básica (transporte, iluminação e saneamento básico), que traria melhoria de condições para quem habitava nestes bairros, surgiria nas décadas seguintes, entre 1930 e 1940; entretanto, ao mesmo tempo em que os bairros mais antigos exigiam melhorias, outros continuavam a se formar com pouca ou nenhuma estrutura. Entre estas décadas formaram-se os bairros Sacadura Cabral, Vila Lucinda, Jardim Santo Antônio, Vila Guiomar, Vila Príncipe de Gales, Vila Linda, Vila Humaitá e Vila Helena. Já a Vila Suíça começou a ser loteada no final da década de 1940.

Entre as décadas de 1950 e de 60, as áreas mais distantes do Centro e da Estrada de Ferro foram tomadas pela transformação urbana. O bairro Tangará, a Vila Guaraciaba, o condomínio Maracanã, o Jardim Silvana, o Ipanema, o Jardim do Estádio, o Jardim Santo André, a Vila João Ramalho e a Vila Rica foram ocupados mais tardiamente.

Somente na metade do século XX, Santo André recebeu um projeto de moradia com valores acessíveis aos trabalhadores: os núcleos habitacionais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). As primeiras construções deste empreendimento, na Vila Guiomar, foram concluídas em 1955 e abrigaram oito mil pessoas. Edificaram-se primeiro as casas geminadas e posteriormente os prédios de apartamentos.

O rápido crescimento populacional da região resultou, nos anos 60, no surgimento de favelas e de cortiços. A Vila Palmares abrigou favelas que se tornaram conhecidas devido à articulação social da população, no que se refere à exigência das necessidades básicas de habitação. O Parque João Ramalho, a Vila Luzita, o Jardim do Estádio, o Jardim Santa Cristina, a Vila Suíça, a Vila Maracanã e a Vila Junqueira também apresentaram a formação de favelas<sup>61</sup>. Esta deterioração nas condições de habitação fez surgir, em fins de 1960, o Movimento em Defesa dos Favelados (MDF), presente ainda hoje em alguns bairros.

---

<sup>61</sup> Em Morar e Viver: favelas e conjuntos habitacionais In **Anais do I Congresso de História da Região do ABC**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1990. p. 145 a 155, expôs-se que o crescimento das favelas em Santo André atribuiu-se ao empobrecimento dos trabalhadores que não podiam mais pagar o aluguel de suas casas ou viam-se sob a necessidade de vendê-las, quando eram próprias. Porém, deve-se atentar também ao fato de que, principalmente, a partir da metade do século XX, a região recebeu uma grande leva de migrantes, como já foi aqui apontado.

Neste contexto brevemente descrito, inseriram-se os jovens operários que militaram na JOC e que se estabeleceram na região durante a primeira metade do século XX deixando para trás o campo do interior de São Paulo. Geralmente, estes jovens saíram de seu local de origem para seguir viagem junto a sua família e, portanto, seus pais e irmãos encontravam também ocupação nas grandes fábricas têxteis, metalúrgicas ou de artefatos de borracha.

Vila Humaitá, Vila Helena, Vila Guiomar, Ipiranguinha, Vila Alpina, Parque das Nações, Vila Linda, Santa Terezinha, Vila Bastos, Vila Pires, Vila Guarani, Vila Alzira, Centro, Casa Branca e Vila Assunção constituíram-se em bairros operários e localizavam-se próximos à Estrada de Ferro e à avenida Perimetral. Estes locais concentraram grande número dos operários que ingressaram no movimento da Igreja Católica. Nestes bairros, os trabalhadores encontravam maior facilidade no acesso ao seu local de trabalho e ao centro comercial da cidade, não que existisse uma boa oferta de meios de transporte, mas a proximidade era uma aliada.

Os habitantes utilizavam bastante o transporte via bicicleta ou faziam caminhadas para chegar ao trabalho. Mas um ponto positivo lembrado pelos antigos moradores era o das várias linhas de trens que passavam pelo ABC. Os vagões dos trens que trafegavam em boas condições fazem parte das lembranças dos moradores; a beleza do trem que deles chamava a atenção, e o brilho da madeira envernizada, indicava que por ali passavam passageiros que mereciam atenção, pois faziam parte do crescimento econômico da região e do país. Aliás, estes faziam funcionar a grande locomotiva do desenvolvimento do Brasil.

Percebemos que estes jovens operários que passaram a habitar a região a partir das primeiras décadas do século XX, acabaram por participar da transformação daquele espaço, do rural para o urbano, e das exigências quanto às necessidades básicas de habitação. Ou seja, estas pessoas atuaram na reestruturação daquele lugar, agindo na construção de suas casas, exigindo a construção de novas ruas, avenidas, edificações e meios de transporte.

Nos bairros habitados pelos militantes da JOC, estavam presentes paróquias que davam conta das populações católicas também dos bairros vizinhos. No Centro de Santo André, na praça do Carmo, está a Igreja Nossa Senhora do Carmo (1940). A praça do Carmo abriga a sede da diocese do ABC desde a segunda metade da década de 1950. Outras igrejas recebiam os militantes, como a Paróquia Santo André (1911), na Vila Assunção; a Paróquia São José Operário (1953), no Jardim Bela Vista; a Paróquia

São Miguel, na Vila Bastos; a Paróquia Cristo Operário, na Vila Linda; a Paróquia Nossa Senhora das Graças, na Vila Humaitá; a Paróquia Nossa Senhora Salete, na Vila Helena; a Paróquia Santa Terezinha (1940), em Santa Terezinha; a Paróquia Senhor Bonfim (1943), no Parque das Nações e a Paróquia Santo Antônio (1942), na Vila Alpina.

Em São Caetano do Sul, a Paróquia Sagrada Família criada em 1924, recebia grupos da JOC e na Vila Barcelona um grupo se reunia na Paróquia Nossa Senhora Aparecida. No município de Mauá também se formaram núcleos jocistas e aí contavam com a estrutura da Casa de Estudos, uma casa que pertencia à JOC de São Paulo e onde os militantes realizavam diversos eventos. Localizava-se na avenida Dom José Gaspar (Vila Assis Brasil) e em 1959 foi incorporada pela prefeitura. Hoje, o local abriga a Santa Casa de Misericórdia de Mauá. Neste mesmo terreno foi edificada uma capela que ainda existe e conserva em seu interior as pinturas de Emeric Marcier<sup>62</sup>. A Casa de Mauá foi construída por iniciativa do padre Eduardo Roberto, então assistente da JOC de São Paulo.

Os grupos de militantes reuniam-se, freqüentemente, em salas nas paróquias e mais constantemente, na diocese na praça do Carmo e na sede do Círculo Operário Católico<sup>63</sup> de Santo André (rua Siqueira Campos, região Central, próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos), onde utilizavam o mezanino.

Quando o movimento estava em seu início, nos anos 40 e no início dos anos 50, utilizaram a casa de Ana Gardezani<sup>64</sup>, localizada à rua D. Duarte Leopoldo e Silva (Vila Santa Tereza), região central de Santo André (fig.11). Filha de Maria e funcionária do Serviço Social da Indústria (SESI), Ana Gardezani iniciou o movimento na região a pedido do então Cardeal de São Paulo, D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta. Este Cardeal aprovava, em nome da defesa do cristianismo e contra o comunismo, transformações na Igreja Católica que afastasse “o cristianismo retórico decadente e de verbalismo enfático e que desse espaço a um cristianismo regenerado, realizando a sua

---

<sup>62</sup> As pinturas foram realizadas por Emeric Marcier nos anos de 1946 e de 1947 e retratam cenas bíblicas.

<sup>63</sup> Os Círculos Operários Católicos (COC's), organização confessional, proliferaram-se pelo Brasil durante a primeira metade do século XX e tinham caráter assistencial.

<sup>64</sup> Ver MARTINS, Heloísa H. T. de Souza, **Igreja e movimento operário no ABC. 1954–1975**. São Paulo/ São Caetano do Sul: Hucitec/ Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1994 e resumo do **Simpósio Sobre Igreja e Movimento Operário: História da JOC de Santo André**, 07/09/1985, apresentado em Simpósio promovido pela CEHILA e CEDI, 1985. Documento sob posse da autora. Este documento explica que foi construída uma casa nos fundos do terreno de Ana Gardezani. Esta casa tornou-se a sede provisória da JOC, concentrando os trabalhos de divulgação e propaganda, como a elaboração dos jornais e boletins, entre outros.

verdade eterna, num conceito de vida universal, de universal cultura, de justiça social universal.<sup>65</sup>

Assim, o movimento da JOC nascia no ABC atrelado à hierarquia católica que, por sua vez, estava comprometida em firmar o diálogo entre as classes patronal e a operária. Devido ao crescimento da JOC no início dos anos de 1950, os militantes tiveram que deixar a casa de Ana Gardezani. Não tinham sede própria e isto dava ao movimento um certo caráter de nomadismo que chegou a causar problemas para os militantes. Algumas vezes não encontraram lugar para realizarem as reuniões ou sentiam a falta de um lugar fixo para o grupo e que correspondesse a sua identidade coletiva. Mas também, a falta de um lugar exato contribuía com o relacionamento às vezes “forçado” dos militantes com outras organizações católicas e com os padres das diversas paróquias, pois revezavam o local das reuniões. Ocorria, também, de terem de reunir-se em locais improvisados, como em bares ou banco de praças. Foram constantes as reuniões em São Paulo, tanto na sede da JOC, à rua Wenceslau Brás e nas sedes de sindicatos. O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, localizado à rua Gertrudes de Lima e próximo ao Círculo Operário, foi o mais utilizado pelos jocistas.

A causa da mudança de lugar de encontro dos militantes quando deixaram a casa de Ana Gardezani, foi o crescimento do grupo de jovens católicos, devido ao seu amadurecimento e cristalização. O movimento tomava outros contornos, afastando-se, gradualmente, da “barra da saia” da hierarquia e aproximando-se da realidade dos operários habitantes da região.

A formação do movimento foi implementada pela Igreja, que procurava estabelecer alicerces mais sólidos entre a classe operária local. Esta crescia em número, em proporção ao desenvolvimento industrial. A Igreja Católica pretendia afastar a ameaça comunista que se alastrava pelos sindicatos e pela política local e impedir que outras religiões se disseminassem entre seus fiéis.

O discurso anticomunista esteve presente nas orientações da Ação Católica para a JOC durante todo o período estudado, mas não foi algo que os trabalhadores católicos realmente tivessem abraçado como uma causa principal. Pelo contrário, percebe-se que estabeleceram alianças com estes militantes, quando o contexto do momento favorecia àquela união. Um documento da JOC de Santo André da década de 1980 demonstrou quais eram os objetivos do movimento das décadas anteriores, na visão do ex-militante jocista:

---

<sup>65</sup> VIDGAL, Pedro Maciel. **O Cardeal de Vasconcelos Motta**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973. p.41.

A causa principal da criação do movimento na região era o fato de já existir muitas fábricas e uma grande massa operária enfrentando todo tipo de exploração que o sistema capitalista de produção cria junto ao 'progresso' que ele promete trazer ao ser instalado. A preocupação maior dos militantes do movimento era com os jovens trabalhadores, suas vidas dentro de um processo de formação e educação, procurando atingir todos os lados: Fé e Ação dentro do método ver, julgar e agir;...<sup>66</sup>

Aqui não se falou dos interesses estritos da hierarquia Católica para com o movimento, mas dos interesses dos leigos e segundo o que eles apreendiam através do discurso da Igreja. Como causa da criação da JOC, o militante destacou a característica operária da região e a exploração que a classe sofria pelo regime capitalista. Não foi citado o anticomunismo, tão discutido naqueles anos. Em seguida, o documento sublinhou que, para os militantes, era importante a formação e a educação dos trabalhadores e a JOC procurava atuar nestes aspectos. Através da formação, a Igreja Católica procurava disseminar a fé e a ação entre os jovens. Procurava desenvolver nos jovens sua religiosidade e sua capacidade de atuação na sociedade, para que agissem sobre seus problemas. A Igreja garimpava, entre a classe operária, os jovens que poderiam se destacar como lideranças capazes de atuar nos sindicatos e em outras instituições políticas. Aos jovens que vinham das cidades do interior paulista, participar de um grupo era uma forma de afirmar sua identidade e um meio para a integração no seu novo local de trabalho e de moradia.

## 1.2 A organização do movimento da JOC no ABC.

Durante os primeiros anos da década de 1950, os militantes da JOC do ABC participavam de reuniões e atividades juntamente ao movimento de São Paulo, uma vez que, até o ano de 1955<sup>67</sup> a JOC da região esteve submetida à Federação do estado.

Às Federações diocesanas cabia coordenar as atividades das equipes e das seções de uma determinada diocese. Várias Federações diocesanas constituíam uma

---

<sup>66</sup> Documento pertencente à autora. **Simpósio sobre Igreja e movimento operário: História da JOC de Santo André**. 07/09/1985. Simpósio promovido pela CEHILA e CEDI, 1985. p.01.

<sup>67</sup> Em agosto de 1954, foi criada a Diocese do ABC, com sede em Santo André, e nomeado o primeiro Bispo D. Jorge Marcos de Oliveira (1954 a 1975). Posteriormente, erigiu-se a Federação da JOC da região, coordenadora dos movimentos da JOC de todos os municípios; os que sobressaíram foram os de São Caetano do Sul, Mauá e Santo André.

Confederação que correspondia a uma seção regional. Existiam cinco (5) regionais no Brasil no início da década de 1950: a Sul (com sede em São Paulo e compreendendo o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul); Nordeste (com sede em Recife e compreendendo o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe); Centro (com sede no Rio de Janeiro e compreendendo o Espírito Santo, a Bahia e o Distrito Federal); Centro-Oeste (com sede em Belo Horizonte e compreendendo Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) e o Norte (com sede em Belém e compreendendo o Amazonas, Pará, Maranhão e o Piauí)<sup>68</sup>. Esta estruturação foi discutida e assumida a partir do Encontro Nacional da JOC realizado em 1950, quando procuraram adaptar a organização do movimento ao espaço geográfico brasileiro.

Havia ainda o Conselho Nacional que era responsável pelas confederações regionais e por toda a JOC brasileira, para a qual deveria dar uma unidade.

As Federações diocesanas subdividiam-se em seções<sup>69</sup>. No Estado de São Paulo, algumas das seções que sobressaíram foram as de Jundiaí, Campinas, Osasco, Santo André, Mauá, Mogi das Cruzes e na capital, destacaram-se as seções de bairros como Ipiranga, Vila Prudente, Moinho Velho, Penha, Pari, Vila Madalena, Vila Leopoldina, Santana e Bosque da Saúde. Os militantes dividiam-se para dar conta de visitar as seções e, geralmente, um militante responsabilizava-se por duas ou três seções que visitavam semanalmente ou quinzenalmente. Eles ainda acompanhavam o desenvolvimento do trabalho do equipista que trabalhava com pequenos grupos (equipes) de jovens dentro da determinada seção. Portanto, as visitas periódicas dos militantes às seções visavam dar apoio e orientação ao trabalho do equipista que era membro da JOC, mas não necessariamente um militante.

Os militantes reuniam-se de duas a três vezes por semana e nas reuniões somavam-se entre 3 a 10 pessoas; era considerado militante aquele que havia feito a "promessa" - ritual em que um "simpatizante/membro" deixava esta condição para se tornar um membro com uma função específica no movimento. Enquanto simpatizantes, participavam de encontros nas diversas seções jocistas. Nestes encontros, o militante responsável pelo núcleo observava o desenvolvimento de cada simpatizante e distribuía

---

<sup>68</sup> Conforme consta do **Comunicado Mensal da CNBB**, Rio de Janeiro, novembro de 1952, existiam neste período (04) quatro regiões e não cinco como afirmou Waldir Muraro. **Juventude Operária Católica (JOC)**, São Paulo: Brasiliense, 1985. (Tudo é História, 97) e **A JOC: uma utopia operária**. São Paulo, 1983: Dissertação (Mestrado em História Social) FFLCH-USP. O Comunicado Mensal da CNBB não expôs a presença da Região Norte. Sabemos que posteriormente a divisão em regiões foi reestruturada, atendendo ao crescimento do movimento no Brasil.

<sup>69</sup> No final de 1952, havia no Estado de São Paulo 18 seções e 32 núcleos. Na capital estavam presentes 8 seções e 8 núcleos, com 126 membros e 180 militantes.



algumas responsabilidades que, conseqüentemente, corroboraria para demonstrar quais jovens se interessavam pelo movimento e quais poderiam se desenvolver como liderança para a classe operária.

Nos manuais publicados pela Igreja Católica e que procuravam orientar os militantes, destacava-se a importância do recrutamento de novos membros e esta prática atrelada à recristianização seria a espinha dorsal da JOC.

...Os milhões de operários não podem chegar a conhecer suas responsabilidades e menos ainda a realizá-las, se ficam abandonados a si mesmos. É preciso um movimento operário poderoso, capaz de difundir, de conhecer e sobretudo de realizar esta missão da classe operária no mundo. Mas para isto é preciso **chefes operários** capazes, apóstolos e missionários, que entre seus irmãos e irmãs de trabalho, espalhem a doutrina sobre a qual se baseia esta responsabilidade. Esse movimento e esses chefes operários devem permitir a todos os trabalhadores do mundo tomar suas responsabilidades.<sup>70</sup>

O processo de adesão de um novo membro apresentava variações de acordo com a região e com a seção. Normalmente, os militantes acompanhavam os jovens dos bairros em que habitavam ou das fábricas em que trabalhavam. A partir da observação, percebiam os que se mostravam mais interessados pelos ideais jocistas. Estes eram, então, convidados a conhecer o movimento para mais tarde, talvez, ingressar nele. Portanto, uma das tarefas dos militantes era a de “seguir” os jovens, procurando o sujeito ideal (futuro líder) e objetivando a expansão do movimento.

Para a adesão de novos militantes, os padres assistentes deveriam participar da escolha dos mesmos. Os padres assistentes eram designados pela hierarquia Católica para acompanhar de perto o movimento dos jovens. Participavam das principais reuniões e eventos, como as reuniões de Comitê da Federação e a dos propagandistas, além dos congressos, encontros e peregrinações. Responsabilizavam-se, não somente em acompanhar os caminhos trilhados pelos jocistas, mas guiavam as discussões religiosas, fazendo um acompanhamento espiritual.

Em um ritual de "compromisso" de novos militantes da região do ABC que ocorreu em julho de 1952, foi celebrada uma missa recitada e em seguida os participantes reuniram-se numa assembléia onde os oradores apresentaram os problemas da vida operária.

Reunião. Preparação para o nosso compromisso que será no dia 13 de julho próximo.

---

<sup>70</sup> **O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da vida.** Tradução de aulas dadas pelo Cônego Cardijn em abril de 1949. Aracaju: Comitê da JOC e JOCF, 1952. p.6.

Será no primeiro domingo a tarde de recolhimento e logo após às 18 horas será a Hora Santa. 1) compromisso: 5 militantes: Vicente, Liberato, Paulo, Luiz e Anastácio e o propagandista de S. Paulo, Hilário. Houve ensaio pró-compromisso. Nós devemos ensaiar bem a nossa missa recitada. (...) Eu vou ficar com a parte móvel da missa. Depois descemos pra sede e teremos uma assembléia e café se possível.<sup>71</sup>

Chama atenção o nível de organização do ritual, que exigia dos militantes, responsabilidade, dedicação e disciplina. Esta ordem transmitia um tom de seriedade aos membros e demonstrava a importância da participação de todos para o sucesso do evento. O militante, ao referir-se à missa recitada como “nossa”, não somente mostrou que se percebia como integrante do ato, mas que antes mesmo de passar pelo ritual de compromisso, já era parte do movimento. Assim, este ritual mostrava-se importante porque era a oficialização e o reconhecimento de um compromisso que já estava firmado.

Em eventos como estes, entoavam-se os cantos da JOC, que eram importantes símbolos de identidade do grupo, e os ideais do movimento eram explicitados.

Entre os mais cantados estava o *Hino Internacional da JOC* que ressaltava o jovem trabalhador como o agente social que promoveria as mudanças em sua sociedade e, portanto, deveria ser determinado em suas conquistas. A música incentivava, ainda, o sentimento de orgulho pelo trabalho e a necessidade de união com os seus irmãos trabalhadores e com Deus.

A voz de Cristo nos convida,  
Jocista, para o seu labor  
De pé consagra tua vida  
Alta ao Deus trabalhador

De pé. Lutar, fortes na missão  
De nossa classe conquistar  
Levando Cristo ao lar a profissão  
Jocistas avançar

.....  
A juventude que trabalha  
Vibrante pelo seu valor  
Jamais desiste da batalha,  
É força, é vida, é amor.<sup>72</sup>

A letra que utilizava termos como luta, batalha, missão e conquista sugeria que os jovens militantes estavam em guerra contra inimigos que se escondiam por trás de conceitos não definidos pela Igreja, como os capitalistas, quando praticavam a

---

<sup>71</sup> 1º Caderneta de Anotações do ex-militante da JOC do ABC, Anastácio Brolezzi, 24/06/1952.

<sup>72</sup> Romaria da Juventude Trabalhadora, 6 de setembro de 1953. p.35.

exploração do trabalhador, além dos comunistas e das imoralidades que o espaço urbano parecia proporcionar. A Igreja considerava imoral as práticas que se tornavam comuns nas cidades e que afastariam os indivíduos das paróquias: o trabalho da mulher na fábrica a impediria de cuidar da casa e dos filhos e também era imoral o fato dos homens gastarem seu tempo livre e dinheiro com bebidas, mulheres e jogos. Para enfrentarem esta guerra, entretanto, exigia-se força, convicção, união e amor. Estes aspectos e a dualidade entre o bem e o mal se repetiam insistentemente em muitos dos cânticos entoados pelos jocistas.

*Mocidade das Terras Brasileiras* também trazia estes temas e incentivava a felicidade e a tranqüilidade na realização do trabalho diário. O cântico *Seja Altivo, Trabalhador* destacava a necessidade de afastar o ódio entre as classes sociais e que, em lugar das armas, deveria haver o amor. Falava, portanto, contra os conflitos que poderiam ocorrer entre as classes e a Igreja afirmava que estes eram incentivados e promovidos pelos comunistas. Na letra da música:

Uma outra voz agora escuta:  
Amai-vos todos como irmãos  
Em vez de armas para matá-los.  
Estende aos outros tuas mãos.  
Para ajudá-los.<sup>73</sup>

Segundo os ensinamentos da Ação Católica, o cristão ao ouvir sua fé, passava a estar acima dos conflitos, tornava-se sagrado e poderia e deveria ajudar a todos. Neste sentido, a Igreja não negava a luta de classes, mas propunha uma forma de dizimá-la através do diálogo que poderia e deveria resolver qualquer problema e evitar qualquer confronto.

Dentro deste ideal de união e de companheirismo dos jovens trabalhadores, estava inserida a entrega total do jovem ao movimento, e vários fatores demonstrariam esta entrega, como a contribuição da cota em dinheiro que os militantes faziam ao movimento. A JOC era sustentada, principalmente, pela cotização mensal a que todos os militantes contribuía, e esta correspondia, geralmente, ao valor de uma hora de seu trabalho. O dinheiro arrecadado era dividido entre o Comitê de Federação, o Regional e o Nacional. Esta quantia, somada ao que se arrecadava com a venda de produtos (como os jornais e os manuais), representava os valores que o movimento dispunha. A JOC

---

<sup>73</sup> Ibid. p.36.

também recebeu, esporadicamente, contribuições e verbas das prefeituras e de outras instituições particulares e públicas.

Os militantes programavam várias atividades como pic-nics, jogos de futebol, Horas de Estudo, Dias de Estudo, Hora Santa, Assembléias Gerais e Populares, concursos de cartazes, Missas de Páscoa nas fábricas, além das freqüentes reuniões dos membros (fig.9 e12). A agenda de um militante estava sempre lotada e o movimento ocupava grande espaço em sua vida. A Igreja intencionava tornar o ideal cristão presente no lazer, no trabalho e entre a família.<sup>74</sup> Um militante definiu que "não se marca hora para a JOC, a JOC é toda a vida do J.T."<sup>75</sup> A Igreja procurava arregimentar a idéia de que a JOC não era apenas um movimento, mas uma prática de vida, e por isto atraía militantes poucos, mas bastante integrados à organização<sup>76</sup>. Pretendia-se que o militante se orgulhasse de seu trabalho e de sua função na Igreja e na sociedade. Os militantes apreendiam que o trabalho deveria desenvolver a inteligência e a dignidade.

Ainda segundo o discurso da Igreja, todo jovem trabalhador portava sua específica importância no mundo, independentemente de sua religião ou atividade social e todos deveriam ser valorizados.

Os militantes eram orientados a realizar leituras de publicações relativas à organização do movimento e à elevação espiritual. *Como iniciar uma seção jocista, O Direito litúrgico no Concílio Plenário Brasileiro, A liturgia, Nossas assembléias, Nossa Senhora da Juventude Operária, Ação Católica e jocismo, Elogio jocista, Para compreender a JOC, Cardijn na América e Para ser jocista* eram alguns dos manuais que deveriam ser lidos pelos dirigentes e pelos propagandistas. (fig.01 a 06).

Como apontado num manual que reuniu aulas dadas pelo Cônego Joseph Cardijn numa Semana de Estudos realizada em abril de 1949, "Trata-se de cada jovem trabalhador, de cada jovem trabalhadora sem nenhuma exceção: e pode ser um comunista, um socialista; uma moça que está talvez corrompida, que anda com rapazes,

---

<sup>74</sup> Segundo Nelson Rosário de Souza, **A Igreja Católica progressista e a produção do militante. Cartografia de uma afinidade eletiva político-religiosa**. São Paulo: Dissertação de Mestrado - Depto. de Sociologia FFLCH - USP, 1993, o militante católico não reservava um tempo em sua rotina para a militância, mas todas as suas atividades passavam a existir em função do movimento e de sua fé em sua prática religiosa engajada. A luta perpassava as demais ações dos militantes. Esta ação, entretanto, era orientada pelo discurso da Igreja Católica para a Ação Católica.

<sup>75</sup> 5º Caderneta de Anotações de Anastácio Brolezzi, 3º Encontro Regional do Sul, 28/06/1953. Por J.T. entende-se Jovem Trabalhador. Este termo freqüentemente surgiu abreviado nos relatos dos militantes.

<sup>76</sup> MARTINS, Heloísa em **Igreja e Movimento Operário do ABC**, afirmou que o movimento priorizava a qualidade e não a quantidade de membros.

que vai todos os dias ao cinema. Trata-se de cada um e cada uma dentre eles sem exceção alguma.”<sup>77</sup>

No trecho, percebemos quais eram as práticas sociais mais condenadas, como o comunismo, o socialismo e as atitudes das moças, quando fugiam ao padrão moral estabelecido. Mesmos estes jovens, segundo o discurso da Igreja, poderiam se salvar.

O documento explicava por que cada jovem era importante:

a) É que cada jovem trabalhador, cada jovem trabalhadora tem aqui na terra um papel a preencher, uma tarefa a realizar, uma missão a cumprir, como o Papa, como os Bispos, como os missionários, como os maiores homens da terra!

b) E em segundo lugar, cada um e cada uma, tem um papel e uma tarefa a realizar pelos seus atos mais ordinários de sua vida.

[...] No dia, em todos os atos, os mais simples de cada dia, cada jovem trabalhador, cada jovem trabalhadora, tem uma tarefa a cumprir, como o Papa, os Bispos, os Padres, os Religiosos, os homens de Estado; eles têm um papel a desempenhar.

E isto, durante toda sua juventude, toda sua vida, na família, em suas relações, seu noivado, seu casamento, seu trabalho e em seus lazeres. E esse jovem trabalhador, essa jovem trabalhadora, deve desempenhar seu papel pessoalmente, conhecer-lhe o valor, compreender-lhe a importância.<sup>78</sup>

Os militantes deveriam compreender que todo tipo de trabalho era importante e que deveria ser valorizado. Comparar a prática destes jovens à dos padres, dos bispos e ao do Papa significava dotá-los de relativa independência, uma vez que, os militantes apreendiam esta valorização e realmente passavam a perceber sua prática como fundamental em meio à sociedade. No documento, ainda foi ressaltado que ninguém poderia substituir o jovem trabalhador em seu papel na sociedade, nem mesmo Deus, nem Jesus Cristo. E este papel social tornava-se divino e encontrava um fim último e unificador, comum a todos os sujeitos mencionados: “cada um deve ajudar o Cristo a salvar as almas.”<sup>79</sup>

A Igreja Católica procurava resgatar a dignidade do jovem operário que, segundo ela, tinha vergonha de se reconhecer naquela condição. O discurso da Igreja afirmava que o trabalhador, quando passava a pertencer a JOC, mudava sua postura diante das tarefas cotidianas e por esta transformação seria logo reconhecido pelos colegas e pela família.

Um fato publicado no manual *O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da Vida* contou como um mineiro jocista agia de forma diversa dos outros trabalhadores e como havia mudado seus hábitos depois de ingressar no movimento.

---

<sup>77</sup> **O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da vida...** p.8.

<sup>78</sup> Id.

<sup>79</sup> Ibid. p.9.

É um jovem mineiro que deve correr nas galerias para pôr óleo nas diferentes máquinas; é jocista há algum tempo. Um dia, fazendo seu trabalho, encontra outro mineiro que conduzia uma berlinda; a berlinda saltou dos trilhos, o carvão se espalhou por terra. O jovem mineiro disse: Isto não é nada camarada, nós dois tornaremos a carregá-lo. Recoloca-se o vagão e enche-se de carvão. Um pouco depois, eis que o vagão novamente sai dos trilhos. O homem fica mais descontente, mais desesperado do que da primeira vez. O rapaz diz: “Isto não é nada eu vou ainda te ajudar, vai tornar o carvão no vagãozinho.

Depois o jovem mineiro constata que os trilhos estão em mau estado; é isto a causa desses acidentes... Toma os utensílios e põe-se a reparar os trilhos.

O camarada o olha: “Que é que tens? Que quer dizer isto? Antes não eras assim! O que foi que te mudou?” – Sim eu fui sempre um indivíduo sujo respondeu o rapaz... Mas agora sou outra cousa, sou da JOC!...<sup>80</sup>

Nesta passagem, fica claro que a Igreja pretendia demonstrar que se conseguiria transformar um indivíduo “sujo”, conseguiria também guiar toda a sociedade rumo as reformas sociais necessárias. Talvez o mineiro fosse, antes, um comunista ou um sujeito imoral, segundo a concepção da Igreja, mas ao se tornar jocista, teria se tornado companheiro, persistente, determinado e capaz de resolver problemas. E mais, a identidade do jovem mineiro passou a ser espelhada na JOC e ele só se reconhecia através da JOC. Este texto apresentava ao militante o que a Igreja esperava de sua ação em seu meio social, ou seja, que se destacasse diante dos outros e que se tornasse um líder e um exemplo a ser seguido.

Mas, ceder instrumentos para o jovem operário atuar no seu meio não significava, segundo o que pretendia a Igreja, dotá-lo de possibilidade de mobilidade social, mas sim ajudá-lo a conquistar direitos e respeito em relação ao seu trabalho. Um manual voltado aos novos integrantes do movimento, o *Para ser Jocista*, afirmava que na JOC o jovem passava a pertencer à *elite operária*, pois aprendia a dar valor ao seu lugar na sociedade:

Operário, você também deve trabalhar com o suor de seu rosto; o trabalho penoso, um perpétuo recomeçar; mas lembre-se que você não é uma máquina! Você possui uma alma e esplêndidas faculdades para desenvolver. Você deve saber isto e exigir que os outros o tratem bem como ser humano. A ‘JOC’ quer ajudar você a compreender assim o valor da sua vida e fazer de você um operário de elite, ativo, digno e competente. ‘Que jamais nele se separem o operário, o homem e o Cristão’!<sup>81</sup>

Percebemos que a Igreja se colocava como uma “mãe” orientando seus filhos e tornando-os conscientes da exploração que sofriam no trabalho e de sua capacidade de mudança, algo que poderiam vir a descobrir sozinhos ou através da ação dos militantes

---

<sup>80</sup> Ibid. p.17.

<sup>81</sup> **Para ser Jocista**. Publicação do Comitê Nacional da JOC, s/ data. p.4 - 5.

comunistas e dos sindicalistas. A Igreja, assim, procurava se antecipar, objetivando cooptar os operários para sua causa.

Entretanto, a Igreja ia mais longe em sua estratégia. Afirmava aos trabalhadores que, para acontecer uma transformação individual e coletiva, além de trazer os jovens para a paróquia, seria necessário formá-los e reeducá-los. Ainda, no outro manual que trouxe as palavras do Cônego Cardijn, ressaltou que esta prática não era doutrinária, mas que procurava dotar o jovem de livre arbítrio e de crítica social.

Em certos regimes, desde 25 anos, começou-se a substituir a educação pelo adestramento de meninos, de rapazes, de homens. Nós, não queremos adestrá-los, queremos ensinar-lhes a agir livremente, voluntariamente, por convicção, por amor e não por efeito do adestramento. Notai-o bem, encontramos atualmente meios de adestramento que excede a tudo que podemos imaginar. Nunca a técnica, a ciência esteve capaz como hoje de encontrar os meios de “adestrar” as multidões. Eu vos poderia dizer, durante horas, do que somos capazes hoje, ficariais horrorizados. Êste método é um grande perigo. E em face desse adestramento, não há senão uma solução: é preciso não dar simplesmente um ensinamento, uma doutrina, mas uma formação – o que é bem outra coisa que um ensinamento, ou que uma doutrina. É ensinar a agir; ensinar por amor e voluntariamente; saber sofrer e lutar por isto. Não há outro remédio, outra solução contra o regime da ditadura, do adestramento.<sup>82</sup>

Dentro de uma visão dualista, a doutrina comunista se refletia como o mal e, o bem estava centrado na Doutrina Social Católica. Os conceitos de comunismo e de socialismo pareciam ser tratados como sinônimos e não recebiam análises e nem tão pouco uma definição simplificada. Eram discutidos em sua condenação, pois se considerava que o comunismo e o socialismo adestravam e limitavam a visão do indivíduo; em oposição, a Igreja libertava. Mais adiante o mesmo documento esclareceu um dos motivos que levavam ao discurso contra este grande “mal”. “Não o esqueçamos: se o comunismo tem mais militantes operários que a Igreja, é o comunismo que arrasta a classe operária, - formou-se padres, religiosos, educadores. Muito bem; nunca se saberá formá-los bastante. Ao lado deles, em 1949 – 1950, a Igreja tem necessidade (sob pena de morrer e de desaparecer) que se multipliquem os militantes, operários e operárias cristãs na vida, tendo responsabilidades na vida.”<sup>83</sup>

Aqui, foi exposto um dos objetivos da Igreja em relação ao movimento: impedir a expansão do comunismo e (re)conquistar os fiéis. Mas também transparece em diversos documentos que o espaço urbano e o trabalho na indústria transformaram-se num grande “inimigo” da religiosidade católica. Aos homens e mulheres as atividades nas fábricas exigiam a dedicação de vasto tempo, o que não permitia que estivessem presentes nas missas e em outros eventos da paróquia. Às mulheres eram cedidas

---

<sup>82</sup> **O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da vida...** p. 35.

<sup>83</sup> *Ibid.* p.40.

funções de trabalho que as retiravam de seu papel social, que seria o de cuidar das tarefas domésticas e dos filhos; aos homens, as cidades ofereceriam formas inadequadas de lazer, fazendo-os gastar dinheiro com bebidas, jogos e prostitutas.

Não podemos sem dúvida, durante o dia, ir sempre à Igreja; não poderemos talvez em alguns dias, ir à missa comungar, porque é preciso sair pela manhã às 4 ou 5 horas para ir à fábrica, ou porque é preciso ficar todo o dia no escritório, na oficina. Preferia-se poder ir à Capela, entoar os cânticos litúrgicos, etc... É necessário ficar na fábrica, no trabalho, é por isto que é preciso desenvolver em si, por um mínimo de exercício, uma vida de oração. Um mínimo de exercício? – o ofertório do dia; o contrôle, o exame do dia; o exercício da presença de Deus; aprender a fazer do seu trabalho uma oração. Disse tantas vezes: Pode-se rezar com uma caneta, sua plaina, sua serra, sua pá, sua máquina, tanto como com o breviário, o terço, os livros de orações.<sup>84</sup>

A Igreja procurava adequar-se àquele novo modo de vida do espaço urbano e procurava um lugar entre o tempo do operário no ritmo da fábrica. Uma vez identificado este outro “mal” (o espaço urbano e o trabalho na fábrica), o comunismo algumas vezes não figurou como tão prejudicial e até surgiu como legítimo em suas aspirações. Via-se nele, entretanto, o fato negativo de atrair os jovens que deveriam permanecer católicos. “Mas uma vocação operária que é uma verdadeira vocação; nós não agimos simplesmente como o agente comunista, simplesmente porque amamos a classe operária; mas porque ouvimos o chamado de Cristo, porque cremos que Ele é Deus, que Ele é o único salvador da classe operária, que Ele nos pede para colaborar com Ele por nosso apostolado. Operários, operárias, dirigentes e apóstolos.”<sup>85</sup>

Destacou-se o diferencial entre a Igreja e o comunismo: seja como um agente que consideraria o problema operário como um negócio ou mesmo pelo legítimo amor à classe, ainda assim os comunistas estariam em desvantagem, pois que não eram conduzidos por Deus e não portavam a missão divina de salvar a classe operária. Segundo esta predestinação, transmitida por Deus, a Igreja Católica coloca-se como a única com direito de atuar no meio operário.

Adiante, no mesmo documento, encontramos quais eram os valores que a Igreja queria transmitir à sociedade e que, segundo ela, não se referia a um adestramento. Afirmava-se que a moral e a religião estavam integradas. “É preciso uma educação construtiva, positiva, que lhe ensine o que é o amor, o trabalho, a família, a pureza, a castidade, o casamento, os filhos; o que será amanhã a vida conjugal, a educação dos filhos, o respeito à moça, ao rapaz. É preciso uma educação positiva.”<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Ibid. p.65-66

<sup>85</sup> Ibid. p.62.

<sup>86</sup> Ibid. p.41.



Eram evidentes os males do comunismo, do trabalho e do lazer no espaço urbano que deturpavam a moral e causavam problemas sociais. Estes temas e a preocupação com a organização da família e da ordem social não surgiram nesta década de 1950, mas estavam presentes nos documentos oficiais da Igreja desde o final do século XIX. Principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, podemos notar a arregimentação da Ação Católica que focava sua prática na orientação e organização do laicato católico. A necessidade de mobilização deste setor, por parte da Igreja, surgiu junto ao processo de industrialização e urbanização, responsáveis pela reorganização da sociedade no mundo.

A Igreja procurava agregar os operários sob a Doutrina Católica e reafirmava sua autoridade através do discurso que procurava preservar os valores que envolviam a família, a sexualidade e que se referiam à ordem social.

Durante a década de 1930, a Igreja pôde se associar ao governo de Getúlio Vargas para garantir tal ordem social e demonstrar sua capacidade de controle do campo religioso, como afirmou Damião Duque de Farias "...a Igreja atuava em dois sentidos complementares: combatendo a subversão da ordem simbólica (o que implicava um controle sobre a distribuição dos bens religiosos) e colaborando com o Estado no controle sobre o vivido por meio do moralismo católico".<sup>87</sup> Romualdo Dias<sup>88</sup> destacou o tom de autoridade e de ordem presentes na Doutrina Católica nas décadas de 1920 e de 1930, que se refletia nas práticas atribuídas à Ação Católica.

A instituição católica que nos primeiros anos do século XX havia apoiado a possibilidade de formar o sindicato cristão, a abandonou posteriormente, pois durante o governo de Vargas concordou com a política trabalhista implantada, através da qual procurou exercer um controle sobre os movimentos dos trabalhadores, por meio da institucionalização de suas organizações. Getúlio Vargas ao dirigir-se aos trabalhadores, preocupou-se em pedir para que todos se filiassem aos sindicatos<sup>89</sup>. Para tal empreitada recebeu a ajuda da Igreja. Sobressaiu a reestruturação da sociedade, pautada na disciplina e na autoridade do Estado e segundo Scott Mainwaring, a legislação estabelecida por Getúlio Vargas em 1934 aproximava-se do ideal da Doutrina Social

---

<sup>87</sup> FARIAS, Damião D. de. **Em defesa da Ordem. Aspectos da Práxis Conservadora Católica no meio Operário em São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1998. p.153.

<sup>88</sup> DIAS, Romualdo, **Imagens da Ordem. A Doutrina Católica sobre autoridade no Brasil. 1922-1935**. São Paulo: Unesp, 1996.

<sup>89</sup> Hélio da Costa discorreu sobre a tentativa de Getúlio Vargas no que se refere ao controle do movimento operário e sobre as práticas que os trabalhadores desenvolveram para burlar este controle, quando variadas vezes organizaram greves e atos de reivindicação fora dos braços do sindicato. Trabalhadores, Sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943 -1953) In: Alexandre Fontes et al. **Na luta por direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho**. Campinas/ São Paulo: Editora da Unicamp, 1999. p. 87 - 113.

Católica. Justamente os anos que preencheram o período entre 1930 a 1945, demonstraram na Igreja o auge do modelo da neocristandade que já havia despontado no final do século XIX. “Insistindo num catolicismo mais vigoroso e que imiscuísse nas principais instituições e nos governos, as atitudes práticas das pastorais da neocristandade se diferenciavam das anteriores. Assim, prosseguia o que percebia como sendo os interesses indispensáveis da Igreja: a influência católica sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo. (...) Através do modelo da neocristandade, a Igreja revitalizou sua presença dentro da sociedade.”<sup>90</sup>

Entre as décadas de 1920 a 1930, as associações católicas para leigos, como o Apostolado da Oração, Pia União Filhas de Maria e Congregação Mariana que tinham o objetivo de divulgar o catolicismo ultramontano nos meios populares, proliferaram bastante. Os Círculos Operários Católicos (COC), que procuravam reunir o operariado, também se desenvolveram neste período e em 1919 formou-se o Centro Operário Católico Metropolitano<sup>91</sup> em São Paulo. A cidade abrigou vários outros Círculos localizados nos antigos bairros operários da Lapa, Ipiranga, Móoca e Penha.

Percebemos que em aspectos quanto à estrutura, a JOC assemelhava-se ao Círculo, pois ambos tinham um padre assistente, contavam com uma estrutura interna ao movimento que estabelecia uma hierarquia, e estavam submetidos à hierarquia católica; ainda discutiam e incentivavam a sindicalização do operariado, uma vez que, um grande objetivo destas organizações era o de levar o leigo católico para as organizações de sua classe para que interferisse nas decisões destas, e para que se disseminasse a doutrina católica.

Entretanto, entre tantas semelhanças, a maior e mais significativa diferença que podemos destacar é que a orientação da Ação Católica, no final da década de 1940, ressaltava que o operário era o único sujeito capaz de melhorar sua condição social, fato que o dotava de autonomia frente à hierarquia católica e colocava este fim à frente de tantos outros propostos pela instituição. O padre assistente não era mais o coordenador do movimento, como acontecia no Círculo Operário, mas passava a ser um companheiro de diálogo para a resolução de problemas, pois o movimento da JOC era dos operários católicos e não da Igreja. Desta forma, a JOC atraía um militante com um perfil diferente daquele que militava no Círculo.

Entre as principais atividades dos círculos, segundo Damião Farias, destacaram-se as que auxiliavam para manter a ordem social, garantindo a defesa contra o

---

<sup>90</sup> MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 43.

<sup>91</sup> Esta entidade sucedeu o então Círculo Operário Católico do bairro Brás, em São Paulo.

comunismo, realizando obras assistenciais e propagando a ideologia oficial do corporativismo entre os operários.<sup>92</sup>

A Igreja, que até então lutava contra o mundo moderno, aos poucos, a partir dos anos 50, passou a aceitar as mudanças do mundo e também a sua própria mudança interna. Assim, compreendemos que a reorganização da Ação Católica em fins dos anos 40 procurou articular meios mais eficazes de inserir a Doutrina Católica entre a sociedade.

As reuniões de militantes da JOC em Santo André reuniam até dez pessoas nos primeiros anos de 1950; os mais ativos foram: Vicente Bevilacqua, Liberato Manfrin, Roque Lenidavesis<sup>93</sup>, João Pistola, José Luiz Maricate, Antônio Alexandrino, Anastácio Brolezzi, Francisco Leme da Silva, Geraldo Leme da Silva, Pedro Theodor e Vergílio Gomes da Silva.

Nas reuniões em que não se reuniam somente os militantes, como nas Assembléias Gerais e /ou Populares, na reunião de membros e nos eventos festivos, somavam-se num número maior, entre trinta a sessenta pessoas.

As moças da JOC feminina, a JOCF, reuniam-se separadamente dos homens, e somente se encontravam em eventos como pic-nics, dias e semanas de estudo, romarias, reuniões de Comitê de Federação e sobre o jornal. As reuniões cotidianas e a organização geral do movimento (tesouraria, coordenação e propaganda) eram separadas. Entre as mulheres mais presentes nas reuniões, estavam Maria José Sant Stein, Aracy Tancini, Maria Aparecida Campos, Helena Brolezzi de Oliveira, Edmea Carollo, Terezinha Galvão, Arlinda Furlan Bianchini, Elza Esperandio, Carmela Bruno, Zulmira Casemiro, Brasília Furlan Domingues, Iris Kolehisa, Ivone Teixeira dos Santos e Vera Lúcia Pivetta.<sup>94</sup> Nas reuniões dos primeiros anos da década de 1950, as moças da JOCF tiveram maior contato com o setor masculino, entretanto, após 1955, quando a JOC do ABC afastou-se da Federação de São Paulo, afastou-se também do setor feminino do ABC. As moças perderam contato com sua nova Federação, que foi composta somente por homens.

---

<sup>92</sup> FARIAS, D.D.de. **Em defesa da ordem. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

<sup>93</sup> Roque Lenidavesis participou do início da JOC no ABC; foi um dos primeiros dirigentes. Deixou o movimento em 1952 quando se casou com Alzira que participara da JOCF. Roque voltaria a participar, na década de 1960, da Ação Católica Operária (ACO).

<sup>94</sup> Sobre o movimento da JOC de Santo André não foram encontrados documentos que explicitassem as atividades do setor feminino da JOC, a JOCF. Mas parece que mantiveram importante atividade entre as jovens trabalhadoras. Mantinham publicações periódicas voltadas às mulheres e fizeram significativo trabalho com as domésticas, para as quais realizaram encontros, congressos, discussões sobre direitos, objetivando sua conscientização.

Inicialmente, as mulheres estiveram bastante presentes na organização do movimento. Durvalina Cipriani<sup>95</sup>, presidente da JOCF durante os primeiros anos de 1950, responsabilizou-se pelos convites a um pic-nic realizado em 15 de abril de 1951 que trazia as seguintes palavras: “A JOC e JOCF tem o prazer de convidar você e Exma. Família para tomarem parte no Pic-Nic, que se realizará no próximo Domingo dia 15. Partiremos de nossa sede às 8 horas da manhã, e voltaremos às 15 horas, a condução será de caminhão. Contando com sua presença. Antecipada agradeço.”<sup>96</sup>

O convite escrito à mão, em papel de caderno pautado, foi assinado por Durvalina. Ela estava bastante presente nos eventos da JOC e da JOCF, sempre aparecendo nas fotografias, onde as mulheres pareciam ser mais numerosas do que os homens. Nota-se, no convite, a formalidade empregada e percebe-se como a família representava uma unidade, tratada com o máximo respeito.

A sede da qual saíram foi a casa de Ana Gardezani, e para o transporte utilizaram o caminhão, meio de transporte coletivo bastante usado, assim como a bicicleta o era para o transporte individual. Estes meios de locomoção encaixavam-se nas características daquele espaço geográfico constituído por muitas ruas de terra, muitos sítios ainda, e principalmente, com uma população originária do espaço rural.

Possíveis novos membros eram trazidos para o movimento através de uma aproximação dos militantes, quando estes estabeleciam laços de amizade com outros jovens para depois levá-los às reuniões e aos eventos. Em uma reunião no ano de 1952, membros novos apontaram que não estavam compreendendo qual era a finalidade do movimento e que haviam nele entrado porque tinham gostado da “turma”. Como causa desta incompreensão, os militantes antigos apontaram uma falha dos membros responsáveis, pois estes não teriam conseguido expor-lhes as causas do movimento.

Foi discutido sobre a formação de membros e militantes. O Rubens Marteline falou que não gosta da JOC porque não sabe o que é a JOC: Durval Piva disse que entrou pra JOC porque gostou da turma, mas também não conhece bem o movimento da JOC: Luiz Léo deu esclarecimentos sobre a falha do movimento e dos dirigentes da nossa seção jocista: Adélio também falou apoiando o Luiz Léo e o Vicente deu esclarecimentos ao elemento Selso da Silva, que de hora em diante não pertencerá mais ao nosso movimento. Foi bastante discutido o assunto. Luiz Maricate esclareceu sobre os que chegam tarde nas reuniões e que os dirigentes devem por em dia tudo.<sup>97</sup>

Percebemos, nesta anotação, o conflito provocado pelo questionamento dos membros quanto aos objetivos do movimento, pois os militantes deram esclarecimentos sobre a falha de um deles que não estaria conseguindo expor as propostas. O

---

<sup>95</sup> Durvalina posteriormente tornou-se religiosa e mudou-se para Jundiaí/SP.

<sup>96</sup> Arquivo Particular de Anastácio Brolezzi. **Convite**, Santo André, 12/04/1951.

<sup>97</sup> 1º Caderneta de Anotações de Anastácio Brolezzi. Reunião de Membros. 18/06/1952.

esclarecimento não existiu sobre o propósito de simplesmente discutir e apresentar a finalidade do movimento. É possível, ainda, perceber a efervescência dos ânimos dos jocistas através da finalização que o militante concedeu à sua anotação: o dirigente Luiz Maricate chamou a atenção dos militantes que não correspondiam bem aos compromissos e afirmou que as faltas, atrasos e equívocos cometidos pelos militantes eram de responsabilidade dos dirigentes. Demonstrou, assim, sua autoridade e a necessidade de estabelecer a ordem no movimento.

É compreensível que a forma de contato que os militantes estabeleciam com os jovens pudesse resultar nos problemas acima descritos, pois para se aproximarem deles, inicialmente não falavam da JOC; apenas procuravam estabelecer laços de amizade.

Anastácio Brolezzi conheceu a JOC através de um amigo, Vicente Bevilacqua, que o convidou para o pic-nic de 15 de abril de 1951, mas não sabia que o passeio reuniria membros da organização. Entretanto, depois de dois meses de contato com o movimento, foi convidado a fazer o compromisso e ficou responsável pela elaboração do jornal. Segundo este militante, o que o atraiu mais no movimento foi a atenção e a valorização que recebeu dos demais militantes. “Os JT precisam de alguém que deposite confiança neles, a JOC, através de seus serviços, dá essa confiança aos jovens, ao menos deve ser assim.”<sup>98</sup>

Uma anotação deste militante, efetuada a partir de sua participação numa reunião, apresentou que a formação de novas seções jocistas deveria obedecer a algumas etapas que a Ação Católica propunha, como a realização dos inquéritos “pesca”, que permitiriam conhecer melhor os jovens. Mas num segundo momento, o militante reconheceu e expôs que conforme a realidade e as experiências de determinado grupo, tinham que adequar aquele modelo.

Fomos iniciar e formar uma nova seção jocista, hora como iniciar o que tem dado mais resultados e mais prático é reunir uma turma e fazer um inquérito pesca prova de fogo – porém difícil é reunir pela primeira vez. Eu por exemplo estou reunindo um grupo de rapazes numa esquina de um bar e trocamos idéia já há uns 20 dias, porém agora marcamos uma R. [Reunião], numa sede provisória: porém precisa ter muito cuidado para não assustar os rapazes logo de início, é preciso dar serviços a eles porque eu cheguei tarde na JOC por falta de serviços.<sup>99</sup>

Novamente, no final da citação, percebemos como era importante para estes jovens operários a prática de valorização que o movimento possibilitava, através da transmissão de serviços e de responsabilidades. Ou seja, a Igreja depositava crédito na

---

<sup>98</sup> 11º Caderneta de Anotações, Círculo de Estudos, 08/08/1957.

<sup>99</sup> 2º Caderneta de Anotações, Preparação para Mauá, São Paulo, 10/10/1952.

ação destes jovens e receberia em troca uma gratificação, receberia a fé nos ideais propostos pela Ação Católica.

Esta confiança os jovens descobriam a partir do movimento que os incentivava a acreditar em sua capacidade de liderança e de realização social. O discurso da Igreja através do movimento da Ação Católica foi o elemento fundamental para a atração do jovem operário, além das relações que os militantes estabeleciam entre si, compartilhando os mesmos problemas e ideais. Todos estes fatores contribuíram para a crença de que tais jovens foram escolhidos para atuar no meio operário. A situação que o operário encontrava no seu local de trabalho diariamente era diferente daquela proposta pela Igreja através do movimento. Na fábrica, o operário era apenas mais um fazendo o serviço que, geralmente, não exigia especialização. Um trabalho que não o fazia ser especial, nem o fazia descobrir suas aptidões, ao contrário, tantos outros trabalhadores poderiam ocupar o seu lugar no processo de produção.

Na JOC, ele deixava de ser mais um operário para ser *o operário*, predestinado a recristianizar toda sua classe para que, juntos, pudessem salvar a classe trabalhadora das injustiças da exploração do sistema capitalista. O jovem, aqui, via-se com uma responsabilidade desigual de mudar o destino da população trabalhadora, e mais, compartilhava seu ideal com outros que também eram levados a acreditar em sua capacidade. O militante era levado a observar todos os aspectos de sua vida como numa unidade, e o que deveria reger esta unidade era o ideal proposto pela Igreja Católica, que ele passava a conhecer através da JOC. Também, o grupo de jovens da JOC deveria agir com união:

À frente de uma organização nunca se está só. Está-se sempre com muitos à frente de uma família, não importa qual o organismo coletivo em que vivam. Está-se sempre em grupo, em equipe. Há uma unidade na multiplicidade. Há sempre, ao menos uma trindade: são muitos, mas muitos que **formam um** [grifo do autor]. Infeliz da secção em que há, entre os dirigentes, uma separação, uma deserção, onde se formam grupos; eu estou com o presidente; eu estou com a secretária. O presidente não se entende com um tal: acabado, a secção desaba; a cabeça deve ser uma, unida, e no momento em que há um divórcio, uma separação, é a morte do corpo.<sup>100</sup>

Esta unidade no movimento era demonstrada e desejada pela Igreja que, para tal, preocupava-se em ressaltar sua internacionalidade, ou seja, sublinhava que o movimento estava presente em vários continentes e que o Comitê Central Internacional estava localizado na Bélgica, fatos que atribuiriam uma importância maior à prática dos jovens, pois não estariam lutando sozinhos.

---

<sup>100</sup> O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da vida... p.49.

O militante Anastácio Brolezzi fez uma anotação sobre a assiduidade e comprometimento de seus colegas no movimento da JOC de Santo André:

Gostei muito da R. [Reunião], mas tem muito ainda a fazer. José L. Silva, ótimo militante, poderá melhorar; Vicente B., ótimo como sempre, gosta de falar bastante; Liberato M. com sua filosofia já está deixando um pouco, esta pegando mais a mística jocista; Maricato formidável elemento capaz de elevar um ideal mais longe; João além de ser simplesmente ótimo, boa visão, será mais tarde um chefe, Fortunato S. tem muita vontade, precisa ligá-lo ao serviço como também o João poderá dar muito.<sup>101</sup>

Sobre o quadro de militantes de Santo André, bastante positivo na visão de Brolezzi, foi sublinhada a apreensão e o domínio que cada integrante tinha da “mística” jocista. O militante citou que Liberato Manfrin estava melhorando porque estava se moldando conforme os ideais da JOC e deixando de lado suas próprias reflexões, que ele chamou de filosofia. Desta forma, segundo o militante, este último estaria bem integrado no movimento e, seria um bom jocista todo aquele que conseguisse apreender os ensinamentos da Ação Católica, repetindo-o e disseminando-o a outros jovens.

No ano de 1952, as reuniões da JOC de Santo André apresentaram temas que discorreram sobre a moral, o lazer, o matrimônio e os jovens no meio social. Reuniões realizadas no mês de outubro falaram sobre futebol, namoro e sobre os rapazes que tem relações sexuais com mulheres de "mau nome". Outra reunião expôs o apoio cedido pela JOC à passeata dos comerciários, a respeito da campanha pró-fechamento do comércio no período noturno. Esta causa teve projeto elaborado por Franco Montoro<sup>102</sup> e aprovado pela Câmara dos Vereadores, com 28 votos a favor. Aqui, os militantes aproximaram-se da política local, mas esta aproximação ocorreu em decorrência da preocupação com a moral e do comportamento social. O período noturno era o de estar em casa com a família e não seria o momento apropriado para compras ou para freqüentar bares.

Entretanto, não foram somente questões sobre a ordem e a moral que levaram os militantes a se relacionarem com a política local, mas também as condições econômicas e sociais do jovem operário e de sua família.

A sindicalização do militante foi um tema freqüentemente debatido nas reuniões, para o qual recebiam orientação da hierarquia católica. Seus componentes eram orientados a incentivar a sindicalização dos jovens e a possibilitar caminhos para que adentrassem na direção da instituição. Estas questões eram discutidas na “parte

---

<sup>101</sup> 2º Caderneta de Anotações, Reunião em Santo André. 21/10/1952.

<sup>102</sup> Franco Montoro integrou a fileira mais progressista e de esquerda do Partido Democrata Cristão (PDC).

social”<sup>103</sup> das reuniões, pois outra parte se referia à religiosidade do jovem e era anterior à social. A parte religiosa recebia maior importância quando o padre assistente do movimento estava presente para coordená-la, uma vez que se referia à discussão e interpretação do evangelho e procurava aproximar os ensinamentos e passagens da Bíblia à vida cotidiana do operário. Assim, a Igreja mesma definia que existiam assuntos referentes especificamente à religiosidade e os que diziam respeito às questões sociais. Abria-se, portanto, um espaço para que os próprios militantes assistissem a uma separação entre os problemas de trabalho e de religiosidade, quando não interessava a interferência da hierarquia católica na luta operária.

Estes temas eram discutidos nos encontros, como nos dias de estudos que, para a Federação de São Paulo aconteciam geralmente na casa de estudos de Mauá. Os dias de estudos aconteciam num final de semana e uma vez por mês, quando discutiam temas em pauta no movimento, celebravam missas e refletiam sobre a Bíblia, reforçavam o valor do trabalho e a importância do militante para a classe operária.

Para a realização do dia de estudos realizado em 11 de janeiro de 1953, na Casa de Mauá, chegaram na noite do dia anterior. Cantaram e rezaram o terço. Dia 11 acordaram à 6:30 e uma hora depois participaram da missa; às 9:00 horas tiveram o café da manhã e às 9:35 houve tempo para a meditação. Posteriormente, discutiram os temas que seriam trabalhados durante o ano de 1953: o trabalho como meio de desenvolvimento da inteligência e da habilidade dos Jovens e da fraternidade humana, pois "pelo trabalho continuamos a hora da recreação"<sup>104</sup>. Uma vez que o trabalho diário contribuía para afastar o jovem da religiosidade e o ambiente da cidade o aproximava de lazes imorais, a Igreja insistentemente sublinhou a necessidade de lazes que fizessem bem ao operário, ou seja, procurou inserir novas práticas em suas vidas. Incentivava leituras de determinadas obras (sobretudo dos manuais da Ação Católica), o convívio em grupos de católicos, os eventos ao ar livre e a realização de festividades católicas. Era comum os militantes inserirem em seus passeios os jogos, as dramatizações e os cantos para divertir e aproximar os jovens.

Scott Mainwaring e Valmir Muraro afirmaram que durante a primeira década de existência da JOC (1948 a 1958), esta se caracterizou pelo recrutamento de membros, pela expansão do movimento e por uma forte clericalização. Entretanto, percebemos que não foi somente neste período que se incentivou a expansão do número de

---

<sup>103</sup> Termo utilizado pelos militantes da JOC, assim como a discussão da religiosidade constava da **parte religiosa** da reunião.

<sup>104</sup> 3º Caderneta de Anotações, 11/01/1953.



militantes, embora o período de criação do movimento tenha exigido maiores esforços para a sua articulação entre o operariado. A necessidade de expansão do movimento entre os jovens foi uma premissa para a existência do objetivo que a Ação Católica propôs para a JOC, pois somente com a classe trabalhadora recristianizada é que se poderia salvá-la.

A JOC é essencialmente, continuamente, por tudo e antes de tudo, um recrutamento. O ato por excelência do movimento é recrutar, conquistar. O ato principal de uma seção local é recrutar os jovens trabalhadores ou as jovens trabalhadoras. Não os reunir com alguns outros para formar um pequeno grupo, mas recrutar sempre jovens trabalhadores ou jovens trabalhadoras, um tal ou uma tal que, por sua vez, conquistarão companheiros e companheiras.<sup>105</sup>

Portanto, o recrutamento deveria ser algo intrínseco ao movimento e esta busca de novos militantes parece, realmente, ter sido algo freqüente, uma vez que os militantes contavam com uma mobilidade dentro do movimento. Acontecia a rotatividade de membros quando precisavam compor novos núcleos e seções e quando os militantes deixavam por algum motivo o movimento, precisando ser substituídos. Em relação ainda ao que afirmaram Scott Mainwaring e Walmir Muraro a respeito da intensa clericalização do movimento nos primeiros anos de sua existência, e ao conseqüente afastamento das questões relativas ao trabalho, constatamos que a JOC no ABC demonstrou algo diverso. Como apresentamos neste trabalho e também conforme afirmou Heloísa Martins, os militantes na região eram operários, portanto participavam dos problemas de sua classe e os levavam às reuniões. Desta forma, o movimento foi marcado desde o início pela discussão e ação em relação aos problemas da classe. Poderemos constatar esta observação através de alguns documentos expostos nas próximas páginas.

Um assunto bastante discutido nas reuniões era o de como iniciar novas seções da JOC, como manter os simpatizantes já conquistados, e como atribuir atividades e responsabilidades a novos simpatizantes sem assustá-los com muito trabalho.

A equipe de quarteirão e a equipe de bairro eram essenciais, pois o militante deveria conhecer os jovens do bairro onde morava e onde trabalhava, assim como deveria aproximar-se de sua realidade e de seus problemas. Conhecendo sua realidade, ele poderia reuni-los a partir de seus interesses e, ao definir um líder para a nova equipe, poderia deixar com que aos poucos, o jovem levasse os encontros com maior autonomia.

Quando se apontava para a religiosidade do militante, ressaltava-se seu caráter de "salvador" e sua responsabilidade em elevar a classe. Assim, justificava-se a

---

<sup>105</sup> O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da vida... p.18.

necessidade de crescente espiritualidade do operário cristão. O membro da JOC deveria se orgulhar de sua posição no movimento, e esta situação conduziria os militantes a sentirem-se como sujeitos numa condição especial, como predestinados.

Em correspondência datada de 1952, o militante Zezé cumprimentou Anastácio Brolezzi pelo cargo, recém assumido, de propagandista permanente.

Sua responsabilidade é muito grande, você terá muito trabalho e o futuro da JOC agora depende também de você. De seus trabalhos, de sua ação, de sua competência e do seu esforço, e sobretudo, de sua santidade. É necessário que você seja santo, um permanente santo. Para isso você tem que se entregar totalmente a serviço do Cristo. Você tem que ser, mais ainda do que antes, verdadeiro militante operário. (...) Você teve a honra de ser escolhido entre tantos outros. Você mereceu a confiança dos assistentes e de seus companheiros mais velhos. -Como você deve ter se sentido feliz, mesmo se ficou um pouco assustado. (...) Dedique-se, Anastácio, com todo o ardor de seus 18 ou 20 anos a serviço do Cristo e da juventude trabalhadora. Você tem o futuro pela frente. Cabe a rapazes como você liderar a JOC amanhã. Prepare-se para isso. Coragem, muita disposição, muita confiança.

...Estudo, ação e oração [grifo do autor]. Na sua vida deverá haver lugar para o estudo e para a oração. Ação você terá muita, reserve algumas horas para a oração e para o estudo. Converse com o Bartolo ele lhe orientará com segurança. Eu tenho certeza que você poderá contar com o pessoal do Comitê. Eles estarão prontos para ajudá-lo.<sup>106</sup>

Era bastante forte o discurso do movimento procurando diferenciar o jovem pela sua atuação e dedicação; destacava-se a responsabilidade que os jovens abraçavam ao assumir uma nova posição. No trecho abaixo, Brolezzi, dois anos depois, comentou o título de santo que lhe foi atribuído.

A importância da parte espiritual para os jocistas. Ninguém é o que não tem, uma boa seção jocista, deve ser não só, mas bastante santa. Quando estive em São Paulo, um dirigente me escreveu dizendo parabéns pelo cargo que foi escolhido, mas lembrar-se que você precisa antes de tudo ser Santo - me espantei em primeira vista, só depois comecei a entender e vi que isso era verdade, e digo a todos vocês não espanteis com isso. Mais tarde vocês vão ver que o jocista é em si um Santo. Para isso participar das atividades jocistas. Dias de estudos, retiros, recolhimento, reunião, leituras de formação social e espiritual - não temos educação suficiente, precisamos nos educar primeiro, depois dar aos outros aquilo que aprendemos. O jocista é alguém que foi chamado para uma grande missão - ser jocista, é ser Santo - Contacto com o Assistente, conversar particular com ele. Contar fatos reais, e pedir ajuda em primeiro lugar para nós.<sup>107</sup>

A função atingida por Brolezzi no ano de 1954 foi a de presidente da JOC de Santo André. O militante deixou por um instante sua condição de trabalhador pronto para atuar no meio operário, para pertencer ao campo do sagrado. O contato com o padre assistente era também responsável por esta transferência de campos (do profano ao sagrado). Mas, para o militante sentir-se como “santo” por sua posição social, era necessário ter incorporado a valorização quanto a ser operário. Esta valorização

---

<sup>106</sup> Carta de Zezé (Secretariado Nacional da JOC e JOCF - RJ) para Anastácio Brolezzi. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1952.

<sup>107</sup> 8º Caderneta de Anotações, Recolhimento em Mauá, 16/06/1955.

transmitia a percepção de que faziam parte de um grupo “selecionado” composto por pessoas “especiais” e, portanto, precisavam dedicar-se o máximo possível à tarefa a qual foram destinados. Tanto que não havia obstáculos reais que os impedissem de atingir a meta de salvar a classe operária: os sacerdotes que interferiam no andamento do movimento eram obstáculos pelos quais os militantes deveriam avançar, embora fosse ressaltada a necessidade de conquistá-los e trazê-los para o ideal jocista.

A JOC tinha uma estrutura bastante metódica, onde a atividade de cada membro era claramente definida. Havia uma hierarquia dentro do movimento que era respeitada e valorizada e, atingir um novo posto significava que o trabalho foi bem realizado. Portanto, o “bom jocista” sentia-se cada vez mais confiante e ao perceber-se valorizado, trabalhava mais e melhor na fábrica e no movimento.

Os militantes permanentes (dirigentes) recebiam salários para dedicarem-se somente a JOC e o valor do salário, por vezes, foi motivo de discussão. Numa reunião do comitê da federação, em 12 de janeiro de 1953, os militantes decidiram que assim que a situação financeira do movimento melhorasse, aumentariam os salários. Um novo secretário da JOC de São Paulo receberia Cr\$1.200,00 mensais e os propagandistas recebiam entre Cr\$1.500,00 a Cr\$ 1.700,00, adicionados os valores gastos com refeições. Estes valores eram equivalentes aos salários mensais recebidos por operários em tecelagens e metalúrgicas. É interessante observar que, neste início de 1953, estas categorias de trabalhadores, assim como também os marceneiros, estiveram em negociação por reajuste de salários e o insucesso nas discussões pelo índice de reajuste, levou à aprovação pela greve no mês de março. Os militantes jocistas pareciam ter sido contagiados pelos seus colegas operários.<sup>108</sup>

Ainda na mesma reunião, resolveu-se que pediriam subvenção à prefeitura e o Padre Oscar Melanson (assistente da JOC de São Paulo), presente à reunião, entraria também em contato com o Secretariado da Ação Católica para discutir sobre um possível aumento.

As principais publicações de periódicos dos jocistas<sup>109</sup>, nesta década de 1950, foram: **Boletim da JOC, Construir, Jocismo, O Trabalho e Juventude Trabalhadora** (fig.07). Havia ainda outros periódicos, como os voltados para as mulheres e que eram

---

<sup>108</sup> Operários das tecelagens de São Paulo recebiam Cr\$ 52,00 de salário por dia e fizeram greve por reajuste salarial e pela baixa do custo de vida. Decorreu em ordem a passeata efetuada ontem pelos tecelões. In: **Folha da Manhã**, 11/03/1953. p. 3.

<sup>109</sup> No início da década de 1940 o jornal do movimento chamava-se **Jocismo** e devido a sua orientação, talvez ainda muito ligada às orientações da hierarquia ou ao setor mais conservador da Igreja; foi motivo de conflitos com os leigos, que lutaram para registrar outro jornal.

elaborados pela JOC feminina, mas que por vezes tiveram a participação dos rapazes, o **Jocismo**, o **Unidas** e o **Domésticas Unidas**.

O **Juventude Trabalhadora**, publicação nacional e oficial do movimento, tinha tiragem mensal e era vendido pelos próprios militantes.<sup>110</sup> Por ser de âmbito nacional, a participação dos núcleos regionais, neste periódico, era mais restrita. **O Trabalho** era publicado quinzenalmente pela JOC masculina e estava sob a responsabilidade do Secretariado de São Paulo; o **Jocismo** era a publicação no mesmo nível d'**O Trabalho**, entretanto, produzido pelas moças. No início da década de 1940 existia o **Jocismo**, sendo que **O Trabalho** foi criado posteriormente por iniciativa de um militante.

Já o **Boletim da JOC**, publicação mensal voltada aos dirigentes e militantes, destinava-se a apresentar os problemas sociais e os fatos de vida que seriam discutidos nas reuniões de militantes. Cada regional da JOC fazia o seu Boletim, portanto, os problemas podiam aproximar-se mais da realidade dos membros de uma específica região e esta proximidade facilitava a participação destes na sua confecção.

Em equivalência ao jornal **Construir** do setor masculino, havia o **Unidas** para o feminino. Este veículo, ao contrário do Boletim, destinava-se a todos os operários, militantes ou não, católicos ou não.

Para a elaboração das publicações, faziam-se relatos de fatos da vida operária que passavam pela revisão de vida, ou seja, os militantes deveriam descrever problemas ocorridos com colegas do seu local de trabalho, do seu bairro ou da escola e estes fatos seriam discutidos nas reuniões, selecionados e publicados no Boletim. As publicações tanto eram reflexo do que se estava discutindo nas reuniões, como também eram motivadoras de novas discussões.

No Boletim da JOC elaboravam-se críticas sobre os jornais publicados, sobre os fatos de vida e sobre temas discutidos. Havia a preocupação de uma aproximação cada vez maior com os problemas dos trabalhadores. Numa reunião sobre a preparação do jornal, que contou com a presença de 15 pessoas, em janeiro de 1953, "...foi discutido sobre a crítica do jornal, clichês antigos. Bartolo vai escrever sobre o comportamento dos menores. Eu vou escrever sobre o serviço militar. Ofélia vai escrever sobre o carnaval. Escrever um artigo sobre o pessoal que abre processo contra a firma sem ser orientados.: ver porque, etc."<sup>111</sup>

---

<sup>110</sup> MURARO, V. F., **JOC: uma utopia operária**. Coleção Tudo é História, nº97. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>111</sup> 3º Caderneta de Anotações, 10/01/1953.

O conteúdo do jornal estava sendo criticado e necessitava de mudanças. O jornal, para o qual estavam discutindo a pauta, traria assuntos relativos à moral como a atitude durante o carnaval e o comportamento social dos menores, mas também discutiria temas relacionados à realidade do operário do ABC e de São Paulo, como a orientação sobre a abertura de processos contra as firmas.

Os temas eram motivados pela experiência que os membros traziam do seu espaço de trabalho. Os "clichês antigos" não atraíam a atenção dos jovens, portanto, permanecer com um discurso somente religioso, ou, ainda, somente com os temas sugeridos pelos sacerdotes assistentes do movimento, não interessava aos trabalhadores.

Na Semana Regional realizada no ano de 1954 na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, discutiu-se sobre a confecção do jornal.

... a redação do jornal deve ser bem balanceado, cristã e operário – equilíbrio. Deve ser independente e autônomo. A massa está a disposição de quem quiser liderar e governá-la, competência e coragem - devemos usar o jornal p/ fazer penetrar e penetrarmos na massa. O jornal deve ser o porta voz da J.[ Juventude] Operária e seus problemas. O jornal é escola para os da redação e para os que escrevem. Faz com que conheçamos os nossos bairros e os problemas das famílias. Como é feito nosso jornal. Aumento do preço do jornal para que possa ser livre e independente.<sup>112</sup>

O jornal foi colocado como uma forma de orientar e manipular a massa, pois a proposta da Igreja era a de que se formassem líderes cristãos para o meio operário, e os militantes incorporavam estes objetivos. Sobressaíram, aí, os valores sociais como a manutenção da ordem através da estrutura familiar e o espaço de moradia, que deveriam estar em harmonia para a manutenção da ordem social.

Entretanto, no fragmento também transparece a idéia da necessidade de tornar o jornal independente tanto de influências políticas, como de uma extrema religiosidade. Os militantes sentiam falta de maior autonomia em relação à hierarquia da Igreja, que também fornecia verba para a publicação do jornal. Demonstrou-se que o militante não pôde, de fato, agir totalmente em função dos interesses colocados pela Igreja. Existiam as questões operárias e as da Igreja/cristãs, que surgiram como interesses diferenciados e que deveriam aparecer no jornal de modo equilibrado.

O jornal era, para a Igreja Católica, um instrumento onde se podia veicular o discurso transmitido aos militantes da JOC para um número maior de pessoas. As publicações eram vendidas pelos militantes nas portas das paróquias ou de casa em casa, e o montante angariado com sua venda era revertido para produzir o próximo

---

<sup>112</sup> 6º Caderneta de Anotações, Semana Regional, 19/07/1954.

número e caso a quantia necessária para produzi-lo fosse ultrapassada, o valor restante era repassado a outro fim.

Os jornais traziam inquéritos para serem preenchidos pelos militantes e pelos simpatizantes e estes inquéritos versavam sobre problemas e campanhas empreendidas pelo movimento. Os dados recolhidos seguiam para a reunião dos militantes, onde com o auxílio do padre assistente, se discutia os resultados. Os fatos eram transmitidos para a federação da JOC, para posteriormente retornarem à reunião do comitê, em forma de apresentações e discussões feitas pelos militantes e pelos respectivos grupos que o tinham recolhido. A partir das observações feitas sobre os fatos de vida, elaboravam-se formas de ação sobre tais problemas, ou seja, propunha-se o que poderia ser feito para resolvê-los. Este era o *método Ver – Julgar – Agir*, sempre ressaltado pelos militantes e pela Igreja como modelo que teria sido a causa principal da mudança do comportamento dos leigos em relação aos problemas da classe, uma vez que o método “obrigava” que fosse encontrada uma forma de resolver os problemas, ou seja, a ação antes tímida ou inexistente em outros movimentos de leigos, agora era prioridade.

Por vezes, as atividades dos jocistas assemelharam-se a práticas de caridade, pois estes procuravam prestar auxílios a quem necessitasse. Em uma reunião em São Rafael (SP) em janeiro de 1953, discutiram sobre o caso de um menor que queria estudar, mas trabalhava das 2:00 horas da tarde às 10:00 horas da noite. Um militante responsabilizou-se por encontrar emprego em outro horário para que ele pudesse estudar. Os militantes, ao analisarem os problemas, tomavam as causas individuais, recolhendo fatos isolados que nem sempre se traduziam com a preocupação do coletivo, assim, agiam em alguns pontos, o que poderia influenciar no fato de não se conseguir reunir um número maior de trabalhadores numa causa mais abrangente.

Em outras reuniões, o objetivo foi o de discutir o “serviço de doentes”<sup>113</sup>, que correspondia às visitas que os militantes faziam aos pacientes nos hospitais. Procuravam confortar os pacientes com palavras de esperança. Numa assembléia mensal realizada em Santo André, em 25 de fevereiro de 1953, foram destacadas as participações dos militantes Francisco Leme da Silva e José Silva e a discussão restringiu-se aos serviços prestados e à valorização do trabalho. Francisco Leme afirmou que o trabalho santificava o trabalhador e José Silva discutiu sobre as dificuldades que encontravam para entrar nos hospitais e visitar os doentes, pois nem sempre eram bem recebidos pela direção das instituições.

---

<sup>113</sup> Designação utilizada pelos militantes da JOC para as atividades relacionadas ao amparo espiritual aos doentes nos hospitais.

Francisco Leme da Silva, em 1961, deixou a JOC para ingressar no Círculo Operário Católico (COC) de Santo André. Francisco Leme<sup>114</sup> tornou-se presidente do Círculo em 1964, cargo em que está até hoje, e também faz parte da direção da Federação do Círculo Operário de São Paulo. O Círculo Operário em Santo André, durante muitos anos, localizou-se à rua Siqueira Campos, próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos (rua Gertrudes de Lima). Esta proximidade demonstrava a importância que a Igreja creditava ao movimento sindical como espaço de articulação da classe trabalhadora e que deveria ter a participação dos católicos, entretanto, parece que mesmo a proximidade geográfica pouco favoreceu a uma influência mais direta destes leigos na direção da entidade, pois pelo que pudemos constatar, os católicos participavam da ação sindical, mas não da direção da mesma.

Organizações católicas com um caráter mais assistencialista e conservador estavam presentes no ABC, pelo menos, desde a década de 1940, como foi o caso da Congregação Mariana e da Sociedade São Vicente de Paulo, organizadas nas conferências de Santo André, do Sagrado Coração de Jesus e de São Luiz Gonzaga.

Em São Caetano do Sul sobressaiu a atividade da Congregação Mariana, que era pelos jocistas procurada para que se realizassem algumas atividades em conjunto, como a Romaria à Aparecida (1953) e as reuniões para a organização de eventos. Estes encontros não se destinavam à discussão de problemas do trabalho e de outras questões políticas.

Havia um núcleo de congregados na catedral do Carmo que, segundo Heloísa Martins, se destacou entre os anos de 1962 e 1966 em decorrência de uma divisão interna que o separou em dois grupos: um grupo reunia a classe média local, pessoas que ocupavam cargos administrativos nas grandes fábricas como a Rhodia, a Firestone e a Pirelli; o outro grupo formado pelos operários sofreu influências do Monsenhor Antunes que teria levado o grupo a uma crítica social mais intensa. Segundo a autora, outros fatores também foram responsáveis pela mudança no grupo, como a participação de D. Jorge Marcos na luta operária, a instalação da sede da Frente Nacional do

---

<sup>114</sup> O Círculo Operário Católico de Santo André, até o ano de 2001 localizava-se à rua Siqueira Campos, entre a avenida Senador Flaquer e a rua Gertrudes de Lima, próximo ao Sindicato dos Metalúrgicos. O presidente do Círculo, desde 1964, Francisco Leme da Silva, estava a procura de um local mais arborizado, mais distante do centro e próximo dos bairros habitados pelos trabalhadores, para abrigar a sede. Francisco Leme ressaltou a necessidade da mudança de endereço para satisfazer as necessidades dos trabalhadores, como a utilização da associação para o lazer. Afirmou também que a entidade estava bastante distante da Igreja Católica local.

Trabalho (FNT)<sup>115</sup> em Santo André e a presença dos frades dominicanos. Os dois grupos de congregados foram se distanciando de tal forma, que em 1963 os operários dissolveram a associação e formaram uma comunidade, onde ressaltaram a importância da ação do cristão. Posteriormente a 1964, membros desta comunidade passaram a integrar a Ação Popular (AP), fato que apresentamos no capítulo terceiro.

### 1.2.1 Campanhas e programas anuais

O movimento da JOC no Brasil recebia orientação e coordenação do Comitê Internacional, sediado na Bélgica. Por sua vez, o Conselho Nacional no Brasil deveria estabelecer uma unidade ao movimento, reunindo as várias regionais através de alguns trabalhos comuns. Entre estes trabalhos sobressaíam as campanhas lançadas por aquele Conselho. Eram campanhas anuais que envolviam todas as seções jocistas e propunham objetivos e meios de ação iguais para todas. Entre os vários temas trabalhados destacaram-se aqueles sobre o tempo livre do trabalhador, as condições de trabalho, o namoro, a sexualidade do jovem, a formação da família, a amizade e a expansão do movimento. Os temas trabalhados durante o ano passavam por constantes avaliações e por um balanço no final do período de aplicação.

Para o ano de 1952, a JOC lançou a campanha de estudo sobre o trabalho do menor. A cada mês discutia-se um tema relacionado ao assunto e no final do ano, ao fechar os trabalhos no mês de setembro, analisou-se a saída do menor da escola; em outubro estudou-se sua entrada para a fábrica e em novembro, sua condição de trabalho na fábrica e como era recebido pelos demais operários. Para tal estudo, foram feitos inquéritos nas escolas, observando-se quais profissões os estudantes pretendiam seguir. Os militantes recolhiam os relatos de fatos de vida dos menores para, posteriormente, discutir os dados recolhidos nas reuniões.

---

<sup>115</sup> A Frente Nacional do Trabalho foi fundada em 29 de maio de 1960 em São Paulo e teve sede instalada em Santo André. Congregou advogados, padres e leigos católicos, estudantes e trabalhadores que passaram a apoiar a luta operária. A idéia de sua formação cristalizou-se depois de 1959, quando se deflagrou a greve da Indústria de Cimento Portland de Perus. O advogado Mário Carvalho de Jesus tornou-se o líder da organização e passou a intermediar os acordos entre patrões e empregados em diversos movimentos grevistas. A FNT com forte influência da Igreja Católica e da Doutrina Social Católica deveria caminhar conforme os princípios da Igreja. Ver MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação Sindical. História de uma prática cultural no Brasil**. São Paulo, Escrituras, 1996. p.101.



Como uma das conclusões do estudo, percebeu-se que os menores não conheciam seus direitos trabalhistas e, portanto, eram explorados mais facilmente. Os jocistas definiram algumas atividades, objetivando resolver este problema de conscientização dos menores. Fizeram uma campanha para o lançamento de folhetos de orientação quanto aos direitos trabalhistas e procuraram aproximar-se dos pais dos menores através da organização de assembléias gerais e populares. Nestas, discutiriam os vários problemas detectados a partir dos inquéritos e procurariam orientar os sujeitos alvos da ação. Fariam também assembléias com os menores, nas quais os orientariam a participar da Pré-JOC<sup>116</sup>.

Em uma reunião com propagandistas, em 10 de outubro de 1952, os jocistas expuseram o objetivo daquela campanha: "... a campanha do menor deu bom resultado nas seções, mas precisamos reunir estes fatos, mas não só discutir os fatos, mas levar para a Federação e os dirigentes devem estar vigilantes e procurar resolver estes fatos que assim sabemos como está a juventude trabalhadora, cada jocista deve ser um protetor do menor, dar ação para os outros com intenção que ele seja jocista, porém fazer os dois juntos."<sup>117</sup>

O militante deveria agir como um protetor do menor, com o objetivo de trazê-lo para a JOC, para então atuarem juntos por seus direitos. Esclarecia-se que o objetivo não era somente trazer o jovem para o movimento, mas aproximá-lo de Cristo, pois isto mudaria sua vida. Esta ação surgia como uma repetição da prática da Igreja em relação ao operariado, ao qual dava proteção, amparo e procurava trazê-lo para a instituição.

Para o estudo sobre os menores, os militantes procuraram apoio no SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e no SESI (Serviço Social da Indústria), que ofereciam cursos profissionalizantes de preparação da mão-de-obra para a indústria e cursos de liderança sindical e de legislação trabalhista.

Em julho de 1952 ocorreu a 5ª *Semana de Estudos sobre o Menor que Trabalha*, realizado no Palácio da Justiça e ministrado por José Paternosso. Este expôs a função do lazer na realidade do adolescente e lançou a idéia de que deveria não somente haver preocupação com o divertimento, mas também com a escolha de uma boa profissão. Criticou o fato de os adolescentes, depois dos 14 anos, ficarem sem possibilidade de escolha de um estudo profissionalizante. Os militantes freqüentemente reclamaram pela

---

<sup>116</sup> Movimento ligado a JOC destinado a agregar menores entre 11 a 14 anos que estivessem interessados na JOC. Este movimento os prepararia para ingressar na organização dos jovens, quando estivessem com idade suficiente, entre 14 e 15 anos.

<sup>117</sup> 2º Caderneta de Anotações, Reunião com propagandistas, 10/10/1952.

criação de um número maior de escolas profissionalizantes que dessem conta de ensinar os jovens trabalhadores.

A preocupação com o lazer existia, pois, freqüentemente, a Igreja chamou a atenção dos militantes para o fato de os jovens gastarem seu dinheiro e tempo com bebidas, mulheres e jogos. Este problema que envolvia a moral e a família nunca deixou de estar presente nas reuniões dos militantes. Neste sentido, orientava os militantes para que ensinassem, aos mais jovens, como e porque guardar o dinheiro que recebiam pelo trabalho. O dinheiro economizado deveria destinar-se a financiar o futuro casamento e a auxiliar os parentes.

As questões que envolviam o trabalho do menor foram bastante discutidas também no I Encontro Sul Americano da JOC, realizado em Petrópolis (RJ) no ano de 1952. Entretanto, o tema estendeu-se aos anos seguintes.

O professor Valério Júnior, numa aula ministrada aos jocistas em janeiro de 1953, afirmou que 70% dos alunos que deixavam o grupo escolar não voltavam a estudar. Diante deste fato e para conhecer melhor as suas causas, os militantes decidiram visitar escolas de São Paulo para poderem estar mais próximos da realidade do ensino escolar, e assim conhecer quem ensina e qual era o perfil dos alunos.

Concluíram, antes, que a exigência sobre o estudo profissionalizante deveria fazer parte das reivindicações dos operários para com o dono da firma em que trabalham. "Quando em alguma festinha de um chefe de uma grande firma ou dono, ou numa greve, se for feita, incluir também o pedido de escolas profissionalizantes e vocacional para os filhos dos operários. A JOC deve ser um centro de informações de todos os tipos."<sup>118</sup>

Aqui, o empregador surgiu como o responsável pela continuidade do estudo profissional de seu funcionário, uma vez que o jovem aplicava sua força de trabalho e seus conhecimentos em determinada função na fábrica. Portanto, deveria interessar ao empregador o aprimoramento do funcionário. Era então retirada a responsabilidade por parte do governo para atribuí-la a um sujeito social que estava mais próximo ao trabalhador e, portanto, tornava mais "fácil" o acesso para a reivindicação. Os jocistas entregavam a responsabilidade por tal "reclamação" aos próprios trabalhadores e aos sindicatos. Os jovens operários percebiam que a reivindicação pelas escolas profissionais era legítima e de direito do trabalhador, pois poderia ser tema de discussão tanto para uma festa, como para uma greve, mas por outro lado, não parecia ser algo

---

<sup>118</sup> 3º Caderneta de Anotações, Reunião com Valério Júnior. 29/01/1953.

tão urgente, pois seria encaixada em algum evento. De qualquer forma, parece que sobressaía o ideal do diálogo entre patrão e empregado, conforme a orientação da Igreja.

Mais uma vez, a tarefa dos militantes jocistas seria a de orientar os jovens trabalhadores para que exigissem seus direitos. Para o ideal formulado pelo clero aos jocistas, que era o de salvar a classe operária, precisavam orientar e conscientizar os trabalhadores e, a partir daí, a ação competia aos trabalhadores. A JOC foi colocada como uma escola, como um “centro de informações e de formações”, onde os jovens líderes estariam presentes para orientar e conscientizar seus companheiros de trabalho.

Muitas vezes esta orientação voltava-se a uma ação que surgia de forma individualizada. Prevalencia, nas palavras dos militantes, **o trabalhador** e não **os trabalhadores**, o jovem trabalhador e não os jovens trabalhadores. Assim como, os fatos de vida dos trabalhadores eram analisados isoladamente, as propostas de resoluções para tais problemas também eram únicas.

No ano de 1953, discutiram a respeito do que o trabalhador fazia com o dinheiro que recebia, seus gastos e suas economias. Pretenderam educá-lo a não gastar com bebidas, sexo ou em bares e jogos, mas orientá-lo para que se preocupasse com o futuro e com o seu estudo e profissionalização. Este assunto, já discutido em anos anteriores, tornou-se prioridade naquele ano.

Em Março de 1953, a JOC lançou a Campanha pró-flagelados da seca no Nordeste, nela, se prestaria auxílio financeiro e também religioso, através da prática de orações. Recolheram, nas fábricas, "fundos" que seriam enviados para a JOC do Nordeste e dela aos flagelados. A situação dos nordestinos que enfrentavam uma rígida seca foi foco de discussão para a sociedade brasileira e repercutiu fortemente pela imprensa escrita.

Os problemas que cercavam o homem no campo se tornaram foco da política do governo nos anos de 1950, quando ao se propor resoluções para alguns dos problemas, procurou-se evitar a expansão da articulação da população, pois era cada vez mais presente a organização dos trabalhadores rurais em organizações e manifestações. Representantes da Igreja Católica também passaram a discutir e a propor resoluções para tais problemas. Um dos objetivos seria o de evitar o desenvolvimento de uma revolução social no campo.<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> MAINWARING, S. **Igreja Católica e Política no Brasil. 1916-1985.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

Sobre o problema agrário, vários documentos foram publicados pelos bispos, principalmente pelos da região Nordeste. Em 1950, D. Inocêncio Engelke, bispo de Campanha (MG), em discurso pediu pela justiça social para os trabalhadores do campo e, para tal, pedia a colaboração dos grandes proprietários de terras. No ano seguinte um documento seria publicado pelos bispos e arcebispos do Brasil, no qual apoiavam uma reforma agrária limitada e em 1952 os bispos do Nordeste publicaram “A Igreja e o Vale do São Francisco” com críticas aos latifundiários. Entretanto, como bem apontou Scott Mainwaring e Roberto Romano<sup>120</sup>, em geral a Igreja brasileira percebia que a resolução do problema no campo e especificamente no Nordeste dependia de seu desenvolvimento econômico, e por isso a instituição reivindicou do governo a implantação de programas e de planos para o desenvolvimento da região.

Em 1954 a CNBB lançou seu primeiro documento sobre o assunto, onde defendeu a realização das reformas de base que implantariam a justiça social para a população do campo. Dois anos depois, outro documento produzido pelos bispos do Nordeste propôs uma melhor redistribuição de terras entre os trabalhadores, mas não deixou de responsabilizar os problemas ao atraso econômico. Segundo Mainwaring, somente na década de 1960 é que a proposta de redistribuição das terras se cristalizaria entre o clero progressista.

Na segunda metade da década de 1950 e, sobretudo, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961), ocorreu uma aproximação entre a política desenvolvimentista idealizada pelo governo e a Doutrina Social da Igreja. A Igreja colocava-se como protagonista na luta pela justiça social e “chamava” o Estado a interceder nesta frente. Percebia o atraso econômico do nordeste como um empecilho para tal fim. Este tema foi amplamente discutido pelos bispos naqueles anos: reuniram-se em 1956 em Campina Grande (PB) e em 1959, em Natal (RN). Este processo culminou na criação de um órgão estatal para desenvolver a região, a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) em 1959. Como afirmou Roberto Romano<sup>121</sup> a partir de sua análise de documentos produzidos pelos bispos do nordeste a respeito da situação das populações da região, os sacerdotes acreditaram no

---

<sup>120</sup> ROMANO, Roberto. **Brasil, Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

<sup>121</sup> Na obra **Brasil: Igreja contra Estado. Crítica ao Populismo Católico**. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979, Roberto Romano procurou estudar os momentos em que os interesses da Igreja não estiveram em harmonia com os do Estado, uma vez que a instituição católica tem seus objetivos próprios que nem sempre estão de acordo com o desenvolvimento da política nacional.

desenvolvimentismo nacionalista como proposta para melhor efetuar a salvação dos oprimidos e rejeitavam o modelo econômico atrelado ao imperialismo.

Neste contexto de pleno envolvimento do clero com os problemas no Nordeste, os leigos participaram de ações de auxílio àquelas populações, como foi exposto por uma militante da JOC em sua carta enviada para Anastácio Brolezzi, em 1958:

Fico sempre muito feliz ao receber cartas de jocistas; sinto mesmo que somos uma grande família, mas família entendida como 'recanto ideal'. Revivi muito êsse espírito de união, na Conferência Nacional, pois por menos que pareça o Cristo Operário apontou para este 'pau de arara', e eu lá fui 'pelos ares' num treco de avião da F.A.B. [Força Aérea Brasileira] tomar a imensa responsabilidade de ajudar na região nordeste. Não sei ainda que espécie de ajuda vão me pedir. Procuo sempre estar em disponibilidade, é um tanto difícil, não? Não serei permanente, por enquanto, porque ainda não terminei a maldita tese do Serviço Social. Talvez nunca serei permanente, mas farei o possível, como até agora, para dar o que Cristo de mim pedir. Eu sei Anastácio que Êle me deu muitos talentos, e eu sinto o pêso dêles... A JOC me segura, me apóia, me pede, me faz lutar, me faz pensar, me faz amar... Foi providencial eu ter conhecido a JOC. Você ainda é "funcionário público"? e na Rádio? Mande-me dizer mesmo qual é sua profissão (mecânico, torneiro, etc.), pois quando falei do emprêgo na tal indústria nova que surgiu aqui, o dono me perguntou qual a profissão do candidato e eu, francamente, não respondi porque não guardo as profissões...<sup>122</sup>

Como exposto acima, a militante tomou rumo ao Nordeste sem conhecer ao certo a região, pois não definiu exatamente para qual estado estava se dirigindo ou qual seria a região que estava passando pela seca. Também não sabia o que faria, portanto, aventurou-se nesta empreitada porque foi algo solicitado através do movimento; os ideais dos jovens trabalhadores, segundo o que expôs, eram primordiais para ela. A militante demonstrou sua frustração por não ser permanente, parecia sentir que não foi dado o devido valor ao seu esforço e dedicação. Mas, procurou se convencer de que a atividade com sua tese de Serviço Social era o que lhe impedia de apresentar maior dedicação ao movimento.

Continuando a redação de sua carta, passou a descrever as condições de trabalho dos operários no Recife, onde ela se encontrava.

As injustiças nas nossas fábricas de tecidos estão atingindo as raias da imoralidade, um desrespeito absoluto às leis trabalhistas: mulheres (e ainda mais de menor) trabalhando à noite (das 22 horas às 6 horas do dia seguinte); garotos de 8 a 11 anos formam a turma 'Jardim de Infância' com Cr\$ 130,00 por quinzena, etc, etc. Vou mandar uma relação de fatos dêles para 'Juventude Trabalhadora', pena é que só vai sair em agosto, não é? O pior é que o povo se sujeita a isso e até acha bom, entende? O grande trabalho nosso está sendo de esclarecer as militantes qto.[abreviação do autor] às leis, para que elas convençam aos outros. O sindicato anda totalmente desmoralizado, desde a greve. Está devendo um horror e quer aumentar a mensalidade para Cr\$20,00 por semana, qdo.[abreviação do autor] Já é Cr\$10,00 por causa de dívidas que tinha quando a atual direção assumiu. Os operários pagaram satisfeitos Cr\$ 10,00 e agora estoura a bomba: as dívidas não foram pagas... Onde foi nosso dinheiro? Agora querem aumentar? Nem por sombra... temos uma

---

<sup>122</sup> Carta enviada pela militante jocista Cornélia para Anastácio Brolezzi. Recife, 28 de maio de 1958.

antiga jocista no Conselho fiscal e pretendemos que ela vá participar (caso vocês a convidem...) do próximo encontro do MOS<sup>123</sup>, em 15 e 16 de novembro. Ela é 'peia'! Nada escapa a ela! Estamos já com outra líder agora é que está tentando se firmar. O Barata vem para cá dar duro nêles. Cândido fez um bem enorme a todo o Nordeste. É difícil renunciar a êle, pois que entende muito nosso jeito, nossos costumes, temperamento, etc.<sup>124</sup>

Neste trecho a militante mostrou-se totalmente integrada à situação da região, ou seja, demonstrou intimidade ao descrever os problemas do trabalho e apresentou indignação em relação às condições de trabalho na fábrica. Os jocistas colocavam-se na posição de ajudar os trabalhadores através do esclarecimento sobre a legislação trabalhista. O fato de que a jocista estava trabalhando na fábrica parece ter sido decisivo para que se desenvolvesse sua revolta e, desta forma, ela não procurou compreender as satisfações ou insatisfações dos trabalhadores daquele lugar, mas ao contrário, pretendeu impor suas insatisfações contraídas a partir de sua experiência de vida do contato com o mundo do trabalho em regiões em que a situação era melhor, como no Sudeste. Descreveu, também, a inoperância e práticas suspeitas da instituição sindical e quanto a isto, uma outra jocista seria encarregada de averiguar. Sem dúvida, o jocismo surgiu aqui, como meio de resolução dos problemas que os jocistas haviam detectado.

Nestes anos de 1958 e de 1959, a discussão sobre a situação do Nordeste intensificou-se. O foco dos jocistas, neste tema, recaía sobre a questão do estudo profissionalizante, os problemas do trabalho, a falta de trabalho e o êxodo dos trabalhadores rurais.

Em algumas situações as campanhas se adequaram às necessidades locais. No ano de 1955, após a criação da Diocese do ABC (1954), a proposta foi para que se expandisse o movimento. A meta era para que se conquistasse novos militantes, objetivando uma maior influência da JOC no meio do trabalho. A campanha de recrutamento estendeu-se para o ano de 1956, quando cada Federação teria que conquistar 100 novos militantes. Estabeleciam-se estratégias para a realização do objetivo central da JOC: recristianizar a classe operária. Mas, para o ano de 1955, outra campanha foi levada adiante: o jovem e o problema da habitação, para o qual lançaram o manifesto "Quem casa, quer casa" e no ano de 1956 voltaram a discutir sobre a proteção ao menor que trabalha.

Percebe-se que os assuntos se repetiam ou ganhavam maior destaque durante outros anos. Uma vez que, estas campanhas eram nacionais, nem sempre estavam

---

<sup>123</sup> Movimento de Orientação Sindical.

<sup>124</sup> Carta enviada pela militante jocista Cornélia para Anastácio Brolezzi. Recife, 28 de maio de 1958.

relacionadas com a realidade mais próxima dos militantes do ABC, mas por outro lado, pareciam procurar sensibilizar os militantes para os problemas eleitos pela Igreja e pela sociedade brasileira, como a seca no Nordeste, a moral da família cristã e a justiça social. Parece possível que muitos destes temas de trabalho tenham sido indicados pelo comitê internacional do movimento.

### 1.2.2 Romaria para Aparecida

Nossa Senhora Aparecida foi proclamada padroeira do Brasil por Pio XI em 16 de julho de 1930. Durante as primeiras décadas do século XX, a Igreja brasileira procurou consolidar seu espaço entre a sociedade, já que no final do século anterior havia se desligado do Estado. Em sua rearticulação, o Vaticano procurou preencher espaços e passou a determinar mais incisivamente seus caminhos e objetivos. “Em toda a década de 30, a Igreja Católica perseguirá o objetivo de consolidar sua unidade em plano nacional, através de uma centralização e coordenação da direção episcopal e do apostolado dos leigos.”<sup>125</sup>

Esta unidade seria favorecida com a criação da padroeira e com a edificação do Santuário para a Santa, localizado no Vale do Paraíba, próximo a São Paulo. Segundo José Oscar Beozzo, através da imagem representada por Nossa Senhora, durante a Guerra Fria, a Igreja e a elite política puderam reunir os católicos sob a Doutrina da Igreja e afastá-los do perigo do comunismo. Este serviu como “fachada à reação das classes dominantes a reforma e mudanças necessárias para a sobrevivência do próprio povo.”<sup>126</sup>

Desta forma, a reunião dos jovens operários em Aparecida realizada no início dos anos de 1950, sem dúvida ajudou a consolidar a estrutura da Ação Católica entre a sociedade. Aos jovens, a viagem era também o reflexo de seus esforços, pois precisaram organizar o evento e angariar recursos. A hierarquia destacava a

---

<sup>125</sup> BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.293.

<sup>126</sup> Ibid. p.296.

participação dos jovens como que predestinados para o apostolado leigo, e para tal deveriam dedicar-se ao máximo.

A organização da romaria para Aparecida, realizada em 6 de setembro de 1953, congregou os esforços da JOC feminina e masculina quando formaram comissões para cuidar dos diversos trabalhos necessários, como finanças, orações e sacrifícios, propaganda e transportes. As principais atividades ficaram centralizadas entre as seções da JOC do Estado de São Paulo e propuseram que as seções do interior do estado e de outros municípios formassem comissões menores, submetidas à central. As comissões faziam as inscrições, convidavam os jovens da paróquia, vendiam os terços aos que não participariam da romaria e confeccionavam cartazes para a divulgação do evento.

Na equipe central estavam o Monsenhor José Távora e os Padres Eduardo Roberto, Oscar Melanson (assistentes da JOC de São Paulo) e Ítalo Coelho. Entre os dirigentes, foram designados: José Gomes de Moraes Neto, Odette Azevedo Soares, Tibor Sulik, Lenita Peixoto Vasconcelos, Maria Augusta Silva, Iolanda Silva, Bartolo Perez, Dalva Magalhães, Jacques Jerome, Maria José Campos, Joaquim Arnaldo de Albuquerque, Maria Aparecida Campos, Lourival de Souza, Laura Monte Mór, José de Oliveira, Terezinha de Araujo, Hilário Cuzziól, Aracy Tancini, José Araujo dos Santos e Anastácio Brolezzi. Portanto, dez moças e dez rapazes dividiram os trabalhos e representaram a JOC e a JOCF.

As comissões representaram bairros e municípios da Grande São Paulo, como: Penha, São Rafael, São João Batista, Vila Prudente, Água Rasa, Bosque da Saúde, Lapa, Ipiranga, Moinho Velho, Osasco, Pari, Santana, Santo André, Tucuruvi, Pompéia, Vila Ipojuca e São Caetano do Sul. Estavam presentes delegações de Jundiaí, Botucatu, Bragança Paulista, Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba, Taubaté, Campinas, Florianópolis, Goiás, Fortaleza, Belo Horizonte, Niterói, Valença, Barra do Piraí, Petrópolis, Rio de Janeiro e São Paulo.

Quanto ao transporte, saíram ônibus de pontos variados da cidade de São Paulo e de alguns municípios vizinhos como Mooca, Santo André, Bairro do Limão, Pompéia, São João Batista, Água Rasa, São Caetano do Sul, Vila Ipojuca, Osasco, São Vitor, Mogi das Cruzes, Tucuruvi, Vila Alpina e Pari. De Santo André saíram 240 romeiros em 6 ônibus da Companhia São Bernardo.

Para a aquisição de verba e meios para a realização do evento, outras instâncias da sociedade foram requisitadas. A contribuição para o transporte foi



solicitada à prefeitura de São Paulo, comandada por Jânio Quadros, que subsidiaria quem não pudesse pagar. Os jovens operários procuravam, também, mobilizar suas comunidades, nas quais pediam auxílios e vendiam as publicações do movimento.

Procuraram representantes da hierarquia da Igreja, e em contato com o Cardeal de São Paulo, D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta, pediram auxílio para adquirirem materiais como bandeiras, terços, cartazes e flâmulas.

O principal local de propaganda do evento foram os bairros onde habitavam ou trabalhavam os jovens operários, entretanto, o rádio foi utilizado para atingir uma população de jovens católicos localizados num raio maior do que normalmente conseguiam atingir. Na rádio Record, em São Paulo, tinham espaço para rezar o terço e para chamar para a romaria. Poderiam atingir os jovens católicos não praticantes ou que não estavam inseridos nos movimentos da Igreja.

Apesar da propaganda, numa reunião no mês de julho reclamaram do número baixo de inscrições: “Esta reunião foi feita com o fim de chamar a atenção de todos os responsáveis das comissões, as inscrições não estão sendo satisfatórias, talvez devido ao Encontro Regional e à Semana do Pe. Roberto, agora esperamos que todos dêem tudo para a Romaria e tudo para N. Senhora Aparecida. Fazer uma circular para os responsáveis da Romaria das cidades que virão, se comprometendo a pagar tantos lugares.”<sup>127</sup>

Procuraram encontrar as possíveis causas para o baixo número de inscrições e concluíram que passados os encontros acima mencionados, exigiriam o máximo debruçamento dos militantes para o sucesso do evento. Para justificar a necessidade do esforço dos membros, destacaram o sentido religioso e sagrado da romaria, ou seja, afirmaram que estariam trabalhando por Nossa Senhora Aparecida.

Até então existiam 2.345 lugares reservados em ônibus, para o evento, sendo que, convidariam também os chamados "amigos da JOC": Franco Montoro, Valério Júnior, entre outros jornalistas, artistas e representantes do 1º de Maio Futebol Clube, localizado ainda hoje em Santo André.

Das comissões organizadoras acima citadas, as que arrecadaram maior quantia em dinheiro foram São João Batista, Salete, Bosque da Saúde e Penha; pela propaganda através dos cartazes e dos folhetos, sobressaíram São Rafael, Ipiranga, Santo André, São Caetano do Sul e Jundiaí.

---

<sup>127</sup> 4º Caderneta de Anotações, Reunião Comissão Central-Romaria. 10/07/1953.

Santo André, Vila Ipojuca, Jundiaí, São Caetano do Sul, São Rafael e Penha receberam o maior número de inscritos, contando com mais de cem inscrições para a romaria.

Entre os objetivos explicitados pela Igreja para a realização da romaria, figurava o pedido a Nossa Senhora Aparecida para que ajudasse a JOC no mundo todo. Este evento, envolvendo vários militantes e membros e distribuindo responsabilidades a todos, procurava despertar a religiosidade e a responsabilidade nos jovens.

Organizaram-no com o máximo de ordem e previsibilidade, procurando evitar qualquer erro ou problema. Percebemos que sobressaíram os ideais de autoridade e controle do movimento. A preocupação com a submissão dos leigos foi algo bastante veiculado pela instituição nos Papados de Pio XI e de Pio XII. Mas na década de 1950, o tratamento em relação aos leigos sofreu transformações e estes ganharam, aos poucos, maior liberdade de ação.

Podemos perceber a preocupação com a ordem através de um manual elaborado para orientar os romeiros e que trazia todos os passos que o jovem deveria seguir, desde o embarcar nos ônibus até as atividades que ocorreriam no local. Transparecia um forte tom de autoridade e disciplina, e o manual explicava o que significava fazer aquela viagem:

Mas... Romaria o que é?

Uma viagem?

Sim, uma viagem. Diferente, porém das outras viagens... Interessante talvez e certamente dura e cansativa: o calor, o sono, o balaço do trem ou do ônibus; o ser amável com os companheiros, o submeter-se ao regulamento e à disciplina do grupo... Tudo isso faz parte da viagem de verdadeiros romeiros. Romaria é também **uma oração excepcional** [grifo do autor].<sup>128</sup>

Destacava-se o caráter de sacrifício e o companheirismo, necessários para a realização da viagem. As experiências de vida dos jovens trabalhadores eram freqüentemente comparadas aos sacrifícios praticados por Cristo, que também foi um Operário, e o trabalho era o fator de ligação do jovem com a esfera do sagrado. O trabalho o fazia ser especial.

O manual para a romaria trazia todos os principais ideais lançados pela Igreja Católica através da Ação Católica. Sublinhava a necessidade da união entre a classe operária para que juntos resolvessem os problemas sociais e eliminassem as injustiças, mas nesta empreitada somente a religiosidade e a fé reuniriam os jovens.

---

<sup>128</sup> Romaria da Juventude Trabalhadora, 6 de setembro de 1953, Comitê da Federação de São Paulo JOC e JOCF. p.4-5.

Na capa do manual, a imagem de Nossa Senhora Aparecida surgia altiva, flutuando sobre uma fábrica (fig.04). Desta fábrica saíam fumaças que a sustentavam no ar e a envolviam. Esta imagem correspondia perfeitamente com o ideal lançado pela Igreja aos jocistas. Estes eram incentivados a acreditar em sua força de realização e na união de toda a classe para a transformação da realidade social.

O manual dizia sobre o comportamento que esperavam dos jovens, que deveriam obedecer aos responsáveis e estarem sempre reunidos ao seu grupo. Cada grupo traria símbolos, como as bandeiras, que o identificaria entre a multidão. Tudo precisaria estar absolutamente organizado, pois até o desfile e a homenagem que fariam a Nossa Senhora dependia da ordem de cada delegação. Para a homenagem, cada delegação pronunciaria algumas palavras e, todas as frases das delegações traziam um sentido único e de união dos jovens. Os discursos propalados pelos jocistas falavam, freqüentemente, da necessidade de aumentar as fileiras do movimento; desta forma, a Igreja aumentaria sua influência entre a sociedade. “Aumentai as fileiras da Juventude Operária Católica, /para que possamos trabalhar melhor/ por um mundo mais justo,/ mais humano,/ mais santo/ e mais digno, ó Maria,/ das vossas aparições! Amén.”<sup>129</sup>

Haveria, para garantir a ordem e a organização, uma chamada de todos os presentes. O manual trazia, ainda, o horário de todas as atividades e explicitava que os atrasos causariam problemas para todos. Constava, também, o objetivo religioso do evento: homenagear Nossa Senhora Aparecida, "pela sua incomparável dignidade de Mãe de Deus, pela sua parte na redenção do mundo, na nossa redenção."<sup>130</sup> Proclamariam-na rainha dos operários e da JOC e dariam graças pelo 5º aniversário da JOC brasileira.

A missa foi descrita, no manual, em todos os seus passos. Teriam como celebrante o Cardeal Carlos Carmelo Vasconcelos Motta, Arcebispo de São Paulo e como pregador D. Helder Câmara, Bispo de Salde, auxiliar do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro e assistente nacional da Ação Católica. Uma vez que a celebração era voltada aos jovens operários, trazia ícones que faziam parte das orientações do movimento jocista. Indiretamente, falava contra o comunismo e contra o capitalismo. Pedia que os jocistas afastassem os trabalhadores do materialismo brutal e da opressão do dinheiro e pedia pela extinção do orgulho, porque este levava à inveja e à

---

<sup>129</sup> Ibid. p.29.

<sup>130</sup> Id.

luta. Ressaltava que os jovens deveriam estar e ser pela Igreja, numa única voz e num só corpo, pela vida eterna.

Assim como nas reuniões de militantes falavam da necessidade da conquista dos jovens, na missa explicitaram que a vida "obscura" e "monótona" do trabalho diário da fábrica não deixava que o trabalhador enxergasse a sua real "utilidade" social insubstituível. "Leitor: Esta vida quotidiana e obscura,- cuja monotonia nos impede, muitas vezes, de ver sua grandeza, sua utilidade social insubstituível,- esta vida laboriosa."<sup>131</sup> Para que os operários viessem a enxergar, precisavam que os militantes abrissem seus olhos. Todo o discurso utilizado pela Igreja procurava transmitir ao trabalhador que sua condição era especial, pois somente ele poderia, com sua classe, salvar o operariado das injustiças do mundo.

Sublinhamos, desta romaria, a intensa autoridade e submissão à hierarquia, explicitadas através da organização. Os jovens eram incentivados, através do programa da Ação Católica, a agirem sobre os problemas de sua classe, mas era uma ação que a Igreja procurava controlar ao máximo. A Igreja parecia procurar legitimar sua autoridade, reforçando a dependência do laicato, pois no que se refere às mudanças sociais, afirmava que somente seriam realizadas em conjunto com a Igreja.

A Igreja, persistentemente, destacava que o movimento dos operários católicos era internacional, fato pelo qual pareciam incentivar nos trabalhadores uma maior vontade e força de atuação em seu meio, além de reafirmar o poder da Igreja em articular e influenciar as forças sociais. Desta forma, o *Comunicado Mensal da CNBB* destacou o número de jovens que conseguiram reunir em Aparecida, e como estes seguiram disciplinadamente em busca de um objetivo comum a todos. Para atestar a veracidade do acontecimento e de seu sucesso, foi publicado o telegrama que o assistente nacional da JOC, Monsenhor José Távora recebeu do Vaticano.

A JOC levou à Aparecida 12 mil jovens trabalhadores em uma autêntica Romaria, preparada de paróquia a paróquia com grande espírito de fé e realizada com espírito de penitência e oração. A romaria valeu como testemunho indiscutível da Ação Católica da JOC, a cujo Assistente Nacional, Mons. José Távora, dirigiu o Exmo. Mons. Montini o seguinte telegrama:

Citta del Vaticano  
Monsenhor Távora  
Palácio São Joaquim  
Rio de Janeiro

---

<sup>131</sup> Ibid. p.22.

Santo Padre agradecemos homenagem peregrinação milhares jovens trabalhadores promovido JOC brasileira Santuário Aparecida com votos expansão tão oportuno movimento cristianização classe operária envia Assistentes jocistas implorada benção católica.

Montini Pro Secretario<sup>132</sup>

Os dois eventos organizados pela hierarquia da Igreja Católica, a romaria à Aparecida e a peregrinação a Roma (1957), procuraram reafirmar a submissão dos leigos à Sé Romana e reavivar a religiosidade do movimento da JOC. Foi ressaltada a necessidade de atração dos jovens para a causa dos jocistas. Esta forma de ação da Igreja esteve presente também na peregrinação a Roma realizada em 1957, entretanto diferentemente neste caso, pois os leigos articulavam críticas ao clero e percebiam estas discordâncias como enriquecedoras tanto para a hierarquia como para os leigos.

## II A cristalização do movimento católico: conflitos e aproximações

### 2.1 Criação da Diocese no ABC (1954)

Até o ano da criação da Diocese do ABC, a história da JOC local mesclou-se muito à história da JOC de São Paulo. Uma vez edificada a Diocese e a Federação da JOC, esta história sofreu uma transformação significativa para o desenvolvimento dos trabalhos que começaram a se voltar mais para os interesses dos trabalhadores da região. A Diocese foi criada em 13 de agosto<sup>133</sup> e o primeiro Bispo, D. Jorge Marcos de Oliveira, foi nomeado em 12 de setembro.

A articulação da Diocese foi resultado de uma ação conjunta dos poderes políticos locais, dos prefeitos dos municípios economicamente mais fortes do ABC, como São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André e dos representantes das Câmaras Municipais. Estas instâncias foram responsáveis, juntamente com os comerciantes e empresários, pela arrecadação do montante de três milhões para a manutenção das obras diocesanas.

---

<sup>132</sup> 12 mil jovens trabalhadores em romaria ao Santuário de Aparecida In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, outubro de 1953. p.8.

<sup>133</sup> Segundo o **Plano Diocesano de Evangelização**. Atividades Pastorais-1999, publicado pela Diocese de Santo André, a data da criação da mesma pela Bula Archidioecesis Sacti Pauli do Papa Pio XII é 18 de julho de 1954, quando foi desmembrada da Arquidiocese de São Paulo. Existiam, então, 16 paróquias na Diocese.

Havia na Praça do Carmo em Santo André a Igreja Nossa Senhora do Carmo e o prédio destinado ao Palácio Episcopal para a residência do bispo e para as instalações da Cúria Diocesana. Por parte do clero local, o Monsenhor José Bibiano, desde o ano de 1943 segundo vigário da paróquia do Carmo, liderou a articulação para a formação da Diocese. Uma justificativa principal para a criação da Diocese teria sido o número crescente de habitantes na região; esta, naquele ano somava 320 mil.<sup>134</sup>

A partir da formação da Diocese e da Federação da JOC, constituiu-se um grupo da JOC mais coeso. Pessoas que constituíam o movimento e que com a edificação da Federação tiveram maior autonomia para reorganizá-lo, deram uma unidade para o mesmo. Constituíram-se relações mais estáveis entre a JOC e as outras organizações da classe operária e da empresarial, além da política local. Neste sentido, ao menos para os primeiros anos da segunda metade da década de 1950, a criação da Federação foi mais significativa para o movimento do que a criação da Diocese, embora a Federação tenha sido criada em decorrência da presença da Diocese. Neste momento, a formação de um grupo sólido foi mais significativa para o movimento do que a presença do Bispo, que apenas poucos anos depois iria mostrar-se, claramente, ao lado das lutas do operariado.

Segundo José de Souza Martins,

...nos anos trinta e nos anos quarenta, a Igreja Católica tinha o monopólio das idéias no subúrbio. As outras idéias eram clandestinas. Nem mesmo havia bibliotecas públicas ou livrarias. A prática estava compulsoriamente divorciada da teoria. Nos anos cinquenta, não só chegou ao ABC a grande indústria automobilística, que multiplicou o número de operários, sobretudo mineiros e nordestinos. Chegou, também, o debate político e a multiplicação das idéias, os primeiros intelectuais, a música, o teatro laico, a proliferação dos ginásios estaduais e Florestan Fernandes fazendo conferência em favor da escola pública.<sup>135</sup>

Entretanto, a necessidade de designação de um bispado para o ABC e ainda, a anterior reestruturação e fortalecimento dos movimentos da Ação Católica na região, demonstraram que a Igreja não tinha este monopólio de idéias ou que o estava perdendo desde as décadas anteriores. E ainda, que as outras idéias, chamadas de clandestinas, legitimavam-se através da aprovação da sociedade. É preciso destacar, insistentemente, que os militantes comunistas e socialistas conseguiram congregar a população operária local, tanto que organizaram greves, reivindicações e elegeram 13 vereadores e o prefeito de Santo André no ano de 1947, embora sob outra legenda (pelo

---

<sup>134</sup> Ver Heloísa Martins, **Igreja e movimento operário no ABC**. São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul/ Hucitec, 1994.

<sup>135</sup> MARTINS, **A sociabilidade do homem simples...** p. 136.

PST – Partido Social Trabalhista), pois o PCB estava na ilegalidade. Para tal, foi preciso a estruturação de influências deste grupo durante os anos anteriores através das organizações que davam apoio e assistência aos operários, como as instituições sindicais.

Em julho de 1952, o Bispo Auxiliar de São Paulo, D. Antônio Alves Siqueira, esteve em uma reunião da JOC realizada em Santo André<sup>136</sup>. Conversou com os jovens procurando conhecer suas atividades, ficou impressionado com o trabalho desenvolvido e prometeu auxiliar mais o movimento. Nesta visita, feita dois anos antes da posse do Bispo D. Jorge Marcos, a hierarquia católica pôde colher informações sobre o desenvolvimento da JOC numa região demasiadamente operária e com forte liderança do Partido Comunista e de sindicalistas que tinham o enfrentamento como prática constante. Um bispo jovem e com prática no trabalho com a Ação Católica e com populações carentes, segundo a justificativa da Igreja, seria o ideal para aquela região que também concentrava um grande número de jovens operários.

O Santo Padre dignou-se criar uma nova Circunscrição Eclesiástica no Brasil: a Diocese de Santo André, suburbicária e sufragânea da Arquidiocese de São Paulo. Para seu primeiro bispo elegeu o Sumo Pontífice D. Jorge Marcos de Oliveira, até então bispo auxiliar do Exmo. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara.

A Diocese, altamente industrializada, exigia a presença de um bispo jovem, apostólico, à altura dos graves problemas sociais de hoje. A escolha dificilmente poderia ser mais feliz.<sup>137</sup>

D. Jorge Marcos de Oliveira com seus trinta e oito anos de idade deveria atuar sobre os graves problemas sociais que, na visão da Igreja, estavam presentes no ABC.

O Bispo fez seus estudos no Seminário São José (RJ) e no Seminário Central da Imaculada Conceição, no Ipiranga, na cidade de São Paulo, do qual fez parte da primeira turma. Após receber a ordenação por D. Sebastião Leme<sup>138</sup>, em 8 de dezembro de 1940, voltou para sua terra de origem, o Rio de Janeiro. Lá, lecionou no Seminário São José durante cinco anos, dirigiu a Obra das Vocações Sacerdotais, foi assistente do setor jovem da Ação Católica Masculina e foi Oficial Maior do Tribunal Eclesiástico.

Nestes trabalhos teve influências de D. Sebastião Leme, quando estabeleceu contato com o Centro D. Vital criado em 1922 e dirigido por intelectuais católicos. O

---

<sup>136</sup> 1º Caderneta de Anotações, Reunião em Santo André, 15/07/52.

<sup>137</sup> Nova Circunscrição Eclesiástica, novo bispo diocesano e novo coadjutor. In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, setembro de 1954. p.6.

<sup>138</sup> D. Sebastião Leme da Silveira Cintra tornou-se líder da Igreja no Brasil quando chegou ao Arcebispado do Rio de Janeiro (1921), onde permaneceu por 21 anos. Nas décadas de 1930 e de 1940 a Igreja se aliou ao Estado varguista para atuar em meio à ordem social e para se manter influente entre as decisões de poder. Ver Bruneau, T. **Religião e Politização no Brasil...**

primeiro grande líder do Centro foi Jackson de Figueiredo, para o qual deu ênfase ao nacionalismo e à autoridade. Depois de sua morte (1928), Alceu Amoroso Lima tomou a coordenação do Centro e até a década de 1930, seguiu os mesmos passos de seu antecessor. Foi líder leigo da Ação Católica e um dos fundadores da Liga Eleitoral Católica (LEC). Deixando-se influenciar pelas teorias de Jacques Maritain e de Emmanuel Mounier, Amoroso Lima junto a D. Hélder Câmara, passou para o setor progressista da Igreja Católica e tornou-se um dos maiores expoentes da Doutrina Social Católica. De outro lado, e também como liderança leiga<sup>139</sup>, estiveram Gustavo Corção e Plínio Correia de Oliveira, que procuraram manter os tons de autoridade da Igreja, registrando seu desejo de conservar os ideais até então propostos.

D. Sebastião Leme que esteve à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro entre 1921 a 1942, foi sucedido por D. Jaime Barros Câmara (1943 a 1971). Neste período, D. Jorge foi nomeado bispo auxiliar do Cardeal Câmara, quando desenvolveu trabalhos em favelas no Rio de Janeiro.<sup>140</sup>

Segundo D. Jorge Marcos, o Cardeal Câmara não deu o mesmo incentivo à Ação Católica quanto seu antecessor e nem tanto quanto D. José Távora, que fora responsável por avanços deste programa. D. Jorge Marcos esteve presente no Concílio Vaticano II (1962 a 1965), no qual fez intervenções por escrito e que constam da IV sessão da Acta Synodalia Sacrosancti Concilli Occumenici Vaticani II. Nesta sessão destacaram-se as intervenções de bispos brasileiros para as discussões sobre as missões nos países subdesenvolvidos, mas também para a temática da fome, das desigualdades internacionais, da justiça e da paz no mundo.<sup>141</sup>

O Bispo permaneceu à frente da Diocese do ABC até o ano de 1975, quando renunciou, alegando problemas de saúde e foi substituído por D. Cláudio Hummes (1975-1996), então Bispo Coadjutor e hoje Arcebispo de São Paulo. O primeiro Bispo de Santo André faleceu em 1989.

D. Jorge Marcos declarou, em entrevista à Heloísa Martins e a Marita Bargas, que assumiu a Diocese para combater o movimento comunista:

Quando fui nomeado para Santo André, Santo André lutava muito com o movimento comunista, os sindicatos todos comunistas. Santo André tinha eleito prefeito comunista e toda a câmara

---

<sup>139</sup> Outros leigos destacaram-se no Centro D. Vital, como Hamilton Nogueira, Gustavo Corção, Plínio Correia de Oliveira, Sobral Pinto, Perílo Gomes, Arlindo Vieira e Jônatas Serrano.

<sup>140</sup> Ver MARTINS, Heloísa. **Igreja e Movimento Operário no ABC...**

<sup>141</sup> Ver José Oscar Beozzo. **Padres Conciliares Brasileiros**. São Paulo, 2001, Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo.



comunista que tinha sido vetada pelo governo e aqui estavam os prefeitos interventores, os prefeitos nomeados ou prefeitos substituídos. ...<sup>142</sup>

É interessante notar que D. Jorge se referiu à Santo André como se esta fosse o sujeito da ação, pois como afirmou: Santo André lutou com o movimento comunista e Santo André também elegeu representantes comunistas. Ao referir-se desta forma, o Bispo demonstrou que observava uma unidade entre a população local e não expôs suas particularidades, ou seja, os conflitos e as oposições em relação à orientação comunista e em relação ao anticomunismo. Neste aspecto, a população ficou em segundo plano, submetida ao 'sujeito maior' – Santo André.

Prevendo a reorganização da Igreja no ABC e diante da futura e próxima formação da Diocese, a JOC foi reestruturada e os militantes observaram possibilidades de expansão de suas atividades.

No final de 1953 a discussão sobre a reorganização do movimento ganhou amplitude e a visualização de se obter uma sede para a JOC foi foco de debates entre os militantes e a hierarquia. A reestruturação do movimento acabou incentivando os trabalhos dos militantes. Em abril de 1954 estava constituído um novo comitê da JOC em Santo André: Anastácio Brolezzi - presidente, Liberato Manfrin - tesoureiro e Francisco Leme da Silva – secretário, sendo que cabia ao tesoureiro responsabilizar-se por todos os serviços da cotização; ao secretário, coordenar os trabalhos do **Boletim** e do **Construir**, além de cuidar dos relatórios e das fichas de fatos e, ao presidente, coordenar o comitê e os serviços, preocupar-se com as conquistas de novos militantes e preparar as reuniões de militantes e as reuniões de comitê (coordenação).

Os militantes que já haviam experimentado problemas com os padres, recebiam com um pouco de cautela e preocupação a novidade de ter um bispo. No discurso de recepção ressaltaram que o Bispo seria muito bem acolhido, suas experiências de trabalho com as populações pobres seriam valorizadas e o seria também todo o apoio que pudesse direcionar aos jovens operários.

Excia. Reverendíssima, D. Jorge, mui digno 1º Bispo da Diocese de Santo André.

Exmos. Senhores Padres, senhores, senhoras e caros companheiros. A JOC e JOCF de Santo André, não poderiam deixar passar o dia de hoje sem tornar público a nossa gratidão e alegria ao receber em nossa diocese, um dos maiores Bispos da Igreja nos dias que atravessa. A JOC de Santo André, está passando hoje seus maiores momentos de existência. Recebemos um grande apóstolo de Cristo. Apóstolo por pregar a verdade do Evangelho aos quatro cantos da terra. Apóstolo de Cristo, porque tem vocação operária, assim como Cristo foi, D. Jorge tem uma

---

<sup>142</sup> Entrevista de D. Jorge Marcos de Oliveira concedida à Heloísa Martins e Marita Bargas. Realizada entre 18/05/1984 a 15/06/ 1984. p. 8.

dedicação especial para com os operários. Eis a alegria de nós jocistas. Na realidade, somos poucos, quase nada, diante do número dos trabalhadores de Santo André. Até aqui muitas dificuldades tivemos e é por isso que existimos. Porém, essas dificuldades seriam menores se houvesse um pouco mais de boa vontade por parte do clero, que infelizmente não nos ajudam e ainda nos criticam. Desconhecem o quanto Cristo quer a JOC. Com tudo isso, ainda fizemos algo para que Cristo Reine na classe operária, onde está tão esquecido por todos. D. Jorge, nós participamos com 492 jovens trabalhadores à maior Romaria à Aparecida do Norte, pois estiveram lá, mais de 10.000 J.T. Participamos de reuniões semanais e todos os meses nos reunimos junto a Federação de São Paulo. D. Jorge, nossas orações continuarão, para que tenha êxito nesta sua tarefa e que Deus vos dê muita força e se precisar dos jocistas conte conosco. A sua Bênção D. Jorge.<sup>143</sup>

Após expor elogios ao trabalho de D. Jorge Marcos junto aos operários, e de sublinhar a importância da juventude operária no ABC, o discurso dos militantes voltou-se para as críticas ao clero. A Igreja, na figura dos padres, foi fortemente criticada pelos militantes não somente por não ajudar o movimento, mas ainda por atrapalhar as atividades que realizavam. No documento, o ideal sugerido pela Igreja ao laicato - salvar a classe trabalhadora - surgiu como acima de qualquer interesse da Igreja Católica, pois era um ideal sagrado, definido por Cristo Operário.

O apoio do Bispo, somado ao empenho dos militantes jocistas, deveria garantir o sucesso das práticas do movimento e trazer de volta os trabalhadores afastados da religião. Percebemos no discurso que os jocistas atrelaram o trabalho de D. Jorge ao movimento operário, apresentando a certeza de que receberiam apoio para sua ação social. Segundo as palavras dos jocistas, num tom quase constrangedor, fica patente, como mostrado no documento, que eles não aceitariam e não queriam a falta de apoio.

A cautela exposta pelos jocistas sobre a definição futura do Bispo quanto ao movimento tinha sua razão de ser. Durante os primeiros anos do Bispado, os militantes queixaram-se da distância que D. Jorge Marcos estabeleceu em relação ao movimento. Mas não foi somente este distanciamento que causou uma situação desconfortável, e sim a escolha do padre assistente, até então figura tão desejada pelos militantes e que acabou sendo causa de conflitos e de insatisfações.

No ano seguinte à instalação da Diocese, o presidente da JOC do ABC, Anastácio Brolezzi, correspondeu-se com Tibor Sulik, presidente nacional da JOC. Na carta, Anastácio expôs os problemas que estava encontrando no desenvolvimento do movimento e destacou as dificuldades de relacionamento com o Bispo. Em resposta, Tibor Sulik orientou-o a "conquistá-lo" para a causa jocista, evitando qualquer possível conflito.

---

<sup>143</sup>Discurso jocista em Saudação a D. Jorge Marcos de Oliveira pela posse da diocese de Santo André. Santo André, 1954.

Fiquei muito impressionado com a carta que você me enviou. Há uma porção de problemas que é preciso agir com serenidade para resolvê-los. A instalação da Federação acho ótima e necessária. Quanto ao problema de assistente e de funcionamento do movimento, penso que é preciso agir com cautela e pensar muito antes de tomar uma posição. Sei que vocês vão encontrar dificuldades, mas procurarão contorná-los da melhor maneira possível. Você sabe que não adianta brigar, já tem experiência disso. A JOC como movimento de A.C., depende muito do bispo. Temos que nos entender com ele. Quando ele não quer é como se Deus não quisesse. O nosso principal trabalho é fazê-lo entender o problema operário e a solução que a Igreja universal esta dando. Precisamos muita paciência e perseverança para não desanimar e também não fugir à verdade. Nós, como jocistas, temos um compromisso com a classe operária e também com a Igreja, não é verdade? Precisamos fazer todo o possível para manter-nos fiéis a ambos. Cabe a nós descobrirmos um meio de resolver o problema. Penso que ninguém por má fé, quer prejudicar a JOC ou a Juventude Trabalhadora. O que acontece, é que muita gente não entende isso, isto é, como resolver o problema de salvação da Classe Operária. Se Cristo nos fez descobrir a gravidade do problema e coloca em nosso caminho pessoas que não nos entendem, é porque quer nos santificar, provando a nossa humildade e a nossa caridade e perseverança. Precisamos também recorrer à oração para resolver os problemas mais graves...

Notei também que você está encontrando dificuldades no seu meio de trabalho. Não desanime é assim mesmo. Quem quer dar testemunho de Cristo e de amor à Juventude Trabalhadora e espírito de justiça, é sinal de contradição nesse mundo. O que é preciso, é aproveitar bem dessas ocasiões para unir a Classe Operária e despertá-la.<sup>144</sup>

Tibor Sulik sublinhou que era preciso estabelecer o entendimento com o Bispo porque a JOC era um movimento da Ação Católica (AC), um movimento confessional e que burocraticamente dependia da hierarquia. Entretanto, expressou também a posição do Bispo como representante do sagrado, e que por isso a sua vontade deveria ser respeitada, acima de tudo. Mas pensando na possibilidade de o Bispo não estar a par das novas propostas da Igreja Católica em relação ao laicato, teriam então o papel de atualizá-lo. Neste caso, ensinariam ao Bispo o que era a Ação Católica e quais seus ideais que, para aqueles jovens, não eram menos sagrados ou nobres e nem tão pouco estariam abaixo de qualquer outro interesse da hierarquia. Aliás, a missão da salvação da classe operária teria sido atribuída aos jovens por Jesus Cristo e, portanto, estava acima da hierarquia católica.

Alguns anos depois, os militantes experimentaram o êxito de sua campanha de "conquista" do Bispo, quando se aproximaram dele e puderam esclarecer o por quê do movimento. Segundo um antigo militante, numa conversa que tiveram com D. Jorge, foram explicados quais eram os objetivos da JOC e como se trabalhava entre o operariado; o Bispo teria dito que era isto mesmo que estava querendo na região<sup>145</sup>. A partir daí, teriam conseguido o apoio e a "aprovação" para o movimento.

---

<sup>144</sup> Carta enviada por Tibor Sulik a Anastácio Brolezzi. Rio de Janeiro, 21/03/1955.

<sup>145</sup> Entrevista concedida por Anastácio Brolezzi em 16/05/2001.

Mesmo com a posterior mudança de posição do Bispo quanto ao apoio ao movimento, persistiram os problemas com os padres assistentes. Num documento do ano de 1985, no qual antigos militantes resumiram a trajetória da JOC em Santo André, lembrou-se que os militantes receberam o apoio de D. Jorge Marcos, mas que sempre tiveram a falta de compreensão dos vigários, pois estes não aceitavam que o movimento não se voltasse estritamente para os interesses e melhorias da paróquia. “Em termos de Diocese havia apoio, mas a dificuldade que a JOC sempre encontrou foi com relação à aceitação dos vigários, pois estes não a aceitavam como um Movimento com um objetivo específico de Jovem Trabalhador cujos princípios de organização era diferente daquele que as Paróquias vinham tendo com as comunidades de Jovens.”<sup>146</sup>

Esta distância entre os padres e os leigos da JOC existia antes da chegada do Bispo e era resultado de uma mentalidade e tradição de trabalho que se voltava para um catolicismo centrado na instituição Igreja Católica e, que não se dedicava aos problemas e realidades das comunidades a sua volta. Era, ainda, uma Igreja que conservava sua característica centralizadora e de homogeneidade, pois não observava as diferenças sociais. Acreditava-se numa Igreja única e trabalhava-se por ela e, para tal, eram necessários fiéis também iguais entre si. A chegada e o trabalho inicial do Bispo não alterou esta ordem, embora sua simples presença já tivesse promovido transformações. Uma alteração mais profunda neste aspecto somente seria percebida mais tarde. Sobre as relações dos militantes com o clero local, no item seguinte apresentaremos as transformações com maior detalhamento.

O Bispo enfrentou vários problemas locais na região, entre eles o número reduzido de padres, somente sete. Aos poucos, o espaço urbano do ABC aumentava e edificavam-se novas paróquias, o que trouxe mais padres para a região. Segundo D. Jorge, “... a maioria dos padres tinha pavor da Ação Católica. A maioria, porque já começara o movimento do Plínio Correia de Oliveira<sup>147</sup>, jogando toda a pujança das congregações marianas e dos outros grupos contra Ação Católica.”<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> **Simpósio Sobre Igreja e Movimento Operário: História da JOC de Santo André**, 07/09/1985, apresentado no Simpósio promovido pela CEHILA e CEDI, 1985. p. 03.

<sup>147</sup> A História de Plínio Correia de Oliveira aproxima-se à dos movimentos de leigos da Igreja Católica. Durante seu curso de Direito, realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, participou da organização que reuniu jovens universitários católicos. Posteriormente, na década de 1930 fez parte do movimento integralista e ajudou a fundar a Liga Eleitoral Católica (LEC) junto a Alceu Amoroso Lima. Plínio Correia concorreu, em 1933, a uma vaga na Assembléia Constituinte e obteve grande êxito nas eleições, onde defendeu a indissolubilidade do casamento religioso, a instrução religiosa nas escolas e a assistência religiosa às forças armadas. Estes pontos foram incorporados pela Constituição instaurada em 1934. Plínio Correia dirigiu o jornal **Legionário** da Arquidiocese de São Paulo e contribuiu para o jornal **Catolicismo** fundado em 1951 pelo conservador D. Antônio de Castro Mayer, bispo de Campos (RJ), o que demonstrou sua direção para a direita católica. No ano de 1960, ajudou a fundar a Tradição, Família e Propriedade (TFP), organização que

Após a posse do Bispo em setembro de 1954, os militantes continuavam discutindo com a prefeitura de Santo André sobre a aquisição de um terreno para a construção da sede do movimento. Ainda em 1955, os militantes não tinham lugar exato para reunirem-se e o local das reuniões era emprestado, como as dependências do Círculo Operário Católico e das paróquias, nas quais os padres aceitavam recebê-los. Em uma reunião do comitê da federação, seu presidente, Anastácio Brolezzi, desabafou que estavam se reunindo, naquele dia, em um banco na rua, pois não haviam encontrado lugar disponível. Por fim, a sede tão desejada não foi conquistada e os militantes continuaram a utilizar a sala na sede do Círculo Operário de Santo André. Neste local, concentravam as reuniões do comitê da federação e as atividades concernentes a este grupo, como a tesouraria, a propaganda e a coordenação do movimento.

Em 1954, dois novos militantes integraram a JOC, Wilfredo Wolf e Fortunato Stefanato, os quais sobressaíram nas atividades do grupo. No ano seguinte, somou-se outro dirigente à Federação, Antônio Santarneh. Anastácio Brolezzi passava a ser presidente da Federação e a seção de cada município tinha seu dirigente.

Em 1955, os militantes afirmavam que o movimento estava em expansão e a orientação para os trabalhos era para que se conquistassem novos militantes.

Entre outubro de 1955 e agosto de 1956, a Federação de Santo André deveria conquistar pelo menos 100 novos jovens trabalhadores para o movimento. Para tal, iniciaram um conjunto de atividades, como o de relatar em quantas e em quais fábricas existiam jocistas empregados. Esta orientação que partiu de D. Jorge, objetivava que os militantes trouxessem seus companheiros da fábrica para o movimento.

Os dados da pesquisa sugerida pelo Bispo foram expostos na reunião de 07 de novembro de 1955, da qual resultou que <sup>149</sup>:

### **Santo André**

Indústria	Nº de militantes	Nº de ex-jocistas	Nº de equipistas
Firestone	3	3	10

---

visava combater o comunismo e que apoiou amplamente a empreitada militar de 31 de março de 1964. A Congregação Mariana também teve Plínio Correia como secretário e esta organização caminhava em direção oposta aos movimentos da Ação Católica; nela, defendiam-se os serviços de assistência aos fiéis e às populações pobres e a submissão à hierarquia.

<sup>148</sup> Entrevista de D. Jorge Marcos de Oliveira à Heloísa Martins e Marita Bargas. Realizada entre 18/05/1984 a 15/06/1984. p. 24.

<sup>149</sup> Estes números são representativos para transmitir uma idéia geral de onde estavam empregados os trabalhadores, entretanto, não podem ser tomados como totalidade, pois os militantes não obtiveram os dados de todos os membros que deveriam ter feito a pesquisa. Dados extraídos da 9ª Caderneta de anotações. 07/11/1955.

Pirelli	2	6	
Cofap	1		3
Rhodiaseta	2	1	2
Rhodia	1		5
Dallo Verde	1		3
Total	10	10	23

### São Caetano do Sul

Indústria	Nº de militantes	Nº de ex-jocistas	Nº de equipistas
Aços Villares	2	1	14
Matarazzo	3		9
Louças Monte Alegre	4		19
Vibar Mecânica	2	1	8
Barille	1		18
Comércio	2		7
Total	14	02	75

Estes dados coletados pelos militantes demonstraram que os membros estavam empregados, em maior número, nas fábricas de São Caetano do Sul. Vemos um grande número de equipistas, membros que não haviam passado pelo compromisso<sup>150</sup> e não eram considerados militantes jocistas. São Caetano também concentrou membros que trabalhavam no comércio; os trabalhadores deste setor eram minoria no movimento. Diversas vezes os militantes e os padres ressaltaram a necessidade de recrutamento de jovens de outros meios, jovens que não fossem de fábricas, mas também do setor de serviços e do comércio. Aparentemente este trabalho não teve início, pois as práticas desenvolvidas com os trabalhadores das indústrias pareciam tomar todo o tempo e preocupação dos militantes.

Segundo os jocistas, uma figura importante neste trabalho de estabelecer contatos com os católicos nos bairros e nas fábricas era a dos padres assistentes. Ao contrário da relação dos Padres Oscar Melanson e Eduardo Roberto, assistentes de São Paulo, que tinham um bom contato com o movimento e aceitavam o trabalho dos militantes, no ABC os militantes não puderam contar com o apoio do assistente.

Por outro lado, puderam contar com o apoio do vigário da Igreja do Carmo, Monsenhor José Benedito Antunes<sup>151</sup>, que assumiu seu posto em 5 de maio de 1957 e aí permaneceu até 1966. Segundo depoimentos de antigos militantes jocistas e

<sup>150</sup> Compromisso era o ritual pelo qual passava o jovem católico quando, de fato, se tornava um militante jocista.

<sup>151</sup> Em 1º de abril de 1966, Monsenhor Antunes foi afastado da Igreja do Carmo e transferido para uma paróquia distante do centro de Santo André. Posteriormente, deixou o sacerdócio e abraçou o trabalho no campo.

sindicalistas, a presença do Monsenhor José Antunes foi importante para a articulação destes sujeitos da classe operária. O Monsenhor fazia parte do setor progressista da Igreja e aproximava-se mais dos grupos sociais que participavam da luta operária. Dialogava com militantes comunistas, assim como também se relacionava com os militantes jocistas e se distanciava do assistencialismo do Círculo Operário Católico ou da Congregação Mariana. Após 1964, sofreu pressões devido ao apoio que concedia aos trabalhadores que se opuseram ao golpe militar deflagrado naquele ano; mesmo ele posicionava-se contrariamente ao movimento militar.

Apesar da presença do Bispo D. Jorge e do Monsenhor Antunes, que apoiavam os jocistas e permitiam suas ações, os padres assistentes da JOC trilhavam por outros caminhos. Mesmo antes da criação da Diocese, no início do ano de 1953, os militantes já reclamavam da falta de assistente e da dificuldade que sentiam na recepção feita pelos padres aos militantes. Segundo estes, geralmente os padres que permitiam os grupos da JOC em sua paróquia não os auxiliavam em suas ações, mas somente permitiam que utilizassem o espaço disponível. Criavam uma certa distância, evitando qualquer envolvimento com o grupo. É possível pensar, entretanto, que o apoio do bispo ao movimento tivesse suprido, nos anos subseqüentes, a falta do padre assistente.

## **2.2 Relações com os padres e instâncias do clero**

O padre assistente era designado pelo Bispo para acompanhar e orientar os leigos e, portanto, estabelecia maior contato com o movimento. O assistente, variadas vezes, assumia a posição de intermediador nas reivindicações dos militantes juntamente às instâncias da hierarquia e responsabilizava-se por outras necessidades do movimento.

Numa reunião do comitê da Federação, em 12 de janeiro de 1953, levantou-se a possibilidade da elaboração de um seminário onde se formassem padres para trabalhar especificamente com a JOC. Esta necessidade ocorria em decorrência da escassez de padres que "compreendiam" o movimento, pois muitos sacerdotes agiam com um certo "protecionismo" em relação a sua paróquia e a sua comunidade, não cedendo à autonomia que o movimento pedia. Nesta mesma reunião, o Padre Oscar Melanson

(assistente da JOC de São Paulo), responsabilizou-se por pedir o aumento de salário que os militantes pretendiam.

É interessante notar que esta distância dos padres em relação aos militantes não foi somente observada pelos leigos, mas também pela hierarquia da Igreja que freqüentemente chamou a atenção dos párocos para que agissem em auxílio dos jovens.

Há estruturas desumanas e anti-cristãs, que se tornam cada dia piores.(...) ‘O pároco, porém, deve preparar seus leigos para reagir em tôda a extensão dessa faixa livre.’

O pároco alertado aceita o leigo, acredita na sua vocação para o apostolado, o acompanha e prestigia.

A AC ao realizar suas especializações ultrapassa, por vêzes, os limites e os interesses imediatos da paróquia: é preciso respeitar a dinâmica do movimento. Não esqueça, porém, que as paróquias são as células insubstituíveis da comunidade cristã. (PIO XII).

A AC especializada dá ao Pároco a noção de realidade. Os Assistentes Eclesiásticos estão chamados a exercer um grande trabalho ao lado de novos Párocos, sozinhos, cansados, desiludidos, reanimando-lhes o ideal, as esperanças, as graças do seu sacerdócio. (D. João Batista da Mota e Albuquerque/ Arcebispo de Vitória).<sup>152</sup>

Percebemos que se procurava transmitir aos padres a necessidade de abertura ao trabalho dos leigos, pedindo que deixassem de se voltar somente para os problemas imediatos da paróquia. Sublinhava-se também em que ponto a ação dos leigos na comunidade poderia interessar à paróquia.

As reuniões da JOC apresentavam, em geral, uma estrutura de trabalho sugerida pelo Comitê Internacional do movimento, como já afirmamos. Havia a parte religiosa que se realizava quando faziam orações e discutiam passagens da Bíblia relacionando-as com fatos da realidade dos operários. A parte religiosa deveria ser orientada pelo padre assistente do movimento, responsável pela elevação espiritual dos jovens. A Federação da JOC de São Paulo teve como assistente, nos primeiros anos da década de 1950, os Padres Eduardo Batista Roberto e Oscar Melanson.

Os assistentes de São Paulo freqüentemente participavam das reuniões dos militantes e, desta forma, o encontro dos militantes de São Paulo com setores do clero de uma hierarquia mais alta parecia ser menos freqüente. Nas reuniões em que o padre não estava presente, a discussão religiosa, muitas vezes, ficou em segundo plano e em outras, não fez parte da pauta da reunião. Outras vezes a discussão foi iniciada, mas não foi concluída por falta da leitura do evangelho ou pela falta da Bíblia entre o grupo.

---

<sup>152</sup> Papel do Pároco na espiritualização das estruturas sociais da paróquia. In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, julho de 1958. p. 31-32.



Padre Eduardo Roberto, salesiano, apresentava uma boa relação com os militantes, deixando com que se responsabilizassem pelas tarefas, guiando-os quando pediam ou orientando-os religiosamente. Em uma reunião em que os militantes estavam organizando o ritual de compromisso que se realizaria em 13 de julho de 1952, a militante Durvalina e o militante Vicente deveriam escrever algumas "coisinhas" para o Padre Roberto falar na ocasião<sup>153</sup>. Existia uma relação de confiança e, sem dúvida, havia uma identificação de idéias entre o sacerdote e os militantes.

O Padre Roberto não ficava restrito ao ambiente das salas de reuniões com os militantes, mas também percorria as fábricas para falar aos operários. Em outubro de 1952 esteve em Caieiras (SP), onde fez uma pregação aos trabalhadores e por suas palavras foi criticado pelos empresários da região. Seu discurso defendia os direitos do trabalhador e, conseqüentemente, contrariava os interesses dos empresários. Através da atitude dos militantes e de alguns sacerdotes, aos poucos, ficava comprovado que a proposta de diálogo entre as classes, veiculada pela Igreja, não era realmente viável. Quando os clérigos falavam pelos e para os operários, afloravam os conflitos de interesses de classes.

Padre Eduardo Roberto apoiava e se relacionava bem com os ideais dos jocistas, tanto que se envolveu também em conflitos dentro da Igreja. Foi assistente da JOC masculina e feminina de São Paulo desde os primeiros anos de 1940, quando já se mostrava estar mais ao lado dos militantes do que de alguns setores do clero que procuravam delimitar sua liberdade de ação. Foi responsável por obras de expansão no prédio que pertencia à JOC de São Paulo e que se localizava em Mauá. Esta casa e a capela, localizada no mesmo terreno, foram durante muitos anos local de encontro dos jocistas.

Em uma carta do Cônego Antônio Castro Mayer<sup>154</sup> (vigário geral da Ação Católica) dirigida ao arcebispo de São Paulo, D. José Gaspar de Afonseca e Silva, explicou-se sobre um fato que estava ocorrendo e que envolvia o Padre Eduardo Roberto: o Cônego contou ao arcebispo que em uma conversa que teve com aquele Padre sobre a recepção de novos jocistas ao movimento, explicou-lhe que a admissão dos novos militantes deveria passar por sua aprovação. Para isto, o Cônego detalhou-

---

<sup>153</sup> 1º Caderneta de Anotações, 07/07/1952.

<sup>154</sup> D. Castro Mayer foi, juntamente com D. Geraldo Sigaud, co-fundador da Tradição, Família e Propriedade (TFP), movimento católico de extrema direita. Edificada em 1960 e sob a presidência de Plínio Côrrea de Oliveira, esta entidade se propunha a combater o comunismo e o socialismo. D. Castro Mayer entrou para o episcopado no ano de 1948 durante a Guerra Fria e, segundo Márcio Moreira Alves, quando as orientações do Papa Pio XII se voltaram para a direita.

lhe que precisaria antecipadamente receber uma lista com os nomes dos possíveis novos integrantes e somente após avaliá-los e aprová-los, marcaria o dia da cerimônia de recepção. Em seguida D. Mayer explicou na carta que logo após esta conversa com o Padre Roberto, um militante da JOC esteve na Secretaria da Junta Diocesana e deixou lá um recado verbal com um funcionário. Segundo o Cônego, o militante disse que ainda não tinham os nomes e que estes seriam enviados sábado e D. Mayer ressaltou, na carta, que a recepção seria no domingo e deixou bastante clara a sua indignação pela falta de respeito a sua autoridade. "Esse recado, comunicado a um subalterno por outro subalterno, evidentemente próprio a me diminuir aos olhos de pessoas sobre as quais devo exercer minha autoridade (se bem que possa não ter sido esta a intenção do Pe. Roberto), pela irregularidade da forma e da via porque me chegava, bem como pela ausência de qualquer convite para que a Junta e eu estivéssemos presentes parece-me merecer uma retificação."<sup>155</sup>

D. Mayer exigia as formalidades as quais estava acostumado e para as quais não via necessidade de mudança. Procurava manter a tradição que submetia uns à autoridade de outros. Na mesma carta que enviou a D. José Gaspar escreveu que estaria mandando também uma carta ao Padre Roberto, na qual explicava sobre a presença do militante na Junta Diocesana e que percebia que sua autoridade estava sendo questionada.

Esta não foi a única reclamação que partiu de D. Mayer. Em março de 1942 voltou a escrever ao Arcebispo de São Paulo para dizer que o militante jocista Gastão Lacrete queria fundar um outro jornal da JOC, **Trabalho**, o qual procurou registrar. D. Mayer explicou que não havia necessidade de outro jornal, pois já existia o **Jocismo** e que sobre tal assunto não foi procurado pelo militante para discutir e que não estranharia se o registro do jornal já tivesse saído sem o seu consentimento. D. Mayer não deixou de lembrar que o assistente do movimento era o Padre Roberto e mostrou um tom mais agressivo e menos compreensivo daquele que expôs na carta anterior.

O volume de conflitos em torno de D. Mayer, nestes anos, foi crescendo e surgiram padres queixando-se ao Arcebispo de São Paulo sobre a postura deste diante dos padres e dos leigos.

Como vigário geral da Ação Católica, D. Mayer também procurou controlar a JUC. Em julho de 1943, o assistente da JUC de São Paulo, Padre Paulo Pedrosa<sup>156</sup>, escreveu

---

<sup>155</sup> Arquivo Metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva. Pasta Ação Católica. D. Antônio Castro Mayer, (1939-1943). Correspondência do Cônego Mayer ao Arcebispo de São Paulo. São Paulo, 12/09/1940.

<sup>156</sup> Ibid, Correspondência do Padre Paulo Pedrosa ao Arcebispo de São Paulo, São Paulo, 16/07/1943.

ao Arcebispo pedindo permissão para deixar seu cargo, uma vez que, não suportava mais as interferências de D. Mayer e disse claramente que havia a articulação para que o Arcebispo não tomasse a direção da JUC e da JOC.

Neste mesmo mês, D. Mayer enviou uma carta ao Arcebispo, avisando-o sobre a conflituosa situação em que se encontravam os movimentos da JOC e da JUC e que as concepções doutrinárias do Padre Roberto eram perigosas para a Igreja. Dizia que vários párocos e mesmo os padres salesianos se queixavam do Padre e que nos três anos entre 1940 e 1943, as atitudes dos jocistas seguiram as suas perigosas orientações doutrinárias. Desta situação, D. Mayer definiu que "medidas concretas deveriam ser tomadas, e de cuja fiel observância o Padre Roberto deveria dar contas na reunião de assistentes. Se estas medidas não surtirem efeito, e as queixas persistirem, ficaremos reduzidos à dolorosa contingência de eliminar vários membros da JOC masculina."<sup>157</sup>

Passados três anos desde a primeira carta enviada por D. Mayer ao Arcebispo, o tom empregado tornava-se bastante agressivo quando se pretendia ser rigoroso com o que era considerado questionamento de autoridade. D. Mayer caminhava na contracorrente das transformações pelas quais passava a Igreja no mundo, pois esta, aos poucos, deixava de ser centralizadora para distribuir as ações para os bispados, para as paróquias e para os leigos.

Padres com uma concepção mais progressista e que não mais se prendiam tanto à autoridade centralizadora, procuravam encontrar seu lugar entre a hierarquia tradicional e a conservadora. Isto mostrou como o papel destes assistentes foi realmente importante para se conseguir abrir um espaço na Igreja aos militantes de Ação Católica. Mas, em Santo André o clero parecia se aproximar mais daquela atitude desenhada por D. Mayer, pois mesmo depois da formação da Diocese e da Federação da JOC no município, os militantes reclamavam da postura dos padres. Foi necessário trazer padres de outras regiões do Brasil e do exterior não somente para resolver o problema da falta de sacerdotes, mas principalmente, que estivessem próximos à linha de trabalho da AC.

Num depoimento Anastácio Brolezzi falou sobre a presença dos padres no ABC:

Fui eu realmente que fiz a saudação a D. Jorge, em 1954, quando ele assumiu a Diocese do ABC. Como a Diocese era nova, vieram muitos padres para cá, muitos deles com problemas de onde vieram, problemas políticos, pessoais, e os que estavam aqui, os carlistas, de ascendência italiana,

---

<sup>157</sup> Ibid. Correspondência de D. Mayer ao Arcebispo de São Paulo, São Paulo, 19/07/1943.

eram contra a JOC. Eles não gostavam de nós. Eles queriam nossa ajuda nas quermesses e procissões, mas sem intromissão na Igreja. Para eles, a JOC era comunista também.<sup>158</sup>

Como os militantes definiram, alguns padres pretendiam transformar a JOC num movimento de "Igreja", de "sacristia". Havia a crítica ao padre que aceitava o movimento, entretanto, não se mostrava prestativo, deixando com que os militantes fizessem todo o trabalho sozinho, sem qualquer orientação ou auxílio. Esta situação parece ter sido comum no ABC, quando alguns padres permitiam que os militantes se reunissem em suas paróquias, mas não se aproximavam do grupo.

No ano de 1955, um tema fez parte das conversas e das trocas de experiências dos militantes: a ausência de padres assistentes. Certamente este não foi um problema localizado somente no Brasil; o confronto de posições de diferentes setores da Igreja foi apontado por jocistas de outros países da América do Sul.

Naquele mesmo ano, os militantes de Santo André procuraram D. Jorge para pedir que ele designasse um padre para a assistência. Para os militantes, o padre assistente deveria apoiar o movimento, dar orientações religiosas e estar presente nas principais reuniões. Este apoio era compreendido tanto em ceder espaço na paróquia para a realização das reuniões, como em atrair os jovens que participavam das missas para que conhecessem o movimento e ainda, em transmitir a setores da Igreja, responsáveis pelo movimento, suas necessidades e ajudar a resolver os problemas.

Em janeiro de 1955, o bispo diocesano D. Jorge Marcos designou o Padre Fiorente Elena, de São Bernardo do Campo, para a assistência ao movimento. A relação do Padre com o movimento foi repleta de conflitos, pois segundo os militantes, o Padre não compreendia o trabalho dos jovens.

Anastácio Brolezzi levou ao Padre as informações sobre o que estavam fazendo no movimento e sobre o que pretendiam para o ano de 1955, como para o carnaval, quando fariam retiro ou acampamento.

São Bernardo do Campo

Falar com o Pe. Fiorente sobre o que fizemos, o que pretendemos fazer. Carnaval - Retiro ou acampamento, onde?

15 rapazes.

Falei c/ ele dia 5 á noite. O programa será por nossa conta, também o Retiro, pois ele nada entende ainda de JOC, nunca leu livro sobre o movimento jocista, só tem algumas moças na JOCF que ele organiza por conta própria (...)

Disse-me que só em março pensará em alguma coisa, pois que o Brasil é nosso, é para ter calma. O programa disse-me será segundo a vontade do bispo, pois que o trabalho dele é só fiscalizar a JOC, se o programa está sendo praticado conforme quer o bispo.

---

<sup>158</sup> 4º Encontro de Pesquisadores. Museu de Santo André. 28/04/2001. p.21.

Isso é JOC?<sup>159</sup>

Anastácio demonstrou sua indignação com o comportamento do Padre ao ressaltar que ele não sabia nada sobre a JOC e que nem tinha lido alguma obra sobre o movimento, o que o desqualificava para assistir a JOC. Sublinhou também o que ouviu sobre o papel do Padre de fiscalizar o grupo de jovens a partir das orientações que deveria receber do Bispo, ao qual devia submissão. Ao finalizar a anotação, Anastácio deixou claro que não se submeteria às vontades do Padre. Havia, portanto, um descompasso entre as relações e ações dos militantes e as do Padre.

Concluiu, ainda na anotação, que organizariam o programa e o retiro sozinhos, pois o Padre não entendia nada da JOC e somente organizava algumas moças da JOCF por sua própria vontade.

Esta orientação que o Padre pretendia dar ao movimento contrariava os ideais do movimento da Ação Católica, que estabelecia que os leigos deveriam agir e descobrir suas capacidades de transformação social. Os militantes caminhavam segundo os ideais mais recentes da Ação Católica que, cada vez mais, ressaltava a importância do papel do leigo na sociedade e na Igreja e, que tomava o lugar daquela idéia de que os leigos eram a continuidade da hierarquia da Igreja entre a sociedade e que, portanto, deviam total submissão ao clero. Em lugar do discurso da submissão à hierarquia, aos poucos, surgia o incentivo a uma maior liberdade de ação. Entretanto, o Padre Fiorente prendia-se ainda às relações de autoridade, submissão e centralização das ações estabelecidas pelo clero e construídas nas décadas anteriores. Este e tantos outros padres da região apresentavam receio quanto à ação dos leigos, que até então estavam no espaço sagrado da paróquia para ajudar e não para decidir. Tomar decisões e encaminhar atividades sociais dizia respeito, então, ao sacerdote.

A escolha feita por D. Jorge Marcos, ao colocar um padre conservador na assistência, compreende-se em razão da conjuntura encontrada por ele, no que se referia aos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores. Ou seja, diante do espaço já tomado pelos comunistas e do forte sindicalismo, seria melhor que os militantes tivessem um assistente que exercesse um controle, que os protegessem das influências de outras doutrinas sociais e políticas. Também é possível pensar que o Bispo, num espaço que ainda não dominava totalmente, tivesse escolhido aquele Padre, pois este já assistia a JOCF e, portanto, seria a pessoa mais indicada para estar na JOC, uma vez que conhecia o movimento. Conhecendo os caminhos que o Bispo trilhou

---

<sup>159</sup> 7º Caderneta de Anotações, Reunião em São Bernardo do Campo, 05/01/1955.

nos anos seguintes, ao lado das manifestações operárias, percebemos que a segunda possibilidade parece ser a mais viável.

No final do mês de janeiro, os militantes encontraram-se com o Bispo, com o qual conversaram a respeito das atividades e do programa para o ano de 1955. Sobre o retiro, o Bispo aconselhou-os a fazê-lo onde considerassem melhor. Os militantes queriam falar também sobre os problemas que estavam encontrando ao se relacionarem com o Padre, entretanto, discutiram pouco sobre o papel do assistente no movimento.

D. Jorge orientou-os a marcar uma nova reunião com a presença do Padre Fiorente e de Oscar Melanson. Após a saída do Bispo, os militantes decidiram que em outra ocasião mostrariam a ele o que era a JOC e qual deveria ser o papel do assistente. Os militantes percebiam-se capazes de ensinar, ao Bispo e ao Padre, como deveriam agir em relação ao movimento e não viam os níveis hierárquicos com os quais estavam lidando como um empecilho para demonstrarem os interesses do movimento.

Estes militantes "dominavam" o movimento, ou seja, sentiam-se integrados a ele, tanto que não chegaram a imaginar que o interesse daquele padre refletia o interesse da Igreja Católica, ou mesmo o desejo sagrado de Deus, uma vez que o sacerdote é um representante deste. Parece também, que os militantes estavam dando muita importância ao retiro do carnaval, algo que o Bispo ou mesmo o Padre parecia não ver problemas para uma resolução e, portanto, não precisariam participar das decisões.

Quando D. Jorge permitiu que os militantes resolvessem sozinhos os rumos do retiro, por um lado, de certa maneira desqualificou-o, como que subtraísse a importância que este continha para os militantes, pois não era algo tão importante que necessitasse de seu auxílio, mas por outro lado, mostrou que não era preciso sustentar a relação de dependência que os jovens leigos pensavam ter ou queriam ter com a hierarquia. Entretanto, antes de ouvir o Bispo dizer que poderiam fazer da forma que quisessem, os militantes já haviam decidido por esta alternativa.

As palavras do Padre Fiorente que fizeram com que se chegasse a esta decisão, demonstraram que na verdade, os militantes não aceitariam se sujeitar às determinações da hierarquia, nem do Bispo, nem dos Padres. Os militantes já haviam determinado sua autonomia e o alcance de sua liberdade de decisão e não estavam procurando uma relação de dependência, mas um diálogo para um assunto que, para eles, era importante.

A Igreja ressaltava, através de seu discurso, a predestinação dos jovens operários na salvação do mundo e os militantes pareciam realmente acreditar que eram escolhidos

e, portanto, nada poderia impedi-los de realizar tal salvação. Esta situação limite entre o padre e os militantes, demonstrou até onde se desenhava a submissão dos jovens à hierarquia. Este confronto entre padre e militantes foi alimentado, de certa forma, pela própria Igreja, que incentivava os militantes leigos a buscarem sua capacidade de ação social. Mas por outro lado, os militantes sabiam que sua organização dependia da Igreja Católica e que, para tal, precisavam do apoio do Bispo, a quem sempre recorriam quando não havia outra forma de resolver os problemas.

Na abertura da Semana Eucarística Diocesana, realizada em Santo André, o Padre Fiorente proferiu um discurso e sua participação foi comentada pelo presidente da Federação da JOC:

Logo após a comemoração de abertura, ouvimos ao Pe. Fiorenti ‘vulgo diretor da JOC’. A maior decepção que já tivemos desde quando jocista. É tremendo ouvir de um Pe. o que ouvimos. Os rapazes e as moças que estavam presentes ficaram horrorizados com a atitude, dizendo que não sabemos de nada, senão anti clerical, vou amanhã falar com D. Jorge. Bispo, quer ou não quer JOC, pois com esse Pe., a JOC deixará de existir em Sto. André.<sup>160</sup>

O Padre parecia perceber as atitudes dos militantes como um questionamento de sua autoridade. Uma vez que o Papa era infalível, concentrando os instrumentos de poder, esta autoridade era distribuída em escala de hierarquia, até chegar aos padres. Portanto, nesta lógica também os padres tinham direitos sobre sua paróquia e sobre os seus fiéis. Mas, mais do que isto, para o Padre Fiorente os militantes estavam agindo contra a instituição católica. Neste momento, o limite da situação, para os militantes, foi o fato de o Padre ter dito que eram "anti clerical". No entendimento do Padre, os militantes não estavam no movimento a serviço da Igreja, pois não trabalhavam para a paróquia segundo as suas concepções do que seria uma atividade de leigos voltada para tal objetivo.

Os militantes católicos, por sua vez, não estariam no movimento se não fosse pela Igreja e se não tivessem fé para acreditar que estavam ali para mudar a situação social de todos os trabalhadores. Portanto, o motivo do conflito, neste aspecto, foi o questionamento sobre a fé dos jovens, pois segundo o Padre, eles não estariam no movimento pela religião e até se moviam contra ela.

No trecho acima destacado, outro ponto chama a atenção. Os militantes, ao referirem-se ao Padre Fiorente, - “vulgo diretor da JOC” – deixaram transparecer que não aceitariam nenhuma direção ao movimento que não fosse a partir deles. Esperavam orientações e ajuda, não direção.

---

<sup>160</sup> 8º Caderneta de Anotações, Abertura da Semana Eucarística Diocesana, 02/06/1955.

Em uma reunião da Federação de Santo André, em 11 de março de 1956, que contou com a presença da JOC masculina e feminina, Padre Fiorente voltou a expressar seu comportamento em relação ao movimento e ao bispado. Segundo o que anotou o militante de Santo André, o Padre deixou explícita a sua "luta" contra o encaminhamento que a JOC tomava: "O Bispo antes estava conosco, hoje está com vocês, pelo seu trabalho principalmente. Se não for assim, não quero JOC e não haverá JOC. Quem não tem cachorro, caça com gato. Aproximar a JOC ao vigário."<sup>161</sup>

Surgiu, aqui, novamente a idéia de que deveriam ensinar ao padre o que era a JOC e qual o seu fim, uma vez que, se este conhecesse bem o movimento, certamente estaria a favor dele e o auxiliaria. Vê-se que, para os militantes, a oposição do padre poderia existir porque este não conhecia bem os objetivos do movimento; a salvação da classe operária era algo sagrado que se estendia não somente aos operários, mas a toda a humanidade.

Pelas palavras do Padre, resgatadas pelo militante, percebemos que o trabalho da JOC foi aceito pelo Bispo porque era esta prática que desejava ver desenvolvida na região do ABC. O Padre Fiorente empreendeu um combate para evitar que as inovadoras concepções sobre os movimentos da Ação Católica, proferidas pela Igreja, se expandissem. Mas ao perceber que o Bispo também seguia pelo caminho de renovação da Ação Católica, então teria que aceitá-lo, pois o Padre acreditava que devia submissão ao Bispo. Diferentes tendências e interesses compunham o corpo da Igreja, interesses divergentes que geravam conflitos internos.

Depois das poucas e negativas - na ótica dos militantes - incursões do Padre Fiorente pela JOC, D. Jorge Marcos nomeou outro padre para a assistência, o Padre João. Este morava na casa paroquial e, segundo o depoimento de um ex-militante da JOC, vivia numa realidade diferente da dos operários, pois tinha um bom carro e demonstrava um luxo com o qual os trabalhadores não tinham como se identificar. Ou seja, constituiu-se uma segunda tentativa equivocada. A partir daí, os militantes parecem ter deixado um pouco de lado esta questão sobre o assistente, pois perceberam que poderiam permanecer sem um.

Anastácio Brolezzi esclareceu sobre a presença dos padres assistentes:

A princípio, ele [Bispo D. Jorge Marcos] nomeou um padre para ser assistente da JOC, o padre Fiorente, italiano, que era exatamente contra o movimento. E na primeira reunião houve uma briga, o pessoal saiu chorando, mas foi a única reunião que ele fez conosco. Depois, outro padre que foi

---

<sup>161</sup> 9º Caderneta de Anotações. 11/03/1956.



assistente também, foi morto pelo irmão militar em São Paulo, o irmão era militar. Pois aí vocês vejam as dificuldades que a gente tinha no começo do movimento.

Depois veio o Padre Afonso Birck com uma experiência jovem, com vontade de trabalhar junto aos operários; foi aí que a coisa abriu, D. Jorge começou a assumir (...) Nós nunca o contrariamos, fizemos uma tática política de JOC, começamos a trabalhar com ele sem questionar, e foi aí que o movimento se desenvolveu. Nas greves que se realizaram em São Bernardo, muitos militantes foram importantes, mas não apareceram, porque o nosso movimento não tinha essa finalidade, era apenas para ajudar o movimento operário.<sup>162</sup>

Sobre a participação dos assistentes no ABC, os militantes ressaltaram positivamente a atuação do Padre Afonso Birck, que foi assistente da JOC do ABC entre 1958 a 1962, e dos padres operários franceses, como os Padres José Mahon, Pedro Jourdanne e Roberto Du Latay. Os Padres franceses atuaram na década de 1960 e faziam parte da associação Filhos da Caridade que estava enviando os sacerdotes para várias regiões do mundo. Vieram a Santo André a partir do ano de 1961, também devido ao interesse de D. Jorge Marcos e estabeleceram um importante trabalho. Organizaram movimentos, reestruturaram e dirigiram outros já existentes e se tornaram lideranças em algumas greves.

A presença dos padres operários franceses verificou-se também em outras regiões do Brasil, entretanto, faltam pesquisas sobre a atuação e influências que estes desenvolveram em nosso país. Não por acaso, estes padres sofreram, demasiadamente, as conseqüências do regime militar instaurado a partir de 1964. Foram alvo de perseguições, prisões e mesmo de extradições.

Mas, se por um lado os militantes tinham problemas no contato com os padres assistentes, por outro, freqüentemente receberam visitas de sacerdotes estrangeiros. No final do ano de 1952, estive em São Paulo um padre norte-americano, Padre Thomáz, que seria assistente do movimento, entretanto, segundo acusaram os militantes, não se conseguia conversar com ele porque falava mal o português.

No ano seguinte, numa reunião de comitê, em 09 de fevereiro, receberam a visita de um padre canadense que veio para a América do Sul acompanhado por outros dois padres.

Disse-nos que está muito contente com a JOC, porque correu quase todo o mundo e onde passou encontrou os mesmos trabalhos constantes dos jocistas; lá [no Canadá] começam a estudar aos cinco anos, mas começam a trabalhar depois dos 16 anos. Depois do 8º ano da escola passam para o vocacional e quase todos terminam o ginásio para depois trabalhar. (...) Veio ao Brasil para descanso. Faz 35 anos de sacerdócio e está dando uma volta em toda América do Sul. (...) Fazem visitas aos doentes, tem ainda um clube que reúne-se semanalmente com festas e práticas religiosas, têm duas escolas católicas na Paróquia, têm uma associação que reúne os pais e os professores. Em cada aula, diariamente, meia hora de religião pelos irmãos e os padres dão meia

---

<sup>162</sup> 4º Encontro de Pesquisadores. 28/04/2001. p.21.

hora por semana em cada aula, é obrigatório, como outros estudos e dão mais importância à religião que outras coisas, pois a R.[religião] é dada de manhã. Os protestantes gostam que seus filhos frequentem escolas religiosas: em todas as paróquias tem 3 meses de aulas para aqueles que querem converter-se. Tem este ano, 30 que se converteram - É a primeira vez que vem a São Paulo.<sup>163</sup>

A anotação que Anastácio Brolezzi fez sobre o depoimento deste Padre, indicou que este observou uma padronização dos trabalhos da JOC nos diversos países por onde passou. O movimento foi organizado inicialmente na Europa, seguindo orientações prescritas pelos manuais que indicavam desde os objetivos gerais do movimento, até como deveriam realizar-se as primeiras reuniões de militantes, assim como explicava como discutir os temas e quais assuntos levantar.

Esta padronização das ações para o movimento foi a fórmula encontrada pela Igreja na tarefa de constituir movimentos que abraçassem os diversos setores sociais que se arrematavam no mundo todo, como o operário, o agrário ou o estudantil, observando também as particularidades das nações do terceiro mundo. Embora a Igreja ressaltasse a necessidade de o clero local observar os problemas sociais de sua região, estes eram tratados e resolvidos segundo os olhos do mundo desenvolvido e sob seus interesses. Assim, as propostas da Igreja para solucionar estes problemas partiam de uma única Doutrina Social, a qual era aplicada a todas as nações.

As preocupações do Padre canadense voltavam-se para a educação religiosa e para a assistência aos “necessitados”. O Padre convertia os protestantes ao catolicismo, expandindo sua religião em detrimento de uma outra que era considerada como um perigo para a existência do catolicismo. Apontou que os próprios protestantes preferiam colocar seus filhos nas escolas católicas, ou seja, estes admitiriam, segundo a percepção do Padre, de certa forma e em algum momento que o catolicismo era melhor para sua família. Confiar a uma escola católica a educação dos filhos poderia demonstrar que o catolicismo ainda tinha forças para a conversão, e assim poderia se mostrar melhor do que a outra religião.

Nas experiências descritas pelo Padre sobressaíram preocupações e meios de ação destacados pelo Vaticano e publicados nos documentos oficiais da Igreja. As visitas aos doentes, a educação religiosa e as festas religiosas estavam entre as principais preocupações do Padre e foram ressaltadas pelos militantes da JOC, pois estas atividades também eram realizadas pelos militantes. Sobre a educação, algo que

---

<sup>163</sup> 3º Caderneta de Anotações, Reunião de Comitê, 09/02/1953.

mais preocupava os jocistas era a orientação profissional do jovem que deixava a escola.

Uma carta do Vaticano a Joseph Cardijn, fundador da JOC, possibilita-nos perceber como o incentivo à organização do movimento partia da mais alta hierarquia da Igreja que também procurava controlar as orientações mais gerais para o mesmo.

Ao Nosso Caro Filho José Cardijn  
Assistente Geral da Juventude Operária Católica.

"Desde os anos já distantes de sua fundação na Bélgica, o movimento da Juventude Operária Católica recebeu, em numerosas e solenes circunstâncias, as mais explícitas aprovações de nossos venerados predecessores. De todo coração nós as confirmamos; e, de nossa parte, nos comprazemos em vos afirmar tôda nossa paternal afeição a vós que, pelo vosso zêlo sacerdotal, fostes o iniciador dêste vasto movimento de Ação Católica e por vosso intermédio, a todos os caros jocistas dos dois setores, o masculino e o feminino, espelhados hoje por todos os continentes.

Conhecemos bem e prezamos o trabalho apostólico que êles realizam no meio da juventude trabalhadora. Empenhar-se-ão em conservar fielmente as preciosas diretivas recebidas da Santa Sé e particularmente aquelas que lhes dirigiu Pio XII, de santa memória, por ocasião do grande Congresso Mundial de 1957. Dêste modo, em tôda parte, serão apóstolos obedientes á Hierarquia, conhecedores de sua fê, imbuídos de caridade cristã, atentos às condições de vida e de trabalho de seus irmãos, ardentes no serviço da causa de Deus!

Rogamos ao Senhor, por intercessão da Virgem Imaculada, que faça frutificar tão generosos esforços e com prazer concedemos à vós, aos presentes, dirigentes, assistentes e a todos os membros da Juventude Operária Católica, Nossa muito pastoral Benção Apostólica.

Do Vaticano, 24 de fevereiro de 1959.

Ass. João P.P. XXIII <sup>164</sup>

Para o dia internacional da JOC, em 26 de abril de 1953, Padre Melanson preparou uma cena com o tema "A conversão da Rússia", ou seja, os padres tinham o importante papel de manter os militantes próximos aos objetivos e interesses da Igreja e a crítica ao comunismo ateu era um dos principais focos. Freqüentemente, os jocistas encenavam peças que traduziam o repúdio ao comunismo e ao capitalismo, criticando este quando realizava a exploração da mão-de-obra operária e favorecia o lucro do empresário. Neste período de Guerra Fria, a Igreja Católica fortalecia sua prática contra o regime soviético e contra a influência deste às outras nações.

Em 1953, os temas democracia e ditadura estavam presentes nas reuniões. "Democracia... é o governo do povo, pelo povo, para o povo - capacidade do povo de se governar: povo é gente consciente. Inteligente pessoa humana, o povo não deve dar a ninguém o direito de governar. Os democratas trabalham para o bem comum:

---

<sup>164</sup> O Santo Padre e a JOC In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, junho de 1959. p. 20.

democracia é governo de responsabilidade: quando há desunião, desintegração, desordens, vem aí a ditadura."<sup>165</sup>

A Igreja transmitia aos leigos a rejeição às ditaduras de esquerda e de direita e assim, espelhava-se no modelo de democracia que promovesse o desenvolvimento social através das reformas necessárias para promover a justiça social entre os homens. Nesta democracia, a Igreja teria garantido seu lugar de diálogo no cenário político e afastaria qualquer ameaça de regime comunista.

No Brasil parecia assustar a possibilidade do retorno de uma ditadura promovida por Getúlio Vargas, então presidente em 1953, e por outro lado, havia aos olhos da Igreja, a permanente ameaça de uma revolução ou ascensão dos comunistas através da política.

### **2.3 Questões de trabalho. Partidos, sindicatos e política local**

Nos primeiros anos de 1950 os militantes da JOC destacaram que havia pouco espaço nas reuniões para a discussão sobre os movimentos grevistas que estavam ocorrendo nas fábricas. Numa reunião dos propagandistas realizada em 11 de abril de 1953, em São Paulo, o militante anotou:

...sobre a greve que os Jocistas estão quase fora da coisa. A maioria das grandes Indústrias eram lideradas por jovens trabalhadores: jovens 100%.

- São Rafael está começando a firmar equipes nas grandes fábricas

- Penha tem alguns jovens que trabalham em grandes Indústrias e já têm equipes.

- Cristo Operário está fazendo um trabalho com dois rapazes de fábrica: Vila Prudente também tem dois novos equipistas. A Greve deu muitos casos que possivelmente serão feitos fichas de fatos.<sup>166</sup>

Em março de 1953, tecelões, metalúrgicos e marceneiros em São Paulo reivindicaram a baixa do custo de vida, evidenciado principalmente pela alta dos preços das sacas do feijão, do arroz, do leite, do pão e nas passagens de bonde e de ônibus. Criticaram também o racionamento de energia elétrica que, ao atingir as fábricas,

---

<sup>165</sup> 3º Caderneta de Anotações, Dia intensivo em Mauá. 22/02/53.

<sup>166</sup> 4º Caderneta de Anotações, Reunião do Jornal, 11/04/1953.

causava a redução da produção e o desemprego. No final do mesmo mês estas categorias, junto aos vidreiros, deflagraram greve pelo reajuste do salário. Do movimento participaram também operários de Santo André e de São Caetano. A greve dos 300 mil, como ficou conhecida, estendeu-se de 25 de março a 23 de abril e segundo John French,

O êxito final da Greve dos 300.000 proveio também dos atos do governo federal do populista Getúlio Vargas. Em primeiro lugar, a força organizacional da greve deveu-se em boa parte à abolição por Getúlio, em 1951, do odiado atestado de ideologia para candidatos a cargos sindicais. Fornecido pelo DOPS, esse atestado fora o mecanismo mais importante utilizado pelo governo Dutra para impedir o ressurgimento de lideranças sindicais agressivas, quer comunistas, quer getulistas.<sup>167</sup>

Outro estudioso, Hélio da Costa<sup>168</sup>, ressaltou que esta greve possibilitou a arregimentação das comissões de fábrica, das quais faziam parte militantes comunistas contrários às diretorias dos sindicatos das categorias em greve. As comissões tiveram importância fundamental no andamento da paralisação, pois orientaram o movimento quanto à sua política e organização. A união das diferentes categorias dos trabalhadores resultou na formação do Pacto de Unidade Intersindical (PUI) que expandiu sua ação nos anos seguintes, estando presente em outros movimentos grevistas e interferindo nas paralisações do ABC.

O acordo entre trabalhadores e empregadores, nesta greve, definiu o reajuste de 32% ao salário percebido pelos operários, sendo que o valor inicial pretendido pelos grevistas era de 60%. Ainda assim, o resultado foi considerado como uma vitória para a classe trabalhadora.

Embora nestes primeiros anos da década de 1950 os grandes sindicatos ainda estivessem sob intervenção, deflagrou-se outro amplo movimento pela conquista do abono de natal, que somente atingiria vitória em 1963, quando garantiu o pagamento do 13º salário a todos os trabalhadores.

Este contexto de forte mobilização social atingia indiretamente os jocistas de São Paulo, pois como se afirmou na penúltima citação, eles estavam praticamente por fora das greves. Mas, diferente do exemplo dos militantes de São Paulo, os militantes da JOC do ABC trabalhavam nas grandes indústrias da região e estavam inseridos nos problemas da classe e no meio sindical.

---

<sup>167</sup> FRENCH, **O ABC dos Operários...** p. 262.

<sup>168</sup> COSTA, Hélio. Trabalhadores, Sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In: Alexandre Fontes et al. **Na luta por direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 87-113.

A Igreja proibia que os dirigentes da JOC fizessem parte da direção dos sindicatos e caso quisessem seguir por este caminho, deveriam deixar o movimento. Com esta orientação, garantia que não haveria um atrelamento direto entre Igreja e sindicato.

A questão sindical foi foco de discussão dos jocistas de outros países. Marguerite Fievez, dirigente da JOC internacional e de origem belga, chegou ao Brasil em 03 de outubro de 1952 e acompanhou as atividades do movimento, introduzindo novos problemas e temas para discussão. Um destes girava em torno da pluralidade sindical e, ainda há dias de sua chegada, os militantes reuniram-se para discutir a "*pluralidade sindical e a Ação Católica*".

Numa primeira reunião que contou com a presença de Marguerite Fievez, em 07 de outubro de 1952, reuniram-se 32 dioceses das regiões Sul e Sudeste do Brasil, como as de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Neste encontro, a visitante ressaltou o tema da sindicalização dos jocistas propagandistas e dos permanentes. Em 8 de outubro de 1952, os militantes novamente puderam ouvir as palavras de Marguerite e segundo as anotações de Anastácio Brolezzi, a "JOC deve fazer fusão com o sindicato indiretamente. Os jocistas devem tomar parte nos sindicatos - a JOC dentro da J.T. organiza os J.T. para os sindicatos ter quantos jocistas sindicalizados."<sup>169</sup>

A necessidade de sindicalização era algo sobre o qual a Igreja vinha insistindo bastante, entretanto, a proposta de pluralidade sindical, também sublinhada pela visitante, parecia não interessar ao clero brasileiro, que para tal apresentava outra orientação. Mesmo finalizado o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), a política federal, entre outros objetivos, continuava intencionando um controle social e a manutenção da ordem. A Constituição de 1946 garantiu alguns privilégios para a Igreja, que já constavam na Constituição de 1934<sup>170</sup>, como a sacralidade da família e a instrução religiosa nas escolas públicas, o que garantiria uma legítima inserção do

---

<sup>169</sup> 2º Caderneta de Anotações, 08/10/1952.

<sup>170</sup> Em decorrência da liderança e interferência de D. Sebastião Leme (cardeal do Rio de Janeiro entre 1930 a 1943) junto à política nacional de Getúlio Vargas, a Igreja Católica conquistou a legitimação de seu poder na sociedade, através da incorporação de iniciativas que favoreciam a Igreja. A Constituição de 1934 colocou-se sob a proteção de Deus, rompendo com a influência positivista e determinou que os religiosos obtivessem direitos cívicos. A personalidade jurídica das ordens religiosas não sofreu entraves e foi garantida a assistência espiritual às organizações militares e oficiais. A lei civil reconheceu o casamento religioso, houve a proibição do divórcio, o Estado foi autorizado a financiar a Igreja, e o ensino religioso seria ministrado nas escolas públicas. ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. SP, Brasiliense, 1979. p. 37.

catolicismo no cotidiano da sociedade. A formação de partidos católicos poderia vir a dividir os fiéis, ameaçando a direção hegemônica da hierarquia.<sup>171</sup>

A discussão sobre a pluralidade sindical foi reforçada entre os jocistas no Brasil através da orientação internacional do movimento, entretanto, ao penetrar nos núcleos jocistas parece ter sofrido algumas transformações. Em outra reunião realizada na sede da Ação Católica, discutiram sobre a liderança sindical, mas foi ressaltado que o jocista não poderia ser ao mesmo tempo, líder sindical e dirigente católico, e deveria, sim, formar outros líderes para as entidades.

... a JOC não pode por os dirigentes nos sindicatos por ser o Sindicato um movimento de adultos e não de jovens, é interessante trabalhar, porém, não ser dirigente sindical. Formar uma equipe para organizar as pessoas que tomarão parte no sindicato. Fazer fichário para sindicato de cada profissão - estudar os meios para agir dentro do sindicato, nas assembléias, etc. Essas pessoas serão de qualquer outra religião, menos com.[comunista], será composta de rapazes, homens e moças. Orientação cristã p/ sindicato, sendo assim, quando vier a pluralidade sindical, já se tem líderes cristãos para formar o sindicato cristão.<sup>172</sup>

A idéia da pluralidade sindical, na qual estaria inserido o sindicato cristão, surgia como algo que viria num futuro sem previsão e não como um ideal do presente, nem tanto como um objetivo de luta dos militantes. Os católicos poderiam e deveriam relacionar-se e aliar-se a outras pessoas de qualquer orientação política, pois o importante, segundo a Igreja, era agir em defesa da classe trabalhadora e segundo os ideais da Doutrina Católica. Afastava-se, entretanto, a possibilidade de permitir que se relacionassem com os comunistas.

Sobre este assunto, a hierarquia católica brasileira se viu forçada a intervir diretamente, pois se percebeu que as intenções sobre a pluralidade sindical estavam se fortalecendo nas discussões dos militantes.

Em 26 de setembro de 1952, os militantes receberam a visita do Cardeal D. Carlos Carmelo V. Motta, então arcebispo de São Paulo. "R. [Reunião] com o Cardeal D. Carlos Carmello Vasconcelos Motta: fomos à missa e depois tomamos café com ele e depois tivemos uma R. expusemos os nossos programas do Encontro Sul Americano e disse-nos que não comecem fazer campanha pró e nem contra pluralidade Sindical, pois os operários não entendem e pode haver choque na classe."<sup>173</sup>

Neste momento, o arcebispo intercedeu para impor as orientações da Igreja, pois não interessava ao clero brasileiro a formação de partidos, sindicatos ou outras

---

<sup>171</sup> ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. (crítica ao populismo católico)**. São Paulo: Kairós, 1980. p. 151.

<sup>172</sup> 5º Caderneta de Anotações. Reunião na Ação Católica. 15/06/1953.

<sup>173</sup> 2º Caderneta de Anotações, Reunião com D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta. 26/09/1952.

associações que disputassem abertamente a liderança nestes campos de ação. A Igreja procurava manter boas relações com as diversas instâncias do governo federal.

Como afirmou um antigo militante da JOC e conforme pudemos constatar nos documentos do movimento, a discussão sobre a pluralidade sindical não encontrou maiores ecos no interior do movimento. No ano seguinte, em 1953, pouco se falou sobre este assunto. Nesta temática, os militantes foram desestimulados pela hierarquia, mas o que parece ter interferido mais decisivamente para o afastamento dos jovens nesta discussão, foi seu próprio desinteresse, pois estavam abrigando um tema inserido por alguém de fora do movimento. Parecia estar ausente o estabelecimento de uma relação entre a pluralidade sindical e o debate quanto à necessidade deste no cenário brasileiro.

Sobre as delicadas questões trabalhistas, o clero organizou movimentos paralelos à JOC, reunindo militantes de várias organizações católicas e procurando expandir seu campo de ação, criando elos entre as organizações do ABC e da capital do Estado de São Paulo. Estas organizações formadas, mesmo antes da criação da Diocese do ABC e por iniciativa do Arcebispado de São Paulo, pareciam tentativas de se atingir o objetivo da Igreja, ou seja, de trazer os operários para a religião, afastá-los do comunismo e influenciar decisivamente as organizações dos trabalhadores.

Nos primeiros anos de 1950 estavam em funcionamento os Grupos de Ação de Trabalho (GAT), que deveriam reunir os trabalhadores no espaço da fábrica, a fim de se organizarem a favor de suas reivindicações. Entretanto, este movimento era lembrado e resgatado pelo jocistas quando estava ocorrendo alguma greve e quando precisavam se articular junto aos demais trabalhadores.

Outra organização, o Movimento Operário Profissional (MOP), foi criado com o objetivo de se estabelecer um contato maior dos militantes católicos com os trabalhadores nas indústrias e para incentivá-los a procurar os sindicatos. Entretanto, o MOP apresentou fraca atuação no ABC e em Santo André.

No ano de 1953, os militantes estavam recebendo orientações sobre o que era este movimento. O presidente do MOP na região foi um ex-militante jocista, o metalúrgico Roque Lenidavesis e, a diretoria foi composta por outros trabalhadores de indústrias metalúrgicas e têxteis. O movimento deveria incentivar a participação do trabalhador nos sindicatos e para tanto, discutia-se sobre o papel do sindicato e sobre a participação do trabalhador na entidade, sobre a educação do trabalhador e sobre a indústria e a economia na vida do operário. Para as reuniões do MOP, os militantes



encontraram-se com membros da Liga Operária Católica (LOC), na sede da Ação Católica, em São Paulo.

Uma terceira organização proposta pela Igreja e da qual os jocistas participaram foi o Movimento de Orientação Sindical (MOS). Iniciando suas atividades no ano de 1958 e reunindo membros da JOC do ABC e do Círculo Operário de São Paulo<sup>174</sup>, o MOS realizou encontros estaduais com a participação dos militantes que estariam mais inseridos nos problemas e nas causas defendidas pelos sindicatos. No MOS discutia-se sobre as greves e sobre a situação dos trabalhadores nas fábricas. Realizavam-se reuniões nas sedes dos principais sindicatos da região do ABC, como na dos metalúrgicos e na dos empregados em indústrias de artefatos de borracha. Os militantes encontraram no Padre Afonso Birck um grande incentivador e orientador para esta organização, e no bairro do Ipiranga (São Paulo) encontravam-se para articular a ação sindical.

Através da leitura dos documentos, observamos que este movimento também apresentou participações esporádicas entre os membros jocistas. Estas organizações - GAT, MOP e MOS - eram ressaltadas pelos sacerdotes e pelos líderes leigos quando se viam diante de algum movimento de reivindicação do operariado, pois aí lembravam que para melhor se inserirem nos movimentos que estavam acontecendo, seria melhor rearticular aquelas organizações. Através delas, a Igreja parecia tentar introduzir o leigo católico nas instituições sindicais para que os católicos tivessem maior controle sobre as orientações e determinações tomadas naquele lugar. Procurava-se uma forma mais eficiente de condução dos operários dentro dos sindicatos, o que os levaria também a tomar o lugar então ocupado pelos comunistas. Esta prática deveria ser uma das principais atividades dos jocistas, ou pelo menos, era o que pretendia a hierarquia da Igreja. Entretanto, parece que neste ponto o movimento da JOC não correspondeu às expectativas e por isso foram criadas outras organizações.

Mas Heloísa Martins afirmou que os GATs em Santo André construíram meios de aproximação dos leigos católicos com outros grupos e organizações dos trabalhadores comprometidos com a luta operária. Porém, não constatamos nenhuma articulação de destaque dos militantes jocistas através deste grupo (GAT). E, o que pude perceber é que quando os membros da JOC se embrenharam em lutas mais incisivas em defesa da causa operária, não o faziam carregando o nome de qualquer entidade católica.

---

<sup>174</sup> Ver MARTINS, Heloísa. **Igreja e movimento operário...** . p.122.

Sabemos que entre os anos de 1950 e de 1960, os jocistas não fizeram parte da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, um dos mais importantes da região, senão o mais importante neste período. Isto que não quer dizer que estavam distantes da entidade, pelo contrário, participavam das reuniões dela e se relacionavam com alguns dirigentes, cedendo seu apoio ou criticando alguma orientação. Compreendo a distância dos jocistas aos cargos de diretoria daquela instituição mais como o resultado de uma identificação com alguns que já disputavam sua direção, como com os próprios militantes comunistas. Não seria o caso de desinteresse destes militantes em relação aos cargos de direção, uma vez que organizaram uma associação de oposição sindical a um outro sindicato forte no ABC, o dos empregados em indústrias de artefatos de borracha.

As poucas reuniões realizadas para as organizações do MOS e do MOP e as freqüentes mudanças realizadas pela hierarquia católica nestas organizações, mostram que a prática de tentar inserir os católicos nas organizações de classe foi algo que não deu resultados muito promissores para a Igreja; uma vez que o MOS e o MOP funcionaram, entre outras razões, para inserir o trabalhador nos sindicatos e nos partidos. O movimento da JOC já incentivava o militante a se sindicalizar e a participar da vida sindical, portanto, entendemos que para este fim a JOC não estava atingindo os objetivos, pelo menos não da forma como a Igreja esperava.

Os jovens trabalhadores tinham uma definição clara sobre a função do sindicato. Criticavam os que apenas exerciam atividades assistenciais, oferecendo serviços médicos, jurídicos, entre outros e denunciavam que era um lugar que poderia corromper os jovens, pois havia a presença de comunistas. O sindicato, segundo os militantes, deveria agir em defesa dos trabalhadores ou de uma classe social, porém ele estava sendo dirigido por 'pelegos'<sup>175</sup> e comunistas. Embora os militantes católicos repetissem o discurso anticomunista proferido pela Igreja, percebemos que, muitas vezes, isto realmente não passou de repetição, pois em alguns momentos os jocistas se associaram aos comunistas.

Em 1954, numa Semana Regional, o presidente nacional da JOC, Tibor Sulik, fez uma exposição sobre o militante e a ação sindical. Percebemos que os jocistas deveriam se responsabilizar por tudo o que ocorria no meio do trabalho e nesta prática, deparavam-se com o sindicato.

---

<sup>175</sup> Designa-se por pelego aquele sindicalista que obedece às orientações determinadas pelas instâncias governamentais para a entidade sindical e para as relações trabalhistas mediadas pelo sindicato.

Diante do governo o sindicato é oficialmente reconhecido como representante dos trabalhadores. Os sindicatos estão ligados a partidos políticos e Ministério do trabalho. Demagogia, pura e simplesmente. Tudo o que vem do governo não é aceito pela classe e faz com que os trabalhadores fiquem bonzinhos. Os sindicatos são perigosos para os militantes jocistas. Que vamos fazer? Primeiro conhecer o sindicato, ser sindicalizado. Todos os militantes. Desproletarização da classe que trabalha - material e moral. A classe operária está se levantando. O dirigente jocista não deve tomar frente do sindicato a não ser os que casam e depois dos 30 anos.<sup>176</sup>

Os militantes reproduziam o discurso da Igreja, criticando o capitalismo e o comunismo, assim como explicitado pelo Vaticano nos documentos oficiais. Mostrava-se necessária, segundo a proposta da Igreja, uma terceira via possível de se trilhar para resolver os problemas sociais e isto se daria através da apreensão da Doutrina Social Católica pela sociedade. No documento acima, o militante ressaltou a crítica à interferência do governo no movimento sindical, mas não o fez da mesma forma ao lembrar do comunismo, tão destacado pela hierarquia católica. Ao sublinhar a periculosidade dos sindicatos aos militantes jocistas, indiretamente, destacou a presença ameaçadora dos comunistas que, segundo a Igreja, poderiam cooptar os católicos.

Em 20 de agosto de 1954, os jocistas fizeram uma reunião mista da JOC com a JOCF e com a presença de outras organizações trabalhistas que estiveram a favor das categorias que estavam em greve pelo reajuste do salário. Neste ano, os operários exigiram também o fim do decreto lei nº 9.070 que estabelecido em 1946, cerceava o direito de greve, afirmando que esta poderia ser realizada depois de esgotadas outras possibilidades de negociações por via pacífica e depois de ajuizado o dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. A constituição de 1946, posterior ao decreto e ao Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas, também atrelava o direito da greve à decisão da justiça, declarando que “é reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”<sup>177</sup>.

Entre os movimentos grevistas do ano de 1954, os militantes católicos observaram que os comunistas estavam se organizando, pois listas eram passadas pelas empresas para que os trabalhadores se filiassem ao PCB e adquirissem moedas comemorativas com a imagem de Luís Carlos Prestes. Os jocistas formaram, então, uma comissão de greve integrada, entre outros, por Hilário Cuzziól, Inácio Brito e Giglio Capri, todos de São Paulo e marcaram uma reunião com o Cardeal Carlos Carmelo V. Motta para uma orientação sobre o caso da greve.

---

<sup>176</sup> 6º Caderneta de Anotações, Semana Regional. 23/07/1954.

<sup>177</sup> Ver o trabalho do Programa Especial de Treinamento/ CNPq de Samyra Haydêe Napolini sob o título O Direito de Greve na Constituição de 1988. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, abril de 1990.

Durante todo o mês de agosto e de setembro os militantes reuniram-se para discutir sobre o apoio às greves e muitas destas reuniões realizaram-se em conjunto com os jocistas de São Paulo, na sede do movimento na Rua Wenceslau Brás.

Reunião Pró-greve

início às 20 hs.

Wenceslau Brás, 78, 1º andar.

Foi discutido sobre os sindicatos que aderem ou não à greve. Os operários estão desorientados sobre a greve, pois está esta greve mal organizada.

Gráficos - R. do Figueiras, 233.; Metalúrgico - R. Riachuelo, com R. do Carmo -frente a Boa Morte.<sup>178</sup>

Os militantes percebiam os sindicatos como órgãos ineficazes para o fim a que se destinavam; para mudar esta situação teriam que “tomar” os sindicatos ou formar entidades paralelas, como de fato tentaram.

“Tomar” a entidade sindical significaria tirá-la da direção dos chamados ‘pelegos’ e dos comunistas. Segundo o ex-militante comunista e sindicalista, Miguel Guillen, os católicos justamente lutavam contra os comunistas. “Naquela época – lembra Miguel Guillen – funcionava um trabalho de reação contra comunista muito bem feito e que, inclusive, até hoje chega no Marcos [Andreotti], em mim, no Philadelpho [Braz], como homens que pertenciam ao PC. Por outro lado, a Igreja naquele tempo não era nada boazinha não, pois dizia que a União Soviética era o bicho papão e que o governo russo tomava as crianças da família e coisas assim.”<sup>179</sup>

Entretanto, aos operários católicos da JOC o objetivo de promover a classe operária estava em primeiro lugar, sendo que, o possível e eventual confronto com os comunistas era uma consequência e não um fim. Neste ponto, não há dúvida de que a ação dos católicos enriqueceu a prática e o debate em torno das manifestações do operariado e as críticas entre católicos e comunistas foram mútuas.

Discussões travadas entre os jocistas indicaram a ineficácia de instituições voltadas aos trabalhadores e reafirmaram que os militantes precisariam agir sobre seus problemas. Em uma reunião de militantes em Santo André, em 14 de janeiro de 1954, Francisco Leme da Silva expôs que na firma em que trabalhava, a água oferecida aos trabalhadores, para beber e para lavar as mãos, estava suja e a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - não tomava providências. Após discutirem o caso,

---

<sup>178</sup> 7º Caderneta de Anotações. 31/08/1954.

<sup>179</sup> Depoimento de Miguel Guillen apud. **50 anos de luta -1933 a 1983**. Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra: Prefeitura Municipal de Santo André. 1983, p. 49.

resolveram que Francisco, com sua equipe de trabalho, falaria com seu chefe sobre isto. Prevaleceu o diálogo como forma de entendimento entre patrão e empregado.

Os militantes, ao mesmo tempo em que se aproximavam da diretoria das grandes empresas por meio de eventos festivos, também estavam agindo nos sindicatos e liderando reivindicações que levavam a conflitos. Pode-se concluir, então, que os militantes não procuravam exatamente evitar o conflito ou estabelecer um diálogo amistoso, como propunha a Igreja. Estavam interessados em cumprir seus objetivos na luta pela sua classe, sendo que os meios para tal ação eram secundários. Estas ações, ou seja, o diálogo e o enfrentamento, existiam simultaneamente no ABC.

Santo André abrigava duas grandes indústrias de artefatos de borracha, a Pirelli e a Firestone. O Sindicato dos empregados desta categoria localizava-se em São Paulo e tinha apenas uma sede em Santo André, que englobava também os outros municípios do ABC. O presidente do sindicato, Geraldo Santana, era considerado um 'pelego' por algumas lideranças sindicais e militantes católicos.

Em 1956, alguns filiados deste sindicato, em oposição a Geraldo Santana, tomaram a iniciativa de formar uma associação da mesma classe profissional para a região do ABC, pretendendo desmembrá-la do sindicato de São Paulo. Primeiro criariam uma associação e, posteriormente, passariam a sindicato.

Chamaram a entidade de Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha dos municípios de Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Mauá e Ribeirão Pires e organizaram uma comissão e um conselho fiscal que seria responsável pela fundação da mesma. Para a Comissão, foram designados Anastácio Brolezzi, Geraldo Leme da Silva e Afonso Martins.

Na assembléia de fundação da Associação elegeram a diretoria permanente: Anastácio Brolezzi e Elpídio Teixeira como diretores; Afonso Martins, Leopoldo Demarchi e Henrique Galuzzi para o Conselho. Em 6 de dezembro de 1956 a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), expediu um documento certificando o registro da Associação Profissional, sediada à Rua Campos Sales, nº129, 2º andar, em Santo André.

O delegado Regional do Trabalho, em São Paulo, certifica que a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha dos municípios de Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Mauá e Ribeirão Pires, com sede à Rua Campos Sales, 129 - 2º andar, Santo André, foi registrada nesta Delegacia Regional, de acordo com o artigo - 558, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto - lei número 5452, de maio de 1943, na página 105, do livro número três, em seis de dezembro de 1956. São Paulo, 6 de dezembro de 1956.

Delegado Regional do Trabalho.<sup>180</sup>

A frequência dos jocistas ao Sindicato dos Metalúrgicos persistia, tanto para o uso das dependências, como para obter orientações sobre como formar a Associação. Assim, estreitavam-se as relações com sindicalistas de esquerda e com comunistas.

Em uma assembléia, em 1956, com os trabalhadores que seriam associados à nova entidade, afirmaram:

...não importa para nós quanto ganhamos, mas sim quanto compramos com o que ganhamos. O Brasil é um país que pode pagar um salário justo e não mínimo ao trabalhador.(...) Há uma única saída para nós - tomar os sindicatos, autênticos órgãos de defesa dos interesses da classe. Não existe lei de salário mínimo ao menor, só existe de aprendiz, mas a maior parte de nossas indústrias pagam a metade do salário mínimo para o menor e este trabalha igual ao adulto. Companheiros, muito podemos fazer se cada um presente acreditar um pouco em si mesmo e acreditar que este pouco de cada um será uma força tão grande capaz de mudar para melhor os dias futuros.<sup>181</sup>

Aqui, o empregador não surgiu como um "companheiro" de trabalho a quem deveriam se dirigir amigavelmente para a resolução dos problemas como queria a Igreja, mas foi visto como uma categoria que defendia seus interesses e que, portanto, cabia aos trabalhadores lutarem também pelos seus objetivos. O paternalismo cedeu espaço à reivindicação e ao contato direto entre empregado / empregador. Defendia-se o sindicato combativo em detrimento do assistencialista. A ação proposta ainda era aquela que visaria melhorias para os dias futuros e não para o presente, porém se propôs a luta como meio de defender os interesses da classe.

Na reunião de aprovação do estatuto da Associação estiveram presentes quinze (15) trabalhadores: Anastácio Brolezzi, Neil Maricate, José Rubertone, Leopoldo Demarchi, Bruno Ferrari, Jalmiro M. de Menezes, João Rodrigues da Silva, Josias Januário Gomes, Henrique Galuzzi, Geraldo Lemes da Silva, Benedito de Oliveira, José do Carmo Rodrigues, Afonso Martins, Elpídio Teixeira Soares e Durval Limiosa. Destes, seis (6) trabalhavam na Pirelli, nove (9) trabalhavam na Firestone e, pelo menos, três (3) destes participavam da JOC.

Em dezembro de 1956, pouco tempo depois da aprovação da Associação Profissional, seus principais opositores, como a diretoria do sindicato oficial, iniciou uma propaganda contra tal associação. O sindicato oficial veiculou, através da imprensa escrita comunicados dirigidos a todos os sindicalizados, alertando sobre a verdadeira intenção daqueles "elementos" associados. Em janeiro de 1957, através do **Jornal de**

---

<sup>180</sup> Certificado de Registro da Associação Profissional. Delegacia Regional do Trabalho. São Paulo, 6 de dezembro de 1956.

<sup>181</sup> 10º Caderneta de Anotações. 21/10/1956.

**Santo André**, informou que os "elementos" envolvidos com a criação de uma nova entidade da classe estavam interessados em desagregar as forças e dividir os trabalhadores. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Borracha dos municípios de São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André, localizado em São Paulo e com uma sede em Santo André, acusava aquela Associação que:

... por intermédio do senhor Anastácio Brolezzi, aliás, membro da JOC de Santo André, este sindicato por sua Diretoria, deseja alertar as autoridades, a opinião pública e principalmente os trabalhadores de Santo André e São Caetano do Sul, já que nos demais municípios, isto é, Ribeirão Pires, Mauá e São Bernardo, não há e nunca houve indústria de artefatos de borracha, em relação ao movimento que está sendo feito e que a nosso vêr é ilegal, por ter influência de pessoas estranhas à categoria profissional e não ter a comissão de Enquadramento Sindical se pronunciado a respeito. Esse movimento, infelizmente, tem o benefício da D.R.T., e registrou a aludida Associação.<sup>182</sup>

O comunicado ressaltava o absurdo da criação de uma nova entidade que desagregaria a classe e, como se não bastasse, um militante da JOC, uma organização cristã e operária, estava liderando este movimento de desunião. Junto com ele estavam elementos estranhos à classe, ou seja, os militantes comunistas que estavam participando da sua articulação. Estes eram mal vistos nas reuniões dos sindicatos, nas quais muitas vezes, não puderam estar presentes em decorrência da represália dos outros sindicalistas.

Ainda através do comunicado do jornal, o dirigente sindical condenou a Delegacia Regional do Trabalho, na pessoa do delegado - membro do PTB - por contribuir com as forças da esquerda e por "traição" ao governo, uma vez que segundo o anúncio, o delegado estava diariamente visitando o governador Jânio Quadros. Ao apresentarem que não havia indústrias de artefatos de borracha naqueles municípios indicados pela Associação e que, mesmo assim fora aprovada pela DRT, mostrava-se uma certa incompetência daquele órgão que não teria analisado os fatores que envolviam a criação da entidade. Este argumento aliado àquele sobre a desunião da classe foram os fundamentais, utilizados para convencer os sindicalizados e a opinião pública a não aceitarem tal entidade.

Mas, ainda o mesmo comunicado do **Jornal de Santo André** dizia que o Sindicato tinha uma história de tradição e de lutas que não podia ser esquecido. Este foi reconhecido em 18 de junho de 1943 com base territorial na capital e em 11 de janeiro de 1951, Santo André e São Caetano passaram a constar da denominação do sindicato.

---

<sup>182</sup> Museu de Santo André. Elementos interessados na divisão dos trabalhadores incentivam o espírito de desagregação da classe. In: **Jornal de Santo André**. 5 de janeiro de 1957. p.4.

Explicava-se no mesmo comunicado que os orçamentos para o ano de 1957 já haviam sido aprovados pelo Ministério do Trabalho e, portanto, não poderiam dividir a arrecadação. As arrecadações dos trabalhadores de Santo André e de São Caetano faziam parte dos recursos para o pagamento dos serviços prestados aos trabalhadores.

Criticou-se também, diretamente, os membros da Associação, dizendo que dois anos antes (1955), dois integrantes procuraram por emprego no sindicato, mas este já tinha os cargos ocupados. Ainda se afirmou que a entidade não permitia a intromissão político-partidária de qualquer tendência e que o órgão sofria pressões constantes de elementos estranhos à categoria, entre eles "Gervasio Maschio (funcionário dos gráficos de São Paulo) e Alberto Zamignani (segundo mentor político do PCB) no ABC."<sup>183</sup>

Pode-se compreender a presença dos militantes comunistas na articulação da Associação, pois desde o final da década de 1940 e no início da de 1950, houve dificuldade destes penetrarem nos sindicatos oficiais que estiveram sob intervenção federal. Isto fez com que optassem por uma estratégia de ação que era a formação dos sindicatos paralelos.

No ABC, somente em meados da década de 1950, os sindicatos se abriram à formação de diferentes chapas para as eleições internas. Em Santo André, o Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção entre os anos de 1947 a 1956 e depois deste período os trabalhadores encontraram maior espaço para protestar por melhores salários e por outros direitos.

Outra convocação aos trabalhadores das indústrias de artefatos de borracha, pelo seu Sindicato, estabeleceu que na Assembléia que se realizaria em 13 de janeiro de 1957, exibiriam documentos que rebateriam as acusações de Anastácio Brolezzi referente à situação das mensalidades, bem como dariam esclarecimentos sobre a tal Associação dos Trabalhadores. Sobre isto votariam pela autorização, ao sindicato, para requerer junto a DRT, a cassação do Registro da Associação e a impugnação do pedido de reconhecimento como sindicato.<sup>184</sup>

A assembléia foi relatada pela polícia política do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo que anotou que Geraldo Santana afirmou que a Associação era obra dos comunistas Gervasto Eliseo Maschio, Alberto Zamignani e outros do setor da metalurgia que estavam querendo dividir a classe. Segundo o relatório do DEOPS, alguns associados questionaram a veracidade da última

---

<sup>183</sup> Id.

<sup>184</sup> Museu de Santo André. Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Artefatos de Borracha de Santo André e São Caetano do Sul In: **Jornal de Santo André**, 12 de janeiro de 1957. p. 3.



eleição sindical e foram vaiados pelos presentes. Estes associados, segundo os relatores da polícia política, disseram que tinham o apoio do Bispo D. Jorge Marcos e do deputado Fioravante Zampol. Geraldo Santana abriu votação sobre a aprovação da Associação, para a qual tiveram 188 votos contra e 18 votos a favor. Os militantes comunistas não puderam participar da Assembléia e permaneceram diante do prédio, à espera da finalização da assembléia.<sup>185</sup> (fig.20).

Percebemos, no relatório do policial, que este se interessou em sublinhar a participação dos comunistas e que a presença destes era rechaçada pelos membros do órgão oficial, pois não podiam estar presentes. Por outro lado, pareceu não ter importância o fato de haver católicos envolvidos na organização, uma vez que não apontaram nada sobre isto e a notícia do apoio que os associados receberiam do Bispo e do político tradicional do ABC, parece não ter sido apreendido com muita seriedade pelo relator da reunião.

Segundo o depoimento do militante jocista envolvido na formação da Associação, três dias de estadia no Rio de Janeiro foram suficientes para que Geraldo Santana conseguisse articular com os políticos locais a cassação da permissão da Associação.<sup>186</sup>

Neste confronto, o Sindicato oficial saiu vitorioso e conseguiu a cassação do registro. Os associados estavam em minoria e enfraquecidos diante dos poderes políticos e das articulações daqueles sindicalistas e não conseguiram manter a nova entidade. Para uma categoria que tinha aproximadamente 3.500 trabalhadores, os líderes da Associação afirmaram terem atraído quinhentos membros.<sup>187</sup>

Após a dissolução da Associação, o seu presidente, Anastácio Brolezzi, foi demitido da Firestone, sem ter recebido qualquer explicação para o fato, e sem mesmo o conhecimento de seu chefe direto. Sem dúvida, Brolezzi não poderia ter tido incertezas sobre o motivo de sua demissão, pois num diálogo que teve com um superior anteriormente a este acontecimento, recebeu a orientação para que abandonasse a Associação. Como o pedido não foi realizado pelo operário, a outra opção tomada pela indústria parece, realmente, ter sido a demissão. Uma carta enviada por Geraldo Santana para a Firestone pode ter influenciado a decisão. Na carta, pedia para que afastassem da fábrica todos os comunistas.<sup>188</sup>

---

<sup>185</sup>Arquivo do Estado de São Paulo. DEOPS/SP-DAESP. Dossiê 50-Z-318, fls 1343. Relatório sobre Assembléia de 13/01/1957 realizada na subseção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha. São Paulo.

<sup>186</sup> Entrevista concedida por Anastácio Brolezzi. 16/05/2001.

<sup>187</sup> Heloísa H. T de S. Martins, **Igreja e Movimento Operário...**

<sup>188</sup> id.

Aqueles sindicalistas utilizaram sua influência política em meio às instituições do governo e na indústria para derrubar a iniciativa daqueles trabalhadores. Utilizaram o anticomunismo, até então tão trabalhado pela Igreja Católica, para conseguir a vitória sobre a Associação e convencer a opinião pública da má intenção daqueles operários e sobre o perigo da desunião da classe. Fizeram, afinal de contas, uso do discurso da hierarquia da Igreja sobre a união da classe operária, para por fim àquela atividade que reuniu católicos e comunistas.

Depois da demissão do operário, o Bispo que até então não havia interferido na questão, intercedeu para encontrar-lhe outro trabalho. Em contato com a Pirelli, obteve a confirmação de que o militante seria contratado para aquela indústria, mas quando Anastácio procurou aquele estabelecimento, foi dispensado com a explicação de que não havia a vaga prometida.

Este fato demonstra, realmente, como os militantes estavam comprometidos com a causa da salvação da classe operária ou, menos profeticamente, com a luta pela justiça social pelos direitos sociais e trabalhistas. Eles uniram-se aos militantes comunistas num período em que a Igreja Católica proferia fortemente seu discurso anticomunista, porque naquele momento tinham o mesmo objetivo. Talvez a presença dos comunistas na formação da Associação tenha afastado uma maior interferência do Bispo na questão, pois no final de 1955, durante campanha eleitoral no ABC, o bispo participou de uma propaganda incisiva contra a candidatura dos comunistas e apresentou apoio a outros candidatos. Um encarte especial publicado no **Folha do Povo** em 15 de setembro de 1955, deixou clara a sua posição.

Queremos manter-nos fora e acima dos partidos, na mais perfeita serenidade, mas sentimos o dever de nos dirigir a todos os diocesanos, de modo particular aos eleitores que sufragarão, pelo voto, seus dirigentes e representantes...Ninguém desconhece que a linha mestra do plano comunista está em convulsionar a ordem pública até implantar o totalitarismo russo, até dominar definitivamente nossa Pátria, destruindo-lhe a independência, a liberdade interna, a família, o direito enfim(...).<sup>189</sup>

Mesmo esta condenação dos comunistas pelo Bispo não evitou que os militantes trabalhassem junto aos comunistas. Ao contrário do que se poderia pensar, esta prática de alguns jogistas não significou um distanciamento em relação à religião, à fé ou aos princípios da Igreja e também não significou que não acreditavam mais na possibilidade da resolução dos problemas por meio do diálogo, nem em uma aproximação somente às questões do trabalho.

---

<sup>189</sup> Pastoral de S. Excia. D. Jorge Marcos-bispo diocesano de Santo André, encarte publicado pela **Folha do Povo**, 15 de setembro de 1955.

A idéia que geralmente se faz da classe operária em crescente conscientização de seus problemas e das causas da sua situação social, mostra-se em muitos casos como uma idealização da classe operária. Estes militantes acreditavam em sua capacidade de mudança, tinham um ideal de transformação social que estava acima de qualquer instituição porque tinham convicção do que estavam fazendo. Portanto, não é possível, aqui, acreditar numa mudança de comportamento dos operários em relação a sua prática diante dos problemas e das organizações da classe.

Isto fica claro a partir de um outro fato que ocorreu no mesmo ano da formação da Associação dos Profissionais em Indústrias de Artefatos de Borracha (1956) que foi a realização da 1º Comunhão Pascal da Firestone, organizada pelos jocistas e coordenada por Anastácio Brolezzi, então presidente da Associação. Os jocistas participaram, com alguma frequência, de eventos em grandes fábricas, como o passeio promovido pela General Motors (GM) e a Comunhão de Páscoa para os funcionários da Cia. Pirelli SA, ambos no ano de 1954.

Rhodia, Pirelli e Firestone realizaram as missas pascais em suas dependências. Este evento procurava reunir os funcionários e os chefes num ambiente distinto do espaço da produção, incitando à comunhão entre todos. Após a missa, a firma oferecia lanches aos seus funcionários.

A primeira Comunhão Pascal na Firestone ocorreu em 24 de junho de 1956 e foram convidados os auxiliares da fábrica e seus familiares. (fig.18). No convite para a comunhão, que trazia o programa do dia, algumas palavras demonstravam o ideal católico: "o trabalho não é um castigo, mas um meio para que o trabalhador possa elevar-se a Deus"<sup>190</sup>. Sem dúvida, os patrões deviam mostrar-se simpáticos com este discurso e proporcionavam o que fosse necessário para a realização da missa. O evento abrangia mais do que um dia, pois para assistir a missa campal celebrada por D. Jorge Marcos, os trabalhadores foram orientados a estarem presentes nos dias 22 e 23 às 20 horas, na Igreja do Carmo, para que pudessem se preparar para a Páscoa. Nestes dois dias e no dia 24, antes da missa, todas as paróquias receberiam as confissões dos trabalhadores.

No dia 24, às 8 horas, a missa realizou-se no campo de futebol da indústria. O convite também dizia que, após a missa, seria servido cafezinho no restaurante, "gentilmente" oferecido pela empresa. No ano seguinte aconteceu a 2º Comunhão Pascal na Firestone, também celebrada pelo Bispo. Estes momentos foram descritos por

---

<sup>190</sup> Convite para 1º Comunhão Pascal na Firestone, 24 de junho de 1956.

um ex-militante como muito bem organizados e muito bonitos, pois reuniam muitos trabalhadores.

Os jocistas aproximavam-se dos patrões, o que poderia dificultar uma situação de conflito ou enfrentamento por reivindicações. Sem dúvida, esta aproximação com os chefes e diretores das fábricas criava um elo de cordialidade que muito interessava a estes sujeitos. Entretanto, não foi suficientemente sólida para manter o militante Anastácio Brolezzi em seu emprego, quando da formação da Associação.

Quando os militantes procuravam resolver seus problemas de trabalho por meio do diálogo, não o faziam exatamente porque queriam evitar um enfrentamento ou para se manterem como aliados do empresariado, mas o faziam porque acreditavam neste recurso para resolver os problemas. Mais importantes, sem dúvida, eram os objetivos da ação dos operários, sendo que, os meios (diálogo ou conflito) seriam utilizados conforme a situação e a necessidade. Os jocistas procuravam agir sobre seus problemas e esta atuação não se referia sempre ao diálogo que priorizava a harmonia entre as classes, como orientava a Igreja.

No ano de 1959 as relações entre Igreja Católica local e o empresariado estavam bastante estremecidas em decorrência do apoio que a Diocese do ABC estava cedendo às greves deflagradas naquele ano.

Quanto à política local, os militantes freqüentemente se relacionavam com os políticos, seja para exigir melhorias nos bairros ou para negociar ou pedir verba para a JOC. Em 1955, o presidente da JOC de Santo André, Anastácio Brolezzi, esteve na casa do candidato a prefeitura, Pedro Dell'Antonia, pretendendo conseguir utilizar uma quadra de futebol sem pagar aluguel por ela.

Ao mesmo tempo em que os jocistas se aproveitavam de algumas situações por conta do contexto político das eleições, também presenciavam discursos que defendiam os princípios sobre a fidelidade do político ao partido e a sua ideologia. O político José G. de Moraes Neto, ex-presidente nacional da JOC, numa reunião em agosto de 1954, falou sobre a relação do prefeito com a Câmara e relatou que este não pode interferir naquela. A Câmara, segundo ele, deveria ser independente e os vereadores deveriam obedecer à ideologia de seu partido. A aproximação dos militantes à política local incentivou-os a ingressarem nesta carreira.

Gastão Lacrete, militante da JOC de São Paulo desde a década de 1940, da qual foi presidente, foi candidato a deputado estadual pelo PDC. Em sua propaganda,

prometia lutar para implantar uma democracia cristã, lutando pela liberdade, pela justiça e pela elevação da classe trabalhadora.

Em setembro de 1955, o vereador Armando das Neves foi acusado de comunismo, sendo que os jocistas esclareceram que não tinham nada contra ele, pois sempre prestigiava e apoiava a JOC. Em meio às práticas de relacionamentos, o peso negativo de ser comunista teria permanecido em segundo plano, uma vez que, mais importante era a atividade do movimento e, portanto, o apoio que recebia.

Entretanto, o Bispado alertava a população contra o eminente perigo da ameaça comunista que parecia ser mais assustadora a cada período eleitoral. Também em 1955, no mês de setembro, a **Folha do Povo** publicou uma carta de D. Jorge aos diocesanos:

Caríssimos diocesanos

Aproximam-se as eleições. Queremos manter-nos fora e acima dos partidos, na mais perfeita serenidade, mas sentimos o dever de nos dirigir a todos os diocesanos, de modo particular aos eleitores que sufragarão, pelo voto, seus dirigentes e representantes.

Como é do conhecimento de todos, os comunistas estão mais ativos que nunca nestes dias que precedem as eleições. Infiltrados em diversos partidos, envolvendo pessoas respeitáveis e até católicos praticantes, difundindo a confusão e o mal estar, mascarados de democratas, de espiritualistas, de católicos, atingem todos os setores angariando votos para si, seus títeres e aqueles que melhor poderão servir a seus intentos funestos.

Ninguém desconhece que a linha mestra do plano comunista está em convulsionar a ordem pública até implantar o totalitarismo russo, até dominar definitivamente nossa Pátria, destruindo-lhe a independência, a liberdade interna, a família, o direito enfim.

(...)

Não permitamos que os falsos brasileiros, lobos em pele de cordeiro, subam amanhã os degraus do altar da Pátria, penetrem no recinto dos lares e do trabalho, invadam nossos templos para destruir a tranquilidade nacional, a família, a religião.

Nossa Senhora Aparecida, Rainha do Brasil e protetora da família brasileira, que tem seu trono nas terras paulistas, espera que nós, seus filhos e devotos saibamos velar pelo Brasil e por Ela, através do nosso voto.<sup>191</sup>

Esta publicação encartada no jornal, além de alertar contra candidatos comunistas, indicava aos eleitores o candidato Carlos Galante, do PDC, para a prefeitura de Santo André. A estratégia do Bispado fazia parte de um programa de combate ao comunismo e de recristianização, pois praticamente um ano após a posse da Diocese, o Bispo não conhecia ainda os trabalhos da JOC, mas conseguiu opinar na política e apoiar indiretamente determinados candidatos. O discurso do bispo parecia procurar provocar o pavor na sociedade local quanto ao regime comunista. E, ainda, uma vez que a população não saberia quem era comunista, pois segundo o Bispo, estes estavam camuflados em outras entidades, então sugeria que votassem somente nos católicos conhecidamente anticomunistas. O bispo ressaltou que os católicos deveriam

---

<sup>191</sup> Carta de D. Jorge Marcos aos diocesanos In: **Folha do Povo**, 15/09/1955.

agir em defesa da Nação que estava sob a proteção de Nossa Senhora Aparecida e os paulistas tinham uma maior responsabilidade na manutenção da ordem e da família brasileira.

Estes mesmos aspectos, ordem, família e doutrinação foram reafirmados durante a peregrinação que os jovens jocistas de todo o mundo fizeram a Roma durante o final do papado de Pio XII, em 1957. No ano seguinte, João XXIII assumiu o Vaticano e possibilitou outro caminho para a Igreja e para o laicato.

## 2.4 Peregrinação jocista a Roma (1957)

O Vaticano organizou para agosto de 1957 uma peregrinação mundial dos jocistas para se encontrarem com o Papa Pio XII e para se reunirem no Congresso Mundial da JOC. O encontro com o Papa deveria ter acontecido na década de 1940, mas foi adiado devido a Segunda Grande Guerra. Reuniram-se, neste evento, dirigentes de 84 países, somando cerca de 10 mil jovens.

Podemos pensar que esta viagem refletiu, aos militantes de Santo André, como uma ascensão social adquirida através do movimento. Como a própria Igreja afirmava, alguns militantes foram escolhidos para estarem juntos a Nossa Senhora na cidade de Aparecida (São Paulo) e quatro anos depois, como premiação de um trabalho bem realizado, foram escolhidos outros para estarem em Roma, junto ao Papa.

A hierarquia da Igreja no Brasil incentivou as dioceses para que fizessem o necessário para conseguir enviar representantes para Roma. Para tanto, precisavam reunir valor suficiente para custear a viagem.

Como temos anunciado, jocistas do mundo inteiro partirão para Roma, desejosos de festejar aos pés do Santo Padre, o jubileu de prata da JOC que ocorrerá no dia 25 de agosto. O Exmo. Cardeal D Jaime Câmara irá unir-se aos jocistas brasileiros e entrando com eles na cidade Eterna e honrando com sua púrpura a peregrinação dos jovens trabalhadores. Atenderá assim não só a um pedido iminente de Mons. Cardijn, mas a um reclamo de seu próprio coração de cardeal missionário.

A notícia vale como um apêlo a tôdas as Dioceses para que e mesmo com sacrifício, enviem à Roma jovens operários que no mesmo dia da visita da JOC a Pio XII, milhares de trabalhadores do mundo inteiro - inclusive do Brasil - estarão chegando à Moscou.<sup>192</sup>

---

<sup>192</sup> Prestes a partir à peregrinação mundial da JOC In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, junho de 1957.p. 7.

Este texto, publicado no **Comunicado Mensal da CNBB** e voltado aos diocesanos, fez referência ao Cardeal D. Jaime Câmara que, junto aos jocistas, transmitiria uma maior importância àquele momento. Ao final do trecho, ressaltou-se a grande importância do evento, já que a Igreja parecia demonstrar que conseguia congrega mais operários do que o comunismo (fig.17). Assim, mais uma vez, sobressaiu a concorrência corrida em abraçar o operariado no mundo.

Sem dúvida, algo que os antigos militantes ressaltam em seus depoimentos se referiu ao trabalho realizado por todos para que seus representantes pudessem ir para Roma. Anastácio Brolezzi, então presidente da JOC de Santo André, reuniu todos os militantes do ABC para trabalhar na arrecadação de fundos, quando intensificaram a venda das publicações do movimento. A prefeitura municipal contribuiu aprovando uma verba para a viagem. Em junho de 1957 estava em discussão na Câmara Municipal qual seria o valor destinado a subvencionar dois representantes na viagem para Roma, sendo que, o valor inicial proposto foi de Cr\$ 80.000,00, mas aprovaram Cr\$ 50.000,00, o que foi considerado uma vitória pelos militantes.

O Bispo D. Jorge Marcos dirigiu uma carta aos diocesanos, pedindo que auxiliassem para compor os meios necessários para a viagem.

Aos Diocesanos,

Devendo realizar-se em agosto próximo, a concentração da JOC de todos os países em Roma; a fim de ouvir a palavra do Santo Padre e debater problemas do interesse dos jovens trabalhadores, a JOC de nossa Diocese - essencialmente operária - não poderia estar ausente. Faço, pois, um apêlo aos católicos de minha diocese afim de que nossa JOC possa levar a Roma dois representantes operários que falem pelos nossos jovens trabalhadores e tragam da cidade eterna uma bênção e uma palavra do Papa para eles.

Sto. André, 29. IV.1957.

Jorge Marcos, Bispo Diocesano.<sup>193</sup>

O ano de 1957 chama-nos a atenção, pois a Igreja Católica neste período passava por intensas transformações em decorrência das mudanças políticas mundiais. A Igreja fortificava seu discurso anticomunista e procurava precaver-se contra qualquer ameaça de revolução comunista. Reunir jovens de todo o mundo em torno de um único propósito era uma forma de demonstrar a força que a instituição tinha na sociedade.

Entretanto, a autoridade que a Igreja procurava exercer sobre os leigos contrastava com os princípios de ação do programa da Ação Católica. Estes

---

<sup>193</sup> Carta de D. Jorge Marcos aos diocesanos In: **Jornal de Santo André**, 29 de abril de 1957.

contrastes foram algumas vezes motivos de conflito entre a hierarquia e o operariado. Enquanto estes procuravam meios de agir com maior autonomia, muitos padres e bispos tentavam controlar esta atividade, pois ainda se guiavam pelo discurso da autoridade e do controle da ordem, tão disseminados nas décadas de 20 e 30. Ainda, Pio XII em seu Papado ressaltou as questões de autoridade em relação à Ação Católica, sendo que, somente sob João XXIII é que os sacerdotes e leigos se sentiriam incentivados a trabalhar pelas populações pobres e a favor da diminuição das diferenças sociais no mundo.

De Santo André, dois militantes foram escolhidos para representar os jovens do ABC: Anastácio Brolezzi (JOC) e Edmea Carollo (presidente da JOCF) (fig.16). Os militantes de Santo André e de São Paulo partiram no navio Laerneck, do porto de Santos, no dia 30 de julho de 1957 e fizeram uma primeira parada na Baía da Guanabara (Rio de Janeiro), onde aproveitaram para visitar a sede da JOC daquele estado. No navio também estavam presentes militantes da JOC de outros países da América do Sul, com destaque para a Bolívia e o Peru. (fig.14).

No decorrer da viagem, no navio, participaram de uma Semana de Estudos quando trocaram experiências com militantes brasileiros e de países vizinhos. Nas anotações sobre os eventos da viagem, registrados pelo militante de Santo André, chama a atenção a presença dos bispos e dos padres que orientaram as discussões e as reflexões que aconteceram no navio. Observamos que alguns temas ressaltados pelo militante da JOC de Santo André faziam parte de sua realidade no ABC, como a preocupação com a ausência do padre assistente.

Militantes de João Pessoa (PB), segundo Anastácio Brolezzi, destacaram a importância fundamental do assistente no recrutamento e na sensibilização dos jovens para o ingresso no movimento. “A visita do assistente melhorou a vida religiosa da família. (...) Os assistentes tem mais facilidade de melhorarem a vida da família dos JT, visitando os jocistas e falando com os da família.”<sup>194</sup>

Mas em relação às regiões industrializadas do ABC e de São Paulo, não houve menção sobre as práticas de visitas dos assistentes às famílias, até porque esta tarefa a Igreja havia delegado aos leigos. Nas regiões mais afastadas dos centros urbanos e que pareciam carecer de uma estrutura social que permitisse à população uma abertura ao campo político, os padres percebiam a necessidade e a possibilidade de estarem mais próximos das comunidades.

---

<sup>194</sup> 11º Caderneta de Anotações. 08/05/1957.



Em oposição a esta situação, os jocistas da “cidade grande” destacaram que neste espaço o assistente encontrava maiores dificuldades em aproximar-se das famílias; os militantes de Santo André ressaltaram a ausência do assistente no movimento.

Os militantes destacaram o espírito religioso da peregrinação que, segundo o militante Bartolo Perez, estava sendo esquecido pelos jocistas que se excediam no horário de dormir. Os retiros realizados durante a viagem e a orientação dos sacerdotes sublinhavam, persistentemente, o aspecto religioso da peregrinação.

Outro tema que sobressaiu e que parecia também ser fruto da orientação dos padres e dos bispos era sobre a preparação do jovem para o casamento e para sua sexualidade. Os militantes apresentaram os problemas que encontravam como o caso de “mulheres defloradas”; condenaram as moças que seduziam os rapazes e as que perdiam a virgindade antes do casamento. Reafirmaram a necessidade da castidade até o casamento e a contínua orientação para o matrimônio aos jovens que estavam se “perdendo”.

Outra discussão bastante destacada pelo militante de Santo André foi sobre o sindicato. Os jocistas peruanos sublinharam suas participações nos sindicatos, como Américo Ortiz que era dirigente da JOC e também sub-secretário de imprensa e propaganda do sindicato dos empregados em indústria têxtil do Peru. Sobre a atuação destes militantes peruanos, escreveu:

Grupo de Fábrica – de jovens discutem problema da JOC – programa e objetivo – quando há eleições no sindicato, este grupo procura que membros deste grupo façam parte da Diretoria. Quando por exemplo da festa de aniversário do Sindicato, o grupo se reuni e um deles é designado a falar para pedir uma missa pelas almas dos trabalhadores e os demais apoiarão a idéia. Já se fizeram três missas-e uma fábrica que nunca celebrou missa, na primeira não houve comunhão, mas nas 2º e na 3º, 28 comunhões.<sup>195</sup>

A formação destes grupos, segundo o militante peruano, objetivava a preparação dos jovens para que fizessem parte da diretoria dos sindicatos e a participação tornava mais fácil a organização de missas dentro das fábricas, fato que foi visto como uma vitória para os trabalhadores envolvidos. Ele destacou que a atuação dos jovens se referia a discutir sobre os problemas e os temas da JOC voltados às questões especificamente religiosas e, portanto, não exatamente sobre as questões do trabalho. Percebemos, então, que as práticas destes militantes dentro do sindicato estavam muito presas às orientações que a Igreja transmitia, pois estavam

---

<sup>195</sup> Ibid. 05/08/1957.

naquele lugar, principalmente, para elevar espiritualmente o operário. Os jovens do Peru pareciam conseguir realizar melhor os objetivos da Igreja para o movimento, pois também administravam uma escola sindical cristã com o objetivo de orientar os jovens para agir dentro dos sindicatos e esta iniciativa tinha a participação da Ação Católica, da qual provinham os professores que ensinavam os leigos.

Os militantes apreenderam as orientações da Igreja no tocante ao necessário envolvimento na instituição sindical, e também pareciam perceber que precisavam tomar cuidados para que não se envolvessem demais com as questões políticas, pois se corria o risco de deixar de lado o aspecto religioso do movimento. Segundo a anotação do militante andreense, naquele momento no navio, eles estavam refletindo sobre as orientações da Igreja e pela Igreja, não por eles ou pela classe operária, pois a partir de uma discussão sobre o assunto, o militante concluiu que “este debate nos deu uma visão geral do movimento sindical no Brasil e da América do Sul. O interesse pelo clero no sindicato está muito bom”.<sup>196</sup>

A Igreja Católica surgiu como a instância mais importante e pela qual estavam agindo; porém esta percepção não foi constante. Geralmente, os operários leigos agiam e falavam pela sua classe e não pela Igreja Católica. Sem dúvida, parece pesar o fato de que estavam a caminho do Vaticano, lugar considerado sagrado, onde encontrariam com o máximo representante da Igreja. Estavam, na viagem, em companhia de bispos e de padres num momento em que se aproximavam mais da espiritualidade e da religiosidade.

Em outras discussões, surgiu a luta operária e não a luta pela disseminação da religiosidade. Na mesma reunião em que o militante fez a anotação acima exposta, foi dito que em Sorocaba um operário jocista reivindicou o recebimento do salário mínimo e acabou sendo demitido, mas seus colegas receberam o reajuste. Apesar da demissão, os militantes viram este acontecimento como algo positivo, pois o jocista havia conquistado o direito do salário mínimo aos outros funcionários. Ele sacrificou o seu emprego pelo bem conquistado aos companheiros.

A questão do salário mínimo foi amplamente discutida e seu reajuste foi reivindicado pelos trabalhadores durante os anos que antecederam o final do governo de Getúlio Vargas (1951-1954), interrompido em decorrência de seu suicídio. O presidente Vargas enfrentou, naqueles anos, uma forte oposição ao seu governo liderado pela União Democrática Nacional (UDN), que procurou levá-lo à deposição do

---

<sup>196</sup> Ibid. 09/08/1957.

cargo. Esta mesma pressão foi responsável pelo afastamento de João Goulart do Ministério do Trabalho em fevereiro de 1954. Na tentativa de obter maior equilíbrio às forças de sustentação do governo, Vargas procurou apoio nas massas populares e em 1º de maio anunciou o reajuste de 100% do salário mínimo. Segundo Thomas<sup>197</sup> Skidmore, ao conceder este aumento inflacionado ao salário mínimo, Vargas contrariava o parecer de seus assessores econômicos e provocava o temor no setor militar que destacava que haveria pressão sobre a elevação do custo de vida e alarmava a classe empresarial que teria dificuldades em absorver o novo aumento.

Os empresários não concederam prontamente o reajuste e recorreram aos tribunais e, percebemos que mesmo declarada como legal pelo Supremo Tribunal Federal, não foram todos os empresários que obedeceram à medida; tal fato foi motivo de constante reivindicação por parte dos trabalhadores.

Entre as discussões que surgiram no navio, os militantes encontraram espaço para tecer críticas à Igreja. Criticaram os padres assistentes que não auxiliavam adequadamente o desenvolvimento da JOC e condenaram outras práticas que consideraram negativas, como o fato de que “os padres - combatem outras religiões e não mostram as belezas do catecismo”<sup>198</sup>, fato que não corroborava para a aproximação do jovem à religião.

Num momento de meditação orientada por D. José Távora, o militante de Santo André destacou: “Estamos agradecendo a Deus em todos os meus atos por ter-nos escolhido p/ representar a JT em Roma. Amor em Cristo, ó Cristo. Amor a JOC. Amor a Igreja e classe operária. Providência divina que nos escolhe para isso. Porque recebi esta graça de ir à Roma? 30 meses por dia. Vós sois de Cristo. Nunca compreenderemos, mas tudo para agradecer a Deus.”<sup>199</sup> A condição de escolhidos tornava os militantes especiais e Roma foi persistentemente destacada como um lugar sagrado. Precisavam, então, preparar-se para o encontro com o Papa.

Após parar na Baía de Guanabara, viajaram pelo Oceano Atlântico rumo ao norte. A parada seguinte ocorreu nas águas do Oceano próximas ao Marrocos, em Las Palmas de Gran Canarias, uma ilha espanhola, no dia 10 de agosto às oito horas da manhã. Desceram do navio 45 minutos depois de terem parado no porto. Puderam visitar a cidade e enviar correspondências. Ao retornarem do passeio participaram de um recolhimento coordenado por D. Jaime Câmara, no qual refletiram sobre a Igreja

---

<sup>197</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 172 et seq.

<sup>198</sup> 11º Caderneta de Anotações. 08/08/1957.

<sup>199</sup> Ibid. 07/08/1957.

como corpo místico de Cristo e sobre a participação dos leigos como integrantes da Igreja.

No dia seguinte, os trabalhos continuaram sob a coordenação de D. Jaime, que ressaltou a necessidade da verdadeira fé, pois somente ela não levaria os jovens às outras religiões e doutrinas. Foi exposto o caso de uma Filha de Maria que se tornou fiel da Assembléia de Deus e o de um religioso que passou para as fileiras do PCB. Após expor estes fatos, D. Jaime afirmou, segundo o que ressaltou Brolezzi, que era mais importante se preocupar com a alma e ganhar os céus do que pretender abraçar o mundo e perder a alma. Desta forma, a Igreja procurava garantir que os jovens trabalhadores continuassem sempre bons fiéis e sugeriu a importância da salvação eterna por meio do catolicismo.

A quarta interrupção da viagem foi em Bruxelas – Bélgica, no dia 29 de agosto. Neste país surgiu a JOC, a partir da prática dos padres e dos jovens trabalhadores. (fig.17).

Os peregrinos reuniram-se com militantes belgas e conheceram algumas atividades desenvolvidas como o Banco do Povo, através do qual os trabalhadores podiam retirar uma quantia em dinheiro que utilizariam para a construção de suas casas; ainda conheceram as cooperativas de consumo e as atividades realizadas em conjunto com os sindicatos.

Na França, passaram por Lourdes e dia 9 de setembro visitaram Paris. (fig.13). Receberam contribuição em dinheiro dos jocistas alemães, mas o dinheiro por engano foi entregue aos bolivianos. Dia 16 de setembro estavam em Roma, quando as delegações dos diversos países do mundo, portando bandeiras e símbolos da JOC, se reuniram na Praça São Pedro (Vaticano) para ouvir o Papa.

Doze anos depois de finalizada a Segunda Guerra Mundial, o mundo exibia as profundas feridas abertas pelos tristes acontecimentos provocados pelo conflito e pela iniciativa de Adolf Hitler em fundar o Terceiro Reich. A delegação alemã chamou atenção ao transportar bandeiras pretas em luto aos acontecimentos da guerra. (fig. 15).

Depois de ouvirem as palavras do Papa, os militantes discutiram sobre os apontamentos e reflexões desenvolvidos durante o evento. Em suas anotações e a partir de sua participação no grupo de discussão, o jocista Anastácio Brolezzi ressaltou que o movimento dos jovens operários era imprescindível na sociedade e que, por vezes, o Papa era o último a ser consultado sobre as ações dos militantes nos

movimentos de leigos. Portanto, precisavam ter iniciativa e criatividade para agir e, mesmo que o Papa não aprovasse as ações, não seria motivo para não agir, pois a Igreja pertencia também aos trabalhadores.

Vimos a Igreja no Papa, vimos a Igreja nos católicos. Sempre a Igreja de Cristo. Falou bastante sobre o Papa, sobre Pedro e sobre a Igreja Romana, é questão de fato – Roma dominará o mundo e foi lá fundado a Igreja de Cristo. Convocamos Pio XII, ele passa, mas fica em nosso coração = porém vemos o Papa permanecerá um após outro. Sentimos a Igreja ser Roma, já devíamos ter sentido durante nossa preparação. O Papa às vezes é o último a ser consultado, isto é, os jocistas devem ter suas iniciativas próprias. O Papa aprova ou não, mas a Igreja é nossa, somos a Igreja.<sup>200</sup>

Aqui, o Papa ganhou a dimensão do humano que também erra. Parece que após participar do encontro com Pio XII, Roma ganhou, segundo a visão do jocista, sua representação na esfera do sagrado. A cidade tomada pelos jovens católicos, simbolicamente sugeriu, à Igreja Católica e aos militantes, a real possibilidade de recristianizar toda a classe operária, conforme o objetivo da Ação Católica.

Em uma publicação, o Padre Afonso Birck resumiu algumas palavras que o Papa Pio XII proferiu no encontro e, quanto ao objetivo do evento sublinhou:

Nosso regozijo é maior ainda ouvindo vos formular com tanta convicção o compromisso de lutar cada dia para melhor servir vosso ideal jocista e de ganhar para êle vosso irmãos e irmãs de trabalho.

Vós viestes a nossa presença para renovar vossa promessa magnânima de conduzir à Igreja todos os operários. Grande ambição, por certo, mas natural em corações apaixonados. Sentem-se êles unidos a Cristo, porque nas suas êmpresas já experimentaram o poder da graça.

(...)

Viestes a esta Roma eterna como que ao foco de luz e calor. Ela deve iluminar vossos corações, na realização de vossa dupla tarefa: a.) conservar e firmar em vós a vida da fé, b.) Comunicar seu benefício àqueles que o ignoram.<sup>201</sup>

Assim como foi ressaltado na romaria para Aparecida, a preocupação da Igreja Católica era a de manter a ligação de estreita dependência dos jovens com a hierarquia (através da fé e da necessidade do trabalho conjunto para a elevação do operariado) e de incentivar a conquista de novos jovens para o movimento.

A Igreja procurava atrair os jovens, canalizando, assim, sua força de transformação social: “Os jovens sentem crescer em si as forças físicas e morais. Levantados pelo desejo de desenvolvê-los, sonham naturalmente com o futuro, o que

---

<sup>200</sup> Ibid. A Igreja e o Papa. O discurso do Papa. 18/10/1957.

<sup>201</sup> Publicação **O Papa confia na JOC**, Alocução de S.S. o Papa Pio XII, aos 30.000 jocistas reunidos na praça São Pedro em Roma no dia 25 de agosto de 1957. Adaptação do Padre Afonso Birk S.J., Rio de Janeiro: Secretariado Nacional JOC/JOCP, 1957. p.10.

a vida lhes promete de grande e de belo. São animadas de um forte otimismo, que impulsiona corajosamente para adiante. E isto, sobretudo, quando se apóia sobre a graça divina, a ajuda do próprio Deus.”<sup>202</sup>

Justamente esta “força” dos jovens em acreditar na transformação social e sua articulação em outros movimentos sociais, levou a Igreja a organizar os movimentos de classe. Força que estava sendo canalizada para outras religiões e para outras organizações operárias. Assim, sobressaiu também no discurso do Papa, o alerta contra o comunismo que atraía muitos jovens. “... Vêdes a sua volta massa de homens lutarem com dificuldades naturais insuperáveis: a fome, a miséria, a ignorância (...) Depois falsos profetas insinuam-se nestes grupos abatidos. Semeiam os germes do ódio e da revolta. Enganam-nos com promessas ilusórias. E com o pretexto de que os recursos naturais não poderiam bastar para alimentar a humanidade em aumento, atenta-se mesmo contra a dignidade do matrimônio e da família.”<sup>203</sup>

Neste trecho, tocou-se em três importantes aspectos: o anticomunismo, quando se combatia os *falsos profetas* que instigavam os trabalhadores à revolta; a ordem social e moral que estruturava o núcleo familiar e, por fim, defendeu-se a propriedade privada como sendo um direito natural do indivíduo. Na tentativa de defender esta idéia, a Igreja justificou que os problemas econômicos eram decorrentes da má distribuição dos recursos naturais e de seu insuficiente aproveitamento. “Os problemas econômicos e sociais que nascem da má distribuição dos recursos naturais, do desenvolvimento insuficiente de certas regiões, inspiram em alguns a desconfiança e o pessimismo. Os jovens estão persuadidos de que estes problemas podem e devem receber uma solução pela colaboração de todos os homens de boa vontade.”<sup>204</sup>

Adiante, foi ressaltado que somente a Igreja poderia realmente caminhar com a sociedade na busca da resolução de seus problemas. Do discurso de Pio XII, o Padre Afonso Birck sublinhou que toda a ajuda financeira que estava sendo repassada das nações ricas para as mais pobres e, a contribuição de intelectuais procurando resolver os problemas eram importantes, mas não eram suficientes, pois somente a religião e a fé em Deus uniria o povo em busca da resolução dos problemas.

Como resultado de sua atuação e da conquista social, a Igreja parecia desejar o reconhecimento do Estado, legitimando suas ações e seu poder de domínio social. “Fazemos votos que os poderes públicos reconheçam cada vez mais generosamente

---

<sup>202</sup> Ibid. p.13.

<sup>203</sup> Id.

<sup>204</sup> Ibid. p.14.

os serviços da JOC. E lhe assegurem, particularmente nas regiões onde se faz sentir a urgência de uma intervenção em matéria educativa, os meios materiais necessários a esta grande obra.”<sup>205</sup>

### III O Papado de João XXIII e as transformações na Igreja

A segunda metade da década de 1950 do século XX apresentou, aos setores sociais anticomunistas, a necessidade de maior articulação das instituições para evitar a expansão dos regimes socialistas e comunistas pelo mundo. A Igreja Católica se tornou uma importante aliada nesta batalha e foi responsável por provocar o medo do comunismo entre a sociedade brasileira. Para tal empreendimento, utilizou os meios de propaganda disponíveis, a imprensa falada e a escrita e, também o espaço da paróquia se tornou um articulador desta luta. Desta forma, a Igreja brasileira recebeu ajuda das Igrejas de outros países, através da presença de sacerdotes estrangeiros e do envio de auxílio financeiro. João XXIII (1958-1963) chamou a atenção do clero europeu e norte-americano para a América Latina, assim, não somente continuou um trabalho desenvolvido por Pio XII, mas abriu maiores espaços para a constituição e expansão do clero progressista. Este atuava objetivamente nos problemas sociais,

---

<sup>205</sup> Ibid, p.25.

procurando diminuir as diferenças entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Assim, compreendemos como algumas dioceses do Brasil, como a do ABC, puderam se envolver nos problemas da classe trabalhadora. É certo que no ABC, como foi possível constatar, leigos e sacerdotes do setor progressista não estiveram sempre de acordo e em harmonia, mas a posição do Bispado contribuiu para o encaminhamento e para a expansão da Ação Católica. A ação do Bispo D. Jorge Marcos foi possível em decorrência da linha de trabalho proposta por João XXIII, entretanto, as atividades do Bispo foram também determinadas pelo contexto local e por suas escolhas pessoais. Poderemos notar, através das próximas páginas, como D. Jorge Marcos se envolveu nos problemas dos operários, passando a defender suas reivindicações e se tornando, mesmo, um líder para a classe trabalhadora.

### **3.1 Os militantes em passagem pelo movimento da JOC**

Em meados do ano de 1959, Bartolo Perez (presidente da JOC no Brasil) viajou para a Europa para participar de um encontro internacional. Neste período, uma outra viagem estava sendo marcada e, nesta, o fundador da JOC, Joseph Cardijn, e os presidentes internacionais visitariam o Brasil. Enquanto as atenções destes altos representantes da JOC se voltavam ao Brasil, alguns dos temas discutidos pelos jocistas brasileiros eram semelhantes aos do começo dos anos 50: o namoro entre os jovens, o casamento e a formação do núcleo familiar. Mas, outros temas pareciam se relacionar mais ao momento histórico do final da década: o crescente índice de desemprego entre os jovens, principalmente, aos que estavam prestes a se apresentar ao serviço militar e, a falta de profissionalização do jovem, principalmente do migrante nordestino que, geralmente, trazia a experiência do trabalho com a terra.

Também os nomes dos dirigentes da JOC eram novos, pois os antigos dirigentes passavam a obter outras responsabilidades e a procurar exercer outras atividades na



sociedade como a candidatura aos cargos políticos, a atuação mais incisiva nos sindicatos ou, mesmo, a realização do casamento que os afastavam da JOC.

Os militantes não permaneciam mais do que dois ou três anos nos mesmos cargos na JOC e, portanto, foi constante a rotatividade dos membros, que acontecia tanto no nível internacional, como no nacional e no regional.

Em março de 1959, novos membros ficaram responsáveis pela seção de Santo André e entre eles estavam Alberto Pistoli, José Parra e Ailton José Pedro e notamos a presença de outro padre nas reuniões dos militantes, do Padre Vitorino Picon Monzon. Em abril, a seção de Mauá também recebeu um novo comitê que ficou responsável pelas tarefas, assim, restava aos mais velhos o trabalho de orientar os novos dirigentes.

Uma outra atividade parece ter envolvido os militantes que deixavam o movimento da JOC: a realização das reuniões do Movimento de Orientação Sindical (MOS) para organizar o encontro estadual desta entidade. Como já expusemos, as atenções para esta organização pareciam acontecer quando os movimentos grevistas e os de reivindicação surgiam com maior força.

As reuniões do MOS contaram com a presença do Padre Afonso Birck e dos militantes mais antigos e, nestas, discutiram sobre o desenvolvimento das greves dos funcionários da Companhia Rhodia Química, das indústrias de cerâmicas e da fábrica de Cimento Portland de Perus deflagradas em 1959. Percebemos que procuravam incentivar a participação dos cristãos nos movimentos grevistas e nas assembléias sindicais das categorias em greve.

Nestes anos de final da década de 1950 e de início da de 1960, a aproximação do movimento dos leigos católicos ao movimento sindical parece ter aumentado, pois entre os dias 9 a 11 de novembro de 1961 aconteceu o I Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Um dos temas mais debatidos no Congresso que reuniu não somente jovens católicos foi o conflito da Guerra Fria e o perigo da expansão comunista no mundo. Diante do impasse entre o capitalismo e o comunismo, sobressaía, entre os militantes católicos, a recusa em aceitar qualquer um destes sistemas. Conforme uma anotação de um militante jocista quanto ao que foi discutido no dia 10 de novembro: "... desenvolvimento e sub-desenvolvimento: (...) protestar contra todo regime de força = comunista ou capitalista. Contra explosões atômicas. Relações comerciais não diplomáticas. Graças aos capitalistas, os comunistas crescem."<sup>206</sup>

---

<sup>206</sup> 14º Caderneta de Anotações. 10/10/1961.

Pela citação acima, notamos que os militantes acompanhavam a orientação da Igreja que rejeitava tanto o comunismo, como o capitalismo. Os participantes do Congresso ressaltaram a ocorrência das explosões atômicas e, neste aspecto, a bomba parecia representar todos os grandes males do mundo. Ela era o fruto resultante dos conflitos mundiais.

Os militantes abordaram, também, questões sobre a formação educacional dos jovens, quando ressaltaram a importância das escolas radiofônicas e o papel do cinema que poderia produzir filmes educativos e, concluíram que era preciso investir na educação de base, ou seja, nos ensinamentos primário e profissional. Ressaltaram também que a JOC nos últimos anos formou mais líderes, pois também contou com “padres mais operários”. Assim, mais uma vez a JOC foi destacada como centro educacional e de formação, pois procurava conscientizar os jovens sobre seus problemas e procurava formar líderes para atuar na sociedade.

Neste momento, expandia-se pelo Brasil o programa de educação de base, empreendido pelo governo federal, pela Igreja Católica e por outros setores sociais. A Ação Católica participava da discussão deste programa, pois que a educação dos jovens foi algo presente nos debates destes grupos católicos. Uma vez que, interessava a Igreja que os jovens se formassem líderes para agir na sociedade, divulgando a Doutrina Social, seria ideal que estes sujeitos não permanecessem por longo tempo na organização. Ao saírem da JOC poderiam construir maiores contatos com outras instituições políticas e sociais, para as quais levariam os ensinamentos que apreenderam na organização católica.

A geração de militantes que participou da JOC durante a década de 1950, afastou-se do movimento no início dos anos 60, sobretudo porque estava assumindo o casamento. Justamente no ano de 1962, os militantes formaram a Ação Católica Operária (ACO) no ABC, organização que passou a reunir não somente os moços ou somente as moças, mas a participação nas reuniões e nas atividades sempre acontecia com a presença dos casais. Esta característica foi responsável pelo aspecto familiar da ACO.

### **3.2 A participação dos leigos católicos nos processos eleitorais**

Os militantes da JOC se candidataram às eleições para os cargos políticos, como aconteceu na eleição municipal de 4 de outubro de 1959, em Santo André. Anastácio Brolezzi pleiteou uma vaga como vereador, sob a legenda do Partido Democrata Cristão (PDC)<sup>207</sup>. Para se dedicar à campanha, Anastácio não se afastou totalmente da JOC, embora a presença nas reuniões tenha se tornado mais rara. A caderneta, que deveria servir para anotar o andamento das reuniões do movimento jocista, cedeu espaço para as anotações das reuniões da campanha. Este espaço foi cedido pela segunda vez, sendo a primeira quando da organização da Associação dos Trabalhadores em Indústrias de Artefatos de Borracha que aconteceu em 1956.

A campanha eleitoral foi levada adiante pelos companheiros do candidato e, entre estes, figuravam colegas de trabalho, militantes da JOC e do Partido Democrata Cristão (PDC). As reuniões da campanha aconteceram a partir do mês de junho de 1959 e contaram com pouca frequência dos políticos do PDC. A reunião que lançou a candidatura de Anastácio Brolezzi, realizada em 14 de junho, reuniu dezenove pessoas e entre estas estava Fioravante Zampol (vereador entre 1948 a 1952 e entre 1964 a 1967, prefeito entre 1952 a 1955 e vice-prefeito entre 1973 a 1977). Reuniões posteriores tiveram maior participação dos militantes das organizações de leigos católicos.

A comissão central da campanha foi composta por Sebastião Nascimento, Liberato Manfrin, Geraldo Leme da Silva e Dr. Michael, sendo que, outros jocistas como Roque Lenidavesis, Vergílio G. da Silva, Felipe G. da Silva, José Oliveira, Angelo Sguerri, Antônio Gonzales, Wilfredo Wolf e Francisco Marques também participaram da campanha.

Os colaboradores da campanha organizaram equipes de bairro e de fábrica para a realização da propaganda e para a disseminação do programa político. Desta forma, copiaram o método de trabalho, tal qual o empreendido no movimento jocista para estabelecer contato com os jovens e, que previa o domínio do espaço geográficos dos bairros onde habitavam e trabalhavam os jovens.

Na campanha, para escolher os locais onde formariam as equipes de bairro, destacaram aqueles em que habitavam pessoas que poderiam contribuir para a

---

<sup>207</sup> Fundado no ano de 1945 por D. Arruda Câmara, até 1953 o PDC apresentou fraca expressão na política. Neste último ano, o PDC elegeu o prefeito de São Paulo, em 1958 elegeu 6 deputados e quatro anos depois somaram-se 20 deputados e 1 senador eleitos. No partido, Pablo Richard observou duas correntes distintas: o setor da direita composto por Ney Braga (presidente do PDC) e Juarez Távora e, o setor da esquerda composto por Paulo de Tarso e Franco Montoro.

candidatura do militante católico como a Vila Humaitá, a Vila Helena, a Vila Guiomar, Ipiranguinha, a Vila Alpina, o Parque das Nações, a Vila Linda, Santa Terezinha, a Vila Bastos, a Vila Pires, a Vila Guarani, a Vila Alzira, Centro e Casa Branca.

No programa empreendido pela campanha e proposto pelo PDC, denominado Movimento Municipalista Popular, constavam projetos para a construção de uma estrada de ferro interligando os municípios do ABC, a estruturação de fiscalização sobre a venda e a compra de terrenos, a criação de um Banco Municipal, o incentivo a agropecuária, a criação de estações para o tratamento do lixo, a assistência ao cooperativismo e a construção de postos de puericultura.

No pleito do ano de 1959 existiram 276 candidatos a vereador, sendo que, pelo PDC totalizaram 30 candidatos. Por este partido, os mais votados foram João Insuela (567 votos), Bruno José Daniel (475 votos), Carlos Vicente Cerciani (451 votos) e Luiz Olivieri (424 votos). Anastácio Brolezzi foi eleito suplente com 283 votos. Um partido concorrente, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), reuniu em sua legenda candidatos com expressão entre a classe trabalhadora e muitos deles traziam longos anos de trabalho no sindicalismo e mesmo nas fileiras do partido comunista. Pelo PTB os mais votados foram Jurandir Alécio (551 votos), José G. da Paiva (521 votos) e Ario de Barros Rangel (421 votos). Os seja, os três candidatos mais bem votados de cada legenda equilibraram a decisão da população trabalhadora de Santo André.

Para a eleição de outubro de 1963, novamente o ex-jocista e membro da ACO, Anastácio Brolezzi, concorreu ao cargo para vereador pelo PDC, juntamente com outros 29 candidatos como Emílio Pires Magalhães e João Panunzio, entretanto, parecia ser um dos poucos militantes católicos entre tantos candidatos que figuravam há tempos na política. Pode-se perceber que diferente do que pretendia a Igreja Católica, foram poucos os leigos que ingressaram na carreira política e menor ainda foi o número dos que obtiveram sucesso neste campo.

### **3.3 A formação da Ação Católica Operária (ACO)**

No ano de 1982, a ACO estava comemorando 20 anos de atividades e a equipe de São Paulo publicou o caderno "*Nossa História – 20 anos de ACO no Brasil*". Esta

publicação explicou que no início da década de 1950 antigos jocistas preocupados em continuar sua ação manifestaram-se a favor de organizar um movimento para os adultos. Entretanto, aquele não foi o primeiro momento em que os católicos discutiram sobre a arregimentação de um movimento para trabalhadores adultos. No final dos anos 40, os cristãos fundaram a Liga Operária Católica (LOC), estruturada nas dioceses de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belém e de Recife e que reunia os adultos.<sup>208</sup>

Na década de 1960, os militantes voltaram a discutir sobre a formação de um movimento de adultos e no Encontro Sul-Americano, realizado na Argentina em 1960, concluíram que formariam um movimento de adultos cristãos engajados no movimento operário, sindical e político. Fundaram, na ocasião, o Movimento Operário da Ação Católica (MOAC) e, no ano seguinte, durante o II Encontro do MOAC em Santiago do Chile, declararam-no parte do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos (MMTC)<sup>209</sup>. Em 1962 aconteceram dois encontros: um em São Luís do Maranhão que reuniu 50 militantes e outro em São Paulo com 130 membros e foi em meio a estes encontros que resolveram criar a ACO que, por sua vez, foi definida como “a Igreja dentro da classe operária e a classe operária dentro da Igreja.”<sup>210</sup> A ACO estava submetida a hierarquia, mas não estava submissa a ela, pois os militantes indicaram uma certa igualdade ou correspondência entre a classe operária e a Igreja, como podemos perceber a partir da definição que atribuíram ao movimento.

No ano de 1963, a ACO passou a integrar o MMTC, sendo então, reconhecida pela hierarquia católica. A ACO estava, ainda, unida ao MOAC e vinculada também a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB).

Sobre a relação da ACO com a Igreja, Heloísa Martins afirmou que uma característica da ACO foi a de procurar abrir “um espaço de atuação legítimo para a classe operária, no interior da Igreja, procurando influir na mudança da orientação institucional com respeito aos trabalhadores.”<sup>211</sup> Entretanto, o fato de os leigos estarem inseridos na ACO já demonstrava a transformação da orientação institucional pela qual a Igreja estava passando e que, daí resultou a ação dos militantes em meio a classe operária e através do movimento confessional.

---

<sup>208</sup> **Histórico da ACO.** ACO-Guanabara, Rio de Janeiro. 19\_\_.

<sup>209</sup> O Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos (MMTC) foi fundado a partir de um encontro internacional realizado em Roma em maio de 1961, quando comemoravam o aniversário das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo anno*. Deste, participaram representantes de 43 países e do Brasil estavam: Joaquim Arnaldo, Tibor Sulik (jocista) e o Padre Paulo Riou.

<sup>210</sup> **Nossa História – 20 anos de ACO no Brasil.** São Paulo, equipe da ACO de São Paulo. 1982.

<sup>211</sup> MARTINS, Heloísa. **Igreja e movimento operário no ABC...** p.136.

Entre os militantes da ACO de Santo André prevaleceu a ação em meio aos problemas sociais e o incentivo ao engajamento dos trabalhadores nas entidades da classe. O engajamento do sujeito em outras organizações sociais surgia como uma premissa para a sua participação na ACO. “Depois de ter escolhido livremente seu campo de engajamento, o militante desenvolverá suas atividades temporais sob a sua inteira responsabilidade. A ACO nunca fará pressão sobre ele nesse campo que é propriamente temporal. A ACO dará aos militantes engajados, a orientação cristã tirada do evangelho e da doutrina social da Igreja, também alimentará sua vida espiritual sem a qual esse engajamento não teria nenhum valor apostólico.”<sup>212</sup>

Neste sentido, o movimento procurava não se envolver diretamente com as associações políticas, mas incentivava seus membros a participarem dos partidos, dos sindicatos e de outras organizações da classe trabalhadora.

A ACO no ABC reuniu os militantes que não poderiam continuar na JOC, principalmente, porque haviam se casado e porque tinham mais do que 25 anos de idade e, desta forma, eram considerados adultos e não transportariam mais as preocupações dos jovens.

O padre operário francês, José Mahon, que chegou ao Brasil no ano de 1961, reuniu os militantes adultos do bairro de Santa Terezinha (Utinga) e formou a ACO. Segundo o depoimento do padre, a partir da formação deste primeiro grupo, outros se desenvolveram em diversos bairros de Santo André, como na Vila Humaitá.

Através das anotações feitas por Anastácio Brolezzi, a partir das discussões das reuniões da ACO, percebemos que o Padre José Mahon esteve presente em muitos encontros que aconteceram na Vila Humaitá. Desta forma, o sacerdote acompanhava e orientava a formação da ACO. O depoimento do Padre Mahon sublinhou que o grande objetivo do movimento era o de discutir, entre os trabalhadores, suas condições de trabalho e de moradia, pois que outros movimentos como a Congregação Mariana, que também reuniam os adultos, se voltavam mais à elevação espiritual, às orações e aos pic-nics.

As reuniões mensais da ACO aconteciam nas casas dos militantes e em uma casa de propriedade da Congregação Mariana, localizada em Utinga, ao lado da estação ferroviária. Reuniam-se em casais, característica que dava ao movimento um aspecto mais familiar, entretanto, diversos encontros contaram com maior presença e ação dos homens. Entre os leigos fundadores do movimento na região, podemos destacar os

---

<sup>212</sup> **Histórico da ACO.** loc cit. p.02.

antigos jocistas Liberato Manfrin, Vicente Bevilacqua, Anastácio Brolezzi e Roque Lenidavesis.

As reuniões seguiam a estrutura das reuniões da JOC, ou seja, os militantes inicialmente discutiam o evangelho, para o qual contavam com a assistência dos Padres franceses José Mahon e Roberto Du Latay e, num segundo momento, discutiam os problemas do adulto na vida familiar e no mundo do trabalho.

A expansão do movimento da ACO no ABC resultou na formação de seções em diferentes bairros ou municípios como em Mauá (acompanhado pelo Padre Walfrides José Praxedes)<sup>213</sup>, na Vila Humaitá (acompanhado pelo Padre Hildebrando Rodrigues de Oliveira), em Ana Nery, em Bangu e na Vila Palmares.

Os militantes produziam um jornal, o **Presença**, através do qual informavam aos membros sobre o desenvolvimento do movimento no Brasil: “A ACO de Santo André vem ultimamente desenvolvendo a sua ação em equipes em diversos bairros da cidade. Já formaram 5 equipes que fazem suas reuniões mensalmente, acompanhados de perto pelos responsáveis, e nas quais trazem os fatos operários para a revisão de vida”<sup>214</sup>

A equipe principal do município era a diocesana que, por sua vez, era responsável pelas demais equipes, pela unidade do movimento local e por manter contato com a equipe nacional no Rio de Janeiro. Em 1964, a equipe diocesana reunia oito (8) casais e contava com um (1) padre assistente.

Na mesma publicação do **Presença**, acima citado, os membros expuseram que nesta década de 1960 a ACO estava se formando em outros países da América como no Panamá, no México, nas Antilhas e no Haiti. Definiram que os católicos que procuravam pelo movimento mostravam-se “inquietos com a descristianização do povo.”<sup>215</sup>

Para a recristianização da população trabalhadora a participação dos padres assistentes parecia imprescindível e percebemos que na ACO os militantes não tiveram problemas com a falta destes. Em Santo André, para esta tarefa, destacou-se a presença dos padres franceses que pareciam preencher uma lacuna até então existente em outros movimentos de leigos.

O sacerdote assistente da equipe da ACO de São Paulo era o Padre Emílio Dion, que tinha a tarefa de visitar as famílias de cristãos e de, uma vez por semana, às

---

<sup>213</sup> Walfrides José Praxedes se tornou o 4º vigário da Catedral do Carmo, quando assumiu, em 1966, o lugar ocupado por José Benedito Antunes.

<sup>214</sup> Coleção ACO. CEDIC – PUC. A ACO pelo Brasil. **Presença**. N° 7/8, novembro e dezembro de 1964.

<sup>215</sup> Id.

quartas-feiras, atender aos militantes na sede da ACO. Por vezes, este Padre também esteve reunido com os militantes de Santo André.

Assim como na JOC os militantes organizavam os dias de estudos, o fizeram também na ACO. O primeiro destes encontros aconteceu em 3 de março de 1963 no Lar Menino Jesus. A discussão desenvolvida neste dia deixou transparecer um forte sentimento de nostalgia por parte dos militantes, que ressaltaram aspectos positivos de sua passagem pela JOC. Assim, percebemos que havia a vontade de continuar o trabalho que realizavam e por isso formaram a ACO. No texto de apresentação do militante Brolezzi, elaborado para o dia de estudos, notamos sua nostalgia:

Em 1950 fui convidado a participar de um pic-nic organizado pela JOC de Santo André – nunca ouvira antes falar em JOC – foi também o 1º pic-nic de que participei. Pois bem, chegando ao local onde se realizou este passeio, passei ali o melhor dia da minha vida até aquela época. O ambiente era formidável, havia camaradagem, sinceridade e muita alegria. Brincamos juntos rapazes e moças (havia um padre) junto ao pic-nic. Jamais podia acreditar que um rapaz pudesse estar junto a uma moça e respeitá-la (não acreditava). Pois bem, depois desse pic-nic comecei a ter amizade com alguns jocistas e visitei-os numa reunião. Fui apresentado aos demais, o que me impressionou muito mesmo foi a maneira com que os rapazes liam o evangelho – havia um Boletim e cada reunião era escolhido um dos militantes para a leitura e logo após, discutiam como haviam entendido o evangelho, nunca também tinha lido um evangelho. Após a parte religiosa, havia a parte social, onde se fazia a revisão da vida operária – cada um contava um fato acontecido na fábrica e todos juntos viam, julgavam e agiam de acordo com o fato e de acordo com o julgar cristão. Foi aí que comecei a descobrir dentro de mim um outro homem, um cristão. (...) Foi nesse movimento que ouvi leigos, operários que nem sabiam falar certo, falar de Cristo Operário, de Deus (...), isso me impressionou profundamente, foi na AC [Ação Católica] que aprendi melhor a tomar como responsabilidade – me lembro quando começamos a ter contatos com prefeitos, vereadores, etc. Como a AC fez que eu falasse sempre em defesa da maioria que é a classe operária: Firestone – Sindicato – nunca só, tudo em equipe.<sup>216</sup>

O militante destacou a transformação pela qual passou ao entrar para o grupo de jovens e esta mudança foi promovida, segundo ele, por novas e positivas experiências pelas quais passou, como a descoberta de sua religiosidade. Através da leitura do evangelho e da investigação da fé, os trabalhadores afirmavam encontrar um lugar na sociedade, ou seja, percebiam-se como sujeitos dignos da responsabilidade da transformação coletiva. Ao final do texto, o militante afirmou, ainda, que a JOC foi responsável por novas relações que ele estabeleceu com os representantes da política local. O ex-jocista demonstrou que percebia estes representantes do mundo político (os políticos) e a manipulação do poder e do lugar público como esferas geralmente inacessíveis aos trabalhadores, mas expressamente valorizadas, pois era o lugar das decisões e das execuções quanto ao problema operário.

---

<sup>216</sup> 14º Caderneta de Anotações. 03/03/1963.



Ainda no documento acima, o militante sugeriu a percepção de que a Igreja Católica, por meio da Ação Católica, promoveu a “elevação” do jovem operário à categoria de sujeito transformador da história. Entretanto, pudemos perceber que poucas vezes o militante se referiu ao movimento da JOC como parte do programa da Ação Católica e, geralmente, o movimento jocista foi visto como que destacado dentro da Igreja, pois seu objetivo de elevar a classe trabalhadora seria superior e legítimo diante de qualquer outro fim da Igreja.

Em 29 de setembro de 1963, os membros da ACO comemoraram o primeiro aniversário da organização, quando reuniram todos os casais participantes:

Oficialmente estamos comemorando o 1º aniversário da ACO da Diocese. Foi numa reunião geral realizada na antiga Igreja, com a participação de vários casais, falamos de algo novo, diferente. Daquela data até hoje, muito aconteceu, muitos dos casais que aqui estiveram não estão hoje, mas a maioria graças a Deus continuaram a luta e aqui estão. É com muita alegria que hoje nos reunimos aqui nesta família da ACO.<sup>217</sup>

Percebemos que a preocupação do militante se referiu em reunir um grupo estável de membros para que todos se identificassem e criassem elos de amizade, assim como acontecia na JOC. Desta forma, definiu o grupo como uma família.

Os membros da ACO também traziam para as reuniões os fatos coletados nas fábricas ou nos bairros onde habitavam e, portanto, sobressaíram, diversas vezes, problemas individuais e não coletivos. Pois, o fato poderia se referir ao problema individual de um trabalhador. Em um encontro realizado em 26 de março de 1963, discutiram sobre um crime no qual uma pessoa matou uma jovem de sua família e em seguida matou também o seu tio; sobre um fato que aconteceu por falta de assistência, quando uma criança que veio do interior de São Paulo morreu de frio e, noutro fato, envolvendo também uma criança, chamaram a atenção para a generosa assistência prestada por um senhor a uma criança que se feriu com uma garrafa de leite e foi transportada “gratuitamente” para o hospital por este senhor.<sup>218</sup>

Mas nas reuniões e encontros, não foram destacados somente aspectos relacionados à assistência, sendo que, discutiram também sobre o caso de um vereador que empregava operários numa fábrica e 15 dias depois os dispensavam. Os militantes discutiram o fato e concluíram que o trabalhador era ignorante e que cabia a ACO informá-lo sobre seus direitos. Mas, consideraram também a má conduta do político-empresário que se aproveitava da situação da população pobre para fins eleitoreiros,

---

<sup>217</sup> 14º Caderneta de Anotações. 29/09/1963.

<sup>218</sup> Termo utilizado no documento.

entretanto, sublinharam que o trabalhador precisava estar conscientizar de seus direitos para poder perceber quando estava sendo explorado.

Percebemos que todos os problemas que envolviam os trabalhadores passavam pela discussão daqueles adultos e todos pareciam ganhar importância. Ressaltavam valores que se aproximavam aos que a Igreja considerava importante, como a generosidade e a assistência ou ainda, criticavam a falta destes. Mesmo as questões de trabalho eram vistas por estas lentes da bondade e da generosidade.

Por outro lado, ao organizarem em outubro de 1963 os temas que seriam discutidos num próximo congresso da ACO, selecionaram prioritariamente os problemas referentes ao trabalho, sendo que, muitos destes assuntos eram debatidos desde a década de 1950: o salário mínimo do trabalhador, a educação profissional do jovem, a proteção ao menor quanto à exploração no trabalho, o direito trabalhista das empregadas domésticas e as questões relativas à higiene e à segurança no trabalho.

Numa outra reunião que contou com a presença do padre francês José Mahon, realizada em 24 de outubro de 1963, debateram um tema que interferia diretamente sobre as questões relativas ao trabalho: a política local e o último pleito que redefiniu o cenário do governo municipal de Santo André. Como podemos perceber através da citação abaixo, os militantes portavam consciência política e capacidade de crítica:

... estamos de novo na estaca zero, pregamos 13 anos ou mais e nosso trabalho não surtiu efeito, ao menos é o que presenciamos na última eleição. Os votos dos cristãos (poucos), foram somados para os piores candidatos que se elegeram vereadores, senão vejamos: Emílio Magalhães, Panunzio, Dr. Thiago (ultra direitistas) representantes do poder econômico, direta ou indiretamente. Causas - Fatos: falta da importância do voto. Falta de esclarecimentos, votar em seu representante. (...) Vamos esperar 4 anos ? E os socialistas?<sup>219</sup>

Como afirmou o militante, todo o trabalho de conscientização que praticou durante treze anos não mostrou resultados práticos, pois os cristãos se mostravam, talvez, conservadores em relação à Igreja progressista e à esquerda política. Ficou claro seu desapontamento e sua indignação pelo fato de que os políticos de direita, possivelmente menos compreensivos quanto aos problemas dos trabalhadores, permaneceriam no poder. Entre os políticos citados acima, João Francisco de Oliveira Panunzio e Antonio de Paula Thiago cumpriram o mandato na Câmara Municipal de Santo André entre 1964 a 1967, entretanto, Emílio Pires Magalhães foi vereador pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) entre os anos de 1968 a 1972 e entre 1973 a 1977.

---

<sup>219</sup> 14º Caderneta de Anotações. 24/10/1963.

Ao final da citação acima exposta, o militante questionou o resultado das eleições para os candidatos socialistas. Entre estes candidatos, Anastácio citou Lincoln dos Santos Grillo (PSB), ex-dirigente do Sindicato dos Bancários, Alaor Caffé Alves e o jornalista Acylino Bellisomi (PTB), que vitoriosos nas eleições, cumpriram o mandato na Câmara entre 1964 a 1967. Um outro socialista lembrado pelo militante foi Juvenal Fontanella que foi vereador no período seguinte (1968 a 1973), pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Entre 1968 a 1973, o MDB congregou um número pequeno de representantes, contando somente com 4 vereadores, enquanto a ARENA reuniu 15 representantes e entre estes estiveram Acylino Bellisomi, Luís Olivieri, Orlando Viganó e Emilio Pires Magalhães.

Nos anos seguintes o MDB ganhou força e elegeu Lincoln Grillo como prefeito de Santo André em 15 de novembro de 1976 e também os vereadores por esta sigla somaram-se num número maior. É bom lembrar que justamente em 1976, apesar da repressão militar, o sindicato dos metalúrgicos do ABC estava reestruturando sua prática de enfrentamento. Sobressaíram as práticas de luta do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo que realizava os primeiros ensaios das greves deflagradas nos anos de 1978, 1979 e 1980.

Ainda em decorrência do resultado da eleição que redefiniu a composição da Câmara para o ano de 1964, o militante da ACO sublinhou que precisavam formar um cursinho político para orientar e informar os cristãos sobre a questão.

Não somente as atitudes dos cristãos leigos foram criticadas pelos militantes, mas também, continuamente, ressaltaram que muitos padres da Diocese não estavam de acordo com a realidade da sua paróquia, ou seja, não acompanhavam as necessidades e os problemas da comunidade.

Nestes anos, os militantes puderam contar com a participação dos padres operários franceses, mas como as queixas sobre a posição de outros padres persistiam, podemos pensar que estes padres que vieram para o ABC não supriram as necessidades totais dos grupos de católicos, pois não eram muitos. Também podemos pensar que as críticas dos militantes aos padres persistiram porque, diante do trabalho empreendido pelos padres franceses entre as comunidades da região, os leigos percebiam como os outros párocos estavam distantes do trabalho que realmente poderiam desenvolver com as populações mais pobres. Ou seja, os militantes se tornaram mais exigentes em relação ao trabalho que poderia ser feito para os

trabalhadores. De qualquer forma, teria sido positiva a presença dos padres franceses na região.

No ano de 1966, o padre assistente da ACO em Santo André era Roberto Du Latay e neste ano os membros escolheram novos representantes para a coordenação do movimento: Anastácio Brolezzi e Raquel Brolezzi para a coordenação, Pedro Marcondes e Diva Marcondes como secretários e, ainda, Raimundo Dias da Silva, Aneli Dias da Silva, Vicente Bevilácqua e Sara Bevilácqua como tesoureiros.

Para aquele ano, os dirigentes selecionaram o problema da alta do custo de vida para direcionar suas discussões e sua luta e, também organizaram a Associação das Donas de Casa. Entretanto, desde o ano de 1963 uma entidade com esta característica e sob a orientação do Padre José Mahon estava em funcionamento no bairro de Santa Terezinha (Utinga). Em 1966, os militantes pretenderam, então, expandi-la para outros bairros.

Os problemas com a alta do custo de vida e com o valor do salário mínimo do trabalhador, abordados em diversos encontros e campanhas da ACO e de outros movimentos cristãos, constituíram-se como reivindicação principal do manifesto da ACO da Diocese de Santo André, que foi elaborado com o apoio da JOC e da JOCF. Os militantes decidiram escrevê-lo na reunião de 25 de abril de 1965 e no mês seguinte levaram-no aos jornais de São Paulo para sua publicação, que aconteceu em 9 de maio. Elaborado posteriormente ao Congresso Nacional da ACO realizado em Recife (PE), o manifesto refletiu muitos dos problemas discutidos no evento.

Compartilhando da angústia em que se encontram milhares de famílias operárias, dirigimo-nos a todos os HOMENS, para que consultem a sua consciência diante da condição criada no mundo dos trabalhadores.

1. Cada Dia Aumenta o CUSTO de VIDA

2. O Salário Mínimo – Um Insulto para o Operário

27 % superior ao do ano passado para fazer frente a um crescente aumento do CUSTO DE VIDA que vae além de 70% e continua a subir assustadoramente.

3. Os Direitos dos TRABALHADORES Ameaçados

**Será que podemos aceitar esta situação sem REAGIR?**

Esperar passivamente dias melhores?

-Enquanto a fome ronda os lares operários

-Enquanto o salário de miséria vem quebrar a paz e a harmonia das famílias operárias e até da classe média

-Enquanto se suprimem os direitos dos trabalhadores sem consultá-los

-Enquanto caem as instituições democráticas deixando o país numa confusão tal que ninguém sabe em quem confiar.

“Eis que a voz do teu irmão clama por Mim desde a terra” (GEN. IV – 10)

Por isso afirmamos

-Quando a miséria, a fome e a injustiça se estabelecerem dentro do País é o drama da Paixão do Cristo que continua. É Cristo que está injuriado, torturado e crucificado.

-Quando a injustiça atinge o conjunto dos trabalhadores, é a ordem social desejada por Deus que não está sendo respeitada.

-Quando a confusão política e social permanece, é a vontade de DEUS PAI que não está sendo cumprida.

#### SAUDAMOS FRATERNALMENTE

-Todos aqueles que com o risco de perderem o emprego, com o risco de serem presos, lutam para dar ao mundo dos trabalhadores, mais justiça, mais segurança e mais esperança.

Cumprindo esta missão sem ódio que se tornam fiéis à mensagem do Cristo.

#### LEMBRAMOS

-Aos nossos irmãos trabalhadores da necessidade de tomarem parte ativa nas organizações políticas, sindicais, familiares, etc. que visam a defesa dos direitos das famílias operárias.

-Aos homens que tem nas mãos o destino da Nação, uma nação que se diz católica do ensinamento da Igreja transmitido através dos documentos do Concílio.

A ACO presença da Igreja dentro do mundo operário não quer se tornar distribuidora de esmolas, mas na confusão de hoje levantar a voz para defender a justiça, a verdade e os direitos dos mais humildes.

Todos nossos irmãos a meditem neste período da quaresma nas palavras do Profeta Isaías:

Sabeis qual é o jejum que eu aprecio? Diz o Senhor Deus:

É romper as cadeias injustas, desatar as cordas do jugo, mandar embora livres os oprimidos e quebrar toda espécie de jugo. Isaías 58-6.<sup>220</sup>

O manifesto incitou os trabalhadores a agirem diante dos problemas que mais os afligiam e advertiu para que não esperassem por mudanças para o futuro, mas que estas fossem realizadas por eles no presente. Portanto, estes militantes católicos não estavam mais lutando pela união da classe operária para que pudessem agir num futuro, tempo este que parecia nunca se aproximar. Este ideal estava presente no movimento da JOC.

O manifesto traduziu as aspirações dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida no tempo presente, mas também não deixou de ressaltar a importância do trabalho centrado no ideal cristão e, ainda, sublinhou que as injustiças sociais significavam que a vontade de Deus não estava sendo cumprida.

Ainda no manifesto da ACO, percebemos uma crítica a mudança de regime político imposto no Brasil a partir de março de 1964. O documento, claramente, destacou a causa que explicava a confusão política e social em que se encontrava a Nação e que, por sua vez, esta “confusão” não era a vontade de Deus Pai. O regime da ditadura militar transpareceu, através do manifesto, como o responsável por suprimir os direitos dos trabalhadores através da força, uma vez que, estes não estavam sendo consultados sobre as mudanças que o governo vinha administrando a respeito das liberdades individuais e das práticas sociais coletivas. No documento, ao questionarem os trabalhadores - **“Será que podemos aceitar esta situação sem REAGIR?”**-, referiram-se não somente aos problemas observados na sociedade e que destacaram no

---

<sup>220</sup> Manifesto da Ação Católica Operária da Diocese de Santo André publicado pela Ação Católica Operária de Santo André, com apoio da JOC e da JOCF. Santo André, 1965.

manifesto, mas referiram-se também à causa destes, ou seja, ao regime de força instituído no país e que suprimia a liberdade dos trabalhadores. Condenaram a injustiça provocada pela nova ordem social política imposta pelo governo e que fez cair as instituições democráticas, responsável por trazer a instabilidade e a insegurança à Nação.

Diante deste cenário, os militantes pediram aos trabalhadores para que se engajassem nas organizações da classe para exercer, assim, a defesa de seus direitos. Aos políticos responsáveis pela situação política do país pediram para que olhassem pelos destinos da Nação que se dizia católica e pediram, também, para que seguissem os ensinamentos de Deus, conforme indicados através do Concílio Vaticano II. Ora, os militantes resgataram o Vaticano II como meio de legitimar a justiça social e a liberdade defendida no manifesto. O Concílio Vaticano II, conclamado por João XXIII e finalizado por Paulo VI, reafirmou a necessidade da igualdade social no mundo e estimulou os sacerdotes latino-americanos a agir contra a miséria social. Este cenário de ação social, estimulado pela Igreja, parecia se confrontar com o clima imposto pelo governo federal no Brasil a partir de 1964 e que pretendia suprimir qualquer mobilização social que pudesse desestabilizar uma real ou aparente harmonia na ordem social e política.

Num relatório que apresentou a Revisão dos Trabalhos realizados pela ACO de Santo André no ano de 1965, expressou-se com que olhos os militantes percebiam e analisavam a situação da classe operária:

Neste ano de 1965, nossa ACO cresceu, não só em número, mas em experiência. Deu-nos um novo impulso, trazendo nova luz sobre a realidade operária. Hoje, compreendemos melhor que vivendo no século XX, continuamos como no século passado. O operário é escravo de seu patrão, sem direito e garantia alguma em seu emprego. Sujeita-se a qualquer trabalho para o sustento do lar, sem saber que ele é filho de Deus, como seu patrão e que ele tem todos os direitos de uma vida digna na sociedade...<sup>221</sup>

Sem dúvida, ao observarmos as discussões que surgiram nas reuniões realizadas em 1963 e as dos debates empreendidos dois anos depois, notamos mudanças nos temas de discussão e em sua forma de abordagem. Talvez o Congresso Nacional realizado em 1965, em Recife, tenha contribuído para esta mudança, assim como também contribuiu a transformação do regime político no país. Este último fato parece ter influenciado, também, para a mudança da data da realização do Congresso Nacional da ACO que deveria ter acontecido em junho de 1964 e foi transferido para janeiro de 1965.

---

<sup>221</sup> Coleção ACO, Caixa 03, CEDIC – PUC. **Revisão dos Trabalhos realizados no ano de 1965.** ACO, Diocese de Santo André. 196\_.

No ano de 1965, a expansão do movimento da ACO transpareceu, também, através do aumento do número de reuniões, que nos anos iniciais do movimento representavam um ou dois encontros mensais e passaram, então, a somar dois a quatro encontros no mês.

### 3.3.1 O Congresso Nacional da ACO em Recife (PE)

O Congresso Nacional da Ação Católica Operária, realizado entre os dias 24 a 31 de janeiro de 1965 em Recife, contou com a presença dos militantes de Santo André através dos casais Mário e Lúcia, Raimundo e Anete, de Anastácio e do Padre Roberto Du Latay. (fig.21)

Discutiram, no encontro, sobre questões de trabalho, como o desemprego, a repressão da polícia política e a desarticulação da classe operária, sendo que, neste aspecto, uma das causas observadas se referiu a crescente presença da população nordestina no sudeste do país: “Como consequência, quais os problemas criados com o êxodo dos nordestinos e camponeses para as cidades grandes? Já fizeram sua revolução, não reagem facilmente, pois conseguiram comer. Maior oferta de mão-de-obra sem especialização. Exploração imobiliária - terreno e material de construção. Tempo perdido na condução, pois moram longe. (...) Enfraquecimento do sindicalismo.”<sup>222</sup>

A presença dos migrantes foi destacada como responsável pela desarticulação do movimento operário, pois segundo o que anotou o militante Anastácio, a situação da condição de trabalho e de habitação encontrada pelo migrante, no sudeste, não o desagradava, pois estas condições eram piores em sua terra de origem. Portanto, os militantes da ACO perceberam que teriam que mostrar aos novos habitantes que as condições de vida poderiam ser ainda melhores, pois assim, os militantes conseguiriam promover um maior engajamento daquela população junto aos sindicatos e às outras organizações políticas.

No Congresso, aconteceu uma sessão em que debateram especificamente a questão sindical. Foi esclarecido que a entidade sindical tinha por direito articular as

---

<sup>222</sup> 15º Caderneta de Anotações. 25/01/1965.

reivindicações dos trabalhadores, pois desta forma, estes sujeitos perceberiam e participariam da defesa de seus direitos. Ao sindicato caberia orientar o operariado e auxiliar na fundação de cooperativas de trabalho.

Nesta discussão citaram o caso de uma greve realizada em Recife, no ano de 1963 e, que teve grande participação das mulheres. Segundo a anotação do militante, os trabalhadores tiveram que enfrentar a articulação dos patrões que pretenderam, através de chantagens, dividir a classe, pois estariam divulgando que a greve não era legal e que não traria resultados positivos aos trabalhadores.

Outro fato destacado por um militante da ACO de Recife foi sobre o golpe militar de 1964. Explicou que quando da irrupção do golpe, procuraram articular os sindicatos em apoio ao presidente João Goulart e que, devido a esta participação muitos operários foram demitidos das fábricas e outros foram presos. Mas, o militante sublinhou a resistência dos trabalhadores ao dizer que os interventores nomeados, na ocasião, para os sindicatos, sofreram pressões dos grupos de oposição.

Os militantes estavam envolvidos com as transformações políticas que estavam se desenvolvendo no país. A inauguração do golpe militar, em 1964, interferiu negativamente na articulação social, mas por outro lado, incentivou, nos trabalhadores, a necessidade de criar novos meios de resistência e de luta.

Chama a atenção o fato de que os militantes que estiveram no Congresso discutiram sobre a evangelização da classe trabalhadora, talvez, com a mesma importância com que discutiram sobre a mobilização social. O ano de realização do Congresso coincidiu com o final do Concílio Vaticano II, no qual se discutiu a evangelização, mas que também possibilitou a legitimação da atividade desenvolvida pela Igreja da linha progressista que abraçava as questões sociais e as transformações na Igreja. Talvez os militantes tenham se sentido mais incentivados para discutir as questões levantadas no Congresso, uma vez que, poderiam contar com o apoio do Bispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara e, é possível que a presença do Bispo tenha influenciado para que o Congresso acontecesse em Recife.

A ACO, ao atuar entre a sociedade, segundo o que expuseram os militantes, pretendia incentivar a ação dos trabalhadores sobre as melhorias para a sua classe, pois sem este engajamento social seria impossível realizar a evangelização dos mesmos. Portanto, o engajamento transpareceu como um meio necessário para que a evangelização se efetivasse. “A classe operária não aceita paternalmente a evangelização, daí o engajamento é essencial na evangelização da classe operária.



Pessoal ou em comunidade – isto é, o engajamento é condição para a evangelização (atos e não palavras).”<sup>223</sup>

Ou seja, a prática da evangelização que existia também para a JOC, mas que não era superior diante do ideal da elevação da classe operária, apareceu na ACO como algo legítimo e fundamental.

Em uma outra anotação de Anastácio Brolezzi, baseada nas palavras de um militante em seu discurso no encontro, ressaltou que a evangelização que levaria o homem a viver cristãmente seria impossível no mundo capitalista materialista que explorava a mão-de-obra trabalhadora, pois não seria possível evangelizar uma pessoa que vivia em condições de vida inadequadas. Diante disso, a esperança de se atingir uma vida melhor era atribuída aos atos dos sindicatos e aos das decisões do ambiente da política. Neste sentido, o engajamento surgiu como premissa para que houvesse a evangelização, e não surgiu somente como um meio de atração da classe operária.

Sobre estas questões de evangelização e de engajamento social, discutiram a respeito do encaminhamento do jornal. No dia 30 de janeiro concluíram que a ACO precisava que o jornal do movimento trouxesse de forma incisiva seu aspecto de evangelização, pois que o jornal da JOC apresentava dificuldades na venda por tratar especificamente de questões do trabalho. Os militantes produziam o jornal **Presença** para os dirigentes e publicavam um **Boletim** voltado aos dirigentes e também aos militantes. O **Presença** era editado pela equipe nacional, sediada na Guanabara (Rio de Janeiro) e, o **Boletim** era publicado pela Secretaria Regional da ACO, localizada na avenida Higienópolis (São Paulo) e era responsabilidade do assistente eclesiástico.

Em conclusão aos debates do Congresso, os participantes elaboraram um manifesto destinado “aos operários, aos patrões, às autoridades, à Igreja e a todos os homens de boa vontade sobre a situação dos trabalhadores do Nordeste”, assinado pela equipe regional da ACO, em Fortaleza e publicado no dia 10 de março de 1966.

O encontro revelou que a situação da classe operária, no nordeste, é marcada, sobretudo, pelo desprezo ao homem. Esse desprezo, de que são vítimas os trabalhadores, se traduz num clima de perseguições de todo tipo, nas sonegações salariais, na facilidade das demissões, na lentidão da justiça do trabalho, na tomada de decisões que afetam gravemente a vida dos trabalhadores sem que estes sejam ao menos consultados, na exploração do trabalho dos menores, nos trabalhos pesados que vão além da capacidade física dos operários, etc. (...)

A classe operária do nordeste é menos uma classe e mais um imenso agrupamento de pessoas destruídas.<sup>224</sup>

---

<sup>223</sup> 15º Caderneta de Anotações. 28/01/1965.

<sup>224</sup> Coleção ACO. Caixa 2. CEDIC-PUC. **Manifesto da Ação Católica Operária (ACO) aos operários, aos patrões, às autoridades, à Igreja e a todos os homens de boa vontade sobre a situação dos trabalhadores do nordeste.** Equipe Regional, Fortaleza, 10 de março de 1966.p. 4, 5.

O manifesto destacou a falta de dignidade da população trabalhadora do nordeste, causada pela exploração a que estavam sujeitos. Esta situação, por sua vez, seria resultado da ação de outros homens que exploravam estes trabalhadores, ou seja, era resultado da exploração do capitalismo materialista.

Assim, compreende-se porque este “agrupamento de pessoas destruídas”, a que se referiu o manifesto, quando chegava aos estados do sul e do sudeste, sentiam já uma melhora em sua condição social. Os militantes de Santo André abordaram a discussão sobre a condição do homem nordestino no momento em que esta surgia como um problema para a realidade daquela cidade do ABC. Ou seja, destacaram que o migrante contribuía para a desarticulação do movimento operário.

Quatro anos depois, o mesmo tema foi novamente discutido e foi motivo de outro manifesto redigido, desta vez, pelos membros de Natal (Rio Grande do Norte). Este documento denunciou a condição indigna do trabalhador nordestino, que recebia baixos salários e sofria com o desemprego. O manifesto dizia que “vender o seu trabalho é já uma maneira de entregar-se à exploração”<sup>225</sup> e falava também contra as práticas paternalistas dos governantes, contra as quais somente os trabalhadores poderiam atuar.

Esta politização demonstrada pelos membros da ACO parecia estar de acordo com a linha de trabalho desenvolvida pelo Bispo D. Jorge Marcos na diocese do ABC e que lhe rendeu profundas críticas advindas dos setores mais tradicionais e conservadores do clero, como veremos nos próximos itens deste estudo.

### **3.4 O “catolicismo atuante” de D. Jorge Marcos**

No início do mês de março do ano de 1959, em meio aos movimentos grevistas que se proliferavam em São Paulo e no ABC, militantes da JOC, sacerdotes e políticos se reuniram para organizar uma associação de prestação de serviços à criança e, à frente desta articulação esteve D. Jorge Marcos de Oliveira. Os encontros aconteceram na sede do Círculo Operário Católico de Santo André.

---

<sup>225</sup> Coleção ACO, CEDIC-PUC, **Manifesto Nordeste: o homem proibido**, equipe central da ACO de Natal (RN). 1970. p.5.

No encontro de 11 de março de 1959, estavam presentes Pedro Cristóforo (vereador e presidente do Círculo Operário), Henrique Lopes (sindicalista), Venâncio Netto (vereador), Vergílio Somero, Liânio Cabello (sindicalista), Anastácio Brolezzi, Angelo Sguerri e, também o Padre Fernando, o Cônego José Antunes e D. Jorge Marcos.

Pedro Cristóforo fez explicações sobre a criação da associação que se chamaria “Sociedade Monteiro Lobato” e que se localizaria na Vila Humaitá, em Santo André. Em seguida, o Bispo esclareceu que a referida Sociedade daria assistência às mães desamparadas e às crianças e que não poderia receber o nome de Monteiro Lobato, pois este sofreu muito em sua vida e, além de tudo, era ateu. Assim, D. Jorge nomeou-a São Sebastião.

Os participantes escolheram, nesta reunião, uma diretoria provisória para a associação, com Pedro Cristóforo como presidente e Oliveira Regis de Mello como vice-presidente. No encontro seguinte, escolheram a diretoria efetiva da Associação São Sebastião e também aprovaram o seu estatuto. Na diretoria escolhida por D. Jorge, constavam Anastácio Brolezzi, presidente e Oliveira Regis de Mello, vice-presidente. Estes propuseram a eleição dos demais membros da comissão, dos secretários, dos tesoureiros, do conselho fiscal e dos suplentes.

Antes de fechar os trabalhos do dia, o bispo falou sobre a situação das mães na região do ABC e sobre o tratamento que as mulheres recebiam pelos serviços prestados pela prefeitura. Citou casos de meninas que eram defloradas e expulsas de casa pelos pais e falou sobre a falta de apoio da prefeitura, que parecia se preocupar mais com os cavalos do que com os seres humanos, uma vez que, aquele animal dispunha de veterinários em número maior do que o necessário. Acusou o governo municipal, também, por não estar ajudando na construção do prédio do Lar Menino Jesus<sup>226</sup>, entidade criada por D. Jorge e que se voltou para à assistência às crianças carentes e às gestantes. Estas críticas do Bispo tinham os ouvidos apurados dos dois vereadores presentes na reunião: Pedro Cristóforo e Venâncio Netto. O primeiro se dispôs a doar, mensalmente, uma quantia de colaboração à nova organização, maior do que a estipulada e, cumprimentando os eleitos, falou sobre a importância do Círculo Operário entre a sociedade trabalhadora da região.

---

<sup>226</sup> O Lar Menino Jesus está presente e funcionando ainda hoje no ABC.

Percebemos que no final da década de 1950, o Bispo se mostrava bastante inserido no cenário político e social do ABC e, portanto, estava articulado aos problemas locais. Sua prática não se referiu somente à assistência, mas também às questões de luta do operariado. Neste momento, os conflitos entre o clero, o empresariado e a elite política começaram a se tornar evidentes.

O discurso da Ação Católica incentivava o leigo a participar das organizações da classe e da política local e resultaram no envolvimento dos militantes com estas instâncias. O envolvimento do Bispo nos problemas da população operária foi além do acompanhamento dos trabalhos dos vereadores ou das exigências para a aprovação de projetos. O Bispo, ao tomar a frente nas lutas dos trabalhadores e ao tornar-se um líder para esta classe, parece ter ocupado um lugar que, segundo o ideal da Ação Católica, deveria ser do militante cristão.

Através dos jornais locais percebemos que as críticas contra a atuação do Bispo progressista se confrontavam com as manifestações a seu favor. José de Souza Martins, no mês de abril de 1960, escreveu sobre o “Catolicismo Atuante” no **News Seller**.

Não se pode negar que o ABC sendo zona de elevada concentração operária apresenta problemas sociais internos e difíceis. A permanente luta entre patrões e operários da qual nem sempre estes saíram vitoriosos pelo abandono em que estavam e pelo seu reduzido índice cultural, acarretaram aos últimos, sentimentos de desconfiança e de revolta. (...)

Diante deste quadro foi que tivemos Dom Jorge Marcos de Oliveira, Bispo Diocesano, nos primeiros anos do seu pastorado entre nós. O operariado divorcia-se da Igreja. As inúmeras lutas após surgidas entre as classes patronal e trabalhadora, reclamaram dele uma participação ativa ao lado desta, em que se demonstrou incansável batalhador pela justiça social. A frente de piquetes de grevistas rebeldes contra gananciosos patrões, falando publicamente às massas concitando-as à luta pelo direito e pela dignidade do operário, perseguido e hostilizado de todos os modos por industriais, descontentes, sentindo na sua própria alma a dor e o desespero da maioria explorada, obteve estrondoso apoio do proletariado.

Este viu-se com alguém ao seu lado que soube distanciar-se das elites eclesiásticas para compreendê-lo, acompanhá-lo, amá-lo e defendê-lo não apenas nas praças e nas ruas com discursos e promessas vazias, mas batalhando arduamente pela concretização dos seus objetivos, como ocorreu com a lei das falências aprovada pelo congresso, praticamente a instâncias dele, que deu ao trabalhador prioridade no recebimento de indenização no caso de falência da firma em que trabalhe.

Tivemos oportunidade de ouvir expressões de simpatia e, ao mesmo tempo, de medo por ele, da parte de um líder sindical francamente reacionário. O operariado passou a confiar na Igreja, porque esta foi além da sua apatia tradicional para pôr-se visível e corajosamente ao seu lado. E não se limitou à sua defesa, porém, procurou conhecer outros problemas sociais da região para dar-lhes remédio eficiente, na quantia do possível. A questão da mãe solteira e a da criança desassistida mereceram de Dom Jorge e dos sacerdotes que o auxiliam plena compreensão e carinho. Esta parte da Igreja cristã cumpre a sua missão social. O catolicismo, em nossa região, passou de meramente expectante a franca e elogiavelmente atuante.<sup>227</sup>

---

<sup>227</sup> Catolicismo Atuante, In: **News Seller**. 3 de abril de 1960. p.11.

José de Souza Martins observou a posição do Bispo como que destacada da hierarquia eclesiástica local, como se a aproximação ao operariado tivesse resultado no afastamento às questões da Igreja, entretanto, percebemos que D. Jorge apresentava ideais e objetivos transmitidos pelo Vaticano, como o anticomunismo. Mas, é interessante notar que as práticas sociais e políticas adotadas pelo Bispo destoaram das do corpo do clero local e, que ele antecipou uma ação social politizada que se tornaria mais presente no clero brasileiro nas décadas de 1960 e de 1970.

Martins citou práticas que haviam sido realizadas por D. Jorge, como a criação da associação de assistência às mães e às crianças, a luta empreendida pela aprovação do projeto relativo a lei das falências das empresas o qual propôs meios de assegurar ao funcionário o recebimento de seu pagamento e ainda, a presença do Bispo nas manifestações dos operários em greve. Por estas atitudes, D. Jorge recebeu, dos empresários e da elite política, manifestação contrária e que pretendeu limitar suas ações entre os trabalhadores. Recebeu a denominação de *bispo operário* e por vezes foi chamado também de *bispo vermelho* pelos que pretendiam atrelar sua ação à prática dos comunistas. Agregava-se, assim, um valor negativo e anticlerical à sua prática de luta.

Em dezembro de 1960, os prefeitos dos municípios de Santo André, Mauá e Ribeirão Pires telegrafaram ao núncio apostólico do Rio de Janeiro, pedindo a remoção do bispo “*em virtude de sua ativa participação nas últimas greves operárias.*”<sup>228</sup> A notícia do ato dos prefeitos foi publicada, primeiramente, pelo jornal **O Estado de São Paulo**. Em reação a esta iniciativa, imediatamente, os operários cristãos organizaram um ato em apoio ao D. Jorge, quando se reuniram na Praça do Carmo em frente à Igreja Nossa Senhora do Carmo. Os prefeitos, percebendo a reação que tal ato gerou na população trabalhadora, redigiram um abaixo-assinado protestando contra a matéria publicada pelo **O Estado de São Paulo** e não comprovaram a veracidade da notícia.

Os políticos locais e a classe empresarial sentiam a ação do Bispo como uma ameaça aos seus interesses, pois alterava a ordem interna do município. Ao empresariado, a ação do Bispo exigia que se colocasse no mesmo nível de seus funcionários para que negociasse a respeito do foco das reivindicações. A classe média que até então ocupava o espaço da Igreja do Carmo na missa e nas organizações confessionais, passava a ter que ceder este espaço para as discussões sobre o problema do operariado. Desta forma, estava perdendo o espaço físico e também o

---

<sup>228</sup> Manifestações de Solidariedade a Dom Jorge. In *News Seller*. 10/12/1960. p.1.

espaço de interferência no clero local. A concentração dos operários em apoio ao Bispo, na Praça do Carmo naquele ano, demonstrou como realmente a classe havia conquistado o espaço na Igreja. (fig. 19).

Como afirmou um antigo militante da Congregação Mariana, quando D. Jorge se estabeleceu na região, seu grupo perdeu espaço para a JOC, pois a ação dos congregados não mais constituía o foco das atividades encaminhadas pelo Bispado. Sem dúvida, estes fatores contribuíram para a exaltação dos ânimos da classe média contra a linha de trabalho do Bispo.

Alguns dias depois de transcorrido a ação dos prefeitos contra o Bispado, o jornal do ABC, o **News Seller**, noticiou a presença de D. Jorge no Convento dos Dominicanos em São Paulo, onde teria dito: “Vamos fazer greve cristã que seja tão sedutora para os operários quanto a mensagem dos comunistas. Oitenta por cento das famílias famintas estão ouvindo a mensagem do Partido Comunista do Brasil. A greve da Aymoré foi a greve-cristã pelo respeito à dignidade humana, tão diferente da greve-revolta, da greve-ódio.”<sup>229</sup>

Neste discurso, o Bispo justificava o apoio concedido aos trabalhadores como um meio de afastar o comunismo. Certamente, fundamentada nesta razão a atitude de D. Jorge seria mais bem aceita pela Igreja Católica e minimizaria as críticas provindas dos setores conservadores da instituição e da classe média.

No ano seguinte ao ato dos prefeitos, em 1961, a diocese publicou uma circular na qual recusou qualquer atribuição de traços de comunismo que pudesse ser atribuída a sua atividade. A circular foi assinada pelo chanceler do Bispado, o Padre Aderbal Vilar e dizia:

O Exmo. E Revmo., Sr. Bispo de Santo André, Dom Jorge Marcos de Oliveira, no intuito de esclarecer o povo de sua diocese contra boatos que possam ser veiculados, vem a público reafirmar sua convicção democrática.

Como bispo católico e patriota repudia qualquer violência que venha manchar de sangue os lares brasileiros aumentando o número de viúvas e órfãos para vencedores e vencidos. A luta armada abrirá profundas feridas que somente à custa de muito tempo e sacrifício poderão ser cicatrizadas.<sup>230</sup>

A renúncia de Jânio Quadros no mesmo ano, em 1961, e a incerteza quanto à garantia da legalidade devem ter, também, incentivado a produção da circular. João

---

<sup>229</sup> Greve cristã In: **News Seller**. 14/12/1960. p.3.

<sup>230</sup> Circular da Cúria Diocesana. In: **Jornal de Santo André**. 02/09/1961. p.1.

Goulart, vice-presidente, conseguiu assumir o cargo no qual pouco permaneceu e foi destituído devido ao golpe de governo de iniciativa militar.

As práticas do Bispo e dos sacerdotes que o apoiavam foram além do auxílio aos trabalhadores. As greves das fábricas de cimento Portland de Perus e da Companhia Melhoramentos, que aconteceram entre os anos de 1958 e de 1959, contaram com o apoio da Frente Nacional do Trabalho (FNT), articulada no ABC pelo Bispo e pelos sacerdotes.

D. Jorge integrou a comissão executiva da FNT e a criação da entidade foi justificada pelo objetivo de desatrelar o movimento dos trabalhadores da estrutura do Ministério do Trabalho e das lideranças político-partidário. Uma vez que os sindicatos que tinham o papel de representar e defender os trabalhadores, apresentavam à sua estrutura atrelada ao Ministério do Trabalho.

A nova organização contou com seu lançamento em Caieiras (SP), foi erigida com o apoio do Bispo e anunciada pelo **Jornal de Santo André**.

Vai ser lançado nos próximos dias um novo movimento – agora de inspiração católica – destinado a formar uma nova liderança no movimento sindical e também a lutar pela modificação da atual estrutura sindical. Já, no próximo domingo, sob o patrocínio dos sindicatos dos trabalhadores das empresas Perus e Cia Melhoramentos, serão lançados em Caieiras, diante da Igreja Nossa Senhora do Rosário, as bases da Frente Nacional do Trabalho, associação que se destina a agrupar aquele ‘movimento de base’.<sup>231</sup>

A existência da FNT já refletia o espaço de liderança conquistado pela Igreja progressista entre a classe operária. Esta liderança se estendeu para além das fronteiras do ABC: Caieiras e Perus abrigavam grandes indústrias e eram carentes de uma estrutura sindical forte que servisse ao trabalhador. Desta forma, o sindicalismo sob influência católica obteve naquelas duas cidades, um estágio de articulação que não conseguiu atingir no ABC, pois nesta região o movimento sindical estava bem estruturado e conseguia orientar as greves dos trabalhadores. A partir da formação da FNT, o seu presidente, o advogado Mário Carvalho de Jesus, passou a presenciar negociações de acordos entre grevistas e empresários.

Os jornais locais passaram, nos primeiros anos de 1960, a veicular com maior frequência, as atividades e os discursos do Bispo do ABC. Em fevereiro de 1962, o **Jornal de Santo André**<sup>232</sup> destacou que o Bispo enviou uma carta para a Câmara Municipal de Santo André, onde pedia que uma lei que viabilizaria verbas para as igrejas

---

<sup>231</sup> Movimento pela Renovação Sindical. In: **Jornal de Santo André**. 28/05/1960. p.4.

<sup>232</sup> Carta de D. Jorge Marcos In: **Jornal de Santo André**. 28/02/1962. p.01.

católicas, não fosse aprovada, pois, segundo o bispo, o “homem tinha mais necessidade do auxílio do que o templo de Deus”<sup>233</sup>.

Três meses depois, em maio, D. Jorge escreveu um manifesto conclamando toda a sociedade a lutar para melhorar seu destino e no foco desta luta estavam as reformas de base.

Aos meus diocesanos: Atravessa o Brasil momento difícilimo de sua história política e social e nenhum brasileiro tem o direito de se manter alheio aos destinos desta terra que tanto significa para nossos corações.

Pois bem, S. Emcia. Dom Carlos Carmelo Motta, cardeal arcebispo de São Paulo, pastor que vive junto de seu povo, que conhece suas aflições e mais profundas aspirações, proclamou a necessidade de lutarmos pelas reformas de base e conclamou o povo para essa luta. Apresento-me como um de seus soldados e convido o povo a fazer o mesmo, atendendo a êsse grande apêlo cívico.<sup>234</sup>

A proposta das reformas de base, amplamente divulgadas e defendidas pelo governo de João Goulart, ganhavam o apoio da Arquidiocese de São Paulo e do Bispo de Santo André. Entretanto, o governo Goulart foi bastante criticado pelos setores mais conservadores do clero que observavam nele uma aliança com os comunistas.

Em outubro de 1963, os políticos de Santo André estavam em campanha para o pleito que escolheria o futuro prefeito. O comitê central da campanha de Lauro Gomes, candidato à prefeitura, publicou um Suplemento Especial no **News Seller**, o qual trouxe uma carta que o candidato recebeu de D. Jorge e um manifesto escrito pelos congregados marianos e que ocupava grande parte da página do Suplemento, sendo que, a chamada dizia “Manifesto aos Católicos de Santo André”. Os congregados, em seu manifesto, criticaram a política adotada pelo presidente João Goulart, pois este teria cedido espaço para a instalação da ditadura moscovita. “O momento é crítico e o atrevimento dos comunistas declarados que estão atraíndo a nossa pátria, para entregá-la aos agentes do comunismo russo, tem amedrontado os patriotas, os democratas autênticos, os católicos indecisos”.<sup>235</sup>

Após apontar o perigo da expansão do comunismo, percebido como eminente no município e no país, apontou para a importância do voto para impedir o avanço dos comunistas.

Católicos de Santo André! Teremos no próximo domingo, dia 13, eleições para a escolha do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores na nossa cidade. Como sempre, as forças ocultas do

---

<sup>233</sup> Id.

<sup>234</sup> Manifesto do Bispo de Santo André. In: **Jornal de Santo André**. 23/05/1962. p.03.

<sup>235</sup> Manifesto aos católicos de Santo André. In: **News Seller**. Suplemento Especial, 11/10/1963.



comunismo, estão agindo, não tão ocultas, como de outras vezes. Estamos notando perfeitamente o trabalho dos fanáticos asseclas de Moscou, dos lacaios de Luiz Carlos Prestes, a favor de um candidato a prefeito, que se diz popular.

(...)

Santo André é um núcleo industrial dos mais importantes do país. É o campo ideal, portanto, para a ação subversiva dos comunistas profissionais, para o trabalho traiçoeiro e antinacional de agitadores internacionais. Tomando Santo André, como pretendem, através de um candidato a prefeito, que serve de testa de ferro, aqui em Santo André os comunistas e inimigos da pátria poderiam manipular, mais à vontade, greves, agitações e o enfraquecimento da economia do país, ponto principal visado pelos suditos de Moscou, para melhor implantar a sua ideologia espúria e sem Deus.<sup>236</sup>

O candidato *que se diz popular*, ao qual se referiu o texto, era Newton da Costa Brandão que foi médico do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e que recebeu o apoio, nesta eleição, do PCB e do PSB. Depois de rechaçar este candidato, atrelando-o ao comunismo, foi sugerido que o voto fosse para o católico Lauro Gomes: “Vamos votar no candidato que é católico, que sempre demonstrou amor ao próximo, principalmente, às crianças, que sempre trabalhou para a maior felicidade e conforto dos cidadãos. Esse homem é Lauro Gomes.”<sup>237</sup>

Junto ao manifesto de apoio a Lauro Gomes, foi publicada a carta escrita por D. Jorge Marcos ao candidato à prefeitura de Santo André que até então era prefeito de São Bernardo do Campo. A carta foi redigida em alto mar quando da viagem de D. Jorge ao Vaticano II, em Roma. O Bispo partiu dia 23 de agosto de 1963 para participar da II Sessão do Concílio.

Deixei ontem, nossa querida terra, com uma pequena preocupação. Santo André já sofreu demais e sofreu no seu povo, nas suas crianças, no seu progresso. Apesar de suas incalculáveis riquezas, Santo André tem bairros que, realmente, o colocam na classe de município subdesenvolvido. Creio que a maior causa tem sido a dissensão política, a luta partidária, a insatisfação constante dos inúmeros candidatos que sempre, certos todos êles da vitória antecipada...

O sr. conseguiu realizar, de modo admirável a aproximação entre São Bernardo e todo o ABC, com o Exmo. Sr. Presidente da República. Permita-me, porem, pedir-lhe intensamente, já nas oscilações do navio que avança, fazer-lhe um grande apêlo: procure por todos os meios a aproximação com o Sr. Governador do Estado e dêste com o nosso Presidente. Prepare, sr. Prefeito, para Santo André um ambiente de paz, entre as 3 grandes autoridades, Presidente, Governador e Prefeito. Faça isto por amor à nossa grande terra. Creio que o meu amigo, Dr. Clovis Thon ser-lhe-à útil nessa tarefa.<sup>238</sup>

Ora, como percebemos no documento, o esforço do Bispo caminhava no sentido de reunir as forças do presidente João Goulart, do governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e do prefeito de São Bernardo para o encaminhamento da resolução dos problemas locais.

---

<sup>236</sup> Id.

<sup>237</sup> Id.

<sup>238</sup> Ibid. Carta de D. Jorge Marcos de Oliveira a Lauro Gomes.

. O Bispo afirmou o apoio e a confiança em Lauro Gomes, entretanto, esta proposta estava longe do clima de medo desenhado pelos congregados marianos e que acabou por incorporar as palavras do Bispo como se houvesse uma unidade entre os dois discursos. A estratégia dos congregados marianos e do comitê de campanha de Lauro Gomes parece ter obtido sucesso, pois o candidato venceu as eleições e assumiu o cargo em 1964, entretanto, em decorrência de seu falecimento, outro político, Fioravante Zampol, assumiu a prefeitura.

Na carta, D. Jorge ressaltou a possibilidade de união que deveria existir entre as diversas instâncias do poder político e que deveria funcionar para a resolução de problemas que deveriam interessar a todos os níveis envolvidos. Este ideal de união era sugerido, também, pela Ação Católica aos operários católicos, que deveriam reunir sua classe e resolver seus problemas através do diálogo com os patrões. Também por vezes, pareceu ser esta a estratégia empregada pelo Bispo nos momentos em que esteve envolvido nas greves dos trabalhadores. Procurava os patrões e o governo para discutir soluções para os conflitos e intermediava as negociações.

#### 3.4.1 A presença dos padres partidários do “catolicismo atuante”

Desde o final dos anos 50, percebemos no ABC a presença de sacerdotes comprometidos com a linha de trabalho defendida por D. Jorge Marcos, ou seja, a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e na dissolução das injustiças sociais. Além de alguns padres que já estavam na região, como o Cônego José Benedito Antunes, verificamos que outros chegaram ao ABC neste período.

O Padre Afonso José Birck é lembrado pelos antigos militantes, tanto pelos comunistas como pelos católicos, como o padre que veio do sul para atuar em meio às greves no ABC. Esteve presente nas greves da Rhodia Química, da fábrica de Biscoito Aymoré e da fábrica de Cimento Portland de Perus, quando intermediou as negociações entre patrões e empregados e apoiou as resoluções defendidas pelos trabalhadores. Participou da fundação da Frente Nacional do Trabalho (FNT) que funcionaria como órgão orientador ao operariado e que, para tal, contava com a participação de advogados trabalhistas.

Padre Afonso demonstrou uma trajetória de trabalhos desenvolvida ao lado dos leigos. Foi assistente eclesiástico da JOC do ABC a partir de 1958 e foi capelão da Universidade Federal de Santa Catarina. Em Roma, frequentou durante cinco anos os cursos de Teologia Pastoral e de Teologia Moral na Pontifícia Universidade Lateranense. Estes lhe deram suporte para redigir sua tese intitulada *Um mundo a construir. O apostolado dos leigos no pensamento de J. Cardijn*<sup>239</sup>.

Foi importante também, segundo os militantes, a presença dos padres operários franceses, membros da associação Filhos da Caridade, fundada em 1918 e “cuja finalidade é a evangelização dos trabalhadores e o apoio a sua luta para condições de vida mais humanas”.<sup>240</sup>

A partir de 1946, a associação começou a adotar a prática de inserir os padres nas fábricas para trabalharem como operários. Também, depois da Segunda Guerra Mundial e em meio à Guerra Fria, a entidade começou a enviar os padres para diversos países do mundo para que agissem entre a classe trabalhadora. Portanto, verificou-se a presença destes no Brasil, Colômbia, México, Cuba, Estados Unidos, Canadá, Costa do Marfim e no Congo.

O padre francês José Mahon<sup>241</sup> que esteve no Brasil entre 1961 a 1997, descreveu o que o atraiu para a região do ABC:

-era a região mais operária do Brasil, em pleno desenvolvimento.

-o Bispo daquela época: Dom Jorge Marcos de Oliveira era chamado Bispo dos Operários por causa de sua abertura aos problemas dos trabalhadores: ele chegou a apoiar abertamente grandes greves como a da Rhodia e da Fábrica de Cimento Perus.

A partir de 1962, começamos a assumir o movimento da JOC como assistentes eclesiásticos até 1970 quando a JOC teve que parar as suas actividades por causa da repressão e da prisão e torturas de sua equipe nacional.<sup>242</sup>

Sobre o trabalho nas fábricas do ABC, José Mahon assinalou:

A partir de 1964, vários dos padres deste grupo de Filhos da Caridade começaram a trabalhar em fábricas para vivenciar melhor a realidade da vida operária: assim trabalhamos nas indústrias Vilares em São Bernardo, na Nordon, na Irmãos Vassoler e na Firestone em Santo André, no Açúcar União, em Santos, etc. Os companheiros de trabalho sabiam que éramos padres e se sentiam valorizados: a amizade com eles era muito fácil e a convivência muito agradável. Havia também a participação nas lutas por melhores salários ou condições de trabalho, mas a partir de 1964, este aspecto ficou muito reduzido até 1978 quando recomeçaram as grandes greves. A

---

<sup>239</sup> BIRCK, Afonso José. **Um mundo a construir. O apostolado dos leigos no pensamento de J. Cardijn**. São Paulo: Loyola, 1975.

<sup>240</sup> Carta de José Mahon à autora. Portugal, 30 de agosto de 2001.

<sup>241</sup> Padre José Mahon, hoje, reside em Barreiro, Portugal.

<sup>242</sup> Carta de José Mahon. Loc. cit.

dificuldade maior era manter uma vida onde as atividades (reuniões, debates e ministério sacerdotal) nos prendia muito. Por isso, esta vida de trabalho em fábricas foi bastante limitado.<sup>243</sup>

Sem dúvida, a ação destes padres era a de evangelizar os trabalhadores, e para tal, seria melhor se aproximarem de sua realidade. A partir da aproximação à realidade da população, os padres iniciaram a participação nos movimentos de reivindicação e nas greves. Estes sacerdotes portavam opiniões críticas a respeito da condição social do trabalhador e percebiam que a Igreja deveria atuar com maior compromisso em relação às injustiças sociais. Padre Pedro Jourdanne, também membro da associação Filhos da Caridade e que veio ao Brasil junto com o Padre Mahon, expressou sua linha de trabalho ao comentar, num relatório, sua participação no Seminário Maior.

Comecei o curso de filosofia, parecendo que existia só o jogo das idéias, e que quase nunca o professor procurou colocar a filosofia e a realidade em comparação; passamos quase todo o tempo com o tomismo, pouco com Marx, Hegel, Kirkgard... Como depois responder aos homens que íamos encontrar?

(...)

Liturgia: preocupação com as rúbricas mais que com o espírito; íamos cantar o ofício na Catedral todo em latim; sofrendo de ver o povo que não entendia nada!<sup>244</sup>

Por fim, o padre sugeriu que se fizesse no seminário, um ano de estudos “dentro do mundo”, ou seja, inserindo os alunos na realidade de comunidades pobres que realmente necessitassem do auxílio da Igreja.

Um antigo militante católico<sup>245</sup> contou que ao iniciar um curso de 4 anos no Sagrado Coração de Jesus (Santo André), para se tornar diácono, o grupo de aspirantes ao diaconato, no início, somava sessenta estudantes. Entretanto, destes, somente doze concluíram o curso e só cinco se ordenaram e foram atuar na periferia. O aspirante ao diaconato explicou que no curso, orientado por D. Jorge Marcos e ministrado, entre outros, pelos Padres José Mahon e Luís Ravazio (de Ribeirão Pires), procuraram aproximar a realidade social à vida religiosa e que, por isso, muitos dos estudantes abandonaram o curso, pois não concordavam com aquela linha de trabalho. O aspirante ao diaconato fazia parte da Congregação Mariana e deixou o curso antes do término, pois como ele contou, o padre incentivava que os seminaristas atuassem junto às populações mais carentes e necessitadas de auxílio e, geralmente, estas populações habitavam locais distantes e de difícil acesso. Por tal motivo, também, os estudantes não concordaram com a proposta de trabalho dos padres.

---

<sup>243</sup> Id.

<sup>244</sup> CEDIC-PUC. Relatório dos padres Filhos da Caridade. Padre Pedro. Pastoral da Igreja no mundo operário. 196\_.

<sup>245</sup> Depoimento concedido pelo militante TSV no Museu de Santo André em 07 e 08/02/2002.

Isto demonstra como estes padres encontraram resistência no desenvolvimento de seus trabalhos na região e porque D. Jorge Marcos teve a necessidade de receber novos padres, pois, o problema não era simplesmente a falta de padres, mas a grande lacuna existente entre os objetivos dos sacerdotes e da sociedade local em relação ao do Bispo.

Os Padres Pedro Jourdanne (no Brasil até 1973) e José Mahon assumiram a paróquia de Santa Terezinha, em Utinga. Como descreveu o Padre José Mahon, este bairro realmente carecia da presença dos padres.

Era uma região, era um bairro de operários, inclusive a rua do ônibus era asfaltada, a rua Rio Grande do Norte, Marquês de Barbacena, Alameda Doutor Viana de Carvalho e Avenida de Utinga, tinha estas 4 ruas asfaltadas, Onde passava duas linhas de ônibus, a linha que fazia a estação de Santo André -estação de Utinga e uma linha que fazia Capuava-SP, passando pela Vila Humaitá, que não existe mais, todo o restante era rua de terra e quando chovia era uma coisa triste, a avenida do Estado não existia era um pequeno caminho de terra, o rio Tamanduateí era um rio muito extenso, cheio de curvas que provocava enchentes cada vez que chovia, a estação Presidente Saladino era uma paradinha de tábuas e o pessoal ao invés de subir pela escada sempre pulava para evitar de dar a volta e quando chovia da paradinha até o lugar atual, praça Rui Barbosa, onde tá construída a Igreja, tinha que passar a água, o pessoal tirava a sandália e o chinelo e andava na água e eu conheci, lembro muito bem disso e então o povo era muito trabalhador, agora tinha bastante fábricas perto da linha do trem, a Rhodia já existia, a General Eletric já existia também, existia o Moinho São Jorge, o Moinho ? Existia a Shwartz - Fitchet, existia do lado de Utinga também a Dom (...), existia a maior parte das fábricas que hoje existe dos lados da linha, naquela época já existia. E o povo do bairro de Santa Terezinha trabalhava uma parte nessas fábricas, outra parte já ia trabalhar nas fábricas de carros de São Bernardo do Campo, São Caetano e São Paulo. Era um bairro muito operário e tivera uma coisa muito interessante, no Santa Terezinha que fazia talvez uns dez anos antes ou quinze anos, por volta de 1945, 48, vieram algumas famílias da cidade de Socorro no interior do estado ao lado de Amparo e eles compraram um terreno e construíram uma casa e depois quando parentes e amigos de socorro vinham para SP, eles vinham para o bairro de Santa Terezinha e o crescimento do bairro de Santa Terezinha se deu naquela época , 45, 50, 55, pela chegada do povo de Socorro e até hoje tem um grupo grande de famílias que estão aí, avós em Socorro, e quando cheguei, naquela época tinha um time de futebol, em 61. Do bairro que se chama socorrense então tinha uma união muito forte e por exemplo a festa de Socorro era dia 15 de agosto e a festa de Santa Terezinha, que normalmente seria em outubro, mas era festejada no dia 15 de agosto para fazer a festa no mesmo dia do que lá em Socorro, e os festeiros, todos os organizadores da festa que faziam isto com muita dedicação, muito amor, muita fé, eram quase todos de Socorro e eles tentavam copiar em Santa Terezinha o que faziam em Socorro, deu um conteúdo humano, uma força na comunidade.

(...)

Tiveram que mudar para um bairro em que tinha trabalho, mas não quiseram esquecer as coisas que eles tinham.

Conservaram as raízes deles e foi muito interessante e foi...Porque muitas vezes a cidade grande acaba sepultando estas tradições, estes costumes em muitas das pessoas.<sup>246</sup>

Padre Mahon participou decisivamente da formação da ACO nos bairros de Santa Terezinha e da Vila Humaitá e também organizou as mulheres de Santa Terezinha na Associação das Donas de Casa no ano de 1963. Segundo o Padre, estes movimentos, a

---

<sup>246</sup> Museu de Santo André. Entrevista concedida pelo Padre José.Mahon a Ademir Medici, 15/06/1990.

partir de 1968 e devido a uma repressão política mais forte com a instituição do Ato Institucional nº 5 (AI - 5)<sup>247</sup>, passaram a atuar clandestinamente.

Assim como explicitou o Padre José Mahon sobre a difícil aceitação da sociedade local em relação ao seu trabalho com as populações mais pobres, o Padre Emílio Rubens Chasseraux relatou a mesma situação enfrentada por ele quando empreendeu trabalhos com favelados do Vergueiro (São Paulo) e depois na Vila Palmares (Santo André).

Na época eu estava começando a Filosofia, entende e já usava batina, quer dizer, você de batina chegar numa favela, entende, você tinha que enfrentar a barra dos teus professores, dos teus superiores, porque a Igreja, a Igreja é muito puritana, quer dizer, o padre tinha o seu estatus, o fato de usar batina você tinha que conservar o seu status, e você (...) a favela, a Igreja quando era de sacristia, o pessoal tinha que vir a Igreja, a Igreja não ia ao pessoal, e aí eu enfrentei barra pesada nisto, não é. Como você sabe que era uma Igreja totalmente burguesa, uma Igreja totalmente de Direita, quer dizer, época de Pio XII, quer dizer, a Igreja tava no seu pedestal, era uma barra você entrar na favela, então comecei nesta época e enfrentei um monte de dificuldade, essa coisa toda, e também mal visto e olhado pelos próprios que frequentavam a Igreja, pela família, pela sociedade em si.<sup>248</sup>

Ressalta, através do depoimento destes sacerdotes, como seu trabalho surgia como uma ilha em meio ao clero ainda bastante conservador e como transpuseram as barreiras que limitavam a ação dos padres ao ambiente da paróquia. Este cenário foi descrito ainda durante o Papado de João XXIII, o qual propôs ao clero o trabalho a favor da justiça social. Entretanto, na citação acima, percebemos como a tradição da infalibilidade e as questões doutrinárias tão difundidas por Pio XII não se apagaram facilmente.

Padre Rubens iniciou os trabalhos na favela Palmares em 1963 e afirmou que foi uma ação mais voltada à luta para a melhoria das condições daquela população, do que uma ação puramente religiosa.

... eu vim para fazer um trabalho a nível religioso, mas acontece que eu acabei sendo é, esqueci o nome do padre que reúne pessoal para rezar, para fazer a missa, para fazer batizado, casamento, era o que menos eu fazia aqui, eu às vezes fazia uma missa, batizado ficava às vezes meses sem fazer, casamento meses e meses inteiros sem fazer, agora o que eu encontrei em Vila Palmares, eu encontrei um favelão. (...) Logo que eu cheguei aqui eu encontrei um povo abandonado, desorganizado em todos os sentidos, abandonado, numa vila que não tinha nada (...) Então tinha o núcleo ali na favela e resto aqui de Vila Palmares era barracos, quer dizer pouquíssimas casas de alvenaria, mas mesmo o que existia de alvenaria era como se fosse de barraco, o ambiente era o

---

<sup>247</sup> Instaurado pelo presidente Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 determinou o recesso do Congresso, de diversas assembleias legislativas e das câmaras municipais, a cassação de parlamentares e de governadores e a maior vigilância sobre a imprensa e sobre os movimentos sociais.

<sup>248</sup> Museu de Santo André. Entrevista concedida pelo Padre Rubens Chasseraux a Silvio Duarte em 1988.

mesmo sabe, feitos com restos, não tinha uma casa que se prezasse, não tinha luz, não tinha água, não tinha esgoto, não tinha (...) nada. Nem casa, farmácia, nem nada.<sup>249</sup>

Através do depoimento destes padres, constatamos como o chamado catolicismo progressista ocupava um pequeno espaço na região na década de 1960, apesar mesmo da presença do Bispo D. Jorge Marcos que defendia a mesma linha de trabalho. Ainda, assim, o trabalho defendido pelo Bispo conseguiu reunir estes poucos padres “atuantes” e preocupados em dissolver as injustiças sociais. Padre Rubens, devido ao seu trabalho junto aos favelados, se tornou suspeito por práticas de subversão pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo. Foi preso quatro vezes depois de 1964, pois segundo o que ele mesmo afirmou, os policiais não compreendiam porque um padre estava trabalhando entre favelados.

Desta forma, percebemos como a legitimação desta linha de ação promovida a partir do Concílio Vaticano II foi considerada uma conquista pelos sacerdotes latino-americanos que defendiam esta prática.

### **3.5 Multiplicação dos movimentos grevistas**

Durante os últimos anos da década de 1950, ocorreu um acentuado crescimento da mobilização da classe trabalhadora em São Paulo e no ABC. Duas importantes frentes de luta foram responsáveis pela mobilização dos trabalhadores: as reivindicações contra a alta do custo de vida e pelo reajuste dos salários. Na segunda metade da década, ano após ano, verificamos o desenvolvimento de mobilizações da classe operária.

Em julho de 1956, os trabalhadores de Santo André participaram de um protesto organizado pelos sindicatos das categorias mais atuantes de São Paulo: do têxtil, do metalúrgico, da construção civil, da indústria de produtos químicos e os motoristas de ônibus urbanos que se reuniram no Pacto de Unidade Intersindical (PUI)<sup>250</sup>. Na greve marcada para o dia 20 de julho e que duraria de 24 horas, protestariam contra a alta do

---

<sup>249</sup> Id.

<sup>250</sup> O Pacto de Unidade Intersindical da Borda do Campo teve seu regimento aprovado em 4 de janeiro de 1959. Esta entidade objetivava congregar todos os sindicatos e associações de classe sediados no ABC. O Pacto era responsável por coordenar os movimentos de reivindicação, mas não deveria submeter os sindicatos às suas decisões.

custo de vida, pelo salário mínimo de Cr\$ 4.000,00 e pelo congelamento dos preços. A concentração dos trabalhadores, todavia, foi adiada, pois o PUI recebeu uma proposta de negociação por parte do governo.

No ano seguinte, em 1957, nos meses de outubro e de novembro aconteceram importantes greves em vários setores industriais. O secretariado regional da JOC se manifestou em relação ao movimento, quando considerou justas as reivindicações dos trabalhadores e determinou como abusiva a atitude dos policiais durante a repreensão aos trabalhadores nos atos de protesto. O secretariado, entretanto, acabou por legitimar a apreensão da polícia na tarefa do controle do movimento, pois também afirmou que existiam desordens no movimento e que estas eram causadas por elementos estranhos aos sindicatos, ou seja, pelos comunistas:

A Juventude Operária Católica (JOC), nesta semana de lutas em prol de justiça social, mantém sua inteira solidariedade com os vários sindicatos de trabalhadores nos quais militam seus membros. A greve iniciada dia 15 p.p. é justa, pois, são justos seus objetivos, como são justos os meios utilizados por ela.

A utilização política da greve por alguns, as desordens causadas por elementos estranhos aos sindicatos, por agentes provocadores interessados em criar distúrbios e confusão, e abrir assim o caminho a uma solução imposta pela força, não atingem a justiça da causa defendida.

A JOC protesta veementemente contra os excessos dos policiais que, não raras vezes, espancam barbaramente pacíficos grevistas.

Nessa hora que marca com um passo a frente para a união e a solidariedade humana da classe operária, a JOC conclama todos os jovens operários a se unirem na luta para o estabelecimento da justiça social, sem a qual a paz nunca poderá existir.<sup>251</sup>

Esta greve recebeu o apoio não somente da JOC, mas também da Câmara Municipal que aprovou um projeto de lei que viabilizava a doação de 300 mil cruzeiros em alimentos e medicamentos aos operários em greve. Desta forma, os políticos locais pareciam querer ter por perto o apoio dos trabalhadores e acabavam por legitimar o direito dos operários quanto aos objetivos pleiteados no protesto.

Este movimento de reivindicação iniciado nas fábricas de São Paulo, em 1957, ficou conhecido como a greve dos 400 mil. Na ocasião, operários de diversas categorias denunciaram a disparidade entre o aumento da produtividade e dos lucros patronais e a perda do poder de compra dos salários dos operários. No mês de setembro, os trabalhadores do setor de calçados entravam em greve reivindicando 45% de reajuste sobre os salários, entretanto, acabaram aceitando os números propostos pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que estipulou o reajuste em 25%. No mês seguinte, diversas categorias paralisaram suas atividades, como os metalúrgicos, os gráficos e os

---

<sup>251</sup> Manifesto da JOC sobre a greve In: **Jornal de Santo André**. 23/10/1957. p.1.



têxteis, que se reuniram numa aliança intersindical pelo reajuste dos salários e contra a carestia.<sup>252</sup>

Em dezembro, cerca de 2 mil operários têxteis pararam de trabalhar para defender o reajuste salarial na base de 25%, determinado pelo TRT em 24 de outubro. Aderiram ao movimento os operários da Têxtil São Martinho, da Santex S.A, da Têxtil São Roque e da Fiação e Tecelagem Santo André.

Entretanto, como explicou Paulo Fontes<sup>253</sup> este reajuste foi questionado pelos empregadores que recorreram à decisão do TRT no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e em janeiro de 1958 este órgão reduziu o reajuste, o qual passou de 25%, para 18%. Apesar desta decisão, os trabalhadores não convocaram uma nova greve geral porque várias indústrias já haviam concedido o reajuste anterior.

Assim, ainda nos primeiros meses do ano de 1958, assistiu-se a movimentação dos operários metalúrgicos, têxteis e das indústrias de curtume que se reuniram nas assembléias intersindicais para discutir o novo reajuste salarial. Mas, também estava presente, entre as discussões dos trabalhadores, o debate sobre a lei do direito de greve, como acusou uma notícia do **Jornal de Santo André** em 1º de maio:

Representantes de diversas organizações inclusive da Juventude Operária Católica e líderes sindicais de São Paulo, da capital federal e do estado do Rio reuniram-se em assembléia na sede do Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancários. (...) Discutiram um plano de ação rápida visando à aprovação de um substituto da Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados ao Sr. Aurélio Viana, que dispõe sobre o regulamento do direito de greve assegurado pela constituição.<sup>254</sup>

No final deste ano ocorreu novamente uma mobilização contra a carestia, conforme noticiou o mesmo jornal<sup>255</sup> e, em novembro, trabalhadores e estudantes do ABC se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André para assinar um memorial de protesto contra o aumento das tarifas dos ônibus coletivos. Em São Paulo, realizaram-se passeatas e assinatura de documentos, através do qual pediam pela redução das tarifas dos ônibus da Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC), pelo aumento do salário mínimo à Cr\$ 6.000,00 e pela sua revisão anual, pela não alteração da lei do inquilinato, contra o aumento de impostos praticados pelos governos federal e municipal, contra o aumento de tarifas pelas empresas ferroviárias e

---

<sup>252</sup> Ver Paulo Fontes em Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo – a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957) In: Alexandre Fontes et al. **Na luta por direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 145 - 162.

<sup>253</sup> Id.

<sup>254</sup> Luta pelo Direito de Greve In **Jornal de Santo André**. 1/03/1958, p.1.

<sup>255</sup> Passeata contra a carestia In **Jornal de Santo André**. 12/11/1958. p.1.

rodoviárias, pela redução dos preços do pão e pela encampação da CMTC pela prefeitura. No mesmo documento, decidiram lutar contra o anunciado aumento do imposto sobre vendas e consignações e iniciar campanha pela substituição do Sr. Lucas Lopes, Ministro da Fazenda.

Junto a esta matéria publicada no **Jornal de Santo André**, noticiaram também o apoio que organizações da Igreja Católica, como a JOC de São Paulo, deram à luta da população contra o aumento do custo de vida, entretanto, esta organização sublinhava seu distanciamento em relação às questões político-partidário.

Enquanto a JOC procurava registrar seu descontentamento quanto à situação social, mas também a sua distância das instituições e questões políticas, o Bispo de Santo André passava a ocupar maior espaço na política local.

No ano de 1958, em meio aos movimentos grevistas dos operários, D. Jorge Marcos aproveitou o espaço que adquiriu na Câmara Municipal de Santo André para pedir, aos vereadores, que aprovassem um projeto de lei sobre as garantias dos trabalhadores em casos de falências das industriais, entretanto, o Bispo foi recebido naquele local para discursar sobre a comemoração do 405º aniversário da fundação da cidade e para receber o título de cidadão honorário de Santo André. “Como agradecer poderei eu o título de cidadão de Santo André, cidadão honorário de pergaminho em quadro, título a divulgar mais do que os outros, modestos que hoje escondo nas gavetas de minha pobre casa...”<sup>256</sup>

A matéria publicada no **Jornal de Santo André** e intitulada “Direito dos trabalhadores acima dos direitos fazendários”, dizia que o Bispo afirmou que: “O homem necessariamente, tem que ser de lutar e sua grande consolação deve se definir pelo enfrentar a glória de prosseguir, de continuar no campo da luta.”<sup>257</sup>

Desta forma, o Bispo legitimou a luta empreendida pelos trabalhadores pelos seus direitos e melhorias nas condições do trabalho. O Bispo estava presente na Câmara, mas deixava claro seu compromisso em defesa dos operários e, que por tal motivo estava naquele lugar.

A lei das falências, elaborada com grande incentivo de D. Jorge Marcos de Oliveira, priorizava a indenização aos trabalhadores nos casos de dissolução das firmas. Para tal, pôde contar com o apoio do deputado Adauto Lúcio Cardoso (UDN) e do jurista Sobral Pinto. Esta iniciativa do Bispo teve como causa a difícil situação que os 1.600 trabalhadores da Tecelagem Ipiranguinha enfrentaram durante o processo de falência da

---

<sup>256</sup> Direito dos trabalhadores acima dos direitos fazendários. In: **Jornal de Santo André**. 16/04/1958. p.1.

<sup>257</sup> Id.

firma, pois seus proprietários não acertaram o pagamento atrasado dos funcionários. Somente depois de longas discussões que o Bispo empreendeu com os proprietários e com os governos estadual de Jânio Quadros e federal de Juscelino Kubitschek, conseguiu que a firma fosse encampada pelo Moinho São Jorge que, para isto, recebeu incentivo financeiro do governo. “Os novos donos pagaram todos os empregados, com todos os direitos, venderam depois o terreno, cobriram suas dificuldades. Eu estava assim vivendo a vida deles. A minha missa era uma missa continuada com o problema dos operários.”<sup>258</sup>

Percebemos que para o Bispo, a luta dos trabalhadores prevalecia sobre o objetivo de afastar os comunistas de cena, embora a primeira ação tivesse a segunda como consequência, uma vez que, afastar os comunistas também fazia parte da ação da Igreja local. No ano de 1959, a participação do Bispado no movimento operário se intensificou, o que resultou num conflito pela direção do movimento, deflagrado, principalmente, entre os católicos e os comunistas que participavam da direção de entidades sindicais.

Os movimentos do ano de 1959 chamam a atenção pela efervescência das manifestações das diferentes categorias que entraram em greve e pela participação da Igreja Católica do ABC. Esta, representada, sobretudo, através do Padre Afonso José Birck e pelo Bispo D. Jorge Marcos, participou das negociações entre patrões e empregados e esteve presente nas assembléias dos trabalhadores.

No início daquele ano, no mês de março, diversas categorias entraram em greve: os trabalhadores da fábrica de Cimento Portland de Perus (São Paulo) reclamaram, principalmente, dos freqüentes atrasos no pagamento dos salários e, os trabalhadores das indústrias de cerâmica de São Paulo, de Mauá, de Ribeirão Pires e de São Caetano do Sul exigiram o reajuste dos salários.

Os funcionários da Cerâmica Mauá somavam cerca de três mil e quinhentos trabalhadores, sendo que, as assembléias, na sede da Associação Esportiva Mauá, conseguiam reunir aproximadamente dois mil operários. Uma proposta dos empregadores foi apoiada pelo sindicato da classe e em seguida aprovada pelos trabalhadores na assembléia realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 13 de março. O acordo estipulou que os operários receberiam 28% de reajuste salarial, mas com um teto de 2 mil cruzeiros.

---

<sup>258</sup> Entrevista concedida por D. Jorge Marcos. p.35.

Os operários das Cerâmicas voltaram ao trabalho e em seguida, dois mil operários da Companhia Rhodia Química entraram em greve. A greve começou às 6 horas do dia 13 de março e foi deliberada, pelos operários, em assembléia, pois reprovaram a proposta patronal que propunha reajustar os salários entre 25 a 75 cruzeiros sobre a hora trabalhada. Os trabalhadores pleitearam, além destes valores, o reajuste de 4 cruzeiros por hora, sem a distinção do cargo.

Após oito decorridos desta greve, o **Jornal de Santo André** publicou que os trabalhadores pediam a interferência do poder público para o encaminhamento das negociações: “Terça-feira última, uma comissão de operários da Cia. Rhodia Brasileira, tendo à frente o padre Afonso, esteve na Câmara Municipal a fim de pedir colaboração do poder público na solução da greve deflagrada pelos trabalhadores daquela Cia. no dia 13 último.”<sup>259</sup>

A tal comissão de operários apresentou um ofício preparado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas e assinado por seu presidente, Trajano José das Neves, por Euclides Strugenegg, por João Boaventura, pelo Padre Afonso e por Antônio Soares Penteado e que foi entregue à presidência da Câmara.

O documento pedia que fosse cedido auxílio ao diálogo entre os empregadores e os funcionários e, respondendo ao documento, o vereador Antônio Fonseca dos Santos propôs na Câmara, que a comissão que entregou o ofício ou que uma nova comissão formada por vereadores e por D. Jorge Marcos, atuasse nas negociações e interviesse junto à diretoria da Companhia Rhodia Química até a solução definitiva da greve.

Enquanto, alguns sujeitos sociais defendiam a união de representantes das entidades sociais para a resolução da greve, como percebemos na descrição acima, outros sujeitos, como os militantes comunistas, destacaram que aconteceu uma disputa pela direção do movimento.

Nesta greve, além da Igreja, estiveram presentes também os militantes comunistas e, o conflito entre estes dois grupos transpareceu através da disputa pela orientação da greve.

A greve da Rhodia foi uma bagunça tremenda, era metade da Igreja e metade do partido político. E faziam assembléia aqui, outros faziam assembléia (...), era uma agitação tremenda para difamar o movimento. E isso aí foi desgastando D. Jorge e Monsenhor Antunes. (...) porque eles centraram fogo encima de nós (...). Foi se desgastando porque participavam de várias greves, inclusive greve da Fiação e Tecelagem Santo André, Biscoito Aymorés, Cimento Perus, Rhodia, greve dos

---

<sup>259</sup> Grevistas da Rhodia pedem a colaboração do poder público. In: **Jornal de Santo André**. 21/03/1959. p.1.

metalúrgicos eles entraram. Então, tanto é que foram buscar no Rio Grande do Sul o Afonso Birck, que era um padre e ia de batina para as portas da fábrica fazer agitação.<sup>260</sup>

Philadelpho Braz, através do depoimento acima, demonstrou que era necessária uma melhor organização da Igreja do ABC em relação a sua participação no movimento operário. Talvez a fundação da FNT tenha surgido para procurar reorganizar esta participação e evitar o desgaste do Bispado. Segundo Philadelpho Braz, a ação da Igreja, por fim, concorria pela direção do movimento operário e não agia para reunir as forças a favor da classe.

Através das notícias veiculadas pelos jornais, percebemos, entretanto, que mesmo com tal desgaste, a ação de D. Jorge atingiu êxito, o que o levou a se tornar uma liderança para os trabalhadores.

Outra categoria em greve, dos empregados das empresas de ônibus de Capuava e de Santo André, pedia o nivelamento do salário mínimo para os trabalhadores que ainda não o usufruíam. Dia 17 de abril de 1959, os operários se reuniram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos e decidiram enviar um Memorial às empresas, onde comunicariam as decisões tomadas. As dificuldades do diálogo entre patrões e empregados que foram apontadas pela imprensa local, levaram os operários a pedirem pelo apoio do Bispo D. Jorge Marcos. “Em face da intransigência dos empregadores, para a solução do movimento, uma comissão de grevistas e de líderes sindicais solicitaram a mediação de D. Jorge Marcos de Oliveira, Bispo diocesano, convidando-o a integrar a caravana que faria entrega de memorial ao Sr. Governador do Estado, solicitando cassação da permissão concedida àquelas empresas para a exploração dos transportes coletivos.”<sup>261</sup>

O Bispo surgia como uma força aliada, que poderia atuar sobre os impasses das negociações, uma vez que, tinha possibilidades de contatos com a hierarquia política local e nacional e com o empresariado. Desta forma, era uma garantia de que os trabalhadores seriam ouvidos.

Entretanto, o problema dos funcionários das empresas de transporte não se resolveu e diante da continuidade da greve em seu oitavo dia, o sindicato da categoria pediu ao prefeito de Santo André, Pedro Dell’Antonia, pela encampação das empresas de transporte. Percebemos, disto, não somente a dificuldade de negociação por parte do sindicato, mas também o fato de não saber a que instância política se dirigir, se ao governo do estado ou se à prefeitura.

---

<sup>260</sup> Entrevista concedida por Philadelpho Braz à autora, em 11/06/2001.

<sup>261</sup> Prossegue a greve dos transportes. In: **Jornal de Santo André**. 19/04/1959.

Este movimento que durou dez dias, terminou no início do mês de maio com a aceitação da proposta dos empregadores: pagamento das diferenças salariais referentes aos meses de janeiro, de fevereiro e de março aos que ainda não recebiam o salário mínimo, pagamento de salário do mês de março que estava em atraso, não aplicação de penalidades aos grevistas e 10% de aumento a partir de 1° de maio.

Cerca de 500 funcionários da Fiação e Tecelagem Santo André, Santex, iniciaram um movimento grevista dia 18 de abril de 1959, quando pretenderam aumento de 25% sobre os salários. A contra-proposta dos empregadores, recusada pelos trabalhadores, concederia 10% de aumento para os tarefeiros e 5% para os horistas, diaristas e mensalistas.

Após dois meses de paralisação e sem qualquer indício de acordo, o movimento grevista ganhava força, pois recebia o apoio de outras categorias que em 16 de junho resolveram organizar uma paralisação geral das indústrias do ABC.

Este movimento, no dia 24 de junho, entrou no 66° dia de paralisação. Diante dos impasses das negociações, uma comissão de grevistas decidiu partir para o Rio de Janeiro com o intuito de pedir a interferência do presidente da República, Juscelino Kubitschek. Esta greve teve grande repercussão entre os trabalhadores de São Paulo e em 8 de julho o **Jornal de Santo André** noticiou a realização de manifestações em apoio aos grevistas:

Perto de dois mil operários percorreram anteontem à tarde as ruas do centro da capital, em passeata de solidariedade aos 500 operários da Fiação e Tecelagem Santo André há 80 dias em greve por aumento de salários. A maioria dos trabalhadores constituía-se de trabalhadores da Companhia de Cimento “Portland” de Perus, que suspenderam os serviços especialmente para participar da manifestação dos grevistas de Santo André”

(...)

A frente da passeata viam-se dirigentes sindicais e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Santo André, Sr. Trajano José das Neves, que representou o bispo D. Jorge Marcos de Oliveira, da Diocese de Santo André.<sup>262</sup>

A passeata de apoio aos grevistas reuniu mais operários do que o total de funcionários paralisados, ou seja, o ideal do Pacto de Unidade Intersindical, de reunir as forças das entidades sindicais numa única organização, mostrava seus resultados positivos. Os trabalhadores de diferentes categorias compartilhavam e apoiavam as iniciativas dos companheiros.

Como observamos na citação acima, o Bispo foi novamente citado pelos trabalhadores e estava sendo representado, no movimento, por um líder sindical. Uma

---

<sup>262</sup> Passeata de Solidariedade. In: **Jornal de Santo André**. 08/07/1959.

vez que, o Bispo se mostrava a favor dos operários, traduzindo aos empresários e aos políticos as reivindicações dos trabalhadores, vemos que sua imagem foi utilizada por vezes, pelos líderes operários, como uma força que demonstraria aos próprios trabalhadores e aos empresários que o movimento estava consolidado e que eram legítimas as suas aspirações.

Somente em 18 de julho o **Jornal de Santo André** publicou a resolução da greve da tecelagem. O acordo teria sido negociado entre o prefeito Pedro Dell'Antonia e seu vice, Antônio Pezzolo com o proprietário da Tecelagem, o grupo Di Giorgi. No acordo foi concedido o reajuste salarial de 12,5% a todos os tarefeiros horistas e mensalistas, determinada a não penalização dos trabalhadores pela paralisação e estabelecido o comprometimento em atender às determinações legais quanto à higiene e à segurança do trabalho. Nesta greve que durou 87 dias, como apontou Cândido Vieitez<sup>263</sup>, se solidificaram os “comandos de arrecadação” de gêneros de primeira necessidade e de dinheiro, aos trabalhadores parados. Neste momento, não nos deparamos somente com a participação da Igreja, mas também, com o auxílio dos parlamentares da Câmara que aprovaram fomentos ao movimento. Estes fatores, sem dúvida, contribuíram para o êxito das reivindicações.

Em 1960 ocorreu a greve na Fábrica de Biscoito Aymoré que durou cinco meses. Conforme expôs Heloísa Martins<sup>264</sup>, a greve cessou em 28 de novembro, após a interferência do governo estadual de Carvalho Pinto que, negociando juntamente com a presença do Bispo do ABC, de sindicalistas e dos empresários chegaram a um acordo. Os meios e os sujeitos envolvidos na resolução desta greve não fugiram ao exemplo dos movimentos deflagrados nos anos anteriores.

De forma geral, nestes movimentos grevistas os trabalhadores obtiveram vitórias e para tal contaram com o apoio da Igreja, dos trabalhadores de diferentes categorias organizados através do Pacto de Unidade Intersindical e dos representantes da política local, como a Câmara Municipal, o prefeito ou o governador do Estado. Isto traduziu a possibilidade de pressão que os trabalhadores portaram nestes anos e que enfraquecia, assim, a resistência do empregador em se der à exigência do trabalhador.

Concluimos que os trabalhadores souberam usufruir os sujeitos e as instituições que estavam a seu favor e, mesmo o ambiente de disputa pela direção do movimento operário não funcionou como desarticulador do mesmo.

---

<sup>263</sup> VIEITEZ, Cândido G. **Reforma Nacional-Democrática e Contra-Reforma, a política do PCB no coração do ABC paulista 1956-1964**. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

<sup>264</sup> Ibid. p.70.

### 3.6 A Igreja diante do golpe militar de 1964

Tarcísio Soares Veríssimo<sup>265</sup>, congregado mariano e membro da Sociedade São Vicente de Paulo, escreveu freqüentemente na **Folha de Santo André**. Em meio ao cenário repleto de movimentos sociais e da crescente conscientização política da população trabalhadora, este católico expôs sua opinião sobre as greves e sobre a participação dos católicos nestes eventos. Sua opinião parece ter encontrado eco nas vésperas do golpe militar.

Infelizmente, nós, os trabalhadores, ainda não estamos bem informados para levar a bom termo um movimento visando o equilíbrio social da classe operária. É lamentável, que, apesar de tantos esclarecimentos sôbre o verdadeiro sentido da ‘greve’, ainda existam os mais conhecidos por ‘inocentes úteis’, que sem um prévio exame sôbre a situação de cada trabalhador em uma indústria, se aliam aos ‘incapazes’ para realizarem uma greve sem um ‘critério’ justo e exequível, beneficiando apenas ‘alguns’ enquanto outros servem de ‘estopim’ ou bonecos, pois os resultados são sempre de acôrdo com a vontade dos líderes e não dos trabalhadores.

(...)

É preciso que nós, os trabalhadores, nos instruamos mais e que nossos dirigentes sindicais sejam mais esclarecidos, solicitando reajustes reais, atuais, e que o benefício seja para todos, do contrário continuamos confirmando que tais movimentos só nos trazem confusão, tumultos, descontentamentos, desempregos, elevação dos preços dos produtos em geral; fabuloso prejuízo para a economia nacional, e o principal, que muitos querem, ‘engrossamento’ das fileiras comunistas.<sup>266</sup>

Segundo este militante católico, as greves eram realizadas sem que a situação econômica da empresa fosse levada em conta e sem saber se era possível, para a empresa, conceder o que estava sendo pedido pelo sindicato e que, também a

---

<sup>265</sup> Tarcísio Soares, ainda hoje, reside em Santo André e participa das organizações católicas para leigos, como da Sociedade São Vicente de Paulo.

<sup>266</sup> A greve e suas nefastas consequências In **Folha de Santo André**. 14/03/1964. p.3.



reivindicação nem sempre estava de acordo com a aspiração da classe trabalhadora. Tratou de ressaltar aspectos negativos das conseqüências das greves e que este movimento somente serviria aos comunistas que, por sua vez, lideravam os sindicatos. Portanto, os católicos que apoiavam as greves foram determinados como *inocentes úteis* e desta designação poderia fazer parte o próprio Bispo, os sacerdotes que participaram das greves e os leigos dos movimentos católicos. De fato, Tarcísio Soares procurou denunciar a participação dos comunistas nos movimentos de greve e a agitação social causadora da desordem. As palavras deste católico encontraram ressonância no contexto do movimento militar que justificava sua ação na pretensão de afastar a ameaça do comunismo do país.

O mesmo jornal que trouxe as palavras de Tarcísio, registrou o clima presente na região durante o golpe militar que o jornal chamou de *crise político-militar*.

A situação em Santo André e em todo o ABC, durante a crise-político-militar que eclodiu no país nas últimas setenta e duas horas, foi de calma, não se registrando qualquer anormalidade nas atividades do município.

Assim que eclodiu o movimento, o delegado titular da Delegacia de Polícia local, comandando um destacamento especial, invadiu a sede do Sindicato dos Metalúrgicos não encontrando qualquer resistência. Foram presos na ocasião os Srs. Marcos Andreotti e Philadelpho Braz, diretores da entidade sindical. A autoridade policial arrancou os telefones do sindicato e ocupou o prédio que ainda se encontra bloqueado. A polícia percorreu outras entidades sindicais, encontrando as suas sedes fechadas, pois haviam sido abandonadas pelos seus responsáveis. Único fato a registrar foi a paralização dos trens da Estrada de Ferro Santos à Jundiaí, por parte dos empregados da Ferrovia, que se manifestaram favoráveis ao governo federal. Apesar disso, não se constatou qualquer anormalidade no funcionamento das indústrias do município.

(...)

Em sua sessão ordinária de 31 de março realizada à noite, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade requerimento de autoria do vereador Caffé Alves contra qualquer golpe da direita ou da esquerda e favorável às reformas de base.<sup>267</sup>

O jornalista registrou o movimento encontrado nos locais onde se poderia esperar alguma reação ao golpe e parece ter minimizado as reações que relatou, sublinhando que as prisões dos diretores do sindicato dos metalúrgicos, a paralização dos ferroviários ou a manifestação do vereador Alaor Caffé Alves aprovada por unanimidade na Câmara, não foram suficientes para subverter a ordem e para resistir ao movimento militar. Embora não tenha citado qualquer pronunciamento da Igreja local, outro jornal, a **Gazeta do ABC**, publicou uma mensagem do episcopado paulista datada de 1º de abril e ressaltou que era assinada por D. Carlos Carmelo Motta e por D. Jorge Marcos.

Ao encerrar mais uma Reunião Ordinária do Episcopado Paulista, unidos todos pelo amor a Cristo e à sua Igreja, sob a presidência efetiva do Eminentíssimo e Venerado Senhor Cardeal Dom Carlos

---

<sup>267</sup> A situação foi de calma em Santo André. In **Folha de Santo André**. 04/04/1964. p.1.

Carmelo de Vasconcelos Motta, para estudar termos do novo ministério pastoral e aplicar o Plano de Emergência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fomos surpreendidos pelos acontecimentos que não podem deixar de angustiar a alma de todo brasileiro.

(...)

Aplausos a tôdas as forças vivas da Nação para que, a fim de que sejam resolvidos, num espírito de compreensão e de paz, e não pelas armas, os graves problemas brasileiros.<sup>268</sup>

Em pleno Concílio Vaticano II (1962-1965) e entre os debates empreendidos pelos bispos brasileiros sobre os problemas do país, representantes da hierarquia da Igreja escreveram para demonstrar seu descontentamento com os possíveis acontecimentos que poderiam seguir pelo caminho das armas, pois seriam geradores de incertezas quanto ao espírito de paz e de compreensão que deveria de fato existir. Portanto, desaprovavam qualquer violência, fosse esta por parte da esquerda ou da direita.

Os padres operários franceses não apoiaram a realização do movimento militar e, segundo o depoimento do Padre José Mahon, já durante o governo do Marechal Humberto Castelo Branco observaram a recessão que decaiu sobre os trabalhadores.

... houve então a ditadura militar, no começo, é como agora, no começo achavam que podia ser bom, vamos ver, vamos deixar passar um tempo, teve aquela campanha ouro para o bem do Brasil, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ai muita gente, eu, pessoalmente, quando vi esta revolução militar de 31 de março, eu já fui contra na primeira hora, nunca acreditei que podia dar alguma coisa boa para o Brasil, mas muita gente deu chance a revolução, ao Castelo Branco e veio em 65 uma onda de desemprego muito grande e D. Jorge fez uma carta aberta a Castelo Branco que foi publicada nos jornais daquela época, onde ele tomava parte claramente contra toda esta política dos militares, tanto a Ação Católica Operária, como JOC tiveram vários padres que começaram a se manifestar a favor do povo sofrido e contra essa revolução que suprime o direito de greve, que dava o arrocho salarial, ai veio as condições de moradia, ninguém mais podia comprar um terreno e pagar um aluguel, a não ser realmente que seja um bom profissional e teve vários manifestos, vários panfletos distribuídos escondidos para manifestar que a Igreja não se conformava com essa situação e essa atitude política do governo militar que estava tomando conta do país e naquela época também., em 64, nós resolvemos tentar uma experiência de trabalho em fábrica com os operários, nós estávamos em três porque chegou mais um depois, o Padre Roberto, e nós três fomos trabalhar em fábrica, então nós íamos trabalhar e eu fui o primeiro, eu trabalhei de fresador na Villares, indústrias Villares, na Senador Vergueiro, em São Bernardo do Campo, e trabalhei em 64 e foi muito positivo porque os operários estranhavam a presença de um padre, mas gostavam e depois tinham muita liberdade comigo e, inicialmente, trabalhava só à noite, trabalhava das 21:15 às 6:30 da manhã, então eu fiquei, trabalhava à noite e dormia de dia.<sup>269</sup>

Pelo depoimento, percebemos que a entrada dos padres nas fábricas, a partir de 1964, pode ser compreendida, em parte, em decorrência da instituição do golpe militar, pois diante da vigilância e da perseguição promovida às associações dos trabalhadores, seria um meio de os padres estarem próximos dos operários.

---

<sup>268</sup> Mensagem do Episcopado Paulista. In **Gazeta do ABC**. 04/04/1964. p.5.

<sup>269</sup> Entrevista concedida pelo Padre José Mahon. .

Em 1965, a Igreja do ABC demonstrou claramente sua indignação à política desenvolvida pelo governo de Castelo Branco. D. Jorge Marcos, juntamente a outros sacerdotes, enviou uma carta ao presidente, na qual apresentou a negativa situação econômica da população trabalhadora e condenou a repressão aos movimentos sociais. Mas, estes sacerdotes procuraram se mobilizar também antes da eclosão do golpe, quando pretenderam arregimentar forças contra o possível golpe.

Segundo o depoimento de Philadelpho Braz, alguns sindicalistas, como Marcos Andreotti (liderança do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André), e o Cônego Antunes, da Diocese de Santo André, saíram com um jipe de propriedade do Cônego para percorrer algumas paróquias e fábricas, onde poderiam encontrar quem estivesse contra o eminente movimento militar. Entretanto, a proposta de articulação não frutificou em resultados concretos.<sup>270</sup>

O depoimento do Cônego Antunes trouxe esclarecimentos quanto ao seu envolvimento nas mudanças políticas e à situação dos trabalhadores. Percebemos que o comprometimento que os sacerdotes e os sindicalistas construíram em relação aos problemas da classe operária surgiu de um trabalho edificado há tempos e que por esta ação, então realizada, esperavam uma resposta positiva dos trabalhadores. Esperavam que o operariado tivesse condições de se manifestar contra o golpe militar e em defesa de sua liberdade, o que não ocorreu.

Minha grande decepção foi no dia do golpe. A gente tinha muita confiança na massa. Eu pensei que o povo ia se reunir, mas não apareceu ninguém. Lembro-me de uma cena: veio o exército inteiro para Santo André. Na estação da estrada de ferro estavam os soldados, duros, com a metralhadora na mão. O pessoal, o povo, passava por baixo da arma e ia embora como se nada tivesse acontecido. Se o pessoal tivesse alguma coisa na cabeça, algum sentimento de culpa no cartório. Mas nada. Era como se não fosse com eles. Não sei onde erramos.<sup>271</sup>

Este mesmo sentimento de decepção foi notado também no militante jocista, Anastácio Brolezzi, ao ver o resultado das eleições de 1963, quando apontou que os candidatos da direita tiveram mais vitórias do que os da esquerda.

Talvez possamos compreender esta falta de reação dos trabalhadores ao golpe militar, relatada pelo padre, se pensarmos que esta nova situação política não lhes transparecia como uma ameaça a sua vida cotidiana de trabalhador das fábricas e como habitante do ABC. Já, as reivindicações que defendiam nos momentos de greve,

---

<sup>270</sup> Este fato foi relatado por Cândido Giraldez Vieitez na obra **Reforma Nacional-Democrática e Contra-Reforma, a política do PCB no coração do ABC paulista 1956-1964**. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

<sup>271</sup> Depoimento do Cônego José Benedito Antunes apud VIEITEZ, C. G. op cit.p.27.

importavam diretamente à sua realidade. Desta forma, compreendemos a apatia e não o medo, observado, pelo Cônego, nos trabalhadores.

A decepção, também apontada pelo militante jocista em relação ao resultado da eleição municipal anterior ao movimento militar, mostra que estes militantes e sacerdotes esperavam encontrar na população trabalhadora um nível de politização que correspondesse aquela que eles portavam. Como consequência da ausência de politização, notada pelo militante e pelo padre, passaram a questionar a eficácia de seu trabalho de conscientização.

Havia proximidades de alguns sacerdotes e leigos com sindicalistas que militavam no partido comunista. Philadelpho Braz, então sindicalista metalúrgico e comunista, expôs como se relacionava com os sacerdotes e com os leigos e, falou sobre a participação destes nas assembléias no sindicato.

Mas daí, diante das atividades, da dinâmica do município, da sociedade, dos movimentos sociais, a Igreja foi vendo que ela estava ficando à margem. Ela tava perdendo terreno, eles passaram a militar mais nessa área aí com esses rapazes - José Nanci, eles vinham no sindicato e o bate pau você notava, nas assembléias você distinguia o grupo deles num canto.

De acordo com a tese que eles defendiam você sabia quem eram eles e eles levavam aquela massinha deles, 10, 20 caras, faziam um barulho porque o José Nanci sempre foi um bom agitador e no fim, perto de 1964 ele já estava mais dentro do partido comunista do que da Igreja, embora continuava falando que era cristão.

(...)

Quem nós tínhamos mais amizade era com D. Jorge e com o monsenhor Antunes. E eles começaram a se envolver tanto que foi se incompatibilizando com o outro lado. Aí é que apelidaram D. Jorge de bispo vermelho.<sup>272</sup>

José Nanci, a quem se referiu Philadelpho Braz, foi membro da Congregação Mariana e nos anos próximos ao golpe militar, juntamente a um grupo de cerca de oito congregados, ingressaram para a Ação Popular (AP)<sup>273</sup>, pois este grupo se posicionou contra o regime militar que utilizava a repressão policial para manter a autoridade sobre as possíveis e reais oposições.

Estes movimentos de oposição ao novo regime não tomaram tanto o espaço na mídia escrita, quanto às manifestações de apoio ao mesmo fato. No final do mês de abril, os jornais do ABC noticiavam que estava sendo organizada a Marcha da Família

---

<sup>272</sup> Entrevista com Philadelpho Braz realizada em 11/06/2001.

<sup>273</sup> A AP começou a ser articulada como desdobramento da Juventude Universitária Católica (JUC), entre os anos de 1959 a 1960 e formou-se, de fato, em 1962. A AP, movimento não confessional, apresentou importante participação na estruturação da UNE, onde até pelo menos o ano de 1964 elegeu os presidentes da entidade. Em 1969 um grupo dissidente da AP formou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e a AP adotou uma linha maoísta, sendo influenciado pela Revolução Cultural Chinesa. Entre 1971 a 1972, a AP modificou seus estatutos e passou a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista (APML), se aproximando mais do Partido Comunista do Brasil. Neste período muitas lideranças passaram a integrar o PC do B.

com Deus pela Liberdade em Santo André, segundo os moldes da Marcha realizada em São Paulo e, que antecedeu o golpe militar. A Marcha no ABC foi agendada para o dia 28 de abril e os participantes deveriam se reunir na Praça do Carmo, às 15:00 horas.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade está sendo encampada pelo Centro Democrático de Estudos e Debates de Santo André. O desfile será realizado às 15 horas, do dia 28 do corrente, partindo da Praça do Carmo, contando também com as seguintes entidades: Associação Comercial, Associação dos Engenheiros do ABC, Associação dos Cirurgiões Dentistas de Santo André, Associação Médica, Lions Clube, Rotary Clube, Associação dos Proprietários de Imóveis, Sindicatos e outros.<sup>274</sup>

Em três de maio, o mesmo jornal que noticiou que a Marcha aconteceria no ABC, escreveu que esta se desenvolveu com pleno êxito, confirmando a *vocação democrática do povo*.<sup>275</sup> Esclareceu que houve o fechamento do comércio e de algumas indústrias para que os funcionários pudessem participar da Marcha e contribuir com o seu sucesso. Anotou também a presença de representantes da prefeitura de Santo André como de João Cara Valentim (presidente da Câmara), Bruno José Daniel (secretário da Fazenda), Fioravante Zampol (vice-prefeito), Waldemar Mattei, Octaviano A. Gaiarsa e Zoito de Souza Assis.

Segundo o depoimento de D. Jorge Marcos, a Marcha aconteceu, primordialmente, contra a sua atuação no clero local.

Aqui, ela foi feita contra mim. Porque justamente, naquele dia pessoas minhas amigas, a quem no domingo eu tinha dado a comunhão, passando na frente da minha casa, de terço na mão, rezando contra os corruptos, mas sobretudo contra os subversivos, que tinham invadido a Igreja. Eu permiti várias reuniões na catedral e em outras Igrejas. E nunca me perdoaram isto. (...)

O que alguns vigários podiam fazer e eu respeitava, que eu não queria ser dominador, era dizer, não, eu aqui não quero a JOC, na minha paróquia. Então eu respeitava porque se eu queria defender o direito da JOC eu também queria vencer o padre a que ele aceitasse e não dizer, olha, tem lá no fundo, tem o teto do galinheiro, tem lá uma sala, vocês se reunam lá. Isso eu não queria. Eu queria uma JOC à luz das lâmpadas da Igreja. E fomos conseguindo.<sup>276</sup>

Sobre o envolvimento da JOC com a política local, D. Jorge afirmou que preferia que o movimento se mantivesse afastado daquela instância, mas parece que sua oposição em relação a esta relação existiu mais por receio de uma possível reprovação por parte da Igreja e da sociedade local, pois afirmou: “Eu tinha receio, eu apoiava assim às escondidas, mas tinha receio de apoiar, para não abrir essas pontes todas, JOC e política, JOC. E a JOC devia ser apolítica, no sentido partidário.”<sup>277</sup>

---

<sup>274</sup> Marcha da Família com Deus pela Liberdade. In **O Repórter**. 26/04/1964. p.1.

<sup>275</sup> Vocação Democrática do povo foi amplamente confirmada. In **O Repórter**. 03/05/1964. p.1.

<sup>276</sup> Entrevista com D. Jorge Marcos op cit..p.59.

<sup>277</sup> Ibid. p.62.

Neste momento histórico, em que o governo federal procurou impor a força militar ao diálogo, percebemos o caminho proposto pelo clero conservador para a história política do Brasil. Os leigos e os sacerdotes que concordavam com aquela linha parecem ter acreditado que, afastado o comunismo e o catolicismo progressista da interferência na mobilização dos trabalhadores, a Igreja que eles defendiam estaria com espaço para se inserir e aplicar, definitivamente, sua interpretação da Doutrina Social Católica entre a sociedade brasileira. Desta forma, acreditaram também que os sindicatos já poderiam ser católicos, ou seja, orientados pelos católicos e por sua doutrina. Podemos perceber isto através da coluna *Repórter Sindical* que saía freqüentemente no jornal **O Repórter**.

Trabalhador! Aqueles que dirigiram os sindicatos antes da revolução, tornaram a atividade e a vida sindicais uma espécie de obra marcada e suspeita. Mais do que os direitos inerentes à classe, na vida sindical de então cuidava-se dos programas políticos e de agitação, contra as instituições. O contrário disso, para defesa total dos direitos de quem trabalha, nada melhor do que intensificar sua vida associativa. (...)

Agora que estamos bem livres do perigo vermelho, não se justifica mais a oposição à sindicalização nem a pressão de certos patrões. Os grandes benfeitores da humanidade como é o caso de João XXIII, quando falam sobre o valor destas entidades, dizem: São organismos absolutamente indispensáveis para a salvaguardar a dignidade e a liberdade da pessoa humana.<sup>278</sup>

Outro texto publicado na mesma coluna, também sublinhou que os líderes sindicais comunistas estavam comprometidos com a política e preocupados em expandir sua ideologia e, afirmava que somente a neutralidade dos cristãos poderia, por fim, associar a entidade sindical à promoção do operário. O capitalismo explorador também deveria ser combatido.

Agora podemos falar em termos cristãos e reivindicatórios ao trabalhador porque quem o dirige nos sindicatos não tem e não pode apresentar mentalidade e ideologias marxistas. O grande trabalho dos dirigentes antes da revolução, foi esconder os verdadeiros amigos e defensores do operário. Por que esconderam os verdadeiros amigos e defensores do operário? Porque os sindicatos não estudaram a Doutrina Social de Leão XIII? – Se tivessem lembrado esta frase do grande sociólogo - “ Deve quebrar-se o ateísmo do capital, que explora até a destruição o operário, tratando-o como simples máquina produtora. Pois ele constitui um crime à classe operária e uma degradação da mesma. (...) se tivesse discutido só esta sentença, ela valia para desmascarar aqueles que levam apenas o capital para frente, esquecendo-se de que o capital não pode existir de forma alguma sem o trabalho, nem tampouco pode existir o trabalho sem o capital.

(...)

O operário foi, durante muitos anos, atirado contra o capital, contra os orientadores cristãos, contra tudo e contra todos, passando a assistir a congressos de estudantes, congressos políticos, e à conferência sobre os paraísos que nunca existiram.<sup>279</sup>

---

<sup>278</sup> Sindicalizar: bem ou mal? In **O Repórter**. Santo André, 24/06/1964.

<sup>279</sup> Capital e Trabalho In **O Repórter**. Santo André. 14/06/1964.

Mas, concomitantemente a este movimento do catolicismo conservador, muitos operários continuavam mobilizados e demonstrando seu total apoio ao Bispo. Em 21 de abril de 1966, os operários realizaram um ato na Igreja Nossa Senhora do Carmo, quando procuraram legitimar as ações de D. Jorge Marcos e, para tal, ressaltaram as conclusões afirmadas pelo Concílio Vaticano II e a linha de trabalho proposta por João XXIII para a Igreja Católica. Desta forma, o Vaticano II atribuiu forças para que os católicos progressistas pudessem resistir à expansão dos conservadores (fig.23).

O ato dos operários teria sido organizado pela FNT que, ao mesmo tempo em que viu a necessidade de expressar para a sociedade local que o Bispo não estava sozinho, também percebeu que deveria discutir a direção que seria dada aos sindicatos depois de afastados os comunistas. A Frente Nacional do Trabalho (FNT) se reuniu para discutir sobre a direção dos sindicatos num seminário que aconteceu no início do mês de julho. No seminário, coordenado pelo frei franciscano Luís Maria Alves Sariani (assistente da FNT), considerou-se que o afastamento dos comunistas conferiria necessidade de maior ação junto às massas, ou seja, o desfecho dos acontecimentos político-militares apresentou, a estes católicos, uma porta aberta para que ocupassem o lugar antes pertencente aos comunistas. Parece, desta forma, terem assistido ao movimento dos militares como uma abertura para sua entrada no cenário político e social.

Entretanto, sabemos que o governo militar centralizou as decisões em sua classe e procurou afastar de cena os políticos que inicialmente apoiaram o golpe com o objetivo de, também, aproveitar para ocupar espaços na política. Este foi o caso de Adhemar de Barros (governador de São Paulo), Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais) e Carlos Lacerda (governador da Guanabara-RJ) que pretendiam se candidatar à presidência no pleito que aconteceria em 1966, mas para tal foram impossibilitados pelo novo governo.

Observamos que as instituições do governo foram bastante ágeis no que se refere a ocupar os espaços, então, obrigatoriamente desocupados pelos militantes comunistas. A Delegacia Regional do Trabalho, rapidamente, nomeou interventores para as principais instituições sindicais, entre estes, alguns compunham o setor conservador da Igreja.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André sofreu intervenção, quando a direção passou para Pedro Romanich, sindicalista e membro do Círculo Operário Católico, que já havia concorrido, em pleitos anteriores, pela direção do sindicato. Segundo Cândido Vieitez, o Movimento Sindical Democrático (MSD), entidade criada no

início dos anos de 1960 e que defendia o anticomunismo, apoiou Romanich em suas incursões pelo sindicato. Vieitez ainda afirmou que, embora o clero fosse composto por diferentes setores, no momento de falar contra o comunismo, faziam um mesmo coro.

Entretanto, nesta pesquisa não foi isto que notamos. Certamente que, como já afirmamos, D. Jorge procurava incentivar os leigos a tomarem os espaços pertencentes aos comunistas e também procurava convencer a população local à não votar nos candidatos apoiados pelo partido comunista, mas pudemos perceber que sua interferência no movimento operário foi, também, responsável pela mudança de seu discurso anticomunista. Em 1956, denunciava os comunistas como lobos em pele de cordeiro, num discurso que poderia bem pertencer a um católico mais conservador, entretanto, nos anos seguintes seu anticomunismo estava mais “brando”, ou seja, parece que não mais repetia simplesmente o discurso do Vaticano quanto a esta questão, mas que o havia transformado segundo a realidade que vivia na região. Isto não nos permite de modo algum admitir que, nesta questão, havia uma unidade no clero local.

O Sindicato de Fiação e Tecelagem também sofreu intervenção, passando a ser dirigido por Paulo Faccina, então vereador suplente. Instaurado o golpe, alguns vereadores, como o próprio Caffé Alves e Lincoln dos Santos Grillo do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Acylino Bellisomi<sup>280</sup>, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), renunciaram ao mandato na Câmara.

A crítica aos católicos progressistas se tornou mais freqüente nos jornais. Leonildo Tabosa Pessoa e Paulo Dias da Costa teceram suas críticas através do **Jornal de Santo André**, onde o primeiro apontou que o diálogo entre católicos e comunistas não deveria existir. Parecia, assim, criticar a relação que havia entre alguns sacerdotes e os militantes comunistas e sindicalistas. Estas críticas, antes do golpe, não surgiram com tanta freqüência nos periódicos locais, mas a vitória das forças militares forneceu a estes católicos, uma outra posição diante dos movimentos sociais locais e ainda, os colocou em cena, em lugar das greves, das organizações dos operários e das reivindicações, tão freqüentes na região.

Segundo Leonildo Tabosa Pessoa, para os católicos progressistas:

...o diálogo com os comunistas é uma exigência da própria caridade cristã, aberta a todos os homens. É em nome dessa ‘caridade’, entendida como *lhe convém*, e que, de resto, é usada mais como pretexto para a capitulação do que como manifestação de uma convicção que a chamada ‘esquerda católica’ passa por cima dos princípios e sacrifica os próprios interesses da Igreja,

---

<sup>280</sup> Atualmente Acylino Bellisomi ocupa o cargo de Secretário de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Santo André, gestão 2001-2004.



aceitando a mão estendida dos que consideram a religião o ‘ópio do povo’ e não escondem o propósito de substituir qualquer idéia de Deus pelos dogmas irracionais do materialismo ateu. Nestas circunstâncias, o Santo Padre condena o comunismo e proíbe a colaboração entre católicos e comunistas mas, ao mesmo tempo, reza pelos que estão no êrro, e especialmente se encontram em grave estado de saúde, para que obtenham de Deus o perdão. Trata-se de uma atitude equilibrada que dificilmente será imitada pela chamada ‘esquerda católica’ que por isso lhe faria perder o título de ‘progressista’...<sup>281</sup>

Percebemos através deste texto, como a relação entre os católicos chamados progressistas e os militantes comunistas foi condenada pelos católicos conservadores e, também, que estava presente no ABC. Leonildo Tabosa condenou a ação dos progressistas, pois estes estariam auxiliando os comunistas na disseminação de sua ideologia e caminhando, portanto, contra a Igreja Católica. Segundo Frei Betto, Leonildo Tabosa, ex-seminarista, havia se tornado um “crítico amargo da Igreja Católica”.<sup>282</sup>

O Bispo de Santo André enfrentou uma repreensão também amarga sobre suas ações junto aos trabalhadores e, desta vez, a crítica parece ter sido iniciativa do governo militar e dos simpatizantes do regime. No ano de 1968, D. Jorge sofreu dois acidentes: um em São Bernardo do Campo e outro em, Brasília. “Tive outro atropelamento em São Bernardo. Cessaram o tirante de freio do meu carro. Recebi uma coronhada de uma metralhadora, me quebrou três costelas.”<sup>283</sup>

O Bispo explicou que recebeu a coronhada durante uma assembléia dos trabalhadores, na greve dos trabalhadores na Fábrica de Biscoito Aymoré, quando entraram em confronto com a polícia.

D. Jorge Marcos, devido às experiências por que passou com a repressão militar e com as duras críticas dos católicos, parece ter apreendido a valorização do trabalho realizado pelos militantes comunistas, pois alguns destes seriam portadores de um ideal sincero em relação à classe trabalhadora. “O nosso movimento aqui [no ABC] não era só da JOC, ele era muito amplo. Então eu tinha relacionamento com todo o grupo sindical quer ligado ao aspecto religioso, quer não, como os grupos também, chamados de extrema, sobretudo o pessoal do PC do B, Partidão, que eram alguns deles, uns santos homens. E muitos ainda são. Admiráveis, continuam no ideal.”

Entretanto, pudemos perceber no ABC a presença de um trabalho anticomunista por parte do Bispo e que teria justificado sua presença na diocese do ABC. Philadelpho

---

<sup>281</sup> Orações e não diálogo. In **Jornal de Santo André**. 9/09/1964. p.1.

<sup>282</sup> Frei Betto, **Batismo de Sangue. A Luta clandestina contra a ditadura militar**. Dossiês Carlos Mariguella e frei Tito. São Paulo: Casa Amarela, 2000. p.229.

<sup>283</sup> Entrevista com D. Jorge Marcos. Op. cit.

Braz sublinhou que somente depois do golpe militar, D. Jorge se aproximou dos militantes comunistas.

Em outra passagem, na mesma entrevista, D. Jorge criticou a atuação dos comunistas e o que aparentemente poderia ser uma contradição entre suas considerações sobre a chamada extrema esquerda, pode ser compreendida quando percebemos o processo de exclusão que ele sofreu por parte dos católicos, após a instituição do regime militar. Esta exclusão exercida por parte dos católicos, por outro lado, teria causado a aproximação do Bispo aos militantes comunistas.

A JOC dava um sentido de proteção ao ambiente de produção, tanto que quando um grupo de loucos resolvia colocar chumbo numa máquina, que se tornaria irrecuperável, ou então assaltar uma indústria em greve, nós sempre tínhamos os que se tornavam contra, e no nosso período, que era muito agradável, a gente sabia que os piquetes não tinham como finalidade só impedir a entrada de trabalhadores na indústria ou na empresa em greve, mas era também a de proteger a indústria, a empresa para que ela não fosse destruída pelos trabalhadores ou animadores, que em geral tinham ideais políticos, muitas vezes até de extrema esquerda, a extrema esquerda falsa, sem ideologia e da conquista rápida do poder.

Esse seria então o bloco do Partido Comunista que aqui no Brasil realmente teve duas expressões muito leves e sem nenhuma maior importância.<sup>284</sup>

Aqui, sobressaiu o ideal de atuação defendido pela Ação Católica e que se referia à valorização do trabalho e ao incentivo ao orgulho do trabalhador, em decorrência de sua função social. Desta forma, caberia ao trabalhador defender o seu meio de trabalho e não *destruí-lo*. Os que defendiam outro meio de atuação foram acusados, pelo Bispo, de pertencerem à *extrema esquerda falsa*, correspondiam aos membros do Partido Comunista e visavam o poder político.

Observo que a ação do Bispo foi permeada pelo objetivo de afastar de cena os militantes comunistas e de aprofundar as raízes da liderança dos cristãos no movimento operário como afirmou Cândido Vieitez, entretanto, o primeiro fator não foi o fim principal de sua prática e o segundo prevaleceu sobre aquele. Neste sentido, concordo com Heloísa Martins, que percebeu na atuação de D. Jorge o objetivo de auxiliar a luta dos trabalhadores, pois estava sensibilizado com seus problemas. Entretanto, diferente do que a autora afirmou sobre a presença de um estreitamento entre as relações do bispo com os militantes comunistas, pude perceber que prevaleceu o anticomunismo na ação do clero local e que esta tendência só se modificou depois do golpe militar de 1964, quando o bispo sofreu retaliações mais fortes por parte da sociedade católica.

---

<sup>284</sup> Ibid. p.57.

Segundo o Padre José Mahon, principalmente depois de 1968, esconderam várias pessoas que estavam sendo perseguidas pela polícia e receberam, em suas paróquias, grupos de oposição ao regime que como disfarce fingiam estar discutindo a Bíblia.

Mas eu acho que aí que a Igreja teve um papel muito importante, porque as outras organizações não podiam se manifestar claramente e quem queria resistir à ditadura militar entrava para a Igreja, nem tanto para fazer parte da Igreja, mas para poder resistir e naquela época nós tivemos muitos militantes de movimentos que não eram cristãos, não eram ligados a igreja, mas eles vinham assim para poder lutar dentro da Igreja, aí teve muitas coisas, e teve pessoal que se escondia, nós escondíamos na casa paroquial muitas pessoas.

...mas tinham pessoas que chegavam assim de São Paulo e do Rio e estavam se escondendo e iam para a casa de uma, para a casa de outro e mandava para tal lugar, aí chegavam e pediam para serem escondidos, aí ficavam, às vezes uma semana, às vezes ficava seis meses, teve gente que a gente tentou avisar que a polícia estava atrás, tem muitos fatos, e além de todos estes fatos tinha também aqueles que eram ligados à polícia e vinham fingindo que estavam fugindo da polícia para ver como a gente ia atender eles, então nós não podíamos, chegar alguém e dizia a polícia está atrás de mim, não podíamos dizer entra, vamos te esconder, tínhamos primeiro que perguntar se era verdade, e às vezes não era.<sup>285</sup>

O Padre José Mahon relatou as condições de atuação no Jardim Zaíra, em Mauá, onde havia um núcleo de militantes da Ação Popular (AP). No bairro, a Igreja São Paulo Apóstolo que nos anos de 1960 tinha como pároco o Cônego Walfrides José Praxedes<sup>286</sup>, chegou a receber grupos de militantes do movimento operário.

Como contou o Padre Mahon, até o ano de 1968 conseguiam fazer suas atividades, entretanto, depois de decretado o AI-5 em 13 de dezembro, a repressão se tornou mais intensa e tiveram que articular outros meios de organização. A partir daí, como afirmou, as missas passaram a ser freqüentemente assistidas e gravadas pelos policiais do DEOPS. "(...) foi muito difícil, lá no Jd. Zaíra tem 22 pessoas da comunidade, quase todos homens, mas tinham também 3 ou 4 mulheres também que a polícia prendeu, torturou e ficava uns três ou quatro meses presos, todos perderam o emprego, a família não tinha mais condições para viver, era o povo do bairro que sustentava estas famílias, mas o povo do bairro morria de medo porque o bairro estava sendo vigiado pela polícia dia e noite, assim foi."

Segundo Heloísa Martins, as idéias sobre o movimento da AP estavam presentes no ABC desde o ano de 1963, quando operários tomaram contato com o movimento a partir da leitura do jornal *Brasil, Urgente*, e da presença de membros da AP na

---

<sup>285</sup> Entrevista concedida pelo Padre José Mahon.op cit

<sup>286</sup> Em 1966 o Cônego José Praxedes chegou a assumir a paróquia Nossa Senhora do Carmo, mas lá permaneceu somente por 7 dias, entre 5 a 11 de julho. Neste cargo se estabeleceu, então, o Padre Franco Masiero.

Associação de Universitários de Santo André. Sobre este trabalho de conscientização realizado nas fábricas e nos bairros, a autora afirmou que era, principalmente, praticado pelos militantes da Igreja. Um antigo militante da AP, José Ricardo<sup>287</sup>, explicou que tomou conhecimento do movimento através de seu trabalho na fábrica Philips.

Para Heloísa Martins, foi exatamente a partir de 1967 que a presença da AP se fez de forma concreta em Santo André, em decorrência da presença de um grupo que esteve em contato com a revolução cultural chinesa. Passou-se, então a valorizar a prática do trabalho e de ação dos trabalhadores. Entretanto, o depoimento do militante mostrou que antes desta data, a AP já estava presente no ABC e em Santo André.

Como contou um antigo militante da AP, o encontro de membros daquela organização acabava por se misturar ao encontro de membros de outras organizações de operários, como da JOC. Principalmente, depois de 1964, ocorreu uma aproximação da AP com a JOC, pois algumas vezes realizaram encontros usando o nome da JOC, que tinha um acesso mais fácil dentro das paróquias. Segundo o depoimento de D. Jorge Marcos, alguns militantes jocistas passaram a integrar a AP.

O antigo militante da AP veio para Santo André no ano de 1962 e pouco tempo depois tomou contato com a organização a partir do trabalho de conscientização feito por outros operários na fábrica onde trabalhava, a Philips. Segundo ele, para os trabalhadores não havia a distinção sobre qual organização era aquela, pois a prática de luta se resumia, de modo geral, no movimento operário. Desta forma, pode-se compreender que a entrada da AP na região pode ter realmente acontecido nos primeiros anos da década de 1960.

Os militantes da AP acabaram por fixar um bairro localizado em Mauá como principal local de encontro, mas por vezes se reuniram em Santo André. Escolheram o bairro de Mauá, segundo a explicação do ex-militante, porque era distante do centro do município e de Santo André. Era um bairro bastante simples e que não atraía a atenção da polícia política e do governo local. Segundo Heloísa Martins, a arregimentação de militantes da AP naquele bairro de Mauá foi facilitada porque o padre da paróquia local já desenvolvia um trabalho de conscientização com a população trabalhadora.

A AP em Mauá era coordenada por Olivier Negri, por José Aparecido e, José Nanci também exercia uma liderança no grupo. Os militantes escolhiam as casas de alguns companheiros para se encontrarem e discutir sobre meios de atuação contra o

---

<sup>287</sup> Entrevista concedida por José Ricardo em agosto de 2001.

regime e sobre a política nacional. A Igreja foi também local de encontro, entretanto, menos procurado do que as casa dos militantes.

Assim como o Padre José Mahon relatou, deu-se início a uma articulação clandestina dos operários e dos estudantes que escondidos prosseguiram sua discussão sobre a situação do governo no Brasil.

Nos primeiros anos da década de 1960 assistimos às alterações nas organizações dos leigos católicos. Os movimentos se reorganizaram em decorrência da estrutura interna dos movimentos que impedia que adultos continuassem militando nas organizações de jovens e também devido ao contexto político tomado pelo golpe militar que acabou exigindo esta reestruturação. Os militantes da JOC que formaram a ACO levaram suas experiências para a nova organização, transportando o método de análise social – o ver, julgar e agir e desenvolvendo sua crítica social e política.

A situação política imposta pelos militares resultou na articulação dos sacerdotes e dos leigos que se opuseram ao movimento de 1964. Diante da falta de liberdade e das evidentes injustiças sociais presentes no país, aqueles católicos desenvolveram formas de ação através das Comunidades Eclesiais de Base e da cristalização da Teologia da Libertação. Mesmo sob a orientação do Papa João Paulo II que chegou a repreender a teologia gestada na América Latina, percebemos o comprometimento dos católicos nos problemas enfrentados pelas populações pobres.

## IV Conclusão

O desenvolvimento da Diocese no ABC, a partir de 1954, acompanhou a linha de trabalho e objetivos propostos pela Igreja Católica no pós-Segunda Guerra Mundial e que se referiu, primordialmente, aos caminhos abertos pelo Papado de João XXIII. Este incentivou a evangelização através da Ação Social Católica e demonstrou a preocupação com a justiça social no mundo, quando condenou as diferenças entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Nos últimos anos da década de 1950 se intensificou a preocupação do Vaticano com a possível expansão do regime comunista pela América Latina que, para tal, desenvolveu práticas e ideais que acabaram por incentivar a ação dos católicos entre os problemas sociais e com as populações pobres. Esta preocupação se estendeu por todo o mundo e exigiu das nações mais ricas do mundo que voltassem seus olhares para os países subdesenvolvidos.

O Bispo do ABC, D. Jorge Marcos de Oliveira, escolheu percorrer o caminho ao lado dos operários e neste sentido, possibilitou liberdade para a Ação Católica e, conseqüentemente, acabou por desestimular a prática das associações como os Círculos Operários Católicos e a Congregação Mariana que caminhavam por estradas distintas das da Ação Católica. O Bispo foi organizando aos poucos, um corpo de

sacerdotes e de leigos que tinham a mesma preocupação que ele, entretanto, como percebemos através do estudo, muitos destes sujeitos estavam presentes na região antes de sua chegada. No Bispado, reuniu padres de outros estados comprometidos com os problemas sociais, abrigou os padres operários franceses, estimulou e possibilitou a ação dos jovens operários católicos e participou diretamente das greves e das reivindicações dos trabalhadores. Estas ações resultaram na identificação de seu Bispado como progressista e o deixou conhecido como o “bispo dos operários”. Percebemos que a ação deste Bispo, assim como a de outros sacerdotes no Brasil, extrapolou os limites de ação impostos pela hierarquia católica e por tal motivo foram reprimidos. Notamos mais claramente este movimento após 1964, quando se deu o golpe militar e as forças mais conservadoras da Igreja e da sociedade ganharam voz para criticar os chamados progressistas. Mas, embora desestimulados em sua ação, sacerdotes e leigos continuaram agindo de acordo com seus ideais.

Entre os sujeitos que estavam presentes e já atuantes no ABC, antes da formação da Diocese, podemos citar os militantes da JOC. Neste sentido, observo que a formação da Federação da JOC no ABC foi mais importante do que, exatamente, a edificação da Diocese (1954), embora, o Bispo D. Jorge Marcos tenha desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento do movimento operário nos anos seguintes. A formação da Federação possibilitou que os militantes se voltassem, prioritariamente, para os problemas locais. Os militantes tomaram novas posições dentro do movimento, reorganizando-o internamente. Passaram a ter maior autonomia, pois não estavam mais submetidos à Federação da JOC de São Paulo. A partir daí o grupo se tornou mais consistente e estreitou, aos poucos, as relações com os sindicalistas e com os militantes de outras organizações dos trabalhadores do ABC.

Inicialmente, o apoio do Bispo aos operários leigos não foi percebido e até pelo contrário, sua ação acabou dificultando a prática dos militantes quando designou um padre conservador para a assistência ao movimento. Foi preciso a ação dos militantes para a aproximação ao Bispo, fazendo com que conhecesse as atividades desempenhadas pela JOC. Assim, conseguiram mostrar o trabalho que faziam e, então, ganharam sua confiança, mas até chegarem a este ponto foram personagens e protagonistas de conflitos com o clero local. Entretanto, estes conflitos existiam antes da chegada do bispo e persistiram posteriormente, embora tenham sido minimizados. Os conflitos com os padres parecem ter diminuído quando da solução encontrada por D. Jorge Marcos que se referiu a receber, no ABC, padres vindos de outros estados do

Brasil e também do exterior. Estes padres estavam mais próximos da Doutrina Social Católica que indicava para o trabalho com as populações pobres e para maior ação e autonomia do laicato. A presença destes padres foi constante durante os últimos anos de 1950 e, principalmente, a partir do princípio da década de 1960. Em relação a JOC, percebemos que D. Jorge Marcos procurava não interferir em suas atividades e deixava com que os militantes exercessem sua autonomia. No final da década de 1950, o Bispo se mostrou totalmente sensibilizado e envolvido com os problemas enfrentados pela população trabalhadora e passou a intermediar os acordos entre o operariado e o empresariado e a defender suas causas junto aos poderes políticos.

A pesquisa realizada demonstrou que os operários católicos tinham objetivos claros dentro do movimento católico e da classe operária e, sabiam o que estavam fazendo naquele lugar. Isto não quer dizer que suas idéias e concepções não se transformaram durante os anos estudados, mas que a formação de um grupo coeso e forte foi fundamental para o desenvolvimento do movimento da JOC junto ao movimento operário. Compreendemos a importância da formação daquele grupo da JOC ao perceber que, no início da década de 1960, muitos dos integrantes ingressaram para a ACO (Ação Católica Operária) e continuaram militando.

Devido às experiências dos militantes da JOC, junto aos acontecimentos nas fábricas e nos bairros, e às dificuldades que encontraram dentro da Igreja, foram levados a observar uma distinção entre o que era o **movimento de Igreja** e o que era o **movimento operário**. O primeiro dizia respeito a evangelização da classe operária, a sua elevação espiritual. O segundo refletia as lutas dos operários por melhores condições de trabalho, de moradia e outras reivindicações referentes aos trabalhadores.

Desta forma, o sagrado poderia se apresentar separado do profano (das questões puramente temporais), pois nem sempre interessou aos jovens que a Igreja interferisse nos encaminhamentos das resoluções dos problemas do trabalho. Entretanto, esta distinção diminuiu na medida em que os padres e o Bispo participaram das ações de luta do operariado.

Um aspecto importante que pôde ser observado foi que os militantes da JOC, ao se aproximarem de sindicalistas ou de militantes comunistas, não se distanciaram da religiosidade. Isto mostrou que tinham bastante claro quais eram seus objetivos e ideais, o que permitia que se aproximassem de grupos políticos que portavam distintas orientações. Aproximavam-se daqueles quando parecia interessante, quando os ideais se assemelhavam.



Os militantes incorporaram o ideal proposto pela Igreja Católica sobre a necessidade de salvação da classe trabalhadora e ao se sentirem valorizados e com tal capacidade, dominaram o movimento da JOC. Este ideal, na percepção dos militantes, não pertencia à instituição Igreja Católica, embora estivessem burocraticamente ligados a ela. O objetivo da ação dos jovens extrapolava os limites impostos pelos sacerdotes e pela hierarquia. Os militantes se sentiam valorizados quando incorporavam o ideal jocista (salvação da classe operária) e para sua efetivação agiam no seu meio e procuravam conquistar outros jovens, pois eram considerados como os únicos capazes desta ação.



Fig.1



Fig.2



Fig. 3



Fig. 4

Manuais de orientação ao movimento Jocista produzidos nas décadas de 1940 e de 1950.

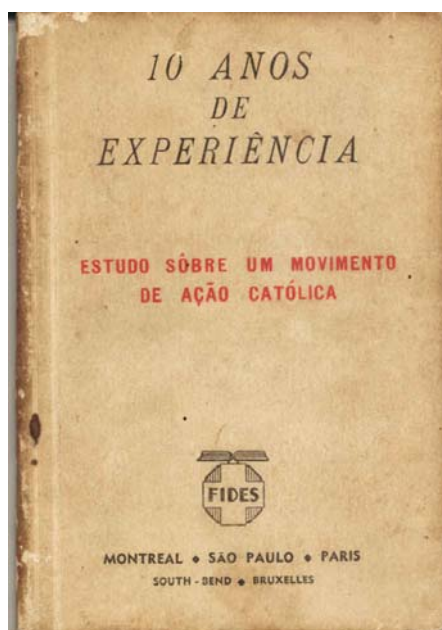


Fig. 5

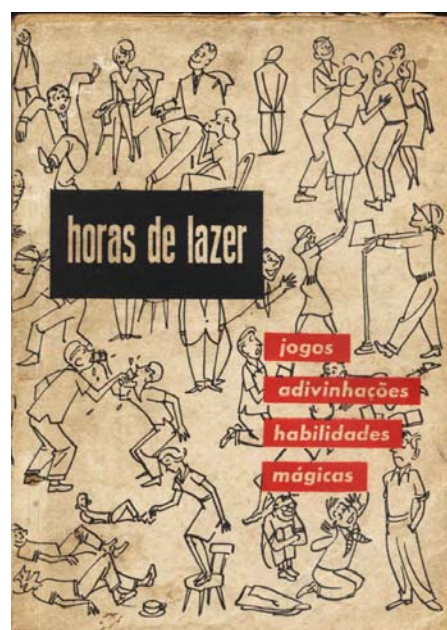


Fig. 6

Manuais de orientação ao movimento Jocista produzidos nas décadas de 1940 e de 1950.

# CONGRESSO DA JOC EM ROMA!

COM OS REPRESENTANTES DE 85 PAIZES:

— Queremos que os jovens que trabalham sejam respeitados como homens e filhos de Deus.

— Afirmamos a fraternidade cristã perante os preconceitos de cor e de raça.

— Condenamos os regimes de força, de opressão, de esoravidão e as injustiças que se praticam nos países livres.

— Um espírito de luta esclarecido pela dignidade do trabalhador;

— Confiança na generosidade e no espírito de sacrifício da classe operária.

J  
U  
L  
G  
A  
R



— Um esforço cada vez maior pela união de todos os trabalhadores



— A LUTA DEVE SER CONTINUADA ATÉ A VITÓRIA FINAL!

— Agradeceremos à Igreja na pessoa do Santo Padre Pio XII, pela defesa que assegura à juventude trabalhadora.

— Agradeceremos todos os pronunciamentos dos Santos Padres em favor da juventude e da classe operária.



**A Juventude trabalhadora do Brasil  
Agradece a Mons. Cardijn**

*Cardijn fundador da J.O.C.  
Em 1912 começou suas experiências de J.O.C. com 6 adolescentes e depois com 6 rapazes. Hoje ele próprio vê a sua semente lançada na Belgica, espalhada em 85 países.*

Fig. 7

Jornal **Construir**, Agosto de 1957 – Publicação mensal da JOC.



Fig.8



Fig.9



Fig.10



Fig.11



Fig.12

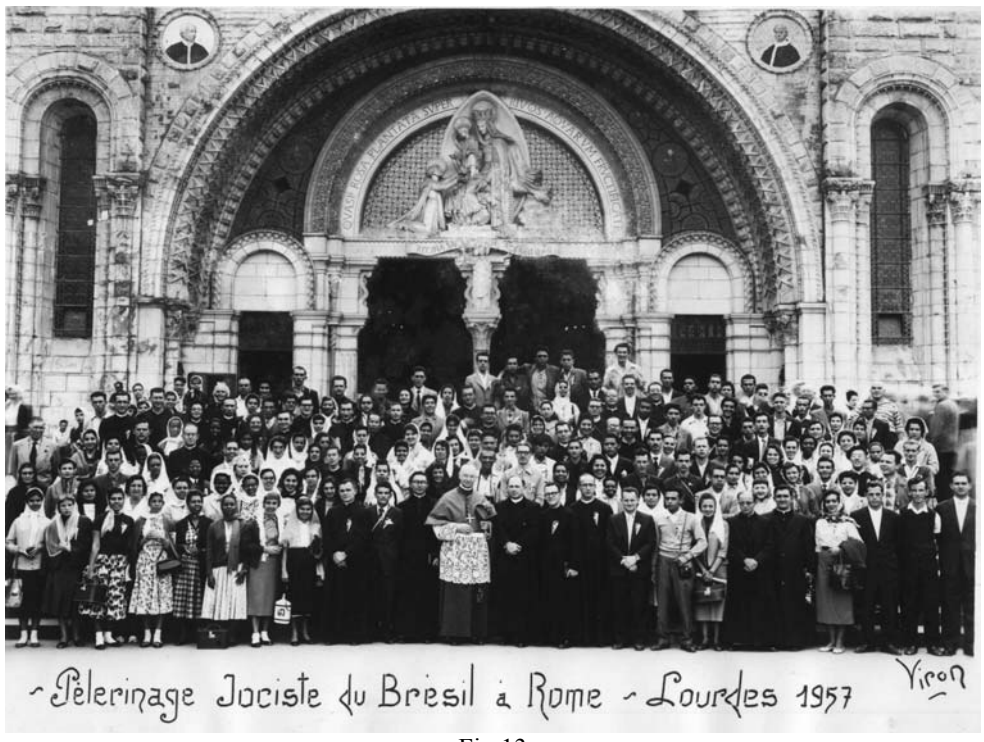


Fig.13



Fig.14



Fig.15



Fig.16



Fig.17



Fig.18



Fig.19



Fig.20



Fig.21



Fig.22



Fig.23

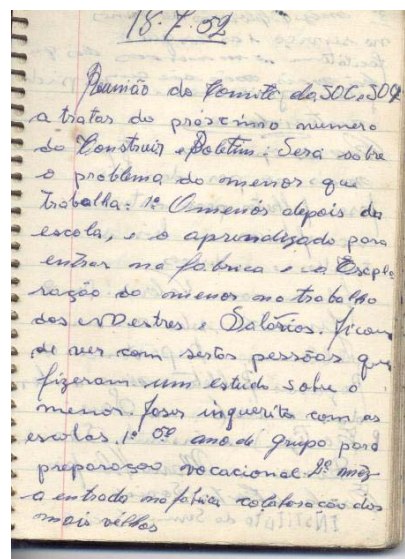


Fig.24

## Fontes

### Cartas

**Carta de Zezé para Anastácio Brolezzi.** Rio de Janeiro, 15/07/1952.  
**Carta de Cornélia para Anastácio Brolezzi.** Recife, 28/05/1958.  
**Carta de Tibor Sulik para Anastácio Brolezzi.** Rio de Janeiro, 21/03/1955.  
**Carta de D. Mayer ao Arcebispo de São Paulo.** São Paulo, 12/09/1940.  
**Carta do Padre Paulo Pedrosa ao Arcebispo de São Paulo,** São Paulo, 16/07/1943.  
**Carta de D. Mayer ao Arcebispo de São Paulo,** São Paulo, 19/07/1943.  
**Carta do Padre José Mahon** enviada a autora, Portugal, 30/08/2001.

### Entrevistas:

**Anastácio Brolezzi**  
**D. Jorge Marcos de Oliveira**  
**Padre José Mahon**  
**José Ricardo**  
**Philadelpho Braz**  
**Padre Rubens Chasseraux**  
**TSV**

### Imprensa

**Folha da Manhã**  
**Folha do Povo**  
**Folha de Santo André**  
**Gazeta do ABC**  
**Jornal de Santo André**  
**News Seller**  
**O Repórter**

### Manifestos e demais documentos produzidos pelos leigos

**Cadernetas de anotações** (1952 -1965)  
**Convite,** Santo André, 12/04/1951.  
**Convite para 1º Comunhão Pascal na Firestone,** 24 de junho de 1956.  
**Discurso em Saudação á D. Jorge Marcos de Oliveira** pela posse da diocese de Santo André. Santo André, 1954.  
**Histórico da ACO.** ACO-Guanabara, Rio de Janeiro. 19\_\_.  
**Manifesto da Ação Católica Operária da Diocese de Santo André** publicado pela Ação Católica Operária de Santo André, com apoio da JOC e da JOCF. Santo André, 1965.  
**Manifesto da Ação Católica Operária (ACO) aos operários, aos patrões, às autoridades, à Igreja e a todos os homens de boa vontade sobre a situação dos trabalhadores do nordeste.** Equipe Regional, Fortaleza, 10 de março de 1966.  
**Manifesto Nordeste: o homem proibido,** equipe central da ACO de Natal (RN). 1970.  
**Nossa História – 20 anos de ACO no Brasil.** São Paulo, equipe da ACO de São Paulo. 1982  
**Presença,** publicação da ACO.  
**Revisão dos Trabalhos realizados no ano de 1965.** ACO, Diocese de Santo André. 196\_\_.

### Manuais e demais publicações elaboradas pela hierarquia católica

**O jovem trabalhador, a jovem trabalhadora diante da vida.** Tradução de aulas dadas pelo Cônego Cardijn em abril de 1949. Aracaju: Comitê da JOC e JOCF, 1952.  
**Para ser Jocista,** publicação do Comitê Nacional da JOC e JOCF, s/d.  
**Romaria da Juventude Trabalhadora,** 6 de setembro de 1953. Comitê da Federação de São Paulo JOC e JOCF.  
**Plano Diocesano de Evangelização.** Atividades Pastorais - 1999, publicado pela Diocese de Santo André.  
**O Papa confia na JOC,** Alocução de S.S. o Papa Pio XII, aos 30.000 jocistas reunidos na praça de São Pedro em Roma no dia 25 de agosto de 1957. Adaptação do padre Afonso Birck S.J., Rio de Janeiro: Secretariado Nacional JOC/ JOCF, 1957.



## Periódicos

12 mil jovens trabalhadores em romaria ao Santuário de Aparecida.In: **Comunicado Mensal da CNBB**.Rio de Janeiro, outubro de 1953.

Nova Circunscrição Eclesiástica, novo bispo diocesano e novo coadjutor.In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, setembro de 1954.

Papel do Pároco na espiritualização das estruturas sociais da paróquia.In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, julho de 1958.

Prestes a partir a peregrinação mundial da JOC.In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, junho de 1957.

O Santo Padre e a JOC In: **Comunicado Mensal da CNBB**. Rio de Janeiro, junho de 1959.

Sugestões para uma Semana Diocesana de Ação Católica In **Revista do Assistente Eclesiástico**, ACB, Rio de Janeiro, Fevereiro, 1948, n.5, ano I.

## Relatórios e Certificados

**Certificado de Registro de Associação Profissional**. Delegacia Regional do Trabalho. São Paulo, 6 de dezembro de 1956.

**Relatório da Assembléia dos trabalhadores em indústrias de artefatos de borracha** realizada na sede do sindicato da categoria, Santo André, 13/01/1957.

**Relatório dos padres Filhos da Caridade**. Padre Pedro. Pastoral da Igreja no mundo operário. 196\_.

## Bibliografia

AGUADO, Juventino de Castro. **O ocaso da utopia e o despertar do carisma: vivências na Igreja Católica em Ribeirão Preto (1978-1988)**, São Paulo, 1997, tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

**Anais do II Congresso de História da região do grande ABC - Caminhos e Rumos. Índios, escravos e operários**. São Bernardo do Campo: Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, 2000.

**50 anos de luta -1933 a 1983**. Santo André: Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra/ Prefeitura Municipal de Santo André. 1983

ANTUNES, Maria Fernanda M. **O Projeto de Brasil da Esquerda Católica expresso no semanário Brasil, Urgente**. São Paulo, 1999, Dissertação (Mestrado em História Econômica), Universidade de São Paulo.

Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**, Petrópolis: Vozes, 2001.

ÁVILA, Fernando Bastos de, S.J. **Pequena Enciclopédia da Doutrina Social da Igreja**, São Paulo: Loyola, 1991.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)**, Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1984.

BEOZZO, Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In FAUSTO, Boris, (org.), **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo: Difel, 1984. t. III, v. 4.

\_\_\_\_\_. **A Igreja do Brasil. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **Padres Conciliares Brasileiros**. São Paulo, 2001, Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue. A luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Mariguela e Frei Tito**. São Paulo: Casa Amarela, 2000.

\_\_\_\_\_. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. col. Primeiros Passos. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. Gustavo Gutiérrez – Um perfil amigo. In: **Revista Eclesiástica Brasileira – REB**, Petrópolis: Vozes, v.49, f.191, Setembro de 1988. p. 544-552.

BIGO, Pierre em **A Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969.

BIRCK, Afonso José. **Um mundo a construir. O apostolado dos leigos no pensamento de J. Cardijn**. São Paulo: Loyola, 1975.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Edunb, 1993. v.1.

BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. **Como fazer Teologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. A Originalidade da Teologia da Libertação em Gustavo Gutiérrez. In: **Revista Eclesiástica Brasileira** – REB, Petrópolis: Vozes, v.48, f.191, Setembro de 1988. p.531-543.

BOFF, Clodovis Frei, Retrato de 15 anos da Teologia da Libertação. In: **Revista Eclesiástica Brasileira** – REB, Petrópolis: Vozes, v.46, f. 182, junho de 1986. p.263-271.

BOLL, Armindo, **Quilombo dos Palmares. A luta pela conquista da moradia (1978-1992)**. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica.

BOTAS, Paulo Cezar L. **A benção de Abril**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CARAMURU de BARROS, Padre Raimundo. **Brasil: Uma Igreja em Renovação. A experiência brasileira em planejamento pastoral**. Petrópolis: Vozes, 1968.

CARDJIN, Joseph. **A hora da classe operária**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

CAVALHEIRA, D. Marcelo Pinto. Momentos Históricos e Desdobramentos da Ação Católica Brasileira. In: **Revista Eclesiástica Brasileira** - REB, Petrópolis: Vozes, v.43, f.169, março de 1983. p.10-28.

COMBLIN, José. O tema da Reconciliação e a Teologia na América Latina In: **Revista Eclesiástica Brasileira** - REB, Petrópolis: Vozes, v.46, f. 182, junho de 1986. p. 272-314.

CORNWELL, John. **O Papa de Hitler. A História Secreta de Pio XII**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

COSTA, Hélio. Trabalhadores, Sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) In: Alexandre Fontes et al. **Na luta por direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

COSTA, Lourenço (org.). **Documentos de João XXIII (1958-1963)**. São Paulo: Paulus, 1998.

DALE, Frei Romeu (org.). **A Ação Católica Brasileira**. São Paulo: Loyola, 1985. Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil – 5.

DIAS, Romualdo. **Imagens da ordem: Doutrina Católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: Unesp, 1996.

ELIADE, Micea. **Sagrado e o Profano. A essência das religiões**. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

**4º Encontro de Pesquisadores**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André / Museu de Santo André, 2002.

FABIAN, Roberto. **JOC: da submissão à contestação**. São Paulo, 1988: Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica (PUC).

FARIAS, Damião D. de. **Em defesa da ordem. Aspectos da Práxis Conservadora Católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Crise e Renovação Católica na cidade de São Paulo: Impasses do Progressismo e Permanências do Conservadorismo (1945-1975)**. São Paulo, 2002 : Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.

FONTES, Paulo... In: Alexandre Fontes et al. **Na luta por direitos. Estudos Recentes em História Social do Trabalho**. Campinas/ São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

FRENCH, John D. **O ABC dos Operários. Conflitos e Alianças de Classes em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo/ São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul/ Hucitec, 1985.

GAIARSA, Octaviano, **Santo André ontem, hoje e amanhã**. São Paulo/ Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1991.

GÓMEZ de SOUZA, Luiz Alberto. Documento de Puebla: Diagnóstico a partir dos pobres. In: **Revista Eclesiástica Brasileira – REB**, Petrópolis: Vozes, v.39, f.153, Março de 1979. p.64-87.

**Grande ABC, Guia Bibliográfico. Localização e síntese de conteúdo**. Santo André: Consórcio Intermunicipal Grande ABC, 2000.

GUTIERREZ, Exequiel R. **De Leão XIII a João Paulo II. Cem anos de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: paulinas, 1995.

IANNI, Octavio, **O Colapso do Populismo no Brasil**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IGLÊSIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil 1500-1964**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KRISCHKE, Paulo José. **Igreja e crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza, **Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil. Hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular - da JUC ao PC do B**. São Paulo: Alfa Omega, 1984.

LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Igreja Católica e política no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1992.

MAINWARING, Scott, A JOC e o surgimento da Igreja na base (1958-1970), **Revista Eclesiástica Brasileira - REB**, março de 1983. , v. 43: 169, p: 29-92.

\_\_\_\_\_, **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**, São Paulo: Brasiliense, 1989.

MAGALHÃES, Valdo de Barros. **A prisão de Padres operários estrangeiros no Brasil, 1968 - 1980: Uma controvérsia de interesse entre a Igreja Católica e o Regime Militar**. São Paulo, 1998: Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a Política Populista no Brasil (1954-1964) In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964)** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, t. III, v.3, p.259-294.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Formação Sindical. História de uma prática cultural no Brasil.** São Paulo: Escrituras, 1996.

MARCHI, Euclides, **A Igreja e a Questão Social. O discurso e a Práxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915).** São Paulo, 1989: Tese (Doutorado em História Social). FFLCH/USP.

MARTINS, Heloísa H. T. de S., **Igreja e movimento operário no ABC, 1954-1975,** São Paulo/ São Caetano do Sul: Hucitec e Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

\_\_\_\_\_. Conferência Movimentos Sociais IN **Anais do II Congresso de História da região do grande ABC - Caminhos e Rumos. Índios, escravos e operários.** São Bernardo do Campo, Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, 2000. p.351 - 376.

MARTINS, José de Souza, **A sociabilidade do homem simples.** São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_, **Subúrbio. Vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha.** São Caetano do Sul / São Paulo: Prefeitura de São Caetano do Sul/ Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. O populismo no Subúrbio: a história da política na região do ABC. **IN Anais do I Congresso de História da Região do ABC.** Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1990.

MEDICI, Ademir. **Migração, Urbanismo e Cidadania. A História de Santo André contada por seus personagens.** Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, s/d.

\_\_\_\_\_ e PINHEIRO, Suely, **1º de maio e os principais momentos da luta sindical em São Bernardo. 1902 a 1990.** São Bernardo do Campo: Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, 1990.

MINDRISZ, Moacir P. "Morar e Viver: favelas e conjuntos habitacionais". **IN Anais do I Congresso de História da Região do ABC.** Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1990.

MORAES, Maria Blassioli. Movimentos Sociais e Processo de Urbanização In Iokoi, Zilda (org) . **Diadema Nasceu no Grande ABC: História Retrospectiva da Cidade Vermelha.** São Paulo: Humanitas / FAPESP, 2001. p. 143 – 175.

MORAIS, J. F. Regis de. **Os bispos e a Política no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.

"Morar e Viver: favelas e conjuntos habitacionais" IN **Anais do I Congresso de História da Região do ABC.** Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 1990.

MURARO, Walmir Francisco, **Juventude Operária Católica (JOC),** São Paulo: Brasiliense, 1985.(Tudo é História, 97).

\_\_\_\_\_, **A JOC: uma utopia operária.** São Paulo, 1983: Dissertação (Mestrado em História Social) FFLCH-USP.

NASPOLINI, Samyra Haydêe. **O Direito de Greve na Constituição de 1988**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1990. Programa Especial de Treinamento/ CNPq.

PASSARELLI, Sílvia H.H., **O planejamento urbano em Santo André. A primeira experiência**. São Paulo: 1991. FAU – USP. Trabalho de Conclusão de curso de Pós-Graduação.

\_\_\_\_\_. **Levantamento cartográfico de Santo André.**, São Paulo:1993, FAU-USP. Trabalho de Conclusão de curso de Pós-Graduação.

PIERUCCI, A.F. de Oliveira, SOUZA, Beatriz M. & CAMARGO, C.P.F. de. Igreja Católica: 1945 -1970. *In*: FAUSTO, Boris, (org.), **O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964)** São Paulo: Difel, 1984. t. III, v. 4.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado. (crítica ao populismo católico)**. São Paulo: Kairós, 1980.

RICHARD, Pablo. **Morte das Cristandades e nascimento da Igreja. Análise histórica e interpretação teológica da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1982.

DE SANCTIS, Frei Antônio (org). **Encíclicas e Documentos Sociais, da Rerum Novarum a Octagesima Adveniens. De Leão XIII, Pio XII, João XXIII, Concílio Vaticano II e Paulo VI**. São Paulo: LTr Editora Limitada, 1971.

**Santo André. Cidade e Imagens**. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André (PMSA), 1991.

**Simpósio sobre Igreja e movimento operário**: História da JOC de Santo André. 07/09/1985. Simpósio promovido pela CEHILA e CEDI, 1985.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Nelson Rosário. **A Igreja Católica progressista e a produção do militante. Cartografia de uma afinidade eletiva político-religioso**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) FFLCH-USP.

THOMPSON, E.P. **Tradición, revuelta e consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Crítica, 1984.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa. A árvore da liberdade**. V.I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEITEZ, Cândido Giraldez, **Reforma Nacional - Democrática e Contra reforma: a política do PCB no coração do ABC Paulista (1956-1964)**. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

VIDGAL, Pedro Maciel. **O Cardeal de Vasconcelos Motta**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1973.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. UNB. v.1.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WEILER, Anton, História Eclesiástica e autocompreensão da Igreja. In: **Revista Concilium**, 1971, n.7.

WERNET, Augustin. **Igreja Paulista no século XIX**, São Paulo: Ática, 1987.